

**PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA INSTALAÇÃO AVÍCOLA
UP03 – CÔJA DA VALOVO – AVIÁRIOS DE CRIA E
RECRIA, LDA**

Estudo de Impacte Ambiental

Volume 2 – Anexos Técnicos



Maio de 2019

PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA INSTALAÇÃO AVÍCOLA UP03 – CÔJA DA VALOVO – AVIÁRIOS DE CRIA E RECREIA, LDA

Estudo de Impacte Ambiental

Volume 2 – Anexos Técnicos

Nota de Apresentação

A AMBASSIST – Consultoria Ambiental, Lda. e a GREEN HECTARE – Ambiente e Sustentabilidade, Lda. apresentam o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto de Ampliação da Instalação Avícola de Côja, localizada na União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, concelho de Arganil, distrito de Coimbra.

Do presente Estudo fazem parte as seguintes peças:

- Resumo Não Técnico
- Volume 1 - Relatório Síntese
- Volume 2 - Anexos Técnicos (correspondente ao presente volume)
- Volume 3 – Peças Desenhadas

Maio de 2019

PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA INSTALAÇÃO AVÍCOLA UP03 – CÔJA DA VALOVO – AVIÁRIOS DE CRIA E RECRIA, LDA

Estudo de Impacte Ambiental

Volume 2 – Anexos Técnicos

1 INTRODUÇÃO

No presente documento apresenta-se o Volume 2 (Anexos Técnicos) do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto de Ampliação da Instalação Avícola de Côja, localizado na União das Freguesias de Côja e Barril de Alva e concelho de Arganil, que se encontra na fase de Projeto de Execução.

A informação apresentada seguidamente constitui um complemento ao conteúdo do Relatório Síntese (Volume 1) do EIA e inclui os seguintes elementos:

- Anexo A – Documentação;
- Anexo B – Plantas do Projeto;
- Anexo C – Melhores Técnicas Disponíveis;
- Anexo D – Património Cultural;
- Anexo E – Saúde Humana

ANEXO A – DOCUMENTAÇÃO

No presente anexo apresentam-se os seguintes documentos, referidos ao longo do Volume 1 - Relatório Síntese:

1. Declaração de Impacte Ambiental 2014
2. Licença Ambiental nº537/0.0/2014
3. 1ºAditamento à Licença Ambiental nº537/0.0/2014
4. Licença de exploração 1000/2017
5. Averbamento da atividade pecuária
6. Aprovação PIP 2018
7. Alvará de utilização nº46/2017
8. Plano de Gestão de Efluentes Pecuários

DECLARAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

Identificação			
Designação do Projeto:	Instalação Avícola da Valovo II		
Tipologia de Projeto:	Anexo II – ponto 1, e)	Fase em que se encontra o Projeto:	Projeto de Execução (instalação existente)
Localização:	Lugar de Sobral/Sítio dos Aviários, freguesia de Coja (atualmente União das Freguesias de Coja e Barril de Alva), concelho de Arganil, distrito de Coimbra		
Proponente:	VALOVO II – Avicultura, Lda.		
Entidade licenciadora:	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro		
Autoridade de AIA:	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRCC)	Data: 13 de fevereiro de 2014	

Decisão:	☐ Favorável
	☒ Favorável Condicionada
	☐ Desfavorável

Condicionantes da DIA:	▪ Compatibilização das edificações para as quais não foi apresentada licença válida, com a revisão do PDM de Arganil, ainda em curso, nomeadamente com a nova delimitação da REN e índices de construção. ▪ Cumprimento de Plano de Gestão de Efluentes Pecuários (PGEP), aprovado pela DRAP Centro, para todos os efluentes pecuários gerados na instalação (estrume e chorume proveniente das lavagens dos pavilhões). ▪ Obtenção de Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos para a captação de água subterrânea AC1 (furo) existente na instalação de forma a contemplar todas as finalidades aplicáveis (abastecimento animal e lavagens/desinfecções dos pavilhões) e volumes necessários anuais e mensais decorrentes do funcionamento dos 4 pavilhões à capacidade máxima de alojamento. ▪ Adequação da Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Captação de Água Subterrânea n.º A001618.2013.RH4 (emitida pela APA/ARH Centro para o poço AC2 existente na instalação), de forma a contemplar todas as finalidades aplicáveis (abastecimento animal e lavagens/desinfecções dos pavilhões) e volumes necessários anuais e mensais decorrentes do funcionamento dos 4 pavilhões à capacidade máxima de alojamento. ▪ Adequação da Licença de Utilização dos Recursos Hídricos – Captação de Água Superficial n.º L001620.2013.RH4 (emitida pela APA/ARH Centro para a captação superficial AC3), de forma a contemplar todas as finalidades aplicáveis (abastecimento animal e lavagens/desinfecções dos pavilhões) e volumes necessários anuais e mensais decorrentes do funcionamento dos 4 pavilhões à capacidade máxima de alojamento. ▪ Cumprimento do plano de monitorização e das medidas de minimização, sem prejuízo das condições que vierem a ser impostas no âmbito do REAP e da Licença Ambiental.
-------------------------------	---



Elementos a entregar em sede de licenciamento	- Referir qual a origem da água que abastece o arco de desinfecção de veículos, com indicação por cada origem do consumo mensal e anual, de forma a que os TURH a emitir para as respetivas origens contemplem, além das outras finalidades já referidas, a finalidade “desinfecção de veículos” e os volumes mensais e anuais necessários a esta finalidade. - Apresentação de documentos comprovativos que atestem a ligação da instalação à rede pública, nomeadamente cópia das últimas faturas emitidas pela entidade gestora de abastecimento público. - Apresentação na Câmara Municipal de Arganil dos elementos constantes do artigo 21.º da Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro, relativamente à instalação de armazenamento de GPL com 4,3 m³ (abastecimento dos pavilhões 1 e 2). - Obtenção junto da Câmara Municipal de Arganil do Alvará de Autorização de Utilização da instalação de armazenamento de GPL com 10,21 m³ (abastecimento dos pavilhões 3 e 4), nos termos do DL n.º 267/2002, de 26 de novembro, republicado pelo DL n.º 217/2012, de 9 de outubro. <u>Nota:</u> O Alvará n.º 1644/C caduca no próximo dia 01/02/2014 e encontra-se emitido em nome de outro operador (Valovo – Aviários de Cria e Recria, Lda.), situação que deverá ser regularizada.
---	--

Outras condições para licenciamento ou autorização do projeto:	
Medidas de minimização e de compensação:	
Fase de Exploração	
1.	A instalação deverá implementar e manter procedimentos e planos para prevenir, investigar e responder a situações de emergência que conduzam ou possam conduzir a impactes ambientais negativos e garantir a formação contínua dos seus funcionários, no sentido de conhecerem os meios e métodos de prevenção de riscos e de atuação face a situações de emergência.
2.	Implementação da totalidade das Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) aplicáveis à instalação, dispostas nos Documentos de Referência sobre MTD (BREF), principalmente o BREF específico para o setor da pecuária intensiva, <i>Reference Document on Best Available Techniques for Intensive Rearing of Poultry and Pigs</i> (BREF ILF), com adoção publicada no JOC 170, de 19 de julho de 2003.
3.	Assegurar que não há mistura da água da rede pública, com a água proveniente das captações particulares.
4.	Caso se verifique a pretensão de utilizar a água da rede pública para abeberamento animal e lavagens/desinfecções (em caso de avaria/falha do abastecimento particular), deverá estar prevista uma rede independente da rede particular de água, para evitar contaminação da rede pública de abastecimento, e ser solicitado um contrato para uso industrial.
5.	Garantir a manutenção e inspeção periódica de toda a rede de abastecimento de água às instalações, incluindo o sistema de fornecimento de água aos animais, efetuando o controlo do consumo de água, de modo a detetar perdas desnecessárias e possibilitar a correção de situações de fugas ou ruturas num curto período de tempo.
6.	Encaminhar todas as águas residuais domésticas e chorume produzidos nas instalações para as respetivas fossas sépticas existentes, e garantir as boas condições físicas dos sistemas de drenagem, armazenamento e tratamento de águas residuais domésticas e chorume.
7.	Garantir a periodicidade adequada de trasfega das lamas das fossas das águas residuais domésticas para entidade licenciada.
8.	Manter em funcionamento um adequado sistema de gestão de resíduos que permita o seu correto armazenamento e encaminhamento para destino final adequado, evitando a contaminação, não só dos recursos hídricos, mas também dos solos.
9.	Melhoria contínua da rede de drenagem de águas pluviais, de modo a evitar a contaminação destas águas com eventuais resíduos, nomeadamente oriundos do tapete de estrumes.
10.	Manutenção adequada do armazém do estrume, de modo a evitar, essencialmente, a entrada de águas pluviais e consequentes escorrências para o exterior.
11.	O efluente líquido resultante da operação do arco de desinfecção de veículos automóveis, que se encontra à entrada da instalação, deve ser recolhido e encaminhado para tratamento adequado à natureza do efluente ali produzido.
12.	Sempre que ocorra um derrame de produtos químicos (como por exemplo combustíveis e/ou lubrificantes) no solo, deve proceder-se à recolha do solo contaminado, se necessário com o auxílio de um produto absorvente adequado, e ao seu armazenamento e envio para destino final ou recolha por operador licenciado.

13. Efetuar a gestão dos efluentes pecuários gerados (recolha, acondicionamento/armazenamento e encaminhamento para destino final adequado), de forma correta, com a periodicidade adequada e em conformidade com a legislação em vigor, e de acordo com o PGEP, aprovado pela DRAP Centro.
14. Promover a sensibilização dos utilizadores finais do estrume através do fornecimento de informações das boas práticas para a sua aplicação/espalhamento em solos agrícolas (propondo-se a distribuição aos agricultores, por via dos transportadores de estrume, de um folheto informativo).
15. Garantir uma ventilação eficiente nos pavilhões, de forma a minimizar a formação de odores.
16. A circulação de veículos pesados deve efetuar-se essencialmente no período diurno e a velocidade reduzida, principalmente nas zonas próximas aos recetores sensíveis, minimizando o ruído e emissões de poeiras.
17. Sempre que necessário, deverá ser efetuada a cobertura dos veículos de transporte.
18. Manter em bom funcionamento os equipamentos de ventilação e aquecimento, de forma a evitar situações anómalas de emissão de ruído, assegurando a sua manutenção e revisão periódicas.
19. Utilizar equipamento em conformidade com o disposto na legislação em vigor, relativa ao Regulamento das Emissões Sonoras para o Ambiente do Equipamento para Utilização no Exterior.
20. Manutenção da cortina arbórea existente no recinto da instalação, salvaguardando os requisitos da faixa de gestão de combustível prevista na legislação.
21. Promover a manutenção do coberto vegetal e florestal da propriedade, de acordo com as normas do regime florestal, e do PMDFCI, em vigor.
22. Os veículos pesados relacionados com o funcionamento da instalação avícola, devem efetuar preferencialmente um percurso rodoviário que atravesse o menor número possível de zonas habitacionais.
23. Privilegiar a contratação de mão-de-obra local e dar preferência às empresas fornecedoras de bens e serviços sediadas no concelho.
24. Efetuar a gestão da totalidade dos resíduos gerados (recolha, identificação, separação, acondicionamento/armazenamento e encaminhamento para destino final adequado para operador licenciado), de forma correta e em conformidade com a legislação em vigor, independentemente das quantidades produzidas e da sua tipologia.
25. Armazenagem dos resíduos nos locais definidos para esse efeito, em zonas protegidas do acesso de pessoas e animais e da ação do vento.
26. Sensibilizar os colaboradores para as boas práticas de gestão de resíduos, reforçando a necessidade de prevenção, promovendo políticas de redução, reutilização e reciclagem, bem como separação na origem.
27. Garantir o adequado preenchimento das guias de acompanhamento de resíduos e subprodutos, e retenção do original e cópia dos exemplares convenientemente preenchidos pelo transportador e pelo destinatário.
28. Efetuar o registo dos dados de produção de resíduos na instalação avícola na plataforma do Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA).
29. Efetuar a gestão dos cadáveres de animais gerados (recolha, acondicionamento/armazenamento e encaminhamento para destino final adequado), de forma correta e em conformidade com a legislação em vigor.
30. Manter o controlo veterinário permanente de forma a minimizar os níveis de mortalidade.
Fase de Desativação
A empresa não prevê a desativação da instalação avícola. Desta forma, atendendo à dificuldade de prever as condições ambientais locais e instrumentos de gestão territorial e legais então em vigor, deverá o promotor, no último ano de exploração do projeto, apresentar a solução futura de ocupação da área de implantação da instalação avícola. Assim, no caso de reformulação ou alteração do projeto, sem prejuízo do quadro legal então em vigor, deverá ser apresentado um estudo das respetivas alterações referindo especificamente as ações a ter lugar, impactes previsíveis e medidas de minimização, bem como o destino a dar a todos os elementos a retirar do local. Se a alternativa passar pela desativação, deverá ser apresentado um plano de desativação pormenorizado contemplando nomeadamente: ▪ Solução final de requalificação da área de implantação do projeto, a qual deverá ser compatível com o direito de propriedade, os instrumentos de gestão territorial e com o quadro legal então em vigor; ▪ Ações de desmantelamento e obras a efetuar; ▪ Destino a dar a todos os elementos retirados; ▪ Definição das soluções de acessos ou outros elementos a permanecer no terreno; ▪ Plano de recuperação final de todas as áreas afetadas. De forma geral, todas as ações deverão obedecer às diretrizes e condições identificadas no momento da aprovação do projeto de desativação, sendo complementadas com o conhecimento e imperativos legais que forem aplicáveis no momento da sua elaboração.
Programas de Monitorização
• <u>Efluente a monitorizar</u>: Águas pluviais. • <u>Local de amostragem</u>: Os dois locais de descarga conjunta dos sistemas de drenagem dos pavilhões 1 e 2, e 3 e 4. Estes locais devem ser georreferenciados e indicadas as respetivas coordenadas no primeiro relatório de monitorização. Estes locais e datas de monitorização devem, sempre que possível, ser repetidos nos anos seguintes, de modo a compararem-se os resultados obtidos. • <u>Parâmetros a medir</u>: SST, CQO e CBO₅.



- **Periodicidade da amostragem:** Janeiro, abril e novembro.
- **Relatório de monitorização:** Este relatório deve ser elaborado anualmente, de acordo com o Anexo V da Portaria n.º 330/2001. Deverá ser enviado à Autoridade de AIA até ao final de fevereiro do ano imediatamente a seguir aquele a que se refere a monitorização.
Na análise efetuada aos valores obtidos em cada ano, devem ter-se presentes os valores do registo histórico de cada parâmetro, de modo a fazer-se uma análise comparativa da evolução dos valores dos parâmetros analisados.
Se ocorrerem desconformidades na qualidade da água, o proponente deve indicar, no relatório de monitorização, as medidas que adotará para ultrapassar as deficiências encontradas.
Neste relatório deve ser mencionado o volume de efluente líquido resultante da operação do arco de desinfecção de veículos automóveis, que foi recolhido e respetivo destino final que lhe foi dado.
Sempre que devidamente justificado, o proponente pode solicitar alteração do plano de monitorização.

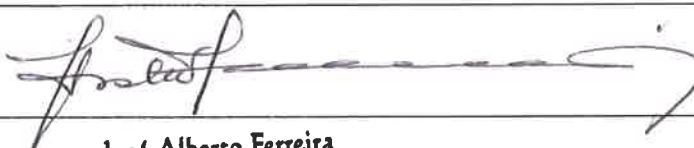
Validade da DIA:

13 de fevereiro de 2018

Entidade de verificação da DIA:

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Assinatura:



José Alberto Ferreira
Vice-Presidente
Despacho N.º 652/2014
(Delegação de Competências)

ANEXO

Resumo do conteúdo do procedimento, incluindo dos pareceres apresentados pelas entidades consultadas:	<u>Resumo do procedimento de AIA</u> A CCDRC, enquanto Autoridade de AIA, nomeou a respetiva Comissão de Avaliação (CA), composta por 7 elementos, dos quais 3 da CCDRC, 1 da Agência Portuguesa do Ambiente – ARH do Centro, 1 da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, 1 da Direção-Geral do Património Cultural/Direção Regional de Cultura do Centro e 1 da Agência Portuguesa do Ambiente – DGLA/DEI. A CA após análise preliminar do EIA, de acordo com o disposto no Artigo 13º do D.L. n.º 197/2005, de 8 de novembro, que altera e republica o D.L. n.º 69/2000, de 3 de maio, decidiu solicitar elementos, ao abrigo do n.º 5 do mesmo artigo, sob a forma de aditamento ao EIA. Os elementos solicitados foram enviados pelo promotor e analisados pela CA, tendo a Autoridade de AIA declarado a conformidade do EIA, em 08-10-2013. A CA elaborou o seu parecer técnico com base nos seguintes elementos: ▪ EIA (Relatório Final; Resumo Não Técnico e Aditamento); ▪ Visita ao local do projeto, no dia 13-12-2013, na presença do proponente e da empresa responsável pela elaboração e coordenação do EIA; ▪ Relatório da Consulta Pública, a qual decorreu num período de 25 dias úteis, entre 30-10-2013 e 03-12-2013; ▪ Pareceres externos recebidos. A proposta de DIA foi notificada ao proponente para efeitos de audiência prévia nos termos do CPA, em 22.01.2014. No entanto, não foi rececionada qualquer alegação por parte do mesmo. <u>Pareceres Externos</u> Foram solicitados pareceres à Direção Geral de Alimentação e Veterinária, Câmara Municipal de Arganil e Junta de Freguesia de Coja (atualmente União das Freguesias de Coja e Barril de Alva). • A União de Freguesias de Coja e Barril de Alva apresenta algumas considerações relativamente à gestão dos efluentes pecuários; refere que a exploração deverá ser objeto de análise do licenciamento das infraestruturas (em especial o pavilhão 4 e armazém de estrume); e salienta para a importância do recrutamento de mão-de-obra local. • A Câmara Municipal de Arganil efetuou uma análise dos elementos do EIA, apresentando várias considerações sobre o projeto, não emitindo parecer desfavorável. Para além destes, não foi recebido mais nenhum parecer.
Resumo do resultado da consulta pública:	Dado que o projeto se integra no anexo II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, a consulta pública, nos termos do seu artigo 14.º, n.º 2, decorreu durante 25 dias úteis, de 30-10-2013 a 03-12-2013, tendo sido recebidos 2 pareceres, oriundos da "Estradas de Portugal, S.A." e do "ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.". Da análise dos documentos, conclui-se que nenhum dos pareceres emite opinião desfavorável ao projeto. Embora tenha sido elaborado um Relatório de Consulta Pública, e para além da importância de todas as questões apresentadas nesse relatório, e que foram tidas em consideração no parecer da CA, os aspetos mais relevantes surgidos durante o período em que decorreu a consulta foram: • A Estradas de Portugal, refere que a instalação é servida pela EM517. A rede viária de maior proximidade à área do projeto, sob jurisdição da EP, S.A., é constituída pela ER342 (Estrada Regional) e pela Variante de Coja (Estrada Desclassificada pelo Plano Rodoviário Nacional, mas sob jurisdição desta empresa), não havendo, na envolvente, qualquer projeto rodoviário previsto. Por outro lado, a geração de tráfego com origem/destino no empreendimento

	(média de 2,2 viaturas/dia), não se afigura suscetível de comprometer as condições de fluidez e circulação na rede viária da EP, S.A., não se prevendo, igualmente, impactes significativos ao nível ambiental, no que diz respeito às competências desta empresa, pelo que nada tem a obstar à pretensão. Caso haja lugar a pretensão de alterações na rede rodoviária sob jurisdição desta empresa, será necessário o respetivo projeto, a aprovar pela EP, S.A., e cuja execução carecerá da autorização desta empresa. • O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, por sua vez, informa que a área do projeto não coincide com nenhuma Área Classificada integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (n.º 1 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho) e não é afetada nenhuma área sujeita a Regime Florestal. Deverá ser cumprido o disposto na Legislação de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em vigor (Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro), nomeadamente no que diz respeito à criação de uma faixa de proteção às edificações (n.º 2 do art.º 15.º e n.º 3 do art.º 16.º). <i>Obs.: o último articulado diz respeito a novas edificações no espaço florestal ou rural, o que não se aplica ao caso presente, dado tratar-se de edificações existentes já com licenciamento camarário.</i>
Razões de facto e de direito que justificam a decisão:	A Instalação Avícola da Valovo II localiza-se no lugar de Sobral, freguesia de Coja (atualmente União das Freguesias de Coja e Barril de Alva), concelho de Arganil, numa propriedade com 44 224,5 m², tratando-se de uma instalação de recria de galinhas poedeiras, com capacidade para 138 464 frangas de recria, distribuídas em 4 pavilhões. O acesso à propriedade, a partir de Coja, é efetuado pela EM517, via que liga Coja a Barril do Alva. A ocupação na envolvente é predominantemente florestal, localizando-se o aglomerado urbano de Coja a cerca de 700 metros, e a habitação mais próxima a cerca de 500 metros do recinto da instalação avícola. O início da atividade avícola neste local verifica-se desde os finais da década de 70, tendo sido desenvolvida a atividade de produção de ovos. Em 2002, a Direção Geral de Veterinária (DGV) emitiu uma autorização para a produção avícola (cria e recria), com de caráter temporário, a qual não se efetivou. Assim, não existindo uma autorização válida para o exercício da atividade, foi apresentado à DRAP Centro, em outubro de 2010, um pedido excecional de regularização da atividade pecuária, no âmbito do REAP, para uma capacidade de 39 168 frangas. Sobre este pedido de regularização foi emitida, em fevereiro de 2012, uma proposta de decisão favorável, condicionada à apresentação de um pedido de autorização prévia, decorrente de alterações introduzidas na instalação, que incluíram a reconstrução de 2 pavilhões (pavilhão 1 e 2) e alteração de equipamentos, com vista à respetiva modernização da instalação. Estas alterações aumentaram a capacidade instalada para 138 464 frangas de recria (capacidade que se verifica atualmente), para a qual foi recentemente apresentado pedido de autorização prévia de alterações. Relativamente às edificações da instalação, e a fim de regularizar o licenciamento camarário da instalação avícola, o atual proponente submeteu à CM de Arganil um processo para a legalização dos pavilhões. Foi emitido o alvará de obras n.º 3/2013, que apenas diz respeito aos pavilhões 1 e 2, visando a recente reconstrução efetuada nos mesmos. A construção dos pavilhões 3 e 4, assim como do armazém de estrume, datam da mesma altura, tendo sido, de acordo com o EIA, todos licenciados. Contudo, quando a instalação avícola foi adquirida, os anteriores proprietários não facultaram arquivo com as licenças de construção das edificações existentes. O proponente solicitou à CM de Arganil as licenças, tendo apenas sido fornecidas as referentes aos pavilhões 1, 2 e 3, edifício administrativo (antigo pavilhão de classificação de ovos) e casa de habitação, encontram-se em falta os alvarás de construção do pavilhão 4 e do armazém de estrume, sendo que não foi possível, por parte da autarquia, localizar essas mesmas licenças. Em janeiro de 2011, a Junta de Freguesia de Coja emitiu declarações, atestando que as edificações existentes foram construídas antes de 1986, conforme provado em licença de obras, passada pela Câmara Municipal e inscrição nas finanças. É referido ainda que no concelho de Arganil, as edificações de construção anterior a 1986 não careciam de licença de utilização.

No Aditamento é ainda referido que no final do processo de pedido de licenciamento das intervenções efetuadas recentemente nos pavilhões 1 e 2, submetido em 2011, a Câmara Municipal emitirá um alvará de licença de utilização para toda a exploração, ficando assim resolvida a questão da legalização das edificações da instalação avícola, em termos de apresentação de alvarás de licença de construção e utilização.

Dedicando-se a Valovo II à atividade de criação de frangas (futuras galinhas poedeiras), com vista ao fornecimento de aves a instalações de produção de ovos, esta instalação avícola tem como objetivo principal a viabilização e dinamização da indústria de produção animal, nomeadamente no setor da produção de ovos.

Convém referir que, atendendo aos fatores ambientais analisados, não existem impactes significativos que inviabilizem o projeto.

Durante a **fase de exploração** do projeto, salientam-se os seguintes impactes negativos:

- Potencial contaminação e degradação das águas superficiais e subterrâneas, originada pela deposição direta de resíduos e derrames acidentais de substâncias com potencial contaminante. São impactes pouco prováveis, temporários, locais e pouco significativos, se tomadas as medidas de minimização adequadas.
- Poderão ainda ocorrer impactes negativos ao nível dos solos e dos recursos hídricos, decorrentes da incorreta gestão dos efluentes pecuários produzidos.
 - Salienta-se que toda a gestão destes efluentes (estrume e chorume) será efetuada de acordo com Plano de Gestão de Efluentes Pecuários (PGEF), aprovado pela DRAP Centro.
- Os principais impactes negativos relativos à qualidade do ar são os provocados pelas emissões difusas (odores) resultantes da degradação biológica dos dejetos das aves.
 - A localização relativamente isolada da instalação e a ocupação florestal da envolvente contribuem para reduzir a perceção de odores.
 - O facto de apenas serem efetuados dois ciclos anuais, de ocorrer uma "pré-secagem" do estrume, previamente à sua remoção para destino final, definido no PGEF, também minimizará o potencial efeito dos maus cheiros.

Como impactes positivos, referem-se os seguintes:

- Ao nível da socioeconomia, salienta-se a manutenção dos postos de trabalho existentes na instalação avícola, e a contribuição para a manutenção, e eventual aumento, do emprego indireto (associado às relações comerciais externas e atividades económicas associadas). Este impacto será, no entanto, pouco significativo, concretamente ao nível do emprego direto.

A exploração avícola contribuirá ainda para a dinâmica empresarial e capacidade produtiva da freguesia e do concelho, neste setor de atividade, com o consequente incremento da atividade económica.

Ainda em relação à fase de exploração, salienta-se que, estando a instalação avícola sujeita a Licença Ambiental, terá o respetivo acompanhamento ambiental relativamente a todas questões aplicáveis nesta fase.

Relativamente ao ordenamento do território, e considerando especialmente as edificações para as quais não foi apresentada licença, nomeadamente o pavilhão 4 e o armazém de estrume, refere-se o seguinte:

- No atual quadro legal, apenas é possível emitir parecer favorável à área total das edificações com licenças emitidas antes da entrada em vigor da REN e do PDM, e que se encontrem válidas. Relativamente às restantes edificações, e caso não disponham de licença válida, apenas terão enquadramento na revisão do PDM, ainda em curso.
- A Câmara Municipal de Arganil tem, em fase final de tramitação, a revisão do PDM, tendo sido já emitido, pela Comissão de Acompanhamento, parecer final favorável. No âmbito da revisão foi igualmente alterada a delimitação da REN concelhia. De acordo com esta nova delimitação, o local não está incluído na REN, o uso é permitido, e os novos parâmetros são cumpridos.

Nos termos da legislação relativa ao Regime de Emissões Industriais (REI), é concedida a Licença Ambiental ao operador

VALOVO II – Avicultura, Lda.

com o Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) 508 861 845, para a instalação

VALOVO II

sita em Sobral, freguesia de União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, concelho de Arganil, para o exercício da atividade de

***Criação intensiva de aves de capoeira
(galinhas poedeiras – recria)***

incluída na categoria 6.6a do Anexo I do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, e classificada com a CAE_{rev3} n.º 01470 (Avicultura), de acordo com as condições fixadas no presente documento.

A presente licença é válida até 18 de dezembro de 2024

Amadora, 18 de dezembro de 2014

A Vogal do conselho diretivo da APA, I.P.

Ana Teresa Perez

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

ÍNDICE

1 – Introdução Geral	4
1.1 – Identificação e Localização	4
1.1.1 – Identificação	4
1.1.2 – Localização da Instalação	5
1.2 – Atividades da instalação e Processo Produtivo	5
1.2.1 – Atividades	5
1.3 – Articulação com outros regimes jurídicos	5
1.4 – Validade	6
2 – Condições Operacionais de Exploração	7
2.1 – Gestão de Recursos e Utilidades	7
2.1.1 – Matérias-primas/subsidiárias e produtos acabados	7
2.1.2 – Águas de abastecimento	7
2.1.3 – Energia	10
2.2 – Emissões	11
2.2.1 – Emissões para o ar	11
2.2.2 – Emissões de águas residuais e pluviais	12
2.2.3 – Ruído	15
2.3 – Efluentes pecuários, subprodutos e resíduos	15
2.3.1 – Armazenamento temporário e destino final	15
2.3.2 – Transporte	21
2.3.3 – Controlo	21
3 – MTD Utilizadas e Medidas a Implementar	23
3.1 – MTD implementadas	23
3.2 – Medidas a implementar	23
4 – Acidentes e Emergências	24
5 – Gestão de informação/Registos, documentação e formação	24
6 – Relatórios	25
6.1 - Relatório de Base	25
6.2 – Plano de Desempenho Ambiental	26
6.3 – Relatório Ambiental Anual	27
6.4 – E-PRTR – Registo Europeu de Emissões e Transferências de Poluentes	33
7 – Encerramento e desmantelamento/Desativação definitiva	33
<i>Abreviaturas</i>	34
ANEXO I – Exploração da atividade desenvolvida na instalação	35
1. Descrição do Processo Produtivo	35
2. Fluxograma do processo produtivo da atividade PCIP – criação intensiva de aves de capoeira	36
ANEXO II – Título de Utilização de Recursos Hídricos (TURH)	37
ANEXO III – Plano de Gestão de Efluentes Pecuários (chorume e estrume)	38

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Dados de identificação	4
Quadro 2 – Características e localização geográfica.....	5
Quadro 3 – Atividades desenvolvidas na instalação.....	5
Quadro 4 – Regimes jurídicos aplicáveis às atividades desenvolvidas pela instalação.....	5
Quadro 5 – Pontos de captação de água subterrânea e superficial.....	8
Quadro 6 – Consumos de Energia.....	10
Quadro 7 - Caracterização das fontes de emissão difusas	11
Quadro 8 – Capacidades e características das fossas sépticas (LT3 e LT4) complementadas com órgão de descarga.....	12
Quadro 9 – Pontos de emissão/descarga de águas residuais domésticas e pluviais	14
Quadro 10 – Pontos de retenção/armazenamento/tratamento do chorume (PRSP).	16
Quadro 11 – Ponto de retenção do estrume (PRSP).....	17
Quadro 12 – Caracterização do local de armazenamento temporário dos animais mortos (PRSP).....	19
Quadro 13 – Parque/zona de armazenamento temporário de resíduos gerados na instalação	20
Quadro 14 – MTD implementadas na instalação.....	23
Quadro 15 – Informação a contemplar no relatório a declarar situações de emergência	24
Quadro 16 – Procedimentos a adotar pelo operador.....	24
Quadro 17 – Informação a incluir no relatório referente às queixas	25
Quadro 18 – Estrutura do RAA	27
Quadro 19 – Itens a incluir no Plano de Desativação	34
Quadro 20– Capacidades de cada pavilhão avícola.....	35

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

1 – Introdução Geral

Esta Licença Ambiental (LA) é emitida ao abrigo do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto (Diploma REI), que estabelece o regime de emissões industriais aplicável à Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP), aplicando-se à instalação, no seu todo.

Para a emissão desta LA foram tomadas em consideração as condições impostas na Declaração de Impacte Ambiental (DIA), emitida para o projeto “Instalação Avícola da Valovo II”, e exarada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro), em 13 de fevereiro de 2014.

A atividade PCIP realizada na instalação deve ser explorada e mantida de acordo com o projeto aprovado e com as condições estabelecidas nesta LA, sem prejuízo das demais condições constantes da DIA.

Os relatórios periódicos a elaborar pelo operador (ver ponto 6), nomeadamente o Plano de Desempenho Ambiental (PDA) e o Relatório Ambiental Anual (RAA), constituem mecanismos de acompanhamento da presente Licença Ambiental.

Nenhuma alteração relacionada com a atividade, ou com parte dela, pode ser realizada ou iniciada sem a prévia notificação à Entidade Coordenadora (EC) - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP Centro) - e análise por parte da Agência Portuguesa do Ambiente I.P. (APA), ao abrigo do artigo 19º do Diploma REI.

A presente LA reúne as obrigações que o operador detém em matéria de ambiente, será integrada na licença da atividade a emitir pela EC e não substitui outras licenças emitidas pelas autoridades competentes nomeadamente a CCDR competente em razão da área da instalação.

Sempre que se verifique o incumprimento de alguma das condições desta licença o operador deve:

- Informar a EC e a APA, IP, no prazo máximo de 48 horas, por qualquer via disponível que se mostre eficiente;
- Executar imediatamente as medidas necessárias para reestabelecer as condições da licença num prazo tão breve quanto possível;
- Executar as medidas complementares que as autoridades referidas na alínea a) considerem necessárias.

Esta LA será reajustada aos limites e condições sobre prevenção e controlo integrados da poluição sempre que a APA entenda por necessário. É conveniente que o operador consulte regularmente a página da APA, www.apambiente.pt, para acompanhamento dos vários aspetos relacionados com este assunto.

O ponto 1 do **Anexo I** apresenta uma descrição sumária das atividades desenvolvidas na instalação.

1.1 – Identificação e Localização

1.1.1 – Identificação

Quadro 1 – Dados de identificação

Operador	VALOVO II – Avicultura, Lda.
Instalação	VALOVO II
NIPC	508 861 845
Morada	Sítio dos Aviários 3305 – 098 Côja Arganil

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

1.1.2 – Localização da Instalação

Quadro 2 – Características e localização geográfica

Coordenadas do ponto médio da instalação ^(a)		Latitude: 40.27838° Longitude: -7.97935°
Tipo de localização da instalação		Zona Rural
Áreas (m²)	Área total	44 224,5
	Área coberta	4 041
	Área impermeabilizada não coberta	2 480

^(a) Coordenadas Latitude e Longitude, expressas em graus decimais, no sistema geográfico Datum WGS84

1.2 – Atividades da instalação e Processo Produtivo

1.2.1 – Atividades

Quadro 3 – Atividades desenvolvidas na instalação

Atividade Económica	CAE _{rev. 3}	Designação CAE	Categoria PCIP	Capacidade Instalada
Principal	01470	Avicultura	6.6.a ¹	138 474 aves ²

1.3 – Articulação com outros regimes jurídicos

Quadro 4 – Regimes jurídicos aplicáveis às atividades desenvolvidas pela instalação

Regime jurídico	Identificação do documento	Observações
Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, que aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária, nas explorações pecuárias (Diploma NREAP)	-	-
Portaria n.º 637/2009, de 9 de junho, que estabelece as normas regulamentares aplicáveis à atividade de detenção e produção pecuária ou atividades complementares de animais de espécies avícolas nas explorações e nos núcleos de produção de aves (NPA), bem como nos entrepostos e nos centros de agrupamento para aves	-	-
Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da Avaliação do Impacte Ambiental	DIA emitida pela CCDR Centro a 13.02.2014	Favorável Condicionada

¹ Instalações para a criação intensiva de aves de capoeira, com espaço para mais de 40 000 aves.

² A laboração com esta capacidade instalada (138 474 aves = 830,84 Cabeças Normais) está dependente de autorização da Entidade Coordenadora e emissão da respetiva Licença de Exploração.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

Portaria n.º 631/2009, de 9 de junho, que estabelece as normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das atividades pecuárias e as normas técnicas a observar no âmbito do licenciamento das atividades de valorização agrícola ou de transformação de efluentes pecuários (Portaria GEP)	Parecer (n.º PAR/91/2013/DIAm) favorável ao Plano de Gestão de Efluentes Pecuários (PGEP)	Autoridade competente: DRAP Centro Integrado no Anexo III desta LA
Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos	Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Captação de Água Subterrânea Processo n.º 450.10.02.02.018251.2014.RH4 Utilização n.º A014214.2014.RH4	Integrados no Anexo II desta LA
	Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Captação de Água Subterrânea Processo n.º 450.10.02.02.011695.2014.RH4 Utilização n.º A011862.2014.RH4	
	Licença de Utilização dos Recursos Hídricos – Captação de Água Superficial Processo n.º 450.10.02.01.011697.2014.RH4 Utilização n.º L013600.2014.RH4	
Decreto-Lei n.º 127/2008, de 21 de julho, relativo às condições nacionais para cumprimento do Regulamento (CE) n.º 166/2006, de 18 de janeiro, relativo à criação de um Registo Europeu de Emissões e Transferência de Poluentes e Resíduos (Diploma PRTR)	-	Abrangência pela categoria PRTR 7)a)i)

Em matéria de legislação, a instalação apresenta ainda enquadramento no âmbito de outros diplomas, melhor referenciados ao longo dos pontos seguintes da LA, em função das respetivas áreas de aplicação específica.

1.4 – Validade

Esta Licença Ambiental é válida por um período de 10 anos, exceto se ocorrer durante o seu prazo de vigência, alguma das situações previstas no artigo 19.º no Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, e Declaração de Retificação n.º 45-A/2013, de 29 de outubro, que motive a sua renovação.

O pedido de renovação ou alteração terá de incluir todas as alterações de exploração que não constem da atual Licença Ambiental, seguindo os prazos e procedimentos legalmente previstos na legislação em vigor à data.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

2 – Condições Operacionais de Exploração

A atividade PCIP realizada na instalação VALOVO II é a criação intensiva de aves de capoeira (galinhas poedeiras – recria), com espaço para mais de 40.000 aves, identificada através da categoria 6.6a do Anexo I do Diploma REI, com capacidade instalada de 138 474 aves, correspondendo a 1 núcleo de produção (NP) com 4 pavilhões avícolas.

A instalação deve ser operada de forma a serem aplicadas todas as regras de boas práticas e medidas de minimização das emissões durante as fases de arranque e paragens, bem como no que se refere a emissões difusas e/ou fugitivas, durante o funcionamento normal da instalação.

Deverão ser adotadas todas as medidas adequadas ao nível do funcionamento dos sistemas de tratamento e descarga de águas residuais domésticas, da gestão dos subprodutos (cadáveres de animais e efluente pecuário estrume e chorume), do armazenamento de subprodutos e resíduos e da manutenção de equipamentos, de modo a evitar emissões excecionais, fugas e/ou derrames, bem como minimizar os seus efeitos. Nesta medida, deverá o operador assegurar, como parte integrante do plano geral de manutenção da instalação, a realização de operações de inspeção e de manutenção periódicas a estes equipamentos. Sempre que sejam efetuadas estas operações de manutenção deverá ser realizado um relatório sobre o referido controlo.

Os subprodutos (cadáveres de animais e efluente pecuário estrume e chorume) e resíduos deverão ser armazenados nas zonas destinadas ao efeito, de acordo com o definido no **ponto 2.3.1** desta licença, devendo igualmente dar cumprimento às adequadas condições de armazenamento.

O operador configura um gestor de efluentes pecuários, nos termos da subalínea i) da alínea m) do n.º 1 do artigo 2º da Portaria n.º 631/2009, de 9 de junho (Portaria GEP), pelo que a instalação deverá ser operada de modo a cumprir todos os requisitos da Portaria referente à Gestão de Efluentes Pecuários (GEP).

Em caso da ocorrência de acidente com origem na operação da instalação deverá ser efetuado o previsto no **ponto 4** da licença (Acidentes e Emergências).

2.1 – Gestão de Recursos e Utilidades

2.1.1 – Matérias-primas/subsidiárias e produtos acabados

A matéria-prima principal consumida na atividade PCIP é a ração para animais adquirida a terceiros estimando-se um consumo de cerca de 1 800 t/ano. A ração é armazenada em 4 silos, perfazendo uma capacidade de armazenamento total de 68 t (pavilhão 1 – 1 silo de 22 t; pavilhão 2 - 1 silo de 22 t; pavilhão 3 – 1 silo de 12 t; pavilhão 4 – 1 silo de 12 t).

Qualquer alteração decorrente de modificação das matérias-primas/subsidiárias utilizadas que possa apresentar eventual repercussão ao nível do tipo de poluentes a emitir para o ar ou para a água terá de ser comunicada à APA.

Os produtos acabados resultantes da atividade PCIP são as aves recriadas nos 4 pavilhões, estimando-se uma produção anual de 276 948 galinhas poedeiras recriadas (à qual deverá subtrair-se os animais mortos) com um peso médio unitário de 1,4 Kg, resultantes da efetivação de 2 ciclos produtivos por ano;

2.1.2 – Águas de abastecimento

2.1.2.1 – Consumos e caracterização das captações

A água consumida na instalação é proveniente da rede pública de abastecimento, de 2 captações de água subterrânea localizadas na instalação (AC1 e AC2) e de 1 captação de água superficial (AC3) localizada no Rio Alva.

Segundo os elementos integrados no processo apresentado a licenciamento, estima-se um consumo anual de cerca de 64 m³ de água proveniente da rede pública, a ser utilizada para consumo humano na moradia (existente nas imediações da entrada da instalação) e nas

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

instalações sanitárias/balneários (existentes em edifício localizado nas imediações do topo do pavilhão 2) da instalação.

Relativamente ao consumo de água proveniente das 3 captações de água (AC1, AC2 e AC3), estima-se um consumo anual de cerca de 3 367 m³/ano.

Quadro 5 – Pontos de captação de água subterrânea e superficial

Código	Localização da Captação			Finalidade	Tipo
	Freguesia; Concelho	Longitude ^(a)	Latitude ^(a)		
AC1	União das Freguesias de Côja e Barril de Alva; Arganil	7.97935º	40.27838º	Abeberamento animal Lavagens/desinfecção dos pavilhões Desinfecção de veículos	Subterrânea (furo)
AC2	União das Freguesias de Côja e Barril de Alva; Arganil	7.97812º	40.27915º	Abeberamento animal Lavagens/desinfecção dos pavilhões	Subterrânea (poço)
AC3	União das Freguesias de Côja e Barril de Alva; Arganil	7.97746º	40.27868º	Abeberamento animal Lavagens/desinfecção dos pavilhões	Superficial (Rio Alva)

^(a) Coordenadas Latitude e Longitude, expressas em graus decimais, no sistema geográfico Datum WGS84.

Na eventualidade de ser necessária a realização de captações de água adicionais, deverá o operador proceder ao seu licenciamento, junto da autoridade competente, **obrigando-se** a comunicar previamente à EC a proposta de alteração de exploração da instalação, nos termos do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

2.1.2.2 – Controlo das captações

A utilização dos recursos hídricos para captação de água subterrânea (AC1 e AC2) e superficial (AC3) está autorizada de acordo com as condições expressas nos seguintes Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (TURH), incluídos no **Anexo II** desta LA:

- **Captação AC1:** Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos - Captação de Água Subterrânea (Processo n.º 450.10.02.02.018251.2014.RH4; Utilização n.º A014214.2014.RH4), emitida pela APA em 03.11.2014, com validade até 03.11.2019.
- **Captação AC2:** Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos - Captação de Água Subterrânea (Processo n.º 450.10.02.02.011695.2014.RH4; Utilização n.º A011862.2014.RH4), emitida pela APA em 12.09.2014.
- **Captação AC3:** Licença de Utilização dos Recursos Hídricos - Captação de Água Superficial (Processo n.º 450.10.02.01.011697.2014.RH4; Utilização n.º L013600.2014.RH4), emitida pela APA em 20.10.2014, com validade até 20.10.2019.

O operador **obriga-se** ao cumprimento das condições estabelecidas nos referidos TURH.

Caso haja alguma alteração ao regime de exploração das captações AC1, AC2 e AC3, deverá a mesma ser comunicada à APA.

Para registo da água extraída das captações AC1, AC2 e AC3, até **31 de março de 2015** o operador **obriga-se** a instalar na origem de cada uma das 3 captações, um medidor de caudal/contador com totalizador, que permita conhecer com rigor os volumes totais de água

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

extraídos da captação e efetuar a determinação do consumo específico de água para as diferentes atividades da instalação.

Deverão ser mantidos registos relativos aos consumos de água da instalação em conformidade com o mencionado no **ponto 6.3** desta LA.

2.1.2.3 – Redes de abastecimento e tratamento

A água subterrânea proveniente do ponto AC1 (furo) abastece os pavilhões 1 e 2 e o arco de desinfecção de veículos. A água depois de extraída do ponto AC1 é diretamente encaminhada:

- a) Ao arco de desinfecção de viaturas, localizado à entrada da instalação (finalidade: desinfecção de veículos);
- b) Ao depósito principal de água (15 000 l) dos pavilhões 1 e 2, que posteriormente abastece:
 - Os pavilhões 1 e 2 (finalidade: abeberamento animal), através de 4 depósitos de apoio ao abeberamento existentes nos pavilhões (2 depósitos por pavilhão) com capacidade unitária de 1000 l;

Nos depósitos de apoio ao abeberamento dos pavilhões 1 e 2, é efetuado o tratamento da água mediante a aplicação controlada (através de doseador automático) de agente desinfetante.

 - Os pavilhões 1 e 2 (finalidade: lavagens/desinfecções dos pavilhões).

As águas subterrâneas e superficiais provenientes dos pontos AC2 (poço) e AC3 (superficiais) respetivamente, abastecem os 4 pavilhões avícolas. A água depois de extraída dos pontos AC2 e AC3 é diretamente encaminhada:

- c) Ao depósito principal de água (15 000 l) dos pavilhões 1 e 2, que posteriormente abastece os pavilhões 1 e 2 da forma descrita em b);
- d) Ao depósito principal de água (10 000 l) dos pavilhões 3 e 4, que posteriormente abastece os pavilhões 3 e 4 (finalidades: abeberamento animal e lavagens/desinfecções dos pavilhões).

A água proveniente da rede pública é diretamente encaminhada da rede de terceiro através de canalização dedicada (com entrada no limite sul do NP1) que abastece:

- A instalação sanitária existente em edifício próprio, localizado junto ao pavilhão 3 (finalidade: consumo humano).

Segundo os elementos integrados no processo apresentado a licenciamento, do contador de água da rede pública de abastecimento, a água é encaminhada para abastecimento:

- e) Da moradia localizada nas imediações da entrada da instalação.
- f) Das instalações sanitárias/balneário (finalidade: consumo humano) existentes em edifício localizado nas imediações do topo do pavilhão 2.

Atendendo à existência na instalação de rede pública de abastecimento, o operador **obriga-se** a utilizar exclusivamente água proveniente da rede pública no consumo humano, nomeadamente na moradia e nas instalações sanitárias/balneário acima referidos, não sendo autorizada a utilização de água proveniente das captações AC1, AC2 e AC3 para consumo humano nas instalações referidas.

De acordo com o artigo 82º do Decreto-Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, os sistemas prediais alimentados pela rede pública devem ser independentes de qualquer sistema de distribuição de água com outra origem, nomeadamente furos, poços e captações superficiais. Caso em algum ponto das redes de abastecimento de água à instalação, se verifique a mistura da água proveniente da rede pública com a água proveniente das captações AC1, AC2 e AC3, o operador **obriga-se** a reformular as redes de abastecimento de água, no sentido de obter e assegurar a separação total e completa das mesmas (redes separativas) evitando assim a mistura de águas e assegurando a total independência entre os 2 sistemas de distribuição (rede pública e captações).

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

O operador **obriga-se** a garantir a manutenção dos sistemas de lavagens e/ou desinfecções dos pavilhões, do sistema de desinfecção de viaturas e dos sistemas de fornecimento de água aos animais e humanos, de forma a manter otimizados os respetivos consumos.

O operador **obriga-se** a garantir a manutenção e inspeção periódica de todas as redes de abastecimento de água de forma a detetar e corrigir eventuais fugas num curto período de tempo.

O operador **obriga-se** a garantir a armazenagem dos agentes desinfetantes utilizados no tratamento da água de abeberamento dos pavilhões 1 e 2, em zonas dotadas de bacia de retenção de modo a assegurar a contenção de eventuais derrames ou fugas.

2.1.3 – Energia

Tendo por base os dados incluídos no processo de licenciamento, o **Quadro 6** identifica os consumos energéticos anuais estimados para a instalação, e relaciona a utilização dada a cada fonte de energia. As capacidades de armazenamento existentes na instalação para cada combustível e o respetivo licenciamento, caso aplicável, encontram-se identificados neste mesmo quadro.

Quadro 6 – Consumos de Energia

Tipo de combustível	Consumo anual	Capacidade de armazenamento	Licenciamento de depósitos	Destino/Utilização
Energia Elétrica	35 000 kWh (7,53 tep ³ /ano)	n.a. ^(a)	n.a.	Consumo próprio na instalação
GPL	17,89 t (20,21 tep/ano)	4,3 m ³ ^(b)	Classe B2 ^(c)	Sistema de aquecimento dos pavilhões avícolas 1 e 2 ^(d)
		7,48 m ³ ^(e)	Classe A1 ^(f)	Sistema de aquecimento dos pavilhões avícolas 3 e 4 ^(g)
Gasóleo	450 l (0,41 tep/ano)	200 l ^(h)	n.a.	Gerador de emergência ⁽ⁱ⁾

^(a) n.a. – não aplicável.

^(b) O armazenamento do GPL é efetuado em depósito subterrâneo.

^(c) Classe B2 (Instalação não sujeita a licenciamento) do Anexo III do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro.

^(d) O GPL é utilizado no sistema de aquecimento dos pavilhões avícolas 1 e 2, através de 8 queimadores (*vide Quadro 7*).

^(e) O armazenamento do GPL é efetuado em depósito superficial.

^(f) Classe A1 (Instalação sujeita a licenciamento simplificado) do Anexo III do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro.

^(g) O GPL é utilizado no sistema de aquecimento dos pavilhões avícolas 3 e 4, através de 20 radiadores (*vide Quadro 7*).

^(h) O armazenamento do gasóleo é efetuado no depósito pertencente ao próprio gerador, com capacidade para 200 l.

⁽ⁱ⁾ 1 gerador de emergência com 65 kVA de potência (localizado em edifício existente nas imediações do topo do pavilhão 2), que abastece a instalação em caso de falha da rede pública de energia.

Os 2 depósitos de GPL (4,3 m³ e 7,48 m³) encontram-se sujeitos ao cumprimento do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, relativo ao licenciamento de instalações de armazenamento de combustíveis.

Nos termos do Anexo III do Decreto-Lei acima referido, o depósito subterrâneo de GPL (4,3 m³) não se encontra sujeito a licenciamento (Classe B2), ficando no entanto obrigado ao

³ Tep – Toneladas equivalente de petróleo. Para as conversões de unidades de energia foram utilizados os fatores de conversão constantes do Despacho n.º 17313/2008, publicado no Diário da República n.º 122, II Série, de 2008.06.26.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

cumprimento do previsto no artigo 21.º da Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro. De acordo com os elementos do processo de licenciamento ambiental, foi entregue na Câmara Municipal de Arganil (CMA) o processo relativo ao referido depósito de GPL, no cumprimento do previsto no artigo 21.º da Portaria acima referida. O operador **obriga-se** a atualizar no RAA, ponto de situação do processo em curso na CMA e, no RAA correspondente, deverá ser incluída a decisão final emitida pela CMA.

Nos termos do Anexo III do Decreto-Lei acima referido, o depósito superficial de GPL (7,48 m³) encontra-se sujeito a licenciamento simplificado (Classe A1), cuja competência é da CMA. De acordo com os elementos do processo de licenciamento ambiental, foi entregue na CMA o pedido de licenciamento do referido depósito de GPL, no cumprimento do previsto no artigo 18.º da Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro. O operador **obriga-se** a atualizar no RAA, ponto de situação do pedido de licenciamento em curso na CMA e, no RAA correspondente, deverá ser incluída cópia da licença de exploração emitida pela CMA.

O operador **obriga-se** a garantir a armazenagem de combustíveis líquidos em zonas dotadas de bacia de retenção de modo a assegurar a contenção de eventuais derrames ou fugas.

O consumo médio global de energia estima-se em cerca 28,14 tep/ano.

Qualquer alteração de combustível tem de ser previamente participada à APA.

2.2 – Emissões

2.2.1 – Emissões para o ar

2.2.1.1 – Emissões difusas

Na instalação ocorrem emissões difusas nos 4 pavilhões avícolas, provenientes do metabolismo das aves e aquando da limpeza dos pavilhões avícolas no final de cada ciclo produtivo.

Ocorrem ainda emissões difusas nos pavilhões avícolas, provenientes dos sistemas de aquecimento a GPL, os quais encontram-se descritos no **Quadro 7**.

Quadro 7 - Caracterização das fontes de emissão difusas

Código	Equipamento associado	Atividade/ processo	Potência Térmica Unitária (kWth)	Regime Emissão
ED1 – ED4	4 Queimadores a GPL	Sistema de aquecimento do pavilhão 1	73,3	Descontínuo
ED5 – ED8	4 Queimadores a GPL	Sistema de aquecimento do pavilhão 2	73,3	Descontínuo
ED9 – ED18	10 Radiadores a GPL	Sistema de aquecimento do pavilhão 3	10,0	Descontínuo
ED19 – ED28	10 Radiadores a GPL	Sistema de aquecimento do pavilhão 4	10,0	Descontínuo

Ocorrem também emissões difusas no pavilhão destinado ao armazenamento temporário de estrume (PA1).

Na instalação, ocorrem ainda emissões esporádicas aquando do funcionamento do gerador de emergência, o qual nos termos da alínea b), n.º 2, do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de abril, encontra-se excluído do âmbito de aplicação do referido Decreto-Lei, exceto no que respeita ao disposto no artigo 7º e no n.º 4 do artigo 21º do mesmo Diploma.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

O operador deverá efetuar a manutenção periódica do gerador de emergência, de modo a que este funcione de forma correta, otimizando os consumos de gasóleo e consequentemente, minimizando as emissões atmosféricas.

2.2.1.2 – Controlo das emissões difusas

No que respeita ao controlo das emissões difusas para a atmosfera, o operador deverá atender às medidas especiais para minimização das emissões difusas preconizadas no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de abril, na sua atual redação.

Conforme indicado no **ponto 6.3** desta LA, deverão ser determinadas, através de fatores de emissão, as emissões de poluentes para o ar:

- Para cada local de emissão, designadamente em cada um dos 4 pavilhões avícolas e no pavilhão destinado ao armazenamento temporário de estrume (PA1), nomeadamente amoníaco (NH₃), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) e partículas (PM₁₀);
- Dos gases de combustão, provenientes da queima de combustível (GPL) dos equipamentos constituintes do sistema de aquecimento de cada um dos 4 pavilhões avícolas (ED1-ED4; ED5-ED8; ED9-ED18; ED19-ED28), nomeadamente dióxido de carbono (CO₂), monóxido de carbono (CO), óxidos de azoto (NO_x), óxidos de enxofre (SO_x), partículas totais (PTS) e compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVnm).

2.2.2 – Emissões de águas residuais e pluviais

2.2.2.1 – Sistemas de drenagem, retenção, tratamento e descarga

Na instalação são geradas águas residuais domésticas provenientes das instalações sanitárias/balneários (existentes em edifício localizado nas imediações do topo do pavilhão 2) e da moradia (existente nas imediações da entrada da instalação) da instalação, as quais são encaminhadas através das respetivas redes de drenagem para retenção e tratamento em 2 fossas sépticas (LT3 e LT4) complementadas com órgãos de descarga, nos pontos ES1 e ES2 respetivamente.

A capacidade e características das fossas sépticas complementadas com órgão de descarga encontram-se estabelecidas no **Quadro 8**.

Quadro 8 – Capacidades e características das fossas sépticas (LT3 e LT4) complementadas com órgão de descarga

Órgão de retenção e tratamento	Características do órgão de retenção e tratamento	Volume útil do órgão de retenção e tratamento	Características do órgão de descarga
Fossa LT3	Fossa séptica bicompartimentada	6,75 m ³	Poço absorvente
Fossa LT4	Fossa séptica bicompartimentada	6,75 m ³	Poço absorvente

O operador **obriga-se** a garantir o correto encaminhamento das águas residuais domésticas para os respetivos sistemas de tratamento das águas residuais domésticas (fossa séptica LT3, complementada com órgão de descarga no ponto ES1; fossa séptica LT4, complementada com órgão de descarga no ponto ES2).

O operador **obriga-se** a garantir as boas condições físicas das fossas sépticas LT3 e LT4, bem como o acesso permanente às mesmas, de forma a possibilitar a limpeza/recolha das águas residuais/lamas nelas armazenadas.

O operador **obriga-se** a garantir que as fossas sépticas LT3 e LT4 são de construção sólida e estanque e que estão protegidas da entrada de águas pluviais de forma a evitar a ocorrência de eventuais situações acidentais, nomeadamente a saída das águas residuais domésticas com risco de contaminação do solo e das águas, sobretudo das águas subterrâneas.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

O operador **obriga-se** a garantir as boas condições físicas da rede de drenagem entre as instalações sanitárias/balneários e a respetiva fossa séptica LT3, devendo esta rede ser constituída por tubagem fechada, de forma a evitar a entrada de águas pluviais.

O operador **obriga-se** a garantir as boas condições físicas da rede de drenagem entre a moradia e a respetiva fossa séptica LT4, devendo esta rede ser constituída por tubagem fechada, de forma a evitar a entrada de águas pluviais.

As fossas sépticas (LT3 e LT4) complementadas com órgão de descarga, devem ser inspecionadas periodicamente, assegurando a sua manutenção e bom funcionamento, devendo ser efetuados registos das operações de inspeção.

A limpeza/recolha das águas residuais/lamas armazenadas nas fossas sépticas LT3 e LT4, deverá ser efetuada quando necessário, com periodicidade adaptada ao volume das fossas.

A limpeza/recolha e o transporte das águas residuais/lamas contidas nas fossas sépticas LT3 e LT4, deverá ser efetuado através de viatura apropriada, pela entidade gestora do sistema de saneamento em “baixa”, competente em razão da área da instalação VALOVO II, ou em alternativa, por operador devidamente licenciado para o transporte deste tipo de águas residuais/lamas.

Após a limpeza/recolha das águas residuais/lamas armazenadas nas fossas sépticas LT3 e LT4, os efluentes deverão ser encaminhados para tratamento em Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), gerida pela entidade gestora do sistema de saneamento em “alta”, competente em razão da área da instalação VALOVO II, ou em alternativa, em ETAR devidamente licenciada para o tratamento deste tipo de efluentes.

Segundo os elementos do processo de licenciamento ambiental, parte das águas pluviais são recolhidas num sistema de drenagem (composto por caleiras, valetas, manilhas e aquedutos) existente na instalação, que permite o encaminhamento destas águas até à rede de drenagem (valeta) existente ao longo da estrada municipal 517 (EM517), na qual são descarregadas através de 4 pontos de descarga (ED1, ED2, ED3 e ED4). A outra parte das águas pluviais é encaminhada de forma difusa e por gravidade para cotas inferiores, através da tendência natural dos terrenos da instalação, verificando-se a sua infiltração natural no solo ou o seu encaminhamento para o sistema de drenagem da instalação acima referido, com posterior descarga na rede de drenagem da EM517, através dos 4 pontos de descarga atrás referidos.

A rede de drenagem (valeta) existente ao longo da EM517 possui 2 passagens hidráulicas (subterrâneas) que encaminham as águas pluviais para o lado oposto da EM517, onde são descarregadas no solo através de 2 pontos de descarga.

O operador **obriga-se** a adotar todas as medidas necessárias para assegurar a não contaminação das águas pluviais recolhidas na instalação. Caso se verifique a contaminação das águas pluviais recolhidas na instalação, deverá o operador proceder à implementação de um sistema coletor de águas pluviais separativo, as quais deverão ser devidamente encaminhadas para sistemas de retenção, armazenamento e tratamento de águas residuais (fossas estanques), de forma a promover a correta eliminação de sólidos suspensos e hidrocarbonetos, não sendo permitida a sua rejeição/descarga não autorizada no solo ou em meio hídrico.

O operador **obriga-se** a garantir o correto encaminhamento das águas residuais domésticas e das águas pluviais geradas na instalação e assegurar a completa ausência de águas paradas.

Qualquer alteração nas redes de drenagem das águas residuais domésticas e das águas pluviais deverá ser comunicada previamente à APA.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

2.2.2.2 – Pontos de emissão

Os pontos de emissão/descarga de águas residuais domésticas e de águas pluviais encontram-se identificados no **Quadro 9**.

Quadro 9 – Pontos de emissão/descarga de águas residuais domésticas e pluviais

Ponto de emissão/descarga	Localização da descarga			Tipo	LT - Origem das águas residuais	Meio de descarga	Regime de descarga
	Freguesia; Concelho	Longitude	Latitude				
ES1	União das Freguesias de Côja e Barril de Alva; Arganil	n.d. ^(a)	n.d.	Doméstica	Fossa LT3 – Instalações sanitárias/balneários existentes em edifício localizado nas imediações do topo do pavilhão 2	Solo	Descontínuo
ES2	União das Freguesias de Côja e Barril de Alva; Arganil	n.d.	n.d.	Doméstica	Fossa LT4 – Moradia existente nas imediações da entrada da instalação	Solo	Descontínuo
ED1	União das Freguesias de Côja e Barril de Alva; Arganil	n.d.	n.d.	Pluvial	n.a. ^(b)	Rede de drenagem (valeta) da EM517	Descontínuo
ED2	União das Freguesias de Côja e Barril de Alva; Arganil	n.d.	n.d.	Pluvial	n.a.	Rede de drenagem (valeta) da EM517	Descontínuo
ED3	União das Freguesias de Côja e Barril de Alva; Arganil	n.d.	n.d.	Pluvial	n.a.	Rede de drenagem (valeta) da EM517	Descontínuo
ED4	União das Freguesias de Côja e Barril de Alva; Arganil	n.d.	n.d.	Pluvial	n.a.	Rede de drenagem (valeta) da EM517	Descontínuo

^(a) n.d. – não disponível.

^(b) n.a. – não aplicável

Considera-se que as descargas (nos pontos ES1 e ES2) de águas residuais domésticas por infiltração no solo após retenção em fossas sépticas (LT3 e LT4) não têm impacto significativo nos recursos hídricos, dado que a população servida implica uma descarga de matéria orgânica inferior a 10 equivalentes populacionais, sendo as mesmas enquadradas no disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 63º do Decreto-lei n.º 236/98, de 1 de agosto. Neste sentido, conforme comunicação da APA de 27.08.2012 (Ofício OF-2012-5797) as descargas das águas residuais domésticas nos pontos de emissão ES1 e ES2, não carecem de Título de Utilização de Recursos Hídricos (TURH).

O operador **obriga-se** a garantir que as fossas sépticas (LT3 e LT4) complementadas com órgão de descarga (poço absorvente) apenas se destinam ao tratamento das águas residuais de origem doméstica, não podendo em circunstância alguma receber efluentes de origem pecuária (chorume).

O operador **obriga-se** a efetuar a ligação à rede de saneamento pública, logo que esta esteja disponível, enviando a respetiva autorização à APA. Nesta situação as fossas sépticas (LT3 e LT4) e respetivos órgãos de descarga (poço absorvente) deverão ser demolidos ou entulhados,

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

depois de cuidadosamente limpos e desinfetados, conforme o disposto no artigo 95º do Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de Agosto de 1951 (Regulamento Geral das Edificações Urbanas – REGEU).

2.2.3 – Ruído

A gestão dos equipamentos utilizados na atividade deverá ser efetuada tendo em atenção a necessidade de controlar o ruído, particularmente através da utilização de equipamentos que, sempre que aplicável, se encontrem em conformidade com o Regulamento das Emissões Sonoras para o Ambiente do Equipamento para Utilização no Exterior, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de novembro, e com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua atual redação.

Aquando da aquisição de equipamentos necessários ao funcionamento da instalação, o operador deverá verificar as informações acerca da potência sonora dos equipamentos, de forma a tomar as precauções necessárias para evitar quaisquer incómodos provenientes do seu funcionamento.

O operador deverá assegurar o bom funcionamento dos equipamentos mecânicos, efetuando revisões e a sua manutenção, de forma a evitar situações anómalas de emissão de ruído.

2.3 – Efluentes pecuários, subprodutos e resíduos

A atividade normal da instalação gera determinados fluxos materiais designados por subprodutos da atividade compreendendo, nomeadamente, o estrume das aves, o chorume e os animais mortos. De acordo com o artigo 9º do Regulamento (CE) n.º 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, o estrume das aves, o chorume e os animais mortos são considerados como subprodutos de categoria 2. O estrume e o chorume são ainda classificados como efluentes pecuários, nos termos do Diploma NREAP e da Portaria GEP.

Relativamente ao chorume, este efluente pecuário/subproduto respeita às águas provenientes da lavagem dos 4 pavilhões avícolas (após a saída de cada bando), as quais são classificadas como chorume, nos termos da alínea f) do artigo 2º da Portaria GEP.

Tratando-se o operador de um gestor de efluentes pecuários (chorume e estrume), foi dado cumprimento ao n.º 5 do artigo 4º da Portaria GEP no que respeita à submissão do PGEP para aprovação pela DRAP Centro, nos termos do Anexo IV da referida Portaria. Da referida submissão resultou a emissão pela DRAP Centro de parecer (n.º PAR/91/2013/DIAM) favorável ao PGEP apresentado pelo operador (*vide Anexo III*).

O operador **obriga-se** a manter o PGEP permanentemente atualizado nos termos do n.º 5 do artigo 4º da Portaria GEP.

2.3.1 – Armazenamento temporário e destino final

2.3.1.1 – Chorume

No que respeita ao armazenamento temporário do chorume (efluente pecuário líquido/subproduto) originado na instalação, o operador **obriga-se** a adotar as medidas aplicáveis para o cumprimento das normas técnicas ao nível do armazenamento do efluente, designadamente as disposições constantes do artigo 3º e do Anexo I da Portaria GEP. O chorume produzido na instalação deverá ser conservado em locais e temperatura adequada de forma a evitar qualquer risco para a saúde humana ou animal, até ser encaminhado para destino final adequado.

O chorume proveniente das lavagens dos 4 pavilhões avícolas a alta pressão, é encaminhado através das respetivas redes de drenagem, para retenção, armazenamento e tratamento em 2 linha de tratamento (LT), composta por 2 fossas estanques (LT1 e LT2), consideradas como Pontos de Retenção de Subprodutos (PRSP).

Anualmente estão previstas 2 lavagens a alta pressão, efetuadas no final de cada ciclo produtivo, estimando-se em cada lavagem um consumo de água de 22,8 m³ (45,6 m³ de chorume produzido anualmente).

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

O operador **obriga-se** a garantir o correto encaminhamento do chorume produzido para os respetivos sistemas de retenção, armazenamento e tratamento do chorume (fossas estanques LT1 e LT2).

O operador **obriga-se** a garantir as boas condições físicas das fossas estanques LT1 e LT2, bem como o acesso permanente às mesmas, de forma a possibilitar a limpeza/recolha do chorume nelas armazenadas.

O operador **obriga-se** a garantir que as fossas estanques LT1 e LT2 são de construção sólida e estanque e que estão protegidas da entrada de águas pluviais de forma a evitar a ocorrência de eventuais situações acidentais, nomeadamente a saída do chorume com risco de contaminação do solo e das águas, sobretudo das águas subterrâneas.

O operador **obriga-se** a garantir as boas condições físicas das redes de drenagem entre cada pavilhão e as respetiva fossa estanque (LT1 e LT2), devendo a totalidade destas redes serem constituídas por tubagem fechada, de forma a evitar a entrada de águas pluviais.

As fossas estanques LT1 e LT2, devem ser inspecionadas periodicamente (pelo menos uma vez por ano), assegurando a sua manutenção e bom funcionamento, devendo ser efetuados registos das operações de inspeção.

A limpeza/recolha do chorume armazenado nas fossas estanques LT1 e LT2, deverá ser efetuada com periodicidade adaptada ao volume das fossas e ao tempo de retenção necessário para a quantidade de efluente pecuário armazenado.

De acordo com o PGEP apresentado pelo operador, após a limpeza das fossas estanques LT1 e LT2, o chorume nelas contido terá como destino final a valorização agrícola pelo próprio em terrenos da instalação avícola, o qual enquadra-se na alínea a) do n.º 1 do artigo 4º da Portaria GEP.

O encaminhamento do chorume originado na instalação PCIP para efeitos de valorização agrícola pelo próprio em terrenos da instalação avícola, é autorizado tendo em consideração o parecer (n.º PAR/91/2013/DIAM) favorável ao PGEP apresentado pelo operador, emitido pela DRAP Centro nos termos da Portaria GEP (*vide Anexo III*).

Sempre que o operador proceda ao envio de efluente pecuário (chorume) para titulares de atividades pecuárias gestoras de efluentes pecuários, nos termos da Portaria GEP, deverá garantir que os mesmos possuem o respetivo PGEP aprovado pela DRAP competente. Em situação alguma poderá ser transferido efluente pecuário (chorume) originado na instalação, para titulares de atividades pecuárias gestoras de efluentes pecuários sem o respetivo PGEP aprovado pela DRAP competente.

Não é permitida qualquer rejeição/descarga direta no solo ou em meio hídrico do chorume proveniente das fossas estanques LT1 e LT2.

Os pontos de retenção/armazenamento/tratamento do chorume (efluente pecuário líquido/subproduto) encontram-se caracterizados no **Quadro 10**.

Quadro 10 – Pontos de retenção/armazenamento/tratamento do chorume (PRSP).

Ponto de retenção (Fossa)	Características do PRSP (Fossa)	Volume útil do PRSP (Fossa)	Origem do chorume	Meio recetor	Regime de descarga
LT1	Fossa estanque com 1 compartimento	12,3 m³	Lavagem dos pavilhões 1 e 2	Solo - Valorização agrícola pelo próprio	Esporádica
LT2	Fossa estanque com 1 compartimento	12,0 m³	Lavagem dos pavilhões 3 e 4	Solo - Valorização agrícola pelo próprio	Esporádica

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

2.3.1.2 – Estrume

A instalação efetua anualmente 2 ciclos produtivos, com uma duração média de 16 semanas (112 dias) por ciclo, resultando numa ocupação média anual de 224 dias em produção. Considerando os dados de produção de estrume para frangas de recría constantes do Anexo II do Código de Boas Práticas Agrícolas (CBPA), estima-se uma produção média anual de cerca de 1 108 toneladas de estrume.

De acordo com o PGEP apresentado pelo operador, a totalidade do efluente pecuário produzido nos 4 pavilhões avícolas, terá como destino final a transferência para terceiros para efeitos de valorização agrícola, o qual enquadra-se na alínea a) do n.º 1 do artigo 4º da Portaria GEP.

A recolha do estrume dos pavilhões 1 e 2 é efetuada semanalmente, através de telas transportadoras instaladas sob as baterias onde se encontram as aves. As telas transportadoras dos pavilhões 1 e 2, encaminham o estrume até locais de descarga localizados no exterior dos pavilhões, onde é feita a carga de viaturas, e o subsequente encaminhamento direto para terceiros para efeitos de valorização agrícola ou para o pavilhão destinado ao armazenamento temporário de estrume (PA1), considerado como PRSP.

Os pavilhões 3 e 4 possuem raspador que percorre a zona de deposição do estrume, encaminhando-o até ao local de descarga localizado no pavimento (orifício), sendo a carga de viaturas efetuada no piso inferior. Após a carga das viaturas, o estrume é encaminhado diretamente para terceiros para efeitos de valorização agrícola ou para o PA1.

O ponto de retenção do estrume (efluente pecuário sólido/subproduto) encontra-se caracterizado no **Quadro 11**.

Quadro 11 – Ponto de retenção do estrume (PRSP)

Código	PA1
Área útil total (m²)	212,0
Área útil coberta (m²)	
Área útil impermeabilizada (m²)	
Vedado	Sim
Sistema de drenagem	Não
Bacia de retenção	
Acondicionamento	Pavilhão
Capacidade útil (ton)	636
Localização	Imediações do topo dos pavilhões 3 e 4

No que respeita ao armazenamento do efluente pecuário produzido na instalação, o operador **obriga-se** a adotar as medidas aplicáveis para o cumprimento das normas técnicas ao nível do armazenamento do efluente, designadamente as disposições constantes do artigo 3º e do Anexo I da Portaria GEP.

O operador **obriga-se** a garantir que o PA1 permite a conservação do estrume a temperatura adequada de forma a evitar qualquer risco para a saúde humana ou animal, até ser encaminhado para destino final adequado.

O operador **obriga-se** a garantir as boas condições físicas do PA1, o qual deverá encontrar-se totalmente e devidamente coberto e impermeabilizado na base e nas paredes laterais, de forma a impedir a entrada de águas pluviais e a sua contaminação pelo estrume, evitando assim a contaminação do solo e das águas, pelas águas pluviais contaminadas.

O operador **obriga-se** a tomar todas as medidas conducentes à minimização dos riscos de contaminação de solos e águas, associados à formação de eventuais escorrências líquidas no PA1, garantindo que as mesmas se concentram totalmente no interior do PA1.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

Em situação alguma poderá existir armazenamento de estrume (mesmo que de forma temporária) fora do local identificado para o seu armazenamento (PA1), evitando assim a contaminação do solo e das águas, sobretudo das águas subterrâneas.

O operador **obriga-se** a efetuar a recolha/carregamento de estrume (em todos os locais onde esta ocorra), apenas quando este efluente não apresentar quaisquer escorrências, assegurando desta forma a inexistência de escorrências nos locais de carga de viaturas, com o consequente risco de contaminação do solo e das águas, sobretudo das águas subterrâneas.

O operador **obriga-se** ainda a colocar o estrume em transporte apropriado, encaminhando-o imediatamente para destino adequado, não sendo permitida a remoção e deposição do estrume (mesmo que de forma temporária) no exterior dos pavilhões avícolas.

Em todos os locais da instalação onde ocorre a recolha/carregamento e transporte de estrume, o operador deverá verificar, após cada operação, se ocorreu algum derrame no solo a fim de se proceder de imediato à sua recolha.

O encaminhamento do estrume originado na instalação para terceiros para efeitos de valorização agrícola, é autorizado tendo em consideração o parecer (n.º PAR/91/2013/DIAM) favorável ao PGEP apresentado pelo operador, emitido pela DRAP Centro nos termos da Portaria GEP (*vide Anexo III*).

Sempre que o operador proceda ao envio de efluente pecuário (estrume) para titulares de atividades pecuárias gestoras de efluentes pecuários, nos termos da Portaria GEP, deverá garantir que os mesmos possuem o respetivo PGEP aprovado pela DRAP competente. Em situação alguma poderá ser transferido efluente pecuário (estrume) originado na instalação, para titulares de atividades pecuárias gestoras de efluentes pecuários sem o respetivo PGEP aprovado pela DRAP competente.

2.3.1.3 – Animais mortos

Os animais mortos (subproduto) originados na instalação (3 NP) deverão ser conservados em locais e temperatura adequada de forma a evitar qualquer risco para a saúde humana ou animal, até serem encaminhados para destino final adequado. O operador **obriga-se** a assegurar condições de manutenção hígio-sanitária dos animais que tenham morrido na exploração.

Os animais mortos são recolhidos periodicamente dos 4 pavilhões, e encaminhados para armazenamento temporário em 1 parque/zona de armazenamento temporário (PA2), considerado como Ponto de Retenção de Subprodutos (PRSP).

Em situação alguma poderão existir animais mortos fora do local identificado para o seu armazenamento temporário (PA2). O operador **obriga-se** a garantir a existência de PRSP para o armazenamento temporário de animais mortos em número suficiente face à produção de cadáveres de animais na instalação, não podendo em situação alguma existir animais mortos não acondicionados.

Estima-se que anualmente a instalação PCIP origine 0,7 toneladas de animais mortos, sendo a totalidade dos animais mortos diretamente encaminhados do parque/zona de armazenamento temporário (PA2), para estabelecimento aprovado no âmbito do Regulamento (CE) n.º 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

O armazenamento temporário dos animais mortos encontra-se sistematizado no **Quadro 12**.

Quadro 12 – Caracterização do local de armazenamento temporário dos animais mortos (PRSP)

Código	PA2 ^(a)
Área total (m²)	90,0 ^(b)
Área coberta (m²)	
Área impermeabilizada (m²)	
Vedado	Sim
Sistema de drenagem	Não
Bacia de retenção	
Acondicionamento	2 Arca congeladora de 500 l
Localização	Zona de arrumos do edifício existente nas imediações do topo do pavilhão 2

^(a) No local onde são armazenados temporariamente os animais mortos (PA2) são também armazenados temporariamente os resíduos perigosos e não perigosos gerados na instalação (*vide* **Quadro 13**).

^(b) Área total da zona de arrumos do edifício onde o PA2 está localizado.

2.3.1.4 – Resíduos

O armazenamento temporário dos resíduos produzidos na instalação, e que aguardam encaminhamento para destino final, deverá ser sempre efetuado em locais destinados a esse efeito (parques/zonas de armazenamento de resíduos), operados de forma a impedir a ocorrência de qualquer derrame ou fuga, evitando situações de potencial contaminação do solo e/ou da água.

Estes parques/zonas de armazenamento de resíduos deverão apresentar piso plano e impermeabilizado bem como, em função do mais adequado em cada caso específico, serem protegidos da pluviosidade (cobertos), do acesso de pessoas e animais e da ação do vento, equipados com bacia de retenção e/ou com rede de drenagem com encaminhamento adequado. Neste armazenamento temporário devem igualmente ser respeitadas as condições de segurança relativas às características que conferem perigosidade ao(s) resíduo(s), de forma a não provocar qualquer dano para o ambiente nem para a saúde humana, designadamente por meio de incêndio ou explosão.

No acondicionamento dos resíduos deverão ser utilizados contentores, outras embalagens de elevada resistência, ou, nos casos em que a taxa de produção de resíduos o não permita, *big-bags*. Deverá também ser dada especial atenção à resistência, estado de conservação e capacidade de contenção das embalagens, bem como atender aos eventuais problemas associados ao empilhamento desadequado dessas embalagens. Em particular, salienta-se que se forem criadas pilhas de embalagens, estas deverão ser arrumadas de forma a permitir a circulação entre si e em relação às paredes da área de armazenamento. Deverá ser também assegurada a adequada ventilação dos diferentes locais de armazenamento temporário de resíduos, salientando-se ainda a necessidade do acondicionamento de resíduos permitir, em qualquer altura, a deteção de derrames ou fugas.

Adicionalmente, os resíduos produzidos deverão ser armazenados tendo em consideração a respetiva classificação em termos dos códigos da Lista Europeia de Resíduos – LER (Portaria n.º 209/2004, de 3 de março), as suas características físicas e químicas, bem como as características que lhes conferem perigosidade. Os dispositivos de armazenamento deverão permitir a fácil identificação dos resíduos acondicionados, mediante rótulo indelével onde conste a identificação dos resíduos em causa de acordo com os códigos LER, o local de produção e, sempre que possível/aplicável, a indicação de nível de quantidade, das características que lhes conferem perigosidade e da respetiva classe de perigosidade associada.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

Os resíduos produzidos na instalação são temporariamente armazenados em 1 parque/zona de armazenagem de resíduos (PA2), identificados no **Quadro 13**.

Quadro 13 – Parque/zona de armazenamento temporário de resíduos gerados na instalação

Código	PA2 ^(a)
Área total (m²)	90,0 ^(b)
Área coberta (m²)	
Área impermeabilizada (m²)	
Vedado	Sim
Sistema de drenagem	Não
Bacia de retenção	
Resíduos armazenados e acondicionamento	<u>Resíduos não perigosos:</u> - Papel e cartão e embalagens de papel e cartão (recipiente plástico) - Plástico, embalagens de plástico e embalagens de metal (recipiente plástico) - Resíduos urbanos e equiparados, incluindo mistura de resíduos (recipiente plástico) - Embalagens de medicamentos veterinários (recipiente de cartão) <u>Resíduos perigosos:</u> - Embalagens contaminadas por resíduos de substâncias perigosas – desinfetantes/biocidas e hipoclorito de sódio (recipiente plástico) - Lâmpadas fluorescentes (recipiente plástico)
Localização	Zona de arrumos do edifício existente nas imediações do topo do pavilhão 2

^(a) No local onde são armazenados temporariamente os resíduos perigosos e não perigosos da instalação (PA2) são também armazenados temporariamente os animais mortos gerados na instalação (*vide* **Quadro 12**).

^(b) Área total da zona de arrumos do edifício onde o PA2 está localizado.

Existem ainda vários recipientes de plástico distribuídos pela instalação, destinados ao armazenamento temporário de resíduos urbanos e equiparados, incluindo mistura de resíduos.

Caso na exploração da instalação sejam gerados resíduos cujo código LER não se enquadre nos resíduos identificados no **Quadro 13**, deverá o operador proceder à criação de parques/zonas de armazenamento temporário desses resíduos.

Todo e qualquer resíduo produzido e/ou existente na instalação (espaços interiores e exteriores) deve ser recolhido, identificado, separado, acondicionado e encaminhado para destino final adequado à sua tipologia. Os resíduos, devidamente acondicionados, devem ser temporariamente armazenados em parque(s)/zona(s) destinada(s) para o efeito (de modo a ser evitada a existência de aglomerados de resíduos sem acondicionamento) de acordo com as condições indicadas nesta LA.

O operador **obriga-se** a garantir a existência de parques/zonas para o armazenamento temporário de resíduos em número suficiente face à produção de resíduos na instalação, não podendo em situação alguma existir resíduos não acondicionados.

A armazenagem de resíduos no próprio local de produção por período superior a um ano, carece de licença a emitir pela entidade competente, nos termos do previsto na alínea b) do n.º 1 do Art.º 32.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, republicado através do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho. Caso esta situação venha a ser aplicável à instalação, no RAA

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

respetivo deverá ser efetuado ponto de situação deste licenciamento específico, com apresentação dos devidos elementos comprovativos.

2.3.2 – Transporte

De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, o transporte de chorume, estrupe e animais mortos deverá ser efetuado em conformidade com o disposto no Regulamento referido, nomeadamente no seu artigo 21º.

O transporte do estrupe para terceiros para efeitos de valorização agrícola, deverá ser efetuado através de viatura apropriada e autorizada para o efeito, por operador devidamente licenciado para o transporte de efluentes pecuários, **obrigando-se** o operador a adotar as medidas aplicáveis para o cumprimento das normas técnicas ao nível do transporte, designadamente as disposições constantes do artigo 5º e do Anexo III da Portaria GEP.

Para efeitos de transporte do chorume para valorização agrícola pelo próprio em terrenos da instalação avícola, não se aplicam as normas de transporte previstas no n.º 1 do artigo 5º e no Anexo III da Portaria GEP, conforme determina o n.º 2 do artigo 5º da referida Portaria.

O operador deverá ter especial atenção relativamente ao transporte do estrupe e do chorume, devendo este ser devidamente estanque e coberto de modo a evitar derrames. O operador deverá ainda adotar todas as medidas necessárias para a minimização da produção de odores e proliferação de moscas, evitando assim inconvenientes para o ambiente e para as populações.

O transporte dos animais mortos deverá ser efetuado através de viatura apropriada e autorizada para o efeito, por operador devidamente licenciado para o transporte deste subproduto de categoria 2.

Em matéria de transporte de resíduos, este apenas pode ser realizado pelas entidades definidas no n.º 2 da Portaria n.º 335/97, de 16 de maio, e de acordo com as condições aí estabelecidas. Deverão ser utilizadas guias de acompanhamento de resíduos, aprovadas na referida Portaria, modelos exclusivos da Imprensa Nacional - Casa da Moeda (INCM) n.º 1428, para os resíduos em geral. O transporte de resíduos abrangidos pelos critérios de classificação de mercadorias perigosas deve ainda obedecer ao Regulamento de Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 30 de abril.

Se aplicável, para o transporte de óleos usados, o operador terá de dar cumprimento às disposições aplicáveis constantes do Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de julho, relativo à gestão de óleos novos e óleos usados e da Portaria n.º 1028/92, de 5 de novembro, que estabelece as normas de segurança e identificação para o transporte de óleos usados.

Se aplicável, a transferência de resíduos para fora do território nacional, deverá ser efetuada em cumprimento da legislação em vigor em matéria de movimento transfronteiriço de resíduos, nomeadamente o Regulamento n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho, na sua atual redação, e o Decreto-Lei n.º 45/2008, de 11 de março.

2.3.3 – Controlo

Em conformidade com o disposto no Regulamento (CE) n.º 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009 e tendo em consideração as condições definidas no parecer (n.º PAR/91/2013/DIAM) favorável ao PGEP apresentado pelo operador, emitido pela DRAP Centro nos termos da Portaria GEP (*vide Anexo III*), deverá ser assegurado que a totalidade do:

- Estrupe originado na instalação seja transferido para terceiros efeitos de valorização agrícola.
- Chorume originado na instalação seja utilizado pelo operador, para efeitos de valorização agrícola nos terrenos da instalação avícola.

Relativamente aos animais mortos, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho, na sua atual redação, o operador **obriga-se** à contratualização com estabelecimentos autorizados no âmbito do Decreto-Lei n.º 122/2006, de 27 de junho (e aprovados nos termos do Regulamento (EU) n.º 142/2011, da Comissão, de 25 de fevereiro de

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

2011, e do Regulamento (CE) n.º 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009). Neste sentido, deverão ser asseguradas todas as medidas necessárias à correta gestão deste subproduto, através do seu encaminhamento para os suprarreferidos estabelecimentos, devendo ser privilegiado o princípio da proximidade.

O operador **obriga-se** a assegurar a correta gestão dos resíduos gerados na instalação avícola dando especial atenção à implementação de medidas de redução da produção de resíduos e privilegiando as opções de reciclagem e outras formas de valorização, assim como o princípio da proximidade e da autossuficiência a nível nacional.

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, deverá ser assegurado que a totalidade dos resíduos resultantes da instalação, incluindo os resíduos equiparados a urbanos das atividades administrativas e domésticas, sejam encaminhados para operadores devidamente legalizados para o efeito, devendo ser privilegiadas as opções de reciclagem e outras formas de valorização e o princípio da proximidade e autossuficiência a nível nacional. Neste sentido, o operador **obriga-se** a assegurar o envio para destino final adequado (operadores devidamente legalizados) de todos os resíduos produzidos na instalação.

Deverá também o operador proceder à separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos ou fileiras, conforme previsto no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho.

Especificamente em matéria de resíduos (não perigosos) de embalagens de produtos de utilização veterinária (PUV) e medicamentos veterinários (MV), nos termos da legislação aplicável deverão ser asseguradas todas as medidas necessárias com vista à adequada gestão desses resíduos, através da adesão ao Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens de Medicamentos (SIGREM), ou encaminhando estes resíduos para uma entidade terceira devidamente licenciada no âmbito do SIGREM.

O operador deverá encontrar-se inscrito no SILiAmb - Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente e efetuar o preenchimento, por via eletrónica, dos mapas de registo referentes aos resíduos produzidos na instalação, até 31 de março do ano seguinte àquele a que se reportam os dados.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

3 – MTD Utilizadas e Medidas a Implementar

3.1 – MTD implementadas

O funcionamento da atividade prevê, de acordo com o projeto apresentado pelo operador, a utilização de várias das técnicas identificadas como Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) estabelecidas no Documento de Referência para aplicação sectorial *Reference Document on Best Available Techniques for Intensive Rearing of Poultry and Pigs* – BREF IRPP, Comissão Europeia (JOC 170, de 19 de julho de 2003) disponível para consulta em <http://eippcb.jrc.ec.europa.eu/reference/>.

As MTD estabelecidas no BREF IRPP aplicadas na instalação, de acordo com o projeto apresentado a licenciamento, encontram-se identificadas no Erro! A origem da referência não oi encontrada..

Quadro 14 – MTD implementadas na instalação

	MTD utilizadas
Boas práticas agrícolas	- Registo do consumo de água, energia e alimentos e da produção de resíduos e subprodutos. - Implementar um programa de manutenção e reparação que assegure o bom funcionamento e a limpeza das instalações e equipamentos. - Projetar a execução das atividades na própria exploração, tais como o fornecimento de materiais e a remoção de produtos, resíduos e subprodutos.
Sistemas de criação de aves de capoeira	<u>Pavilhões 1 e 2</u>: Sistema de jaulas com remoção do estrume, pelo menos duas vezes por semana, através de cintas transportadoras para um depósito fechado (pavilhão destinado ao armazenamento temporário de estrume – PA1).
Estratégia alimentar para aves de capoeira	Gestão nutricional dos alimentos fornecidos às aves.
Redução do consumo de energia	- Aplicação de boas práticas agrícolas na conceção das instalações dos animais, bem como a operação e a manutenção adequada das instalações e dos equipamentos. - Utilização de luz de baixo consumo energético (lâmpadas fluorescentes). - Otimização da conceção do sistema de ventilação de cada edifício a fim de obter um bom controlo da temperatura e alcançar taxas de ventilação mínimas no Inverno. - Inspeção e limpeza frequentes das valas e dos ventiladores para evitar resistências nos sistemas de ventilação.
Redução do consumo de água	- Limpeza das instalações dos animais e dos equipamentos com aparelhos de alta pressão depois de cada ciclo de produção ou de cada ninhada. - Calibração periódica dos bebedouros para evitar derrames. - Deteção e reparação de fugas.
Armazenamento de estrume	- Conceção de instalações de armazenamento para o estrume (pavilhão destinado ao armazenamento temporário de estrume – PA1) das aves de capoeira com capacidade suficiente para aguardar o subsequente tratamento ou aplicação nos solos. - Armazenagem do estrume seco num recinto/pavilhão coberto com pavimento impermeável e ventilação adequada (pavilhão destinado ao armazenamento temporário de estrume – PA1).

3.2 – Medidas a implementar

No que se refere à utilização de MTD transversais deverão ser analisados os seguintes documentos, também disponíveis em <http://eippcb.jrc.ec.europa.eu/reference/>:

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

- *Reference Document on the General Principles of Monitoring*, Comissão Europeia (JOC 170, de 19 de julho de 2003);
- *Reference Document on Best Available Techniques on Emissions from Storage* – BREF EFS, Comissão Europeia (JOC 253, de 19 de outubro de 2006);
- *Reference Document on Best Available Techniques for Energy Efficiency* – BREF ENE, Comissão Europeia (JOC 41, de 19 de fevereiro de 2009).

O operador deverá criar mecanismos de acompanhamento dos processos de elaboração e revisão dos BREF aplicáveis à instalação, de forma a garantir a adoção pela instalação das MTD a estabelecer nesse âmbito.

A adoção das técnicas consideradas MTD pelos Documentos de Referência (sectorial e transversais), que sejam adequadas à instalação e para as quais os elementos de projeto não evidenciam a sua utilização, deverá ser sistematizada no Plano de Desempenho Ambiental (PDA) bem como incluída na análise e calendário de implementação das várias medidas. Para eventuais técnicas, referidas nos Documentos de Referência (sectorial e transversais), aplicáveis à instalação mas não implementadas, deverá o operador apresentar no PDA a justificação/fundamentação desse facto, consagrando alternativas ambientalmente equivalentes.

4 – Acidentes e Emergências

Caso ocorra um acidente, incidente ou incumprimento desta licença deve ser desencadeado o procedimento descrito no **Ponto 1** desta LA (Introdução Geral). Se a ocorrência der origem a uma situação de emergência ou acidente grave, devem ainda ser tomadas as seguintes providências:

- Alertar as autoridades adequadas, nomeadamente bombeiros, proteção civil, ou outras, com a maior brevidade possível, dependendo da gravidade e das consequências expectáveis da emergência.
- Notificar a EC, a APA, ou a CCDR no prazo de 48h. A notificação deve incluir a informação constante **Quadro 15**. Se não for possível o envio de toda a informação referida, deverá ser enviado posteriormente um relatório que complete a notificação, até 30 dias após o acidente.

Se a APA considerar que os procedimentos previstos pelo operador devem ser alterados notifica-o dando um prazo de resposta que considere adequado, face às características da emergência.

Quadro 15 – Informação a contemplar no relatório a declarar situações de emergência

1 - Data e a hora da ocorrência;
2 – Análise dos factos que deram origem à ocorrência da emergência ou acidente grave.
3 - Caracterização (qualitativa e quantitativa) do risco associado à situação de emergência.
4 - Eventuais reclamações devidas à emergência.
5 - Plano de ações para correção a curto prazo da situação.
6 - Ações preventivas implementadas de imediato e outras ações previstas implementar.

5 – Gestão de informação/Registos, documentação e formação

O operador deve proceder de acordo com o definido no **Quadro 16**.

Quadro 16 – Procedimentos a adotar pelo operador

Registar todas as amostragens, análises, medições e exames, realizados de acordo com os requisitos desta licença
--

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

Registrar todas as ocorrências que afetem o normal funcionamento da exploração da atividade e que possam criar um risco ambiental

Elaborar por escrito todas as instruções relativas à exploração, para todo o pessoal cujas tarefas estejam relacionadas com esta licença, de forma a transmitir conhecimento da importância das tarefas e das responsabilidades de cada pessoa para dar cumprimento à licença ambiental e suas atualizações. O operador deve ainda manter procedimentos que concedam formação adequada a todo o pessoal cujas tarefas estejam relacionadas com esta licença.

Registrar todas as queixas de natureza ambiental que se relacionem com a exploração da atividade, estabelecendo-se um procedimento de recolha, tratamento e encaminhamento de reclamações, que verifique e responda às questões levantadas nessas reclamações, designadamente relacionadas com odores, proliferação de moscas ou outros problemas ambientais.

Devem ainda ser identificadas as causas e implementadas ações que minimizem os efeitos associados, informando o queixoso do que foi feito para resolver e evitar o problema no futuro.

Deverá ser mantido um registo datado das referidas reclamações que identifique os problemas denunciados e o conjunto de ações desenvolvidas pelo operador, devendo ser guardado o registo da resposta a cada queixa.

Relativamente às queixas mencionadas no **Quadro 16**, o operador deve enviar um relatório à APA no mês seguinte à existência da queixa, o qual deve integrar a informação, com detalhe, indicada no **Quadro 17**.

Quadro 17 – Informação a incluir no relatório referente às queixas

Data e hora
Natureza da queixa
Nome do queixoso
Motivos que deram origem à queixa
Medidas e ações desencadeadas

Os relatórios de todos os registos, amostragens, análises, medições e exames devem ser verificados e assinados pelo Técnico Responsável da instalação, e mantidos organizados em sistema de arquivo devidamente atualizado. Todos os relatórios devem ser conservados na instalação por um período não inferior a 5 anos e devem ser disponibilizados para inspeção sempre que necessário.

6 – Relatórios

6.1 - Relatório de Base

De acordo com o previsto no artigo 42.º do Diploma REI, as instalações onde se desenvolvem atividades que envolvem a utilização, produção ou libertação de substâncias perigosas relevantes, devem submeter à APA, um Relatório de Base. Este relatório destina-se a permitir estabelecer uma comparação quantitativa com o estado do local após a cessação definitiva das atividades.

De modo a determinar a necessidade de elaboração do Relatório de Base deverá ser enviada à APA, **até 30 de junho de 2015**, a avaliação das substâncias perigosas relevantes, efetuada de acordo com o previsto nas Diretrizes da Comissão Europeia respeitantes aos relatórios de base nos termos do artigo 22.º, n.º 2, da Diretiva 2010/75/UE relativa às emissões industriais (publicadas a 6 de maio de 2014, com o número 2014/C 136/03 e disponível para consulta em <http://eur-lex.europa.eu/>).

A abordagem a seguir deverá ser a seguinte:

1. Identificação das substâncias perigosas utilizadas, produzidas ou libertadas na instalação (matérias-primas, produtos intermédios ou finais, subprodutos, emissões ou resíduos), de acordo com a classificação do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1272/2008, de 16 de dezembro, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas (Regulamento CLP) e elaborar uma lista das mesmas.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

2. Identificação, de entre as substâncias listadas no ponto anterior, quais são substâncias perigosas relevantes, nomeadamente as que em consequência da sua perigosidade, mobilidade, persistência ou biodegradabilidade (ou outras características), sejam passíveis de provocar contaminação dos solos e águas subterrâneas.
3. Identificação, para cada substância perigosa relevante listadas no ponto 2, a real possibilidade de contaminação do solo ou das águas subterrâneas, no local de implantação da instalação, que lhe está associada, incluindo a probabilidade de libertações e as consequências das mesmas, tendo especialmente em conta:
 - a quantidade de cada substância perigosa em causa ou grupo de substâncias perigosas semelhantes em causa;
 - o modo e o local de armazenagem, utilização e transporte na instalação das substâncias perigosas em causa;
 - se há o risco de as substâncias em causa serem libertadas;
 - as medidas que foram tomadas para garantir a impossibilidade prática de contaminações do solo ou das águas.
4. Conclusão sobre a necessidade de apresentação do Relatório de Base completo, atendendo ao resultado dos pontos anteriores.

A APA avalia a informação fornecida pelo operador e estabelece, conforme o caso, a dispensa de apresentação do relatório de base ou um prazo para a apresentação do relatório de base completo.

6.2 – Plano de Desempenho Ambiental

O operador deve estabelecer e manter um PDA que integre todas as exigências desta licença e as ações de melhoria ambiental a introduzir de acordo com estratégias nacionais de política do Ambiente e MTD aprovadas ou a aprovar para o BREF referente ao sector de atividade PCIP da instalação (sectorial), bem como outros BREF relacionados (transversais), com o objetivo de minimizar ou, quando possível, eliminar os efeitos adversos no Ambiente.

Adicionalmente, deverá também evidenciar as ações tomadas no âmbito do referido em pontos anteriores desta LA, nomeadamente:

- A. Instalação do medidor de caudal/contador com totalizador, na origem das captações AC1, AC2 e AC3. Adicionalmente deverá apresentar registos fotográficos dos medidores de caudal/contadores instalados (cf. ponto 2.1.2.2 da presente LA);
- B. Ponto de situação do processo em curso na CMA, relativamente ao depósito de GPL de 4,3 m³ (cf. ponto 2.1.3 da presente LA);
- C. Ponto de situação do processo de licenciamento em curso na CMA, relativamente ao depósito de GPL de 7,48 m³ (cf. ponto 2.1.3 da presente LA);

O PDA deverá também evidenciar as ações previstas tomar no âmbito do referido em pontos anteriores desta LA, nomeadamente:

- i. A explicitação, análise e calendário de implementação das várias medidas a tomar com vista à adoção das diferentes **MTD aplicáveis à instalação, ainda não contempladas no projeto apresentado**, decorrentes dos BREF aplicáveis à instalação (sectorial e transversais);
- ii. A eventual não implementação de técnicas consideradas MTD aplicáveis à instalação, decorrentes dos BREF aplicáveis à instalação (sectorial e transversais), deverá ser acompanhada da respetiva justificação/fundamentação consagrando alternativas ambientalmente equivalentes;
- iii. Para eventuais técnicas referidas nos BREF (sectorial e transversais) mas não aplicáveis à instalação, deverá o operador apresentar a fundamentação desse facto, tomando por base nomeadamente as especificidades técnicas dos processos desenvolvidos.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

O PDA incluirá a calendarização das ações a que se propõe, para um período máximo de 5 anos, clarificando as etapas e todos os procedimentos que especifiquem como prevê o operador alcançar os objetivos e metas de desempenho ambiental para todos os níveis relevantes, nomeadamente os aspetos decorrentes dos Documentos de Referência sobre MTD. Por objetivo deve ainda incluir:

- os meios para as alcançar;
- o prazo para a sua execução;
- critérios/métodos de verificação da sua implementação.

O PDA deve ser apresentado à APA até 30 de junho de 2015, em **formato digital** (em CD ou através do e-mail ippc@apambiente.pt), para aprovação.

6.3 – Relatório Ambiental Anual

Até à implementação do reporte eletrónico através do Formulário Único, o operador deve enviar à APA um exemplar em **suporte digital** (em CD ou através do e-mail ippc@apambiente.pt) do RAA, que reúna os elementos demonstrativos do cumprimento desta licença, incluindo os sucessos alcançados e dificuldades encontradas para atingir as metas acordadas. O RAA deverá reportar-se ao ano civil anterior e dar entrada na APA até **30 de abril** do ano seguinte. O **1.º RAA será referente ao ano de 2015 e deverá ser entregue até 30 de abril de 2016**.

O RAA deverá ser organizado da forma evidenciada no **Quadro 18**.

Quadro 18 – Estrutura do RAA

Âmbito
Ponto de situação relativamente às condições de operação
Ponto de situação relativamente à gestão de recursos (água, energia e matérias primas)
Ponto de situação relativamente aos sistemas de drenagem, tratamento e controlo e pontos de emissão (quando aplicável)
Ponto de situação relativamente à monitorização e cumprimento dos VLE associados a esta licença, com apresentação da informação de forma sistematizada e ilustração gráfica da evolução dos resultados das monitorizações efetuadas (quando aplicável)
Síntese das emergências verificadas no último ano, e subseqüentes ações corretivas implementadas
Síntese de reclamações apresentadas
Ponto de situação relativamente à execução das metas do PDA, previstas para esse ano

Sempre que possível os dados devem ser apresentados na forma de quadros e tabelas, acompanhados de ilustração gráfica. Perante o envio de cópias de relatórios de ensaio e monitorizações, os mesmos deverão ser apresentados em anexo ao RAA, devidamente identificados. Sempre que se registem desvios aos normais consumos e/ou emissões por parte da atividade PCIP desenvolvida na instalação e que não se enquadrem no âmbito do ponto 5 desta LA, deverá ser incluída, no respetivo ponto do RAA, análise devidamente fundamentada.

Adicionalmente, e no âmbito das diferentes secções da LA, o RAA deverá incluir a informação seguidamente sistematizada, sem prejuízo da integração, dos elementos identificados noutros pontos desta LA.

I. **Matérias-primas/subsidiárias e produtos acabados (vide Ponto 2.1.1)**

- No RAA devem constar os dados sobre o volume de produção anual (VP) em cada um dos 4 pavilhões, em:
 - N.º aves instaladas/ano;
 - N.º ciclos produtivos/ano (completos e/ou incompletos);
 - Nº aves instaladas/ciclo produtivo (discriminando por ciclo produtivo);
 - Datas de entrada e saída de cada ciclo produtivo (discriminando por ciclo produtivo), assim como os períodos de vazio sanitário;

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

- Indicação do peso total (kg ou ton) das aves, no fim de cada ciclo produtivo (discriminando por ciclo produtivo);
 - Indicação do peso médio de cada ave (kg), no fim de cada ciclo produtivo (discriminando por ciclo produtivo);
 - N.º galinhas poedeiras recriadas/ano;
 - N.º galinhas poedeiras recriadas/ciclo produtivo (discriminando por ciclo produtivo).
- B. Devem também ser mantidos registos das quantidades de produto acabado. O RAA deverá incluir uma síntese dos registos em:
- N.º de galinhas poedeiras recriadas enviadas por ano para o exterior da instalação PCIP.
- C. Para o conjunto dos 4 pavilhões devem ser mantidos registos das quantidades da matéria-prima/subsidiária (ração) consumida na instalação. O RAA deverá incluir uma síntese dos registos em:
- Toneladas consumidas em cada ciclo produtivo (discriminando por ciclo produtivo).
 - Toneladas anualmente consumidas (no total).

Todos os valores a apresentar nos pontos A a C deverão ser devidamente fundamentados através da explicitação da forma de determinação dos valores apresentados.

II. Águas de abastecimento (vide Ponto 2.1.2)

- A. Uma vez que a água utilizada na instalação é proveniente de 3 pontos de captação (AC1, AC2 e AC3), deverá ser incluída no RAA informação referente ao:
- Volume total/mês (m³), extraído de cada ponto AC1, AC2 e AC3. O operador deverá apresentar as leituras mensais verificadas em cada medidor de caudal/contador com totalizador instalado, identificando o respetivo furo de origem.
 - Volume total/ano (m³), extraído de cada ponto AC1, AC2 e AC3.
- B. Uma vez que a água proveniente dos 3 pontos de captação (AC1, AC2 e AC3) é aproveitada para diferentes utilizações, deverá ser incluída no RAA informação individualizada para cada uma das 3 origens de água referidas, referente à:
- Água utilizada no abbeveramento das aves (m³):
 - Total/ano;
 - Total/mês;
 - Total/ciclo produtivo (discriminando para cada ciclo produtivo instalado em cada pavilhão – vide ponto I.A).
 - Estimativa do total anual da água utilizada nas restantes aplicações, com indicação do volume utilizado (em m³/ano), nomeadamente:
 - Nas lavagens dos pavilhões 1 e 2;
 - Nas lavagens dos pavilhões 3 e 4;
 - Na desinfeção de veículos;
 - Outras utilizações eventuais (discriminando-as).
- C. No RAA devem ser incluídos relatórios síntese relativos ao consumo mensal (m³/mês) e anual (m³/ano) da água proveniente da rede pública.
- Os valores mensais a apresentar nos pontos A a C deverão ser discriminados para cada um dos 12 meses do ano, de forma a refletir o real consumo de água proveniente de cada uma das captações AC1, AC2 e AC3 (face à respetiva ocupação/produção mensal da instalação).
- D. No RAA deverá constar ainda, informação referente ao consumo específico anual de água, nomeadamente:

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

- Litros de água consumidos por cada ave/ciclo produtivo/pavilhão (discriminando por cada ciclo produtivo de cada pavilhão - vide ponto I.A);
- Litros de água consumidos por cada kg de ave produzido/ciclo produtivo/pavilhão (discriminando por cada ciclo produtivo de cada pavilhão - vide ponto I.A);
- Número de aves produzidas por cada m³ de água consumida/ciclo produtivo/pavilhão (discriminando por cada ciclo produtivo de cada pavilhão - vide ponto I.A)

III. **Energia (vide Ponto 2.1.3)**

A. O operador deverá apresentar no RAA:

- Ponto de situação do processo em curso na CMA, relativamente ao depósito de GPL de 4,3 m³. O RAA correspondente deverá incluir cópia da decisão final emitida pela CMA.
- Ponto de situação do processo de licenciamento em curso na CMA, relativamente ao depósito de GPL de 7,48 m³. O RAA correspondente deverá incluir cópia da licença de exploração emitida pela CMA.

B. No RAA deverão ser incluídos relatórios síntese para o conjunto dos 4 pavilhões, compreendendo:

- O consumo mensal e anual de energia elétrica (em kWh e em tep);
- O consumo específico anual de energia elétrica, nomeadamente:
 - Em kWh/galinha recriada e tep/galinha recriada (vide ponto I.A);
 - Em kWh/kg de galinha recriada e tep/kg galinha recriada (vide ponto I.A).
- O consumo de GPL (em kg e em tep) por mês e por ano.

C. No RAA deverão ser incluídos relatórios síntese para cada um dos 4 pavilhões, compreendendo:

- O consumo de GPL (em kg e em tep) por mês, por ano e por ciclo produtivo (discriminando por ciclo produtivo).
- O consumo específico de GPL por ano e por ciclo produtivo/pavilhão (discriminando por ciclo produtivo), nomeadamente:
 - Em kg/galinha recriada e tep/galinha recriada (vide ponto I.A);
 - Em kg/kg de galinha recriada e tep/kg de galinha recriada (vide ponto I.A).
- O registo de funcionamento dos equipamentos do sistema de aquecimento, nomeadamente:
 - N.º de horas de funcionamento/ano;
 - N.º horas funcionamento/ciclo produtivo (discriminando por ciclo produtivo).

Para cada pavilhão, o registo de funcionamento dos equipamentos de aquecimento, deve ser efetuado para o conjunto dos equipamentos nele existentes (pavilhão 1: 4 equipamentos ED1-ED4; pavilhão 2: 4 equipamentos ED5-ED8; pavilhão 3: 10 equipamentos ED9-ED18; pavilhão 4: 10 equipamentos ED19-ED28) e não de forma desagregada para cada um dos 28 equipamentos.

D. Deverá também ser apresentado no RAA, para o gerador de emergência, relatório síntese:

- Do consumo anual de combustível (gasóleo) utilizado (l/ano e tep/ano);
- Do registo de funcionamento (n.º de horas funcionamento/ano).

Todos os valores a apresentar nos pontos B a D deverão ser devidamente fundamentados através da explicitação da forma de determinação dos valores apresentados.

IV. **Emissões para o ar (vide Ponto 2.2.1)**

A. Deverá ser incluído no RAA um relatório síntese com as determinações de emissões para o ar de poluentes de fontes difusas (em kg/ano para cada poluente), nomeadamente:

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

- Amoníaco (NH₃), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) e partículas (PM₁₀) para o ar, para cada local de emissão, designadamente em cada um dos 4 pavilhões avícolas e no pavilhão destinado ao armazenamento temporário de estrume (PA1);
 - Gases de combustão provenientes da queima de combustível (GPL) dos equipamentos constituintes do sistema de aquecimento de cada um dos 4 pavilhões avícolas (ED1-ED4; ED5-ED8; ED9-ED18; ED19-ED28), nomeadamente dióxido de carbono (CO₂), monóxido de carbono (CO), óxidos de azoto (NO_x), óxidos de enxofre (SO_x), partículas totais (PTS) e compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVnm).
- B. Deverá ser incluído no RAA um relatório síntese das emissões para o ar dos poluentes de fontes difusas (NH₃, CH₄, N₂O, PM₁₀, CO₂, CO, NO_x, SO_x, PTS e COVnm) com indicação das emissões específicas expressas em massa por unidade de produção, nomeadamente:
- N.º de galinhas recriadas/Kg de poluente;
 - Kg de galinha recriada/Kg de poluente.

Todos os valores a apresentar nos pontos A e B deverão ser devidamente fundamentados através da explicitação da forma de determinação dos valores apresentados.

V. Emissões de Águas Residuais e Pluviais (*vide* Ponto 2.2.2)

A. O operador deve incluir no RAA informação sobre:

- O volume anual (m³/ano) de águas residuais domésticas produzidas nas instalações sanitárias/balneários e na moradia, respetivamente;
- O volume anual (m³/ano) de águas residuais domésticas produzidas nas instalações sanitárias/balneários e na moradia, descarregado respetivamente nas fossas sépticas (LT3 e LT4) complementadas com órgão de descarga;

Todos os valores a apresentar neste ponto A deverão ser devidamente fundamentados através da explicitação da forma de determinação dos valores apresentados.

B. O operador deverá incluir no RAA indicação sobre o n.º de limpezas/ano efetuadas a cada uma das fossas sépticas LT3 e LT4.

C. Para cada limpeza efetuada a cada uma das fossas sépticas LT3 e LT4, deverão ser incluídos no RAA (identificando claramente a fossa estanque correspondente):

- Data da limpeza;
- Documento comprovativo da limpeza;
- Quantificação do volume de efluente doméstico removido (em m³);
- Data de envio do efluente doméstico para o exterior da instalação;
- Identificação do transportador do efluente doméstico e respetiva cópia da autorização para o transporte;
- Identificação do destino do efluente doméstico;
- Data de receção (no destino);
- Cópia da autorização dos operadores recetores do efluente doméstico;
- Cópia de documentação que demonstre o encaminhamento e o destino final adequado do efluente doméstico.

VI. Chorume -> Armazenamento temporário e destino final + Controlo (*vide* Pontos 2.3.1.1 e 2.3.3)

A. O operador deve incluir no RAA informação sobre:

- O volume total anual (m³/ano) de chorume produzido no conjunto dos 4 pavilhões;
- O n.º de lavagens/ano realizadas em cada pavilhão, discriminando ainda para cada pavilhão:

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

- A data de cada lavagem;
- O volume de água (m³) utilizado em cada lavagem;
- O volume de chorume (m³) descarregado por cada lavagem na respetiva fossa estanque LT1 (pavilhões 1 e 2) e LT2 (pavilhões 3 e 4).
- O volume anual (m³/ano) de chorume recolhido das fossas estanques LT1 e LT2 e encaminhado para:
 - Valorização agrícola pelo próprio em terrenos da instalação PCIP;
 - Outros destinos eventuais (discriminando-os).

Todos os valores a apresentar neste ponto D deverão ser devidamente fundamentados através da explicitação da forma de determinação dos valores apresentados.

B. O operador deverá incluir no RAA indicação sobre o n.º de limpezas/ano efetuadas a cada uma das fossas estanques LT1 e LT2.

C. Para cada limpeza efetuada a cada uma das fossas estanques LT1 e LT2, deverão ser incluídos no RAA (identificando claramente a fossa estanque correspondente):

- Data da limpeza;
- Quantificação do volume de efluente pecuário removido (em m³);
- Data de envio do efluente pecuário para o exterior da instalação (caso aplicável);
- Identificação do transportador do efluente pecuário;
- Identificação do destino e destinatário do efluente pecuário;
- Data de receção (no destino);
- Data e método de aplicação do efluente pecuário;
- Cópia de documentação que demonstre o encaminhamento e o destino final adequado do efluente pecuário.

VII. Estrume -> Armazenamento temporário e destino final + Controlo (vide Pontos 2.3.1.2 e 2.3.3)

A. O operador deve incluir no RAA informação sobre a quantidade total anual (toneladas/ano) de estrume produzido no conjunto dos 4 pavilhões.

Para efeitos do estrume produzido, deverá o operador apenas considerar o estrume removido dos 4 pavilhões.

B. Para a quantidade total de estrume produzido anualmente (solicitado no ponto anterior), o RAA deverá discriminar:

- A quantidade anual (toneladas/ano) de estrume produzido em cada pavilhão (discriminando por cada pavilhão);
- A quantidade de estrume produzido por cada ciclo produtivo de cada pavilhão (toneladas/ciclo produtivo/pavilhão).

Os valores por ciclo produtivo a apresentar deverão ser discriminados para cada ciclo produtivo instalado em cada pavilhão, solicitados no ponto I.A.

- A quantidade anual (toneladas/ano) de estrume recolhido dos 4 pavilhões e encaminhado para:
 - O pavilhão destinado ao armazenamento temporário de estrume (PA1);
 - Terceiros para efeitos de valorização agrícola;
 - Outros destinos eventuais (discriminando-os).

Todos os valores a apresentar nos pontos A e B deverão ser devidamente fundamentados através da explicitação da forma de determinação dos valores apresentados.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

C. O operador deverá incluir no RAA indicação sobre o n.º de recolhas/ano de estrume efetuadas na instalação (diretamente dos 4 pavilhões e do PA1).

D. Para cada recolha de estrume efetuada na instalação, deverão ser incluídos no RAA:

- Data da recolha;
- Quantificação da quantidade de efluente pecuário recolhido (em toneladas);
- Data de envio do efluente pecuário para o exterior da instalação;
- Identificação do transportador do efluente pecuário;
- Identificação do destino e destinatário do efluente pecuário;
- Data de receção (no destino);
- Cópia de documentação que demonstre o encaminhamento e o destino final adequado do efluente pecuário.

VIII. Animais mortos -> Armazenamento temporário e destino final + Controlo (vide Pontos 2.3.1.3 e 2.3.3)

A. Relativamente aos animais mortos originados na instalação, o operador deve incluir no RAA:

- Quantidade total de animais mortos por mês (toneladas/mês e n.º animais/mês) e por ano (toneladas/ano e n.º de animais/ano);
- Quantidade de animais mortos enviados mensal (toneladas/mês e n.º animais/mês) e anualmente (toneladas/ano e n.º animais/ano) para estabelecimentos aprovados para laborar com este tipo de subproduto de categoria 2;
- Identificação e apresentação de cópia da autorização de cada um dos estabelecimentos, que rececionaram animais mortos provenientes da instalação;
- Indicação da quantidade de animais mortos rececionados mensal (toneladas/mês e n.º animais/mês) e anualmente (toneladas/ano e n.º animais/ano) por cada um dos estabelecimentos;
- Cópia de documentação que demonstre o encaminhamento e o destino final adequado dos animais mortos ou apresentação de declaração emitida por cada um dos estabelecimentos, com indicação da quantidade anual (em toneladas) de animais mortos rececionados, provenientes da instalação.

IX. Resíduos -> Armazenamento temporário e destino final + Controlo (vide Pontos 2.3.1.4 e 2.3.3)

A. Caso se verifique haver armazenamento temporário por períodos superiores a um ano deverá ser efetuado ponto de situação deste licenciamento específico, com apresentação dos devidos elementos comprovativos.

B. Um relatório síntese dos registos de resíduos produzidos na instalação, com a seguinte informação deve ser integrado como parte do RAA:

- Origem, quantidade e tipo de resíduos produzidos na instalação, segundo a classificação da Lista Europeia de Resíduos – LER (Anexo I da Portaria n.º 209/2004, de 3 de março), bem como o período de armazenamento a que o mesmo é sujeito na instalação;
- Destino dos resíduos, incluindo informação sobre o operador e respetiva operação de valorização/eliminação, de acordo com a Portaria n.º 209/2004, de 3 de março, a que os mesmos serão sujeitos;
- A quantidade de resíduos valorizados na instalação, indicando os códigos LER e a operação desenvolvida.

Os registos devem ser mantidos na instalação durante um período mínimo de 5 anos, devendo estar disponíveis para inspeção das autoridades competentes em qualquer altura.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

X. MTD Utilizadas e Medidas a Implementar (vide ponto 3)

- A. No RAA deverá constar um relatório síntese dos resultados da aplicação das ações sistematizadas no PDA, com vista a evidenciar a aproximação da instalação às MTD referidas nos BREF aplicáveis (sectorial e transversais).

XI. Prevenção e controlo de acidentes/Gestão de situações de emergência (vide ponto 4)

- A. Um relatório síntese dos acontecimentos, respetivas consequências e ações corretivas, deve ser integrado como parte do RAA.

XII. Gestão de informação/Registos, documentação e formação (vide ponto 5)

- A. Uma síntese do número, natureza e data das queixas recebidas assim como das respostas e indicação das medidas implementadas deve ser incluída no RAA.

XIII. Relatórios -> Plano de desempenho ambiental (vide ponto 6.2)

- A. Um relatório síntese da execução das ações previstas no PDA deve ser integrado como parte do RAA.

XIV. Encerramento e desmantelamento/Desativação definitiva (vide ponto 7)

- A. No caso da desativação e desmantelamento de partes da instalação e/ou de equipamentos isolados e/ou de menor relevância, o respetivo destino previsto e a calendarização das ações a realizar deverão ser incluídos no RAA correspondente. Em cada caso concreto, e em função da especificidade do equipamento em causa, deverá ser também apresentada no RAA evidência de se encontrarem tomadas as devidas medidas com vista à minimização dos potenciais impactos ambientais mais relevantes decorrentes da ação isolada de desativação ou desmantelamento em causa.

6.4 – E-PRTR – Registo Europeu de Emissões e Transferências de Poluentes

O operador deverá elaborar um relatório de emissões anual, segundo modelo e procedimentos definidos pela APA em concordância com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 127/2008, de 21 de julho (Diploma PRTR), e com o Regulamento n.º 166/2006, de 18 de janeiro referente ao Registo Europeu de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR).

Este relatório deverá incluir a quantidade de resíduos perigosos e não perigosos, transferida para fora da instalação e ainda, para cada poluente PRTR:

- Os valores de emissão (medidos, calculados ou estimados) de fontes pontuais e difusas, para o ar, a água e o solo, emitido pela instalação, e;
- Os valores de emissão (medidos, calculados ou estimados) das águas residuais destinadas a tratamento fora da instalação.

Na elaboração deste relatório deverá também o operador tomar atenção às disposições constantes dos artigos 4º, 5º e 6º do Diploma PRTR e demais diretrizes disponibilizadas no site da APA na internet.

7 – Encerramento e desmantelamento/Desativação definitiva

Deverá ser elaborado um Plano de Desativação da instalação ou de partes desta a apresentar à APA, para aprovação, com o objetivo de adotar as medidas necessárias, na fase de desativação definitiva parcial ou total da instalação, destinadas a evitar qualquer risco de poluição e a repor o local da exploração em estado ambientalmente satisfatório e compatível com o futuro uso previsto para o local desativado. Este plano deverá ser apresentado com a brevidade que seja possível tendo em consideração o planeamento da gestão que o operador prevê para a sua instalação.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

A paragem de laboração da instalação ou de partes desta deve ser efetuada de forma segura tanto para a saúde humana como para o ambiente em todas as suas componentes/descriptores, eliminando focos de potenciais emergências a este níveis.

Após a paragem, o desmantelamento de equipamentos, demolição de estruturas e outras ações integradas no encerramento definitivo só deverá ocorrer após a aprovação do plano de desativação.

O plano de desativação deverá conter no mínimo os elementos evidenciados no **Quadro 19**.

Quadro 19 – Itens a incluir no Plano de Desativação

Âmbito do plano
Critérios que definem o sucesso da desativação da atividade ou de parte dela, de modo a assegurarem um impacto mínimo no ambiente
Programa para alcançar aqueles critérios, que inclua os testes de verificação
Plano de recuperação paisagística do local, quando aplicável

Após o encerramento definitivo o operador deverá entregar à APA, um relatório de conclusão do plano, para aprovação.

No caso da desativação e desmantelamento de partes da instalação e/ou de equipamentos isolados e/ou de menor relevância, o respetivo destino previsto e a calendarização das ações a realizar deverão ser incluídos no RAA correspondente. Em cada caso concreto, e em função da especificidade do equipamento em causa, deverá ser também apresentada no RAA evidência de se encontrarem tomadas as devidas medidas com vista à minimização dos potenciais impactos ambientais mais relevantes decorrentes da ação isolada de desativação ou desmantelamento em causa.

Abreviaturas

APA – Agência Portuguesa do Ambiente
BREF – Best Available Technologies (BAT) Reference
CAE – Código das Atividades Económicas
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CMA – Câmara Municipal de Arganil
CN – Cabeças Normais
DRAP – Direção Regional de Agricultura e Pescas
EC – Entidade Coordenadora
GEP – Gestão de Efluentes Pecuários
IGAMAOT – Inspeção-Geral da Agricultura, Mar, Ambiente e do Ordenamento do Território
INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda
JOC – Jornal Oficial da Comunidade
LA – Licença Ambiental
LER – Lista Europeia de Resíduos
MTD – Melhores Técnicas Disponíveis
MV – Medicamentos Veterinários
NIPC – Número de Identificação de Pessoa Coletiva
NP – Núcleo de Produção
NREAP – Novo Regime de Exercício da Atividade Pecuária
PDA – Plano de Desempenho Ambiental
PCIP – Prevenção e Controlo Integrados da Poluição
PGEP – Plano de Gestão de Efluentes Pecuários
PRSP – Ponto de Retenção de Subprodutos
PRTR – Registo Europeu de Emissões e Transferências de Poluentes
PUV – Produtos de Utilização Veterinária
RAA – Relatório Ambiental Anual
SIGREM – Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens de Medicamentos
SILiAmb – Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente
Tep – Toneladas equivalente de petróleo
TURH – Título de Utilização de Recursos Hídricos
VLE – Valor Limite de Emissão

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

ANEXO I – Exploração da atividade desenvolvida na instalação

1. Descrição do Processo Produtivo

A atividade PCIP realizada na instalação é a criação intensiva de aves de capoeira, com espaço para mais de 40.000 aves (galinhas poedeiras – recria). A instalação avícola é constituída por 1 núcleo de produção (NP) composto por 4 pavilhões avícolas, encontrando-se dimensionada para trabalhar com um efetivo de 138 474 aves (830,84 CN⁴ - Classe 1). As capacidades dos pavilhões encontram-se estabelecidas no **Quadro 20**.

Quadro 20– Capacidades de cada pavilhão avícola

Núcleo de Produção	Pavilhão	Capacidade de alojamento por pavilhão		Capacidade de alojamento (n.º aves - CN)
		N.º aves	CN	
NP1	1	59 589	357,53	138 474 aves – 830,84 CN
	2	59 589	357,53	
	3	9 648	57,89	
	4	9 648	57,89	
		TOTAL		138 474 Aves – 830,84 CN

A atividade PCIP desenvolvida na exploração avícola é efetuada através do método de “*all-in all-out*”, o qual é aplicado em cada pavilhão avícola de forma independente, de acordo com o seguinte ciclo de produção:

Receção dos Pintos – Fase de Recria – Apanha e transporte das galinhas poedeiras recriadas

Descrição sumária

Previamente à receção dos pintos, dá-se a preparação do pavilhão de modo a adequar as condições existentes à receção dos pintos, através do fornecimento de água, ração e calor. O aquecimento dos pavilhões 1 e 2 é efetuado através de 8 queimadores (4 queimadores/pavilhão) a GPL, enquanto o aquecimento dos pavilhões 3 e 4 é efetuado através de 20 radiadores (10 radiadores/pavilhão) a GPL colocados sobre as gaiolas.

A receção dos pintos dá-se quando as aves têm poucos dias de vida, as quais são distribuídas pelas jaulas/baterias de alojamento das aves.

A fase de recria dá-se até às 16 semanas de vida das aves, durante as quais as aves são submetidas a um programa de vacinação.

Terminado o ciclo produtivo, dá-se a apanha e o transporte das aves para instalações avícolas exteriores à instalação VALOVO II.

Após a retirada das aves do pavilhão este passa por um período de limpeza que compreende as etapas de remoção de excrementos seguido de lavagem do pavilhão e equipamentos através de máquinas de alta pressão. Posteriormente é efetuada a desinfecção do pavilhão e equipamentos através de pulverização.

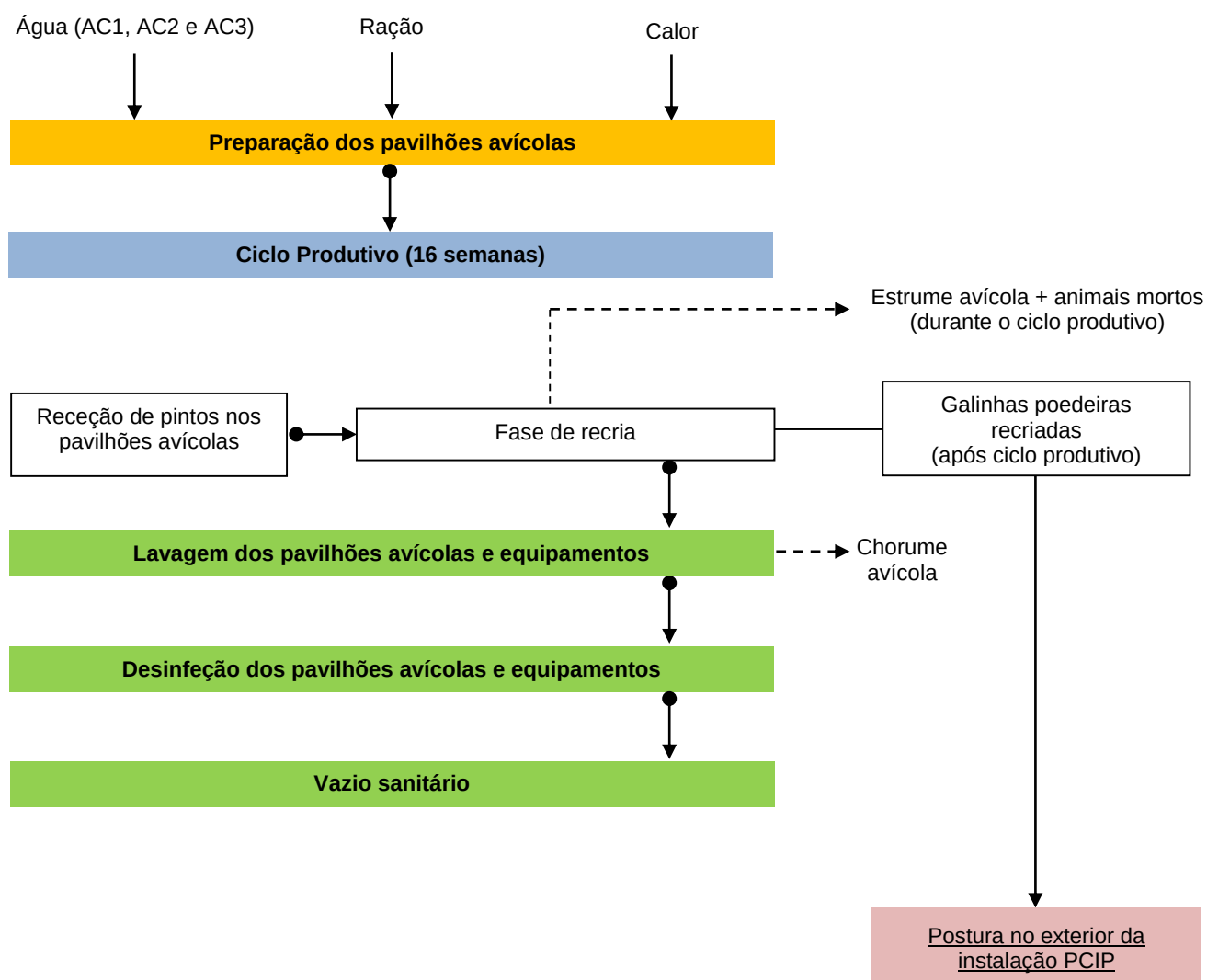
Segue-se o vazio sanitário (mínimo 3 semanas), de modo a reunir as condições higio-sanitárias essenciais para receber um novo bando, iniciando-se um novo ciclo produtivo.

Considerando a escala temporal do ciclo produtivo + vazio sanitário, bem como o início em simultâneo dos bandos nos 4 pavilhões avícolas, são efetuados 2 ciclos produtivos por ano, o que equivale a uma produção anual de cerca de 276 948 galinhas poedeiras recriadas (à qual deverá subtrair-se os animais mortos), com um peso médio unitário de 1,4 Kg.

⁴ A laboração com esta capacidade instalada está dependente de autorização da Entidade Coordenadora e emissão da respetiva Licença de Exploração.

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

2. Fluxograma do processo produtivo da atividade PCIP – criação intensiva de aves de capoeira



Legenda:

- Matérias-primas/ produtos
- - -> Matéria residual (subprodutos)
- → Esquema produtivo

LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

ANEXO II – Título de Utilização de Recursos Hídricos (TURH)

- **Captação AC1** – Cópia da Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Captação de Água Subterrânea (Processo n.º 450.10.02.02.018251.2014.RH4; Utilização n.º A014214.2014.RH4) - 4 páginas em anexo.
- **Captação AC2** – Cópia da Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Captação de Água Subterrânea (Processo n.º 450.10.02.02.011695.2014.RH4; Utilização n.º A011862.2014.RH4) - 4 páginas em anexo.
- **Captação AC3** – Cópia da Licença de Utilização dos Recursos Hídricos – Captação de Água Superficial (Processo n.º 450.10.02.01.011697.2014.RH4; Utilização n.º L013600.2014.RH4) - 4 páginas em anexo.

Processo n.º: 450.10.02.02.018251.2014.RH4

Utilização n.º: A014214.2014.RH4

Início: 2014/11/03

Validade: 2019/11/03

Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos - Captação de Água Subterrânea

Identificação

País*	Portugal
Número de Identificação fiscal*	508861845
Nome/Denominação Social*	Valovo II - Avicultura, Lda.
Morada*	Sítio dos Aviários
Localidade	Sobral - Côja
Código Postal	3305-098
Concelho*	Arganil
Telefones	919932127 - 244720330
Fax	244720339

Localização

Designação da captação	Furo - Valovo II (AC01)
Tipo de captação	Subterrânea
Tipo de infraestrutura	Furo vertical
Prédio/Parcela	Sobral
Dominialidade	Domínio Hídrico Privado
Nut III - Concelho - Freguesia	Pinhal Interior Norte / Arganil / Coja
Longitude	-7.97935
Latitude	40.27838
Região Hidrográfica	RH4 :: Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste
Bacia Hidrográfica	1346 :: Alva
Sub-Bacia Hidrográfica	04MON0658 :: Rio Alva
Tipo de massa de água	RIO
Massa de água	04MON0658 :: Rio Alva
Classificação do estado/potencial ecológico (superficial) ou estado (subterrânea) da massa de água	Bom

Caracterização

Uso	Particular
Captação de água já existente	X
Situação da captação	Principal

Perfuração:

Método	Rotopercussão
Profundidade (m)	55.0

Diâmetro máximo (mm) 230.0

Revestimento:

Tipo PVC

Diâmetro máximo da coluna (mm) 140.0

Regime de exploração:

Tipo de equipamento de extração Bomba elétrica submersível

Energia Elétrica

Potência do sistema de extração (cv) 1.5

Caudal máximo instantâneo (l/s) 1.000

Volume máximo anual (m3) 434.0

Mês de maior consumo agosto

Volume máximo mensal - mês de maior consumo (m3) 60

Nº horas/dia em extração 1

Nº dias/mês em extração 30

Nº meses/ano em extração 12

Finalidades

Atividade Industrial

Tipo de indústria Avicultura

CAE Principal 01470 : Avicultura

Condições Gerais

- 1ª O titular deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras licenças exigíveis por outras entidades.
- 2ª O titular fica sujeito, de acordo com o Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, ao pagamento da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) calculada de acordo com a seguinte fórmula: $TRH = U$, em que U – utilização de águas sujeitas a planeamento e gestão públicas.
- 3ª A matéria tributável da componente U é determinada com base no sistema de registo do volume de água captado definido no Anexo – Termos da instalação de um sistema de registo do volume de água captado.
- 4ª Sem prejuízo das sanções aplicáveis, sempre que o registo atualizado do volume de água captado, não seja entregue com a periodicidade definida no anexo correspondente ou até ao dia 15 de janeiro ao do ano de liquidação da TRH, o valor da componente U será estimado tendo por base o volume máximo mensal para o mês de maior consumo estabelecido nesta autorização.
- 5ª O pagamento da taxa de recursos hídricos devida é efetuado no ano seguinte àquele a que a taxa respeite até ao termo disposto na Nota de Liquidação respetiva e pode ser feito de acordo com o previsto no número 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho.
- 6ª A falta de pagamento atempado fica sujeito a juros de mora à taxa legal em vigor, conforme dispõe o número 5 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho.
- 7ª O titular deverá respeitar o regime de exploração acima descrito.
- 8ª O titular é obrigado a implementar as medidas adequadas à proteção e manutenção da captação.
- 9ª O titular da autorização fica obrigado a informar a entidade licenciadora, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente grave que afete o estado das águas.
- 10ª O titular obriga-se a cumprir o disposto na presente autorização, bem como todas as leis e regulamentos vigentes, na parte em que for aplicável, e os que venham a ser publicados, quer as suas disposições se harmonizem ou não com os direitos e obrigações que à presente autorização sejam aplicáveis.
- 11ª Para efeitos de fiscalização ou inspeção, o titular fica obrigado a facultar, às entidades competentes, este título, bem como o

acesso à captação e equipamentos a que respeitam esta autorização.

- 12ª** As despesas com vistorias extraordinárias, inerentes à emissão deste título, ou que resultarem de reclamações justificadas, serão suportadas pelo seu titular.
- 13ª** Em caso de incumprimento da presente autorização, o seu titular fica sujeito às sanções previstas no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 14ª** Esta autorização só pode ser transmitida nas condições previstas no artigo 26º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 15ª** Esta autorização caduca nas condições previstas no artigo 33º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 16ª** Esta autorização poderá, a qualquer altura, ser revista ou revogada nos casos previstos nos artigos 28º e 32º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 17ª** O titular obriga-se a instalar um sistema de registo (contador) do volume de água captado, cuja leitura deverá ser enviada à entidade licenciadora com o formato definido no Anexo.
- 18ª** O titular obriga-se a realizar uma análise físico-química e bacteriológica da água captada, caso se destine ao consumo humano e a enviar à entidade licenciadora os dados obtidos com o formato definido no Anexo – Análise físico-química e bacteriológica.

Condições Específicas

- 1ª** O titular obriga-se a utilizar um sistema de medida que permita conhecer os volumes de água extraídos mensalmente, através de um sistema de registo (contador) ou por medição indireta, devendo enviar à entidade licenciadora os resultados com o formato definido no Anexo.

Outras Condições

- 1ª** Abeberamento animal, = 429, lavagens, = 4, Desinfecção de Veículos = 1

Autocontrolo

Volume máximo mensal do mês de maior consumo

Volume 60 (m3)

Programa de autocontrolo a implementar

O titular obriga-se a instalar um aparelho de medida (contador), que permita conhecer com rigor o volume total de água captado. As leituras do contador terão de ter periodicidade mensal e deverão ser reportadas à entidade licenciadora com uma periodicidade mensal. Os dados deverão ser reportados preferencialmente em formato digital, numa tabela que respeite as seguintes colunas: [Nº de Utilização], [Nº de processo], [Mês de medição], [Volume máximo autorizado], [Leitura anterior do contador], [Leitura atual do contador], [Volume extraído], [Observações].

Indique numa coluna de Observações o motivo pelo qual ultrapassou o volume autorizado.

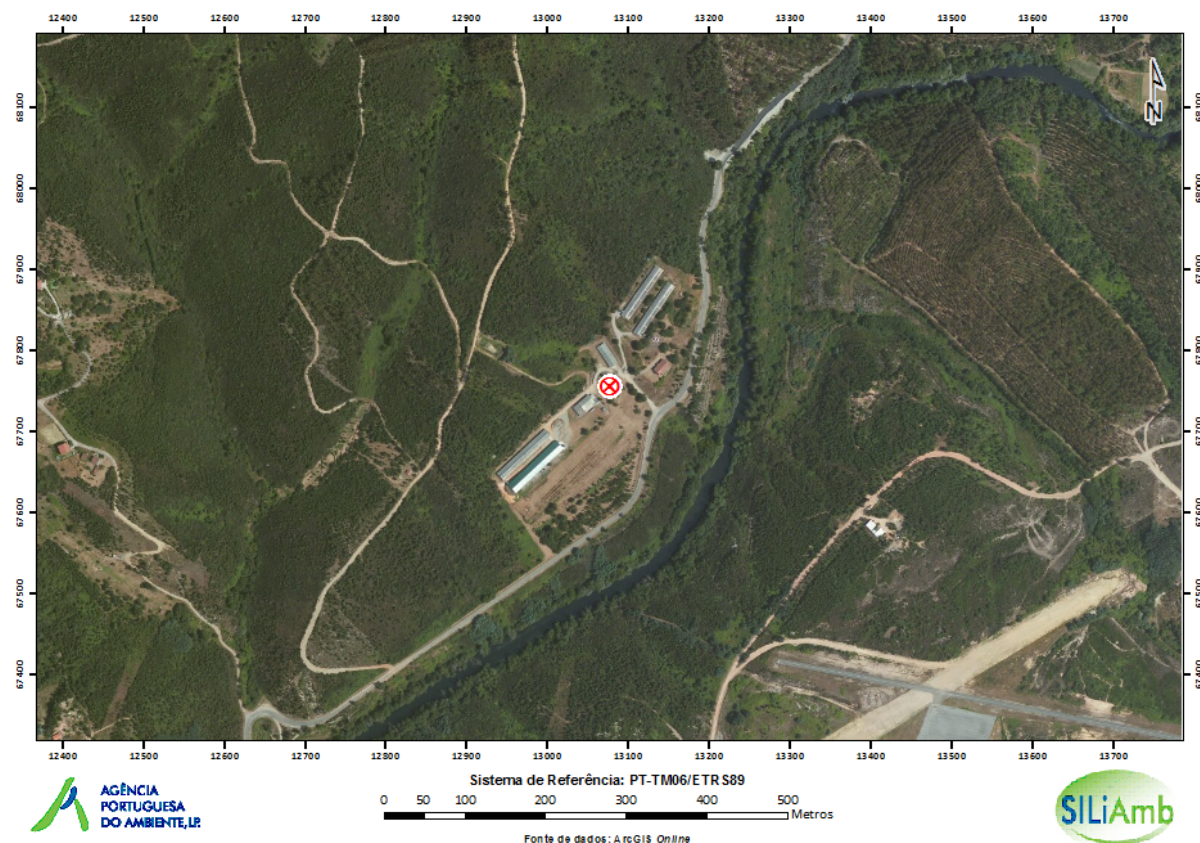
A Administradora Regional da ARH do Centro
(Ao abrigo da subdelegação de competências publicada
no Despacho n.º 9489/2013, de 19 de julho)



Celina Carvalho

Localização da utilização

Peças desenhadas da localização



Processo n.º: 450.10.02.02.011695.2014.RH4

Utilização n.º: A011862.2014.RH4

Início: 2014/09/12

Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos - Captação de Água Subterrânea

Identificação

País*	Portugal
Número de Identificação fiscal*	508861845
Nome/Denominação Social*	Valovo II - Avicultura, Lda.
Morada*	Sítio dos Aviários
Localidade	Sobral - Côja
Código Postal	3305-098
Concelho*	Arganil
Telefones	919932127 - 244720330
Fax	244720339

Localização

Designação da captação	Poço em Sobral (AC2)
Tipo de captação	Subterrânea
Tipo de infraestrutura	Poço
Prédio/Parcela	Sobral
Nut III - Concelho - Freguesia	Pinhal Interior Norte / Arganil / Coja
Longitude	-7.97812
Latitude	40.27915
Região Hidrográfica	RH4 :: Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste
Bacia Hidrográfica	1346 :: Alva
Sub-Bacia Hidrográfica	04MON0658 :: Rio Alva
Tipo de massa de água	SUBTERRANEA
Massa de água	A0x2RH4 :: Macico Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego
Classificação do estado/potencial ecológico (superficial) ou estado (subterrânea) da massa de água	Bom

Caracterização

Uso	Particular
Captação de água já existente	☒
Situação da captação	Reforço

Perfuração:

Método	Outro
Profundidade (m)	30.0
Diâmetro máximo (mm)	0.0
Profundidade do sistema de extração (m)	20.0

Regime de exploração:

Tipo de equipamento de extração	Bomba elétrica submersível
Energia	Elétrica
Potência do sistema de extração (cv)	1.5
Caudal máximo instantâneo (l/s)	25.000
Volume máximo anual (m3)	361.0
Mês de maior consumo	agosto
Volume máximo mensal - mês de maior consumo (m3)	51
Nº dias/mês em extração	30
Nº meses/ano em extração	12

Finalidades

Atividades de outro tipo

138464 frangas de recria Abeberamento = 356 m3 Lavagens = 5 m3

Condições Gerais

- 1ª O titular deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras licenças exigíveis por outras entidades.
- 2ª O titular fica sujeito, de acordo com o Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, ao pagamento da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) calculada de acordo com a seguinte fórmula: $TRH = U$, em que U – utilização de águas sujeitas a planeamento e gestão públicas.
- 3ª A matéria tributável da componente U é determinada com base no sistema de registo do volume de água captado definido no Anexo – Termos da instalação de um sistema de registo do volume de água captado.
- 4ª Sem prejuízo das sanções aplicáveis, sempre que o registo atualizado do volume de água captado, não seja entregue com a periodicidade definida no anexo correspondente ou até ao dia 15 de janeiro ao do ano de liquidação da TRH, o valor da componente U será estimado tendo por base o volume máximo mensal para o mês de maior consumo estabelecido nesta autorização.
- 5ª O pagamento da taxa de recursos hídricos devida é efetuado no ano seguinte àquele a que a taxa respeite até ao termo disposto na Nota de Liquidação respetiva e pode ser feito de acordo com o previsto no número 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho.
- 6ª A falta de pagamento atempado fica sujeito a juros de mora à taxa legal em vigor, conforme dispõe o número 5 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho.
- 7ª O titular deverá respeitar o regime de exploração acima descrito.
- 8ª O titular é obrigado a implementar as medidas adequadas à proteção e manutenção da captação.
- 9ª O titular da autorização fica obrigado a informar a entidade licenciadora, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente grave que afete o estado das águas.
- 10ª O titular obriga-se a cumprir o disposto na presente autorização, bem como todas as leis e regulamentos vigentes, na parte em que for aplicável, e os que venham a ser publicados, quer as suas disposições se harmonizem ou não com os direitos e obrigações que à presente autorização sejam aplicáveis.
- 11ª Para efeitos de fiscalização ou inspeção, o titular fica obrigado a facultar, às entidades competentes, este título, bem como o acesso à captação e equipamentos a que respeitam esta autorização.
- 12ª As despesas com vistorias extraordinárias, inerentes à emissão deste título, ou que resultarem de reclamações justificadas, serão suportadas pelo seu titular.
- 13ª Em caso de incumprimento da presente autorização, o seu titular fica sujeito às sanções previstas no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 14ª Esta autorização só pode ser transmitida nas condições previstas no artigo 26º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 15ª Esta autorização caduca nas condições previstas no artigo 33º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

16ª Esta autorização poderá, a qualquer altura, ser revista ou revogada nos casos previstos nos artigos 28º e 32º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

Condições Específicas

1ª O titular obriga-se a utilizar um sistema de medida que permita conhecer os volumes de água extraídos mensalmente, através de um sistema de registo (contador) ou por medição indireta, devendo enviar à entidade licenciadora os resultados com o formato definido no Anexo.

Outras Condições

1ª A presente Autorização anula e substitui a Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos para Pesquisa e Captação de Água Subterrânea emitida com o código A001618.2013.RH4.

Autocontrolo

Volume máximo mensal do mês de maior consumo

Volume	51 (m3)
--------	---------

Programa de autocontrolo a implementar

O titular obriga-se a instalar um aparelho de medida (contador), que permita conhecer com rigor o volume total de água captado. As leituras do contador terão de ter periodicidade mensal e deverão ser reportadas à entidade licenciadora com uma periodicidade mensal. Os dados deverão ser reportados preferencialmente em formato digital, numa tabela que respeite as seguintes colunas: [Nº de Utilização], [Nº de processo], [Mês de medição], [Volume máximo autorizado], [Leitura anterior do contador], [Leitura atual do contador], [Volume extraído], [Observações].

Indique numa coluna de Observações o motivo pelo qual ultrapassou o volume autorizado.

A Administradora Regional da ARH do Centro
(Ao abrigo da subdelegação de competências publicada
no Despacho n.º 9489/2013, de 19 de julho)



Celina Carvalho

Localização da utilização

Peças desenhadas da localização



Processo n.º: 450.10.02.01.011697.2014.RH4

Utilização n.º: L013600.2014.RH4

Início: 2014/10/20

Validade: 2019/10/20

Licença de Utilização dos Recursos Hídricos - Captação de Água Superficial

Identificação

País*	Portugal
Número de Identificação fiscal*	508861845
Nome/Denominação Social*	Valovo II - Avicultura, Lda.
Morada*	Sítio dos Aviários
Localidade	Sobral - Côja
Código Postal	3305-098
Concelho*	Arganil
Telefones	919932127 - 244720330
Fax	244720339

Localização

Designação da captação	Captação superficial no Rio Alva
Tipo de captação	Superficial
Tipo de infraestrutura	Drenos em curso de água
Prédio/Parcela	Sobral
Dominalidade	Domínio Hídrico Público
Meio hídrico	Rio
Margem/Plano de água	Margem direita
Nut III - Concelho - Freguesia	Pinhal Interior Norte / Arganil / Coja
Longitude	-7.97746
Latitude	40.27868
Região Hidrográfica	RH4 :: Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste
Bacia Hidrográfica	1346 :: Alva
Sub-Bacia Hidrográfica	04MON0658 :: Rio Alva
Tipo de massa de água	SUBTERRANEA
Massa de água	A0x2RH4 :: Macico Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego
Classificação do estado/potencial ecológico (superficial) ou estado (subterrânea) da massa de água	Bom

Caracterização

Uso	Particular
Captação de água já existente	☐

Regime de exploração:

Tipo de equipamento de extração	Outro
---------------------------------	-------

Energia	Elétrica
Potência do sistema de extração (cv)	3.0
Caudal máximo instantâneo (l/s)	47.700
Volume máximo anual (m3)	2600.0
Mês de maior consumo	agosto
Volume máximo mensal - mês de maior consumo (m3)	400
Nº dias/mês em extração	30
Nº meses/ano em extração	12

Finalidades

Atividades de outro tipo

Abeberamento animal (138464 animais por espécie) = 2539 m3 Lavagens = 34 m3

Condições Gerais

- 1ª O titular obriga-se a cumprir o disposto na presente licença, bem como todas as leis e regulamentos vigentes, na parte em que lhe for aplicável, e os que venham a ser publicados, quer as suas disposições se harmonizem ou não com os direitos e obrigações que à presente licença sejam aplicáveis.
- 2ª O titular fica sujeito, de acordo com o Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, ao pagamento da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) calculada de acordo com a seguinte fórmula: $TRH = A + O + U$ em que: A – utilização de águas do domínio público hídrico do Estado O – ocupação do domínio público hídrico do Estado U – utilização de águas sujeitas a planeamento e gestão públicas
- 3ª A matéria tributável das componentes A e U é determinada com base no sistema de registo do volume de água captado definido no Anexo – Termos da instalação de um sistema de registo do volume de água captado.
- 4ª Sem prejuízo das sanções aplicáveis, sempre que o registo atualizado do volume de água captado, referido na cláusula anterior, não seja entregue com a periodicidade definida no Anexo correspondente, ou até ao dia 15 de janeiro ao do ano de liquidação da TRH, o valor das componentes A e U será calculado tendo por base o volume máximo mensal estabelecido nesta licença.
- 5ª O pagamento da taxa devida é efetuado no ano seguinte àquele a que a taxa respeite até ao termo disposto na Nota de Liquidação respetiva e pode ser feito de acordo com o previsto no número 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho.
- 6ª A falta de pagamento atempado fica sujeito a juros de mora à taxa legal em vigor, conforme dispõe o número 5 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho.
- 7ª Para efeitos de fiscalização ou inspeção, o titular fica obrigado a facultar, às entidades competentes, esta licença, bem como o acesso à área, construções e equipamentos a ela associados.
- 8ª As despesas com vistorias extraordinárias inerentes à emissão desta licença, ou as que resultarem de reclamações justificadas, serão suportadas pelo seu titular.
- 9ª O titular obriga-se a ligar à rede pública de abastecimento assim que esta estiver disponível no local, com consequente caducidade desta licença (aplicável para consumo humano).
- 10ª A presente licença pode ser revista ou revogada nos casos previstos nos artigos 28º e 32º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 11ª A licença só poderá ser transmitida mediante autorização da entidade licenciadora de acordo com o disposto no artigo 26º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 12ª A licença só poderá ser transacionada e cedida mediante autorização da entidade licenciadora de acordo com o disposto no artigo 27º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 13ª A licença caduca nas condições previstas no artigo 33º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 14ª Esta licença não confere direitos contra concessões que vierem a efetuar-se nos termos da legislação vigente.
- 15ª O titular da licença fica obrigado a informar a entidade licenciadora, no prazo máximo de 24 horas, de qualquer acidente que afete o estado das águas.
- 16ª A entidade licenciadora reserva o direito de restringir excecionalmente o regime de utilização dos recursos hídricos, por período a

definir em situações de emergência, nomeadamente secas, cheias e acidentes.

17ª Em caso de incumprimento da presente licença, o seu titular fica sujeito às sanções previstas no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

18ª O titular desta licença deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras licenças exigíveis por outras Entidades.

Outras Condições

1ª O titular obriga-se a utilizar um sistema de medida que permita conhecer os volumes de água extraídos mensalmente, através de um sistema de registo (contador) ou por medição indireta, devendo enviar à entidade licenciadora a informação dos volumes captados mensalmente.

Anexos

Autocontrolo

Volume máximo mensal do mês de maior consumo

Volume	400 (m3)
---------------	----------

Programa de autocontrolo a implementar

O titular obriga-se a instalar um aparelho de medida (contador), que permita conhecer com rigor o volume total de água captado. As leituras do contador terão de ter periodicidade mensal e deverão ser reportadas à entidade licenciadora com uma periodicidade mensal. Os dados deverão ser reportados preferencialmente em formato digital, numa tabela que respeite as seguintes colunas: [Nº de Utilização], [Nº de processo], [Mês de medição], [Volume máximo autorizado], [Leitura anterior do contador], [Leitura atual do contador], [Volume extraído], [Observações].

Indique numa coluna de Observações o motivo pelo qual ultrapassou o volume autorizado.

A Administradora Regional da ARH do Centro
(Ao abrigo da subdelegação de competências publicada
no Despacho n.º 9489/2013, de 19 de julho)



Celina Carvalho

Localização da utilização

Peças desenhadas da localização



LA n.º	Ren.	Subs.	Ano
537	0	0	2014

ANEXO III – Plano de Gestão de Efluentes Pecuários (chorume e estrume)

Cópia do parecer (n.º PAR/91/2013/DIAm, emitido pela DRAP Centro) favorável ao PGEP submetido pelo operador na EC, com vista a assegurar o cumprimento das normas regulamentares e técnicas aplicáveis à gestão dos efluentes pecuários, conforme o disposto na Portaria n.º 631/2009, de 9 de junho – 2 páginas em anexo.



Direcção de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar, Rural e Licenciamento
Divisão de Infraestruturas e Ambiente

Plano de Gestão de Efluentes Pecuários (PGEF)

Titular: VALOVO II – AVICULTURA, LDA

Processo n.º: 13665/02/C

Parecer n.º: PAR/91/2013/DIAM

Decisão:

Favorável

Data:

23/09/2013

Ass:

[Assinatura]

Francisco Mirlato de Matos Castro
Chefe da Divisão de Infraestruturas e Ambiente

A regulamentação das actividades pecuárias, previstas no novo regime do exercício da actividade pecuária (NREAP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, cria um quadro de licenciamento para encaminhamento dos efluentes pecuários visando a redução dos impactes negativos desses efluentes no ambiente.

Nos termos da Portaria n.º 631/2009, de 9 de Junho, a exploração deve adoptar medidas para uma correcta gestão dos efluentes, aproveitando os seus componentes minerais e orgânicos de forma a contribuir para o uso eficiente da água e do solo.

Analisado o Plano de Gestão dos Efluentes Pecuários (PGEF) apresentado no processo referido em epígrafe, nos termos do disposto no Anexo IV, verifica-se que os quesitos se encontram na seguinte situação:

Quesitos	Cumprimento dos quesitos					
	Cumpre	Não cumpre	Não se aplica			
Caracterização do efluente	X					
Cálculo do volume de efluente	X					
Descrição das estruturas de recolha de efluente	X					
Capacidade de armazenamento de efluente	X					
Descrição dos sistemas de redução de efluente					X	
Sistema de tratamento de efluentes					X	
Destino final do efluente (VAEP/ Outros destinos)	X					

Observações:

No PGEF é declarado que o efluente pecuário produzido na exploração na forma líquida, num total anual de 43,2 m³ tem como destino a valorização agrícola na unidade de produção e os efluentes na forma sólida, num total anual de 1108 Ton, terão como destino a entrega a terceiros para valorização agrícola.

No que diz respeito a capacidade de armazenamento esta unidade dispõe de 2 fossas estanques com capacidade total para 24 m³, e de 1 armazém de estrumes com capacidade total para 636 Ton.

No envio de efluentes pecuários para valorização agrícola por terceiros, cabe ao titular assegurar o cumprimento das normas relativas ao transporte, com guia de transporte e veículo autorizado, bem como verificar as condições do destinatário para valorização do efluente pecuário, designadamente no que concerne às quantidades a valorizar nas parcelas/culturas.

É declarado em processo que todo efluente pecuário na forma sólida produzida na exploração será encaminhada para o exterior da exploração, não sendo alvo de qualquer valorização agrícola por parte da empresa. Nos termos

[Assinatura]



propostos a exploração não está autorizada a efectuar qualquer valorização agrícola de efluente pecuário, estrume, nas parcelas da exploração

Nos termos da referida portaria, a exploração fica obrigada a adoptar as medidas aplicáveis para o cumprimento das normas técnicas ao nível do armazenamento, transporte e destino final do efluente, designadamente as disposições constantes do art. 3º e dos Anexos I e III, relativas ao armazenamento de efluentes e ao transporte de efluentes para fora da Unidade de produção. Sem prejuízo do disposto na demais legislação aplicável, a valorização agrícola dos efluentes pecuários e de outros fertilizantes é interdita nas seguintes situações:

- a) Nos meses de Novembro, Dezembro e Janeiro, excepto quando a aplicação precede a instalação imediata de uma cultura ou seja realizada sobre uma cultura já instalada e seja agronomicamente justificável;
- b) Em solos inundados e inundáveis, e sempre que durante o ciclo vegetativo das culturas ocorram situações de excesso de água no solo, devendo, neste caso, aguardar –se que o solo retome o seu estado de humidade característico do período de sação;
- c) Na zona terrestre de protecção das albufeiras de águas públicas de serviço público, numa faixa, medida na horizontal, com a largura de 100 m, contados a partir da linha do nível de pleno armazenamento, sem prejuízo de, nos casos em que exista plano de ordenamento de albufeira de águas públicas, o regulamento do plano estabelecer uma faixa de interdição com uma largura superior a 100 m;
- d) Na zona terrestre de protecção das lagoas ou lagos de águas públicas constantes do anexo I do regime de protecção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio, numa faixa, medida na horizontal, com a largura de 100 m, contados a partir da linha limite do leito da lagoa ou lago de águas públicas em causa, sem prejuízo de, nos casos em que exista plano especial de ordenamento do território aplicável, o regulamento do plano estabelecer uma faixa de interdição com uma largura superior a 100 m;
- e) Nas parcelas classificadas com IQFP igual ou superior a 4, excepto em parcelas armadas em socacos ou terraços e nas áreas integradas em várzeas destas parcelas, bem como nas situações em que a DRAP territorialmente competente as considere tecnicamente adequadas;
- f) Sob condições climáticas adversas, designadamente em períodos de precipitação ou em que esta esteja iminente;
- g) Em solos agrícolas em que não exista uma cultura instalada ou esteja prevista a sua instalação e a consequente utilização próxima dos nutrientes dos efluentes;
- h) Em dias ventosos ou durante os períodos de elevada temperatura diária, com excepção da aplicação por injeção directa.

Face ao exposto, somos de parecer **FAVORÁVEL** Plano de Gestão dos Efluentes Pecuários (PGEF) apresentado.

Coimbra, 24 de setembro de 2013

(Parecer n.º: PAR/91/2013/DIAm)

A Técnica Superior,

Regina Esteves Santos
Regina Esteves Santos
(Eng.ª Técnica Superior)

1.º Aditamento à LICENÇA AMBIENTAL n.º 537/0.0/2014

Nos termos da legislação relativa ao Regime de Emissões Industriais (REI), é emitido o 1.º Aditamento à Licença Ambiental do operador

VALOVO II – Avicultura, Lda.

com o Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) 508 861 845, para a instalação

VALOVO II

sita em Sobral, freguesia de União das Freguesias de Côja e Barril de Alva e concelho de Arganil.

A licença ambiental é válida até 18 de dezembro de 2024.

Amadora, 14 de dezembro de 2015

A Vogal do Conselho Diretivo da APA, I.P.



Ana Teresa Perez

**Este aditamento é parte integrante da Licença Ambiental (LA) n.º 537/0.0/2014,
emitida em 18 de dezembro de 2014**

Âmbito

Atualização da Licença Ambiental (LA) n.º 537/0.0/2014, decorrente do aumento da capacidade instalada da instalação de 138 474 aves de capoeira (galinhas poedeiras – recria) para 150 144 aves de capoeira (galinhas poedeiras – recria).

Ao abrigo do art.º 19.º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, as alterações em causa não se concretizam numa “*alteração substancial*” da instalação, nos termos da definição constante da alínea c) do art.º 3.º do mesmo Diploma.

Alteração ao ponto 1.2.1 (Atividades) da LA

O Quadro 3 do ponto 1.2.1 da LA passa a apresentar a seguinte redação:

Atividade Económica	CAE _{rev. 3}	Designação CAE	Categoria PCIP	Capacidade Instalada
Principal	01470	Avicultura	6.6.a ¹	150 144 aves ²

Alteração ao ponto 2 (Condições Operacionais de Exploração) da LA

O primeiro parágrafo do ponto 2 da LA passa a apresentar a seguinte redação:

A atividade PCIP realizada na instalação VALOVO II é a criação intensiva de aves de capoeira (galinhas poedeiras – recria), com espaço para mais de 40.000 aves, identificada através da categoria 6.6a do Anexo I do Diploma REI, com capacidade instalada de 150 144 aves, correspondendo a 1 núcleo de produção (NP) com 4 pavilhões avícolas.

Alteração do Ponto 1 (Descrição do Processo Produtivo) do ANEXO I (Exploração da atividade desenvolvida na instalação) da LA

O primeiro parágrafo do ponto 1 do ANEXO I da LA passa a apresentar a seguinte redação:

A atividade PCIP realizada na instalação é a criação intensiva de aves de capoeira, com espaço para mais de 40.000 aves (galinhas poedeiras – recria). A instalação avícola é constituída por 1 núcleo de produção (NP) composto por 4 pavilhões avícolas, encontrando-se dimensionada para trabalhar com um efetivo de 150 144 aves (900,86 CN⁴ - Classe 1). As capacidades dos pavilhões encontram-se estabelecidas no **Quadro 20**.

Quadro 1– Capacidades de cada pavilhão avícola

Núcleo de Produção	Pavilhão	Capacidade de alojamento por pavilhão		Capacidade de alojamento (n.º aves - CN)
		N.º aves	CN	
NP1	1	37 632	225,79	150 144 aves – 900,86 CN
	2	37 632	225,79	
	3	37 440	224,64	
	4	37 440	224,64	
		TOTAL		150 144 Aves – 900,86 CN

¹ Instalações para a criação intensiva de aves de capoeira, com espaço para mais de 40 000 aves.

² A laboração com esta capacidade instalada (138 474 aves = 900,86 Cabeças Normais) está dependente de autorização da Entidade Coordenadora e emissão da respetiva Licença de Exploração.

⁴ A laboração com esta capacidade instalada está dependente de autorização da Entidade Coordenadora e emissão da respetiva Licença de Exploração.



Exmo(s). Sr(s).

VALOVO II AVICULTURA, LDA

SITIO DOS AVIARIOS, S/N

3305-098 COJA

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Local de emissão

OF/1431/2017/DLAL

Coimbra

REAP n.º 13665/02/C

Assunto: NREAP: NOVO REGIME DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PECUÁRIA - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE ALTERAÇÃO - ENVIO DE LICENÇA DE EXPLORAÇÃO

Atividade: Aves /Recria (Classe 1)

Requerente: Valovo II, Lda.

Sito em: Sítio dos Aviários, Sobral, freguesia de Côja, concelho de Arganil

Junto se envia a Licença de Exploração com o nº 1000 / 2017.

Mais se informa que, de acordo com o nº 6 do artigo 38º do diploma NREAP, deverá possuir em arquivo, na sede da atividade pecuária, um processo organizado e atualizado referente aos procedimentos NREAP, contendo igualmente os elementos relativos a todas as alterações introduzidas na instalação pecuária, incluindo as alterações não sujeitas autorização/declaração prévia, que deve ser disponibilizado a todas as entidades, quando solicitado.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora Regional

(Adelina M. Machado Martins)

Ângela Pinto Correia

Diretora de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar,
Rural e Licenciamento.

Junto: Licença de exploração n.º 1000/2017;

CR /CR

LICENÇA DE EXPLORAÇÃO (Classe 1)**1000 / 2017****Processo nº 013665/02/C**

Nos termos do n.º 1 do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 81/2013 de 14 de Junho, que aprova o Novo Regime de Exercício da Actividade Pecuária - NREAP - é concedida a presente Licença de Exploração à actividade pecuária, abaixo identificada.

Fazem parte integrante desta decisão as condições impostas para o exercício da actividade estabelecidas na Licença Ambiental, caso exista, bem como as fixadas no Auto de Vistoria, de 02 de Março de 2016.

1. Identificação do Requerente / Titular

Nome/Designação Social: VALOVO II - AVICULTURA LDA - NIF: 508861845

Morada/Sede Social: SITIO DOS AVIÁRIOS, SOBRAL

Código Postal: 3305 / 098 - COJA

2. Caracterização da Actividade / Exploração Pecuária

Denominação: VALOVO II - NRE: 1086284

Localização (concelho/ freguesia/local): ARGANIL, COJA, SOBRAL

NP	Espécie/Área animal	Sistema de exploração	Tipo de Produção	Capacidade (CN)	Marca
1	Aves	Intensivo	Recria (para produção)	900,9	PTJX06Q-V

3. Condicionantes: Cumprir as condicionantes constantes na Licença Ambiental LA n.º 537/0.0/2014.
Cumprir as condicionantes constantes da Decisão Final Integrada (DFI) de 21/02/2014.

4.Observações: A manutenção desta licença de exploração está condicionada ao cumprimento das disposições legais inerentes às respectivas actividades, especificamente as constantes do Decreto-Lei 81/2013 de 14 de Junho e respectivas Portarias Regulamentares.

Castelo Branco, 11 de Dezembro de 2017

A Diretora Regional

Adelina M. Machado Martins
José Paulo Dias
Diretor Regional Adjunto



EXMO(A) SENHOR(A)

VALOVO - AVIÁRIOS DE CRIA E RECREIA LDA.

POCEJAL

VERMOIL

3105 423 VERMOIL

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Processo nº : 013665/02/C / 2012

NRE: 1086284

ASSUNTO : Averbamento

Para conhecimento de V.Exa se informa que o averbamento da actividade pecuária acima referenciada

sita em SÍTIO DOS AVIÁRIOS
SOBRAL
COJA , ARGANIL

se encontra efectuado.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Regional

Fernando Carlos Alves Martins

Ângela Pinto Correia

Diretora de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar,
Rural e Licenciamento.

Anexos: 1º aditamento Licença de exploração nº 1000 de 2017.

Cópia do formulário Reap atualizado.

CAR/



**1.º Aditamento à Licença de exploração nº 1000 de 2017
(PARA ANEXAR À LICENÇA DE EXPLORAÇÃO ACIMA INDICADA)**

O presente aditamento é parte integrante da Licença de exploração n.º 1000 de 2017 e refere-se ao averbamento que abaixo se indica, relativo ao processo REAP nº 013665/02/C.

anteriormente em nome de

VALOVO II - AVICULTURA LDA, com o Nif 508861845

se encontra averbado em nome de

VALOVO - AVIÁRIOS DE CRIA E RECREIA LDA., com o Nif 501558888

22 de Janeiro de 2019

O Diretor Regional

Fernando Carlos Alves Martins

José Paulo Dias
Diretor Regional Adjunto

CAR/

ANEXO1 - Formulário Classe 1**NREAP - Novo Regime de Exercício da Actividade Pecuária** | Decreto-Lei nº 81/2013, de 14 de Junho**1. Tipo de Pedido** 5 *Pedido de Alteração***1.1. - Submetido** 2018.12.11**1.2. - Nº Processo** 013665/02/C 2012**SIREAP** **2. Identificação do Requerente / Titular, Interlocutor e Responsável Técnico do Projecto****2.1. Identificação do Requerente / Titular****NIF ou NIPC** 501558888**NIFAP** 4893093**Nome/D.Social** VALOVO - AVIÁRIOS DE CRIA E RECREIA LDA.**Endereço** POCEJAL**Cód. Postal** 3105 423 VERMOIL**Localidade** VERMOIL**Telefone****Fax****Telemóvel** 967000499**Observações** *Telefone :***2.2. Identificação do Interlocutor e Responsável Técnico do Projecto****NIF ou NIPC** 501558888**NIFAP** 4893093**Nome/D.Social** VALOVO - AVIÁRIOS DE CRIA E RECREIA LDA.**Endereço** POCEJAL**Cód. Postal** 3105 423 VERMOIL**Localidade** VERMOIL**Telefone****Fax****Telemóvel** 967000499**Observações** *Telefone :***3. Identificação da Unidade de Produção (UP) do Sistema de Informação Parcelar (iSIP) de suporte da exploração pecuária****Nº da UP iSIP** 03**Freguesia** COJA**Concelho** ARGANIL**Distrito** COIMBRA**Endereço UP igual à do Titular****Nome** COJA**Morada** SÍTIO DOS AVIÁRIOS**Localidade** SOBRAL**Cód.Postal** 3305 098 COJA**Telefone****Fax****Telemóvel** 962718581**4. Caracterização da Actividade Pecuária****4.1. - Exploração Pecuária****4.1.1 - Possui outras Actividades Pecuárias complementares****4.1.2 - Possui Instalações complementares à actividade pecuária (ICAP)****4.2 - É uma Actividade Pecuária Complementar Autónoma (APCA)****4.2.1 - Possui outras Actividades Pecuárias complementares****4.2.1 - Possui Instalações complementares à actividade pecuária (ICAP)**☒ X☐☐☐☐☐**Já atribuído** ☒ X**Nº** 1086284**Novo** ☐

10. Anexos Apresentados**Documento**

- 16 2-MD-Descrição das normas reg. das port., para a especie ou actividade pec prevista
- 20 2-MD- Descrição das instalações de caracter social (a)
- 21 3-SHST-Identificação dos factores de risco interno
- 22 3-SHST-Escolha de tecnologias que permitam reduzir riscos
- 23 3-SHST-Cond. armazen.manipul.prod. inflamaveis/toxicos e out perigosos (a)
- 24 3-SHST-Desc. medidas e meios de prevenção de riscos profissionais
- 28 3-SHST-Descrição da forma de organização Serv.Seg.eSaude no trabalho
- 3 1-DG-Declaração de responsabilidade pelos animais
- 33 4.21-EDIF- OU Pedido de licença de construção das instalações
- 4 1-DG-Comprovativo de identificação de beneficiario (IB-IFAP)
- 46 5.122-AIA- OU EIA em projecto de execução (a)
- 5 1-DG-Comprovativo do registo do pareclario (P1 ou IE do iSIP)
- 51 5.222-PLA- OU Pedido de licença ambiental (a)
- 53 5.32-URH-TURH,PIP, ou ped.emissao/renovação/alteração-captações de aguas subterraneas
- 54 5.33-URH-TURH,PIP, ou ped.emissao/renovação/alteração-rejeição de aguas
- 59 5.38-URH-Documento comprovativo da ligação a rede de abastecimneto de agua colectiva
- 6 2-MD-Plano de produção - Indicação da previsao das prod. elou activ.anuais
- 60 5.41-GEP-Plano de gestao de efluentes pecuarios
- 69 5.59-OPA/OGR-caracterização dos sub-produtos animais geardos na actividade
- 7 2-MD-Descrição das estrategias alimentares previstas
- 70 5.60-OPA/OGR-Caracterização quantitativa e qualitativa dos residuos - Portaria 209/2004
- 72 6.1-PEÇAS DESENH-Planta de localização (>=1:25000)
- 73 6.2-PEÇAS DESENH-Planta de sintese das instalações (>=1:500)
- 74 6.3-PEÇAS DESENH-Planta de localização das inst. e equip (>=1:200)
- 75 6.4-PEÇAS DESENH-Planta legendada das instalações (>=1:200)
- 76 6.5-PEÇAS DESENH-Alçados e cortes (>=1:200)

11. Termo

Local Coja

Data 2018.12.11

Nome VALOVO - AVIÁRIOS DE CRIA E RECREIA LDA.

(Assinatura do Titular/Requerente)

**ANEXO
DESCRIÇÃO DA JUSTIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO**



C.C:

Exmo(a) Sr(a)
VALOVO - AVIARIOS CRIA E RECREIA, LDA
SOBRAL, CAMINHO COJA - BARRIL DE ALVA
3305-020 BARRIL DO ALVA

Sua referência:

Sua comunicação de:

Nossa Referência:
S/6021/2018

Data:
03-09-2018

Assunto: Ampliação de unidade Avícola - informação prévia
Local: sítio dos Aviários - Sobral - União das freguesias de Coja e Barril de Alva
Processo nº 2/2018

Comunica-se a V.Ex^a que, em reunião desta Câmara Municipal, datada do dia 21 de agosto do corrente ano, foi deliberado nos termos do nº 1 do artigo 16º do RJUE, aprovar a pretensão supra mencionada.

Com os melhores cumprimentos,

A Vereadora

Érica Geraldes Castanheira
31-08-2018

/FF

Processo n.º 01 / 2015 / 2

Nos termos do n.º 3 de artigo 74º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção da Lei n.º 60/2007, de 04 de Setembro, e ulteriores alterações, é emitido o alvará de autorização de utilização n.º 46 / 2017 em nome de Valovo II - Avicultura, Lda, contribuinte nº508861845.

O presente alvará titula a autorização de utilização do pavilhões de Recria, sito em sitio dos Aviários, da União das freguesias de Coja e Barril de Alva, descrito na Conservatória dos Registos Civil e Predial de Arganil, sob os n.ºs 1137, 1020,418 ,a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 19, emitido em 04/05/2017 em nome de Valovo II - Avicultura, Lda .

Por Despacho de 23/11/2017 foi autorizada a seguinte utilização: Aviário;

Localização: Sítio dos Aviários -Sobral.

- O Técnico responsável pela direcção técnica da obra foi:

Miguel Santos Ascensão, inscrito na(o) Ordem dos Engenheiros Técnicos sob o n.º 23276.

- Os autores dos projectos foram:

Joana Andrade Silva, inscrito na(o) Ordem dos Arquitectos sob o n.º 10332.

Utilização a que foi destinado os edifícios: Recria de Aves

Dado e passado para que sirva de titulo ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção da Lei n.º 60/2007, de 04 de Setembro, e ulteriores alterações.

A Vereadora da Câmara Municipal



Érica Geraldês Castanheira, Drª

No uso das competências que foram delegadas pelo despacho do Gabinete da Presidência, datado do dia 28/10/2017

- Pago por Guia N. 1069 de 27/11/2017

Arganil, 29-11-2017

Maria de Fátima Nunes Francisco



Assistente Técnico



INSTALAÇÃO PARA A CRIAÇÃO INTENSIVA DE AVES DE CAPOEIRA

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE ALTERAÇÕES

VALOVO II – AVICULTURA, LDA.

PLANO DE GESTÃO DE EFLUENTES PECUÁRIOS

Maio de 2019

PROC.º REAP N.º 13665/03/C

Plano de Gestão de Efluentes Pecuários - PGEP

Versão 5.06 (S_N_201711091209)

Decreto Lei nº 81/2013, de 14 de Junho e Portaria nº 631/2009, de 9 de Junho

DECLARAÇÃO DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

(A preencher pela DRAP)	Nº Proc.	Nº PGEP	Par.DRAPC
1. Data de Entrada	13665/02/C		Par. ARH
2. Identificação			Decisão:

Nome: Valovo - Aviários de Cria e recria, Lda.

NIF 501 558 888

NRE 1 086 284

Número de Processo REAP

13665/02/C

Concelho:

ARGANIL

Precipitação média anual a considerar	1216	mm/ano
Precipitação máxima em 24 horas a considerar	134	mm

3. Caracterização da Actividade ou Instalações onde pretende efectuar a gestão de efluentes pecuários

(assinalar com X a(s) situação(ões) que se pretende caracterizar)

3.1 - Tipo de Actividade / Instalações

- ☒ Exploração pecuária produtora de efluentes pecuários, em regime intensivo, das classe 1 ou 2 com quantidade de produção de efluente superior a 200 m³ ou 200 t
- ☐ Exploração agrícola valorizadora de efluentes pecuários em quantidade superior a 200 m³ ou 200 t
- ☐ Exploração agrícola valorizadora de produtos derivados da transformação de subprodutos de origem animal ou dos fertilizantes que os contenham
- ☐ Unidade técnica de efluentes pecuários
- ☐ Unidade de compostagem de efluentes pecuários
- ☐ Unidade de produção de biogás de efluentes pecuários
- ☐ Unidade de tratamento térmico de efluentes pecuários

Indicar os nucleos de produção que integram a presente unidade de produção

- | | |
|--|--|
| ☐ Bovinos | ☒ Aves |
| ☐ Ovinos/Caprinos | ☐ Equídeos |
| ☐ Suínos | ☐ Leporídeos |

3.2 - Identificação do sistema de registos a adoptar, que reporte as operações de manutenção, de monitorização e de suporte à elaboração de relatórios anuais, quando aplicável:

Ver memória descritivas REAP

Versão 5.06 (S_N_201711091209)

3.3 - Produção prevista de efluentes pecuários - (Ton. ou m³)

NP	Espécie	CN	Estrumes (Ton)	Chorume (m3)	Kg de Ndsp	Kg de P2O5	Kg de K2O
	Bovinos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Suínos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Ovinos_caprinos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Aves	2024,6	2631,9	119,5	31583,3	68430,4	39479,1
	Equideos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Leporideos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outras Espécies	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Totais		2025	2632	120	31583	68430	39479
Efluentes pecuários retidos no pastoreio			0,0	0,0			
Produção Mensal esperada			219,3	10			

3.4 - Capacidades de armazenamento de efluentes

Nº	Identificação da estrutura de armazenamento	Capacidade		Observações
		Estrume (ton.)	Chorume (m3)	
PA1	Armazém de estrume	835		
LT1	Fossa estanque 1 P1. P2, P5 e P6		10,8	
LT1	Fossa estanque 1 P1. P2, P5 e P7		10,8	
LT1	Fossa estanque 1 P1. P2, P5 e P8		10,8	
LT1	Fossa estanque 1 P1. P2, P5 e P9		10,8	
LT2	Fossas estanques P3 e P4		12	
LT3	Fossa estanque P3		2	
LT4	Fossa estanque instalação lavagem carrinhos		3	
Capacidade total da exploração		835	60,2	

3.5 - Capacidade de armazenamento de efluentes pecuários assegurada por terceiros

Identificação da Unidade de Terceiros	Capacidade		Doc.Suporte a anexar
	Estrume (ton.)	Chorume (m3)	
Capacidade contratada com terceiros	0	0	

3.6 - Valorização Agrícola de subprodutos animais Transformados (SPOAT)

Cod	Tipo de produto	Quant. Prev(t)	% N Ttl	Total N	% P	Total P	Observ.
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
		0		0		0	

Versão 5.06 (S_N_201711091209)

4 - Encaminhamento ou Destino dos efluentes pecuários produzidos. (Selecionar as opções aplicáveis)

Quantidade (prevista/verificada)	Estrume (ton)	Chorume (m ³)	Quantidade Ndsp	Quantidade P2O5
1 Valorização agrícola na exploração C/ Base VAEP	0	119,5	0	0

2	Valorização agrícola por terceiros	2632	0	
3	Unidade de compostagem anexa à exploração		N/ Aplic.	Observ:
4	Unidade de biogás anexa à exploração			
5	Utilização como combustível na exploração		N/ Aplic.	
6	ETAR própria e descarga em meio hídrico (DL 226-A.07)	N/ Aplic.		
7	Unidade de compostagem ou de biogás autónoma			
8	EPTAR	N/ Aplic.		
9	Incineração / co-incineração em unidade autónoma		N/ Aplic.	
10	Redes colectivas de drenagem (ex. sistemas de saneamento municipais)	N/ Aplic.		
11	ETAR colectiva	N/ Aplic.		
12	Outro encaminhamento ou destino			

5. Anexos

- ☐ Caracterização de Núcleo de Produção de Bovinos (NPB)
☐ Caracterização de Núcleo de Produção de Suínos (NPS)
☐ Caracterização de Núcleo de Produção de Ovinos / Caprinos (NPOC)
☒ Caracterização de Núcleo de Produção de Aves (NPA)
☐ Caracterização de Núcleo de Produção de Equídeos (NPE)
☐ Caracterização de Núcleo de Produção de Leporídeos (NPL)
☒ Valorização agrícola de efluentes pecuários (VAEP)

☒ Outros (especifique):

OUTRAS ESPÉCIES

Memória descritiva que inclua os seguintes itens:

- ☐ Descrição do sistema de recolha, incluindo equipamentos utilizados.
☐ Descrição do sistema de redução, incluindo equipamentos utilizados.
☐ Descrição do sistema de armazenamento, incluindo equipamentos utilizados.
☐ Descrição do(s) sistema(s) e equipamentos de: transporte, tratamento e transformação
☐ Descrição das estruturas de vedação das estruturas de armazenamento que impeça a queda de pessoas ou animais nos tanques, bem como o seu resguardo de acesso indevido.

6. Termo

Local e data _____, _____ de _____ / _____ de 20____

(Assinatura do Titular / requerente)

(Assinatura do Titular / requerente)

Plano de Gestão de Efluentes Pecuários - PGEP
Versão 5.06 (S_N_201711091209)
Caracterização do(s) Núcleo(s) de Produção de Aves (NPA)

Identificação

NIF **501558888**

Nº Processo **13665/02/C**

PGEP nº

Nome da exploração : **Valovo - Aviários de Cria e recria, Lda.**

Número de Registo da exploração – NRE: **1 086 284**

Capacidade do NP

				Matérias de Cama		Pastoreio		Parque exterior		Produção prevista de efluentes pecuários							
Animais	Nº	CN	Nº.CN	Tipo Prod	Kg/ Ani./mês	Mês/ano	Horas / dia	Mês/ ano	Horas / dia	Estrume			Excrementos (apenas Galinhas Poedeiras)		N.dsp (Kg)	P2O5 (Kg)	K2O (Kg)
										%	(ton)	Ndisp (Kg/t)	(m³)	Ndisp (Kg/m3)			
Franga recria p/ reprod. e prod.ovos	188928	0,006	1134							100	1473,6	12			17684	38315	22105
Franga recria p/ reprod. e prod.ovos	148500	0,006	891							100	1158,3	12			13900	30116	17375
Total	337428		2025	Efl. Pecuários anual -->							2632		0		31583	68430	39479

Efl. Pecuários anual -->

Outros produtos ou matérias incorporados ou que alteram os efluentes pecuários

Área de exteriores impermeabilizadas (AEI)

0 m2

Tipo/ Origem	Estrumes (T)	Chorumes (m3)	Observações
Águas Pluviais n/ separadas	*****	0,0	
Total Material Cama utilizado (ton)	0,0	*****	
Sólidos provenientes da separação de chorume	*****	*****	
Águas de Lavagem e escorrências	*****	119,5	

Resumo

Efluente ►	Sólido (t)	Líquido (m3)
Total Anual	2 631,9	119,5
Produção Média Mensal	219,3	10,0
Efluentes retidos no pastoreio (-)	0,0	0,0
Efluentes retidos parque exterior	0,0	0,0
Total anual para calculo da capacidade de retenção	2 632	120
Produção média mensal a reter	219	10
Nº de meses de retenção	3,0	6,0
Cap. mínima de retenção (m³)	658	60

Observações

Versão 5.06 (S_N_201711091209)

Identificação				
NIF	501558888	Nº Processo	13665/02/C	PGEP nº
				NRE
Nome da exploração :	Valovo - Aviários de Cria e recria, Lda.			

Efluentes		TOTAIS			Nutrientes				
Produzido		Aplicado	Saldo		Necessidades		Aplicado	Saldo	
Estrume	2 632	0	2 632	ton	N disp	0	0	0	Kg
Chorume	120	120	1	m3	P2O5	0	0	0	Kg
SPOAT		0		ton					

[illegible]

0

[illegible]



PGEV VALOVO AVIÁRIOS DE CRIA E RECREIA, LDA.
Processo REAP 13665/03/C

Objetivos

Trata o presente documento do Plano de Gestão de Efluentes Pecuários correspondente ao Pedido de autorização prévia de alterações 13665/03/C da UP 02 – Côja – explorada pela Valovo – Aviários de Cria e Recria, Lda., destinada à recria de frangas para produção de ovos, elaborado de acordo com as indicações dispostas da portaria 631/2009 de 9 de Junho, que estabelece as normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das atividades pecuárias e as normas regulamentares relativas ao armazenamento, transporte e valorização de outros fertilizantes orgânicos.

A presente versão incide sobre a pretensão de ampliação de instalação por duas vias:

- Aumento da capacidade instalada dos pavilhões existentes, aumento esse, justificado através da demonstração de que, no equipamento existente, é possível recriar mais aves, mantendo o bem-estar animal, não tendo havido lugar a qualquer alteração da edificação ou do equipamento de alojamento das aves. A capacidade instalada dos quatro pavilhões existentes passa de 150144 para 188 928 frangas para produção de ovos em gaiola.
- Construção de dois pavilhões com 2120 m² cada um, com capacidade para recria de 74520 frangas de recria para produção de ovos no solo;

Verifica-se assim um aumento da capacidade instalada para 348692 frangas de recria para produção de ovos.

Descrição das alterações e da atividade pecuária

A exploração tem como objetivo a recria de frangas para produção de ovos em regime intensivo. Localiza-se em Sítio dos Aviários, freguesia de Côja, concelho de Arganil, distrito de Coimbra.

Pretende-se ampliar a instalação por duas vias:

- Aumento da capacidade instalada dos pavilhões existentes, aumento esse, justificado através da demonstração de que, no equipamento existente, é possível recriar mais aves, mantendo o bem-estar animal, não tendo havido lugar a qualquer alteração da edificação ou do equipamento de alojamento das aves. A capacidade instalada dos quatro pavilhões existentes passa de 150144 para 188 928 frangas para produção de ovos em gaiola.
- Construção de dois pavilhões com 2120 m² cada um, com capacidade para recria de 74520 frangas de recria para produção de ovos no solo;

A capacidade instalada da exploração, após as ampliações descritas, é de 337428 aves (frangas para produção de ovos em gaiolas e no solo), distribuindo-se nos 6 pavilhões de produção conforme consta do quadro seguinte.

Quadro 1 – Capacidade instalada da instalação após ampliação

Pavilhão	Capacidade instalada futura	CN
1	47040	282,2
2	47040	282,2
3	47424	284,5
4	47424	284,5
5	74250	445,5
6	74250	445,5
Total	337428	2024,6

Instalação de lavagem de carros de transporte de animais vivos

Tratando-se de uma instalação que produz frangas para recria, é necessário promover a desinfecção dos carrinhos de transporte das frangas antes da entrega ao cliente.

Assim criaram-se estruturas adequadas ao efeito, tendo em conta as exigências da Direção Geral de Alimentação e Veterinária. Criou-se uma zona para o efeito em frente ao pavilhão 4, que possui as seguintes características:

- Local com pavimento adequado a fácil limpeza (cimentado);
- Área exterior, não tendo, portanto, paredes e teto;
- Com acesso a água corrente para utilização de máquina de pressão;
- Munido de rede de drenagem de águas residuais;

Antes da entrega das aves aos clientes, as caixas ou carros de transporte são desinfetados, recorrendo a água fria sob pressão e desinfetante aprovado pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária.

Resulta da lavagem dos carrinhos um efluente pecuário (chorume), que se deve incluir no âmbito do Plano de Gestão de Efluentes Pecuários.

Plano de produção

As pintas do dia são alojadas de início nas gaiolas de apenas dois dos pisos dos pavilhões. Estes pisos são preparados de forma a oferecer as melhores condições de aconchego, temperatura, iluminação e facilidade de acesso a alimento e água, visando a sincronização da atividade das pintas e o seu crescimento uniforme.

Às três semanas de vida as aves são distribuídas por todas as jaulas.

O processo de recria tem a duração de 16-18 semanas durante as quais as pintas - futuras galinhas poedeiras - são alojadas em baterias, com acesso a ração e a água. Durante esta fase as pintas são submetidas a diversas vacinações, de acordo com o plano profilático definido pelo médico veterinário responsável e com o programa de vacinação definido.

No início do seu crescimento, as pintas necessitam de temperaturas rondando os 35 °C, pelo que os pavilhões estão equipados com sistema de aquecimento. Os pavilhões 1 e 2 foram equipados com novos queimadores de GPL LB WHITE GUARDIAN e 73 KW de potência cada um. Cada pavilhão tem 4 queimadores. Os pavilhões 3 e 4 foram equipados com novos queimadores de GPL Munters GA95t, instalados no interior dos pavilhões e 97 KW de potência cada um. Cada pavilhão tem 3 queimadores.

Às 16-18 semanas as frangas são recolhidas e transportadas para explorações de produção de ovos de terceiros.

Após a saída do bando, os pavilhões passam por um período de limpeza que compreende as etapas de remoção de excrementos e poeiras (varredura) e posterior lavagem e desinfecção com água à pressão do pavimento e paredes dos pavilhões, entrando em vazio sanitário (mínimo 3 semanas) de modo a reunir as condições higio-sanitárias essenciais para receber um novo bando.

Depois do transporte dos bandos, os carros de transporte são lavados na zona criada

para o efeito.

São efetuados 2 ciclos produtivos completos ciclos por ano, sendo frequente o início do terceiro ciclo, que termina sempre no ano seguinte. Desta forma, é possível em alguns anos obter uma produção anual de cerca de 377856 galinhas poedeiras (correspondente a 2 ciclos completos) e noutros anos uma produção anual de cerca de 566784 galinhas poedeiras (correspondente a 3 ciclos completos). As frangas terão um peso médio à saída de 1,472 Kg.

Plano de produção do Núcleo de Produção 2 (Galinhas no solo) – Após instalação dos equipamentos

O processo de recria levado a cabo nos pavilhões 5 e 6 (Núcleo de produção 2), é realizado de forma diferente, recorrendo a equipamento de alojamento das aves que permite às aves circular livremente.

A alimentação é composta por ração armazenada em silos, cuja distribuição para os comedouros é realizada por processo eletromecânico automatizado. Ao longo do crescimento, as fórmulas da ração fornecida vão variando para se adequarem às necessidades das aves.

Previamente à receção das pintas, dá-se a preparação do pavilhão de modo a adequar as condições existentes à receção das pintas, através de fornecimento de água, ração e calor. O aquecimento de cada um dos pavilhões é efetuado através de 3 queimadores murais com potência de 74 kWth, cujo combustível é o GPL.

O processo de recria tem a duração de cerca de 15 semanas.

As pintas dão entrada no pavilhão com 1 dia de vida, sendo instaladas no piso inferior do equipamento. Este piso é preparado de forma a oferecer as melhores condições de aconchego, temperatura, iluminação e facilidade de acesso a alimento e água, visando a sincronização da atividade das pintas e o seu crescimento uniforme.

Ao longo do tempo, as aves são distribuídas pelo equipamento. Ao atingir as 6 semanas de idade, e caso se verifique a sua aptidão para saltar e explorar melhor o espaço, as laterais são abertas, tendo as aves acesso a toda a área disponível do pavilhão. Antes da abertura das laterais é colocada alguma cama no pavimento do pavilhão. Neste equipamento, com plataformas internas, o treino das aves inicia-se desde o primeiro dia. A possibilidade de elevação das plataformas integradas, dos bebedouros e comedouros para níveis cada vez mais elevados permite acompanhar o crescimento das aves. Esta característica impele as aves a percorrer os diferentes níveis do equipamento.

Nesta fase deve verificar-se o comportamento das pintas ao anoitecer, dado que estas devem subir para os poleiros que fazem parte do equipamento para descansar. Este comportamento deve ser encorajado sempre que necessário. Assim, durante a noite, enquanto as aves descansam nos poleiros integrados no equipamento, o operador pode facilmente fechar as aves novamente de forma a fazer os procedimentos de vacinação e controlo necessários e até mesmo a apanha no final do ciclo de recria.

Todos os andares estão equipados com passadeiras de recolha de estrume e tubagem para arejamento que promovem a secagem do estrume e ajudam na renovação do ar interior.

Por volta das 15 semanas de idade, as aves são transferidas para instalação de postura em sistema de produção de ovos no solo ou ao ar livre.

Após o esvaziamento segue-se a fase de limpeza e lavagem do pavilhão. Durante esta fase as camas são removidas e o pavilhão e equipamentos são lavados, seguindo-se o vazio sanitário durante cerca de 3 semanas, de modo a reunir as condições higiossanitárias essenciais para receber um novo bando, iniciando-se um novo ciclo de recria.

Depois do transporte dos bandos, os carros de transporte são lavados na zona criada para o efeito.

São efetuados 2 ciclos produtivos completos ciclos por ano, sendo frequente o início do terceiro ciclo, que termina sempre no ano seguinte. Desta forma, é possível em alguns anos obter uma produção anual de cerca de 297000 galinhas poedeiras (correspondente a 2 ciclos completos) e noutros anos uma produção anual de cerca de 445500 galinhas poedeiras (correspondente a 3 ciclos completos), à qual deverá subtrair-se os animais. As frangas terão um peso médio à saída de 1,472 Kg.

Excrementos

Caracterização quantitativa e qualitativa

A quantidade de excrementos produzida e a sua caracterização qualitativa foram calculadas com base no Anexo II do Código de Boas Práticas Agrícolas e encontram-se no Formulário PGEV.

Descrição dos processos e das estruturas de recolha e transporte

Núcleo de produção 1 (Gaiola)

Após a terceira semana de vida das pintas alojadas, os excrementos são recolhidos semanalmente através de tapetes rotativos instalados sob as jaulas, descarregados em reboque e colocados no pavilhão de armazenamento, ou descarregados em reboques de terceiros e enviados diretamente para valorização agrícola em explorações de terceiros (caso seja possível realizar valorização agrícola na altura).

Núcleo de produção 2 (Solo)

Os excrementos produzidos ao longo do processo de recria dos pavilhões 5 e 6 são parcialmente removidos através de passadeira de recolha, no entanto uma parte dos excrementos produzidos permanece no pavimento dos pavilhões até ao final do ciclo de produção, sendo removida com auxílio de pá carregadora.

Em ambos os casos, são encaminhados diretamente para valorização agrícola por terceiros ou para o pavilhão de armazenamento temporário através de reboque, nas alturas em que não é permitida a valorização agrícola.

Medidas destinadas à minimização

Não são aplicadas medidas de minimização.

Medidas destinadas ao tratamento

Não são realizadas operações de tratamento na exploração.

Estrutura de armazenamento

A exploração possui **pavilhão de armazenamento de excrementos, coberto, arejado e com pavimento impermeabilizado** com área útil de 278 m², e **capacidade de armazenamento de 835 toneladas de excrementos**, que lhe confere a capacidade para armazenar estrume durante cerca de **3,7 meses**, considerando a altura máxima de acondicionamento de 3 metros, prevista no n.º 11 do Anexo I da Portaria 631/2009 de 9 de Junho.

Este pavilhão destina-se ao armazenamento de excrementos em alturas em que não é possível a valorização agrícola, dado que normalmente os excrementos são removidos diretamente das passadeiras de recolha para os reboques de terceiros e transportados para o destino final.

As dimensões do pavilhão de estrume diferem do PGEP anterior pois o levantamento topográfico foi corrigido e apresentada divergências entre o desenho e a realidade.

Estimativa do futuro encaminhamento ou destino dos efluentes pecuários e Medidas destinadas à valorização agrícola própria

O destino dado ao estrume produzido é a valorização agrícola em explorações de terceiros. Não se pretende realizar valorização agrícola própria dos excrementos.

Serão feitas as diligências para cumprimentos das regras previstas na Portaria 639/2009 de 9 de Junho que regula as atividades relacionadas com o encaminhamento dos efluentes pecuários, nomeadamente:

Identificação do veículo:

- Deve ser aposto no veículo, no contentor, na cisterna ou em outro tipo de embalagem, uma etiqueta que indique claramente que se trata de “Chorume” ou “Efluente pecuário” - Através do licenciamento na Direção Geral de Veterinária (DGV);

Características dos contentores:

- Estanques e cobertos;
- Mantidos em bom estado de limpeza e serem limpos, lavados e desinfetados após cada utilização.
- Preenchimento das Guias de Acompanhamento dos Subprodutos Animais (Modelo 376/DGV)

Registos a manter na origem, pelo transportador e no destino:

- Os transportadores devem manter na exploração pecuária ou no estabelecimento em causa, um registo informático ou em papel, com a seguinte informação:
 - i. A data em que os efluentes pecuários ou os outros fertilizantes foram retirados da instalação de origem ou recebidos na instalação de destino;
 - ii. A composição do produto, e sempre que exigida, a sua caracterização físico-química, bem como a identificação da espécie animal que o produziu;
 - iii. A quantidade das matérias transportadas (em peso ou volume);
 - iv. O nome e o endereço do destino ou da origem, bem como o respetivo número de registo da exploração ou de aprovação da unidade de origem ou de destino;
 - v. O nome e o endereço do transportador.

Sistemas de monitorização utilizados

A monitorização a realizar relativamente ao estrume será quantitativa e terá como objetivo a rastreabilidade dos excrementos produzidos. Para tal serão preenchidas as guias de transferência de efluentes pecuários (GTEP) ou as guias de acompanhamento de subprodutos Mod. 376/DGV.

É fornecida aos transportadores e destinatários informação no que respeita às regras para a gestão dos efluentes pecuários, descritas na Portaria 631/2009 de 9 de Junho.

Chorume (Águas residuais de lavagens)

Caracterização quantitativa e dimensionamento dos sistemas de retenção e gestão

Realiza-se a lavagem das paredes e pavimentos dos pavilhões a cada vazio sanitário. A quantidade de água consumida na lavagem do pavilhão foi calculada com base num valor de 7 L/m² de água, utilizando equipamento de lavagem sob pressão.

Realiza-se ainda a lavagem dos carrinhos de transporte de animais vivos, estimando-se um consumo de cerca de 100 L/frete e cerca de 169 fretes anuais.

Apesar do aumento de capacidade instalada dos pavilhões 1 a 4, não se prevê aumento no consumo de água nas lavagens desses pavilhões, dado que apenas se procede à lavagem dos pavimentos e paredes, que mantêm as mesmas dimensões.

Tabela 1: Água consumida por lavagem

PAVILHÃO	Área útil	Água consumida (m3)		Fossa destino	Capacidade (m3)
3	750	5,25	10,5	LT2 e LT3	12/2+2
4	750	5,25		LT2	12/2
1	880	6,16	12,3	LT1	43,2
2	880	6,16			
5	2034	14,24	28,5		
6	2034	14,24			
Total	7328,5	51,30	51,30		
Lavagem Carrinhos de transporte	--	100 L/ frete	16,9	LT4	3

Dado que podem ser realizadas 3 lavagens por ano, em certos anos, a produção máxima de chorume prevista é de 102,6 m³ (51,3 m³x3). Prevê-se ainda a produção de cerca de 16,9 m³ anuais (100 L/frete com cerca de 169 acessos anuais) de chorume proveniente das lavagens dos carros de transporte, que serão devidamente encaminhados para fossa estanque adquirida a fabricante certificado, com 3000L de

capacidade.

Prevê-se assim uma produção total de 119,5 m³ de chorume anuais.

Existem quatro linhas de tratamento, constituídas por fossas estanques, a saber:

Quadro 2 – Linhas de tratamento existentes após ampliação

Linhas de tratamento	Tipo de Efluente	Origem do Efluente	Tipo	Capacidade (m ³)	Destino	Licenciamento
LT1	Chorume (águas residuais de lavagem)	Pavilhões 1, 2, 5 e 6	Fossa estanque	43,2	VAEP Cerejeiras	PGEV
LT2	Chorume (águas residuais de lavagem)	Pavilhões 3 e 4	Fossa estanque	12	VAEP Cerejeiras	PGEV
LT3	Chorume (águas residuais de lavagem)	Pavilhão 3	Fossa estanque	2	VAEP Cerejeiras	PGEV
LT4	Chorume (águas residuais de lavagem)	Instalações de desinfecção de carrinhos de transporte das aves	Fossa estanque	3	VAEP Cerejeiras	PGEV

A linha de tratamento LT1 é constituída por 4 fossas estanques e recebe o chorume produzido nos pavilhões 1, 2, 5 e 6.

O pavimento de todos os pavilhões foi/será construído de forma permitir a recolha todo o chorume a produzir durante as lavagens, através de tubagem fechada, para fossas estanques. O pavimento apresenta declive apropriado para encaminhar o chorume para caixas de recolha distribuídas uniformemente pelo pavilhão e que encaminham as águas por tubagem fechada para as fossas estanques.

O pavilhão 3 possui ainda a zona de lavagem de carrinhos de transporte de aves, com cerca de 108 m² de área impermeabilizada e não coberta. O sistema de drenagem de águas pluvias/chorume desta zona foi projetada de forma a que, aquando as lavagens dos carrinhos, o chorume produzido seja encaminhado para a fossa respetiva. Uma válvula permite que nos restantes dias (em que não se realiza a lavagem), as águas

pluviais sejam encaminhadas para o terreno circundante. Por esta razão não é contabilizada área impermeabilizada para o cálculo das águas pluviais.

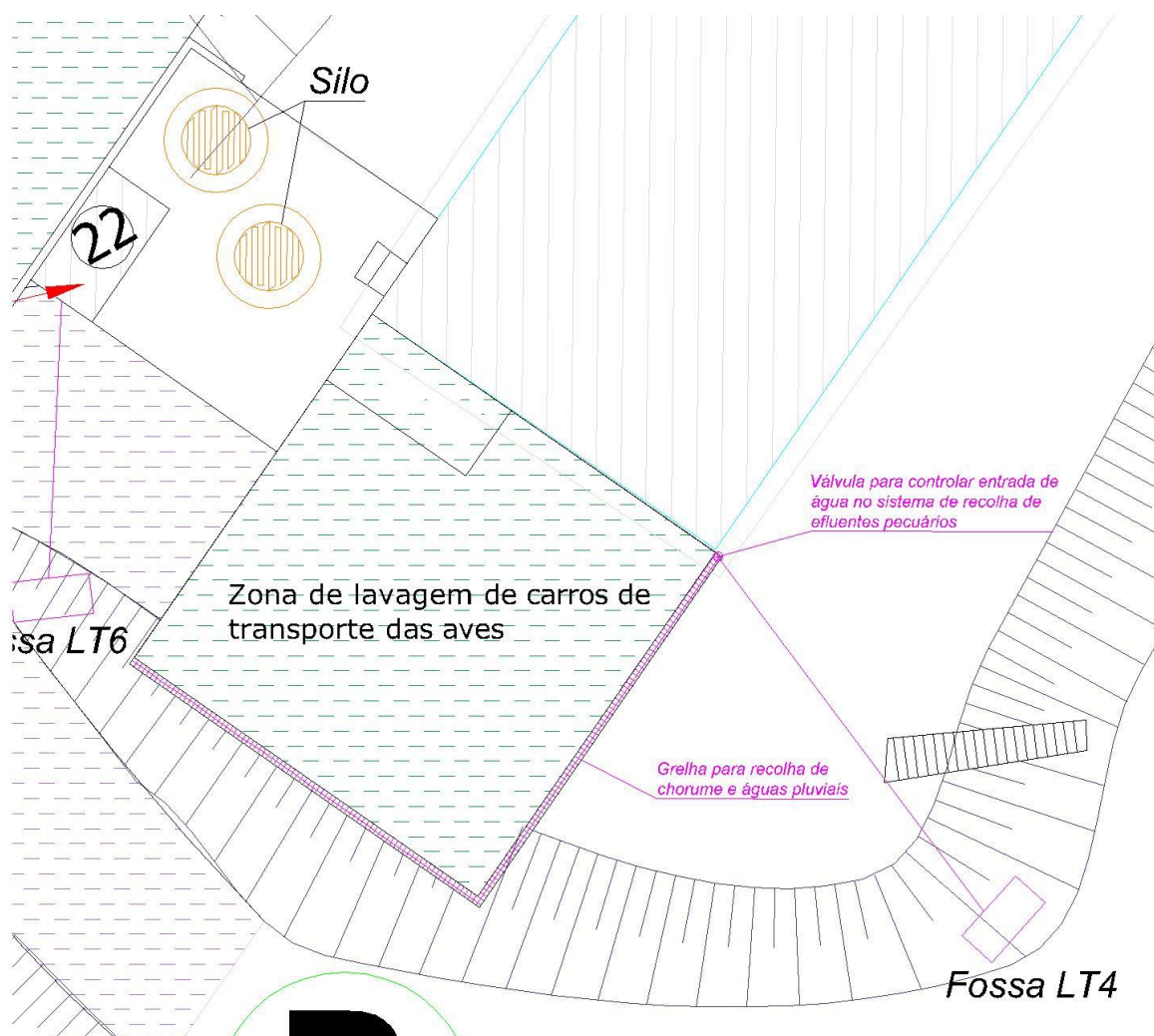


Figura 1 – Pormenor da rede de drenagem dos cais de lavagem dos carrinhos de transporte de aves

Cada uma das fossas tem as seguintes dimensões:

Quadro 3 – Dimensões das fossas que compõem LTI

Fossa	Manilhas	Profundidade (m)	Diâmetro	Capacidade útil (m ³)
LTI (P1/P2/P5/P6)	5	2,5	2,5	10,8
	5	2,5	2,5	10,8
	5	2,5	2,5	10,8
	5	2,5	2,5	10,8
Total				43,2

A fossa que servia os pavilhões 1 e 2 será destruída com a construção do pavilhão 5.

A fossa LT2, já foi descrita no anterior PGEP. Trata de fossa estanque de secção retangular com 12 m³ de capacidade que recebe o chorume produzido nos pavilhões 3 e 4. O pavilhão 3 foi ainda dotado com uma fossa estanque na extremidade oposta do pavilhão, com 2 m³ de capacidade, pois verificou-se que algum do chorume produzido era encaminhado para aí dada a inclinação do pavilhão.

Antes da lavagem o equipamento de alojamento é soprado com ar comprimido e o pavimento do pavilhão de recría é varrido manualmente, as águas em questão apresentam carga orgânica muito baixa. Por esta razão não se apresenta a caracterização qualitativa deste efluente, dado que, de acordo com as indicações da entidade coordenadora do licenciamento, estas são equiparadas a água para rega.

O mesmo é aplicável ao chorume produzido na instalação de lavagem dos carros de transporte de animais vivos.

Medidas destinadas à minimização

Todas as lavagens são realizadas com sistema de água sob pressão, considerada uma melhor técnica disponível no que respeita à redução do consumo de água e consequentemente na redução do volume de águas residuais de lavagens.

No que respeita à lavagem dos pavilhões de recría, considerou-se o consumo de 7L de água por metro quadrado, no entanto acredita-se que este valor possa ser bastante

inferior.

Medidas destinadas ao tratamento

Não é aplicado tratamento ao chorume produzido.

Descrição dos processos e das estruturas de recolha e transporte

Para remover as águas das fossas recorre-se a aluguer de cisterna.

Estimativa do futuro encaminhamento ou destino dos efluentes pecuários e medidas destinadas à valorização agrícola própria

As águas residuais de lavagem têm como destino a valorização agrícola própria. Os terrenos de destino tratam de povoamento florestal da Unidade de Produção em questão.

Apresenta-se em anexo a documentação do sistema de identificação parcelar, relativa à Valovo II e aos terrenos. A tabela abaixo apresenta descrição da parcela em questão.

Tabela 2 - Descrição das parcelas destinadas à valorização agrícola própria

NO	N.º de parcelário	Nome da parcela	Área (ha)	Ocupação Cultural
005	2123688703001	Valovo	1.2985	Cerejeiras

Na planta síntese da exploração apresenta-se a zona onde preferencialmente será feita a valorização do efluente, com cerca de 4620 m².

Foi inserido no formulário REAP a informação relativa às parcelas em questão.

De acordo com os cálculos é possível realizar a valorização de uma quantidade de águas superior à que se estima ser produzida durante um ano, no entanto não se prevê a aplicação de outros efluentes pecuários, que não os indicados. Trata-se de terrenos que normalmente não são submetidos a fertilização, no entanto acredita-se que o procedimento de realizar o espalhamento das águas residuais de lavagens nas mesmas trará benefícios para as terras, realizando-se paralelamente uma operação de

valorização.

Calendarização da aplicação de efluentes na VAEP, em função do sistema cultural

As linhas de tratamento de chorume encontram-se dimensionadas para receber as águas produzidas por uma lavagem (seis meses). A aplicação das águas residuais de lavagens será realizada após o período mínimo de estabilização na fossa estanque (90 dias), e se se tratar de período em que seja permitida a valorização agrícola de efluentes pecuários de acordo com a Portaria 631/2009 de 9 de Junho e com o CBPA.

No que respeita ao chorume produzido pela instalação de lavagem dos carros de transporte de animais vivos, a frequência da realização da valorização agrícola será superior.

Para uma previsão mais precisa indica-se o período de valorização entre os meses de março e outubro, com maior incidência nos meses de março/abril e julho/agosto.

Identificação do sistema de registos a adotar

- Preenchimento de Caderno de Campo interno aquando valorização agrícola de águas residuais de lavagens na unidade de produção:
 - Data da aplicação;
 - Origem e características do efluente pecuário;
 - Identificação da(s) parcela(s), a respetiva área e as culturas beneficiadas;
 - Quantidade aplicada do efluente pecuário e método de aplicação;
 - Registos das aplicações de outras fontes de nutrientes;
 - Condições atmosféricas verificadas antes e depois da aplicação.

Documento de Identificação Parcelar

 IFAP Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	Caracterização da Exploração Agrícola	IE	 REPÚBLICA PORTUGUESA AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL MAR
	 4 8 9 3 0 9 3 . N O R . 0 3 - 0 0 0 0	 I E . 2 9 5 1 4 7 3 2 . 1	Data Emissão: 27-09-2018

IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO	
Nome/Designação social: VALOVO - AVIÁRIOS DE CRIA E RECREIA LDA.	
NIFAP: 4893093	NIF: 501558888

ÍNDICE DE QUADROS - SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO PARCELAR	
1. IDENTIFICAÇÃO DE PARCELAS / BALDIOS	
Quadro 1.1. Identificação das parcelas	√
Quadro 1.2. Parcelas eliminadas ou mortas	
Quadro 1.3. Árvores Georreferenciadas	
Quadro 1.4. Condicionantes da Parcela	
Quadro 1.5. Parcelas com exploração temporária	
2. IDENTIFICAÇÃO DE SUBPARCELAS	
Quadro 2.1. Caracterização das subparcelas	√
Quadro 2.2. Propostas de ocupação de solo (Supervisão)	
Quadro 2.3. Detalhe das áreas sociais afetas ao REAP	√
3. UTILIZADORES DE BALDIO	
Quadro 3.1. Utilizadores de Baldio	
4. PROJETOS DE INVESTIMENTO	
Quadro 4.1. Identificação dos projetos de investimento	
Quadro 4.2. Projetos de investimento eliminados ou mortos	

Unidade Orgânica : DRAP CENTRO

Criado por : PMJSAN

Assinatura do Beneficiário : _____

 IFAP Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	Caracterização da Exploração Agrícola	IE	 REPÚBLICA PORTUGUESA AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL MAR
	  4 8 9 3 0 9 3 . N O R . 0 3 - 0 0 0 0 I E . 2 9 5 1 4 7 3 2 . 1		Data Emissão: 27-09-2018 Nº Páginas: 2

IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO	
Nome/Designação social: VALOVO - AVIÁRIOS DE CRIA E RECREIA LDA.	
NIFAP: 4893093	NIF: 501558888

Sistema de Identificação Parcelar
--

1. Identificação de Parcelas / Baldios

1.1 Identificação das parcelas / baldios													
N.º Seq	N.º Parcelário	Nome da Parcela	Secção / Finanças	Artigo	Exploração		MultiDec	Área GIS (ha)	MAE		IQFP	Ação	Data última atualização
					Forma	S/N/L			1º PILAR	2º PILAR			
0601 - ARGANIL													21 - CÔJA E BARRIL DE ALVA
1	2123688703001	COJA	0701	1036/100	Proprietário	S		4,72	0,00	2,39	2	C	2018-09-27
1009 - LEIRIA													32 - COLMEIAS E MEMÓRIA
2	1533178484001	CARREGAL	3603	58/94/591	Proprietário	S		0,40	0,00	0,00	1	N	2018-06-29
Nº Parcelas:		2	Total Área GIS (ha) :		5,12			Total Área Explorada (ha) : 5,12					
Nº Parcelas de Baldio:		0	Total Área GIS (ha) :		0,00			Área Explorada 1º Pilar (ha) : 0,00					
							Área Explorada 2º Pilar (ha) : 0,00						

2. Identificação de Subparcelas
--

As informações associadas a subparcelas que constem do quadro 2.2 - Propostas de ocupação de solo (Supervisão) têm carácter provisório, pelo que podem ser alteradas após a sua confirmação.

2.1. Caracterização das subparcelas com área elegível									
N.º Seq	N.º Sub Parcela	Área (ha)	Ocupação de Solo		V.A.	Grau Cob.	Regadio	Origem Dados	Última Revisão
			Classe	Detalhe					
1	005	2,39	Espaço florestal arborizado	PM-Cerejeira (FL)/Plátano			N	INQ	

2.3. Detalhe das áreas sociais afetas ao REAP			
N.º Seq	N.º Sub Parcela	Atributos da área social	
		Tipo de Construção	Espécie animal associada
2	003	Instalações pecuárias	Aves

Unidade Orgânica : DRAP CENTRO

Criado por : PMJSAN

Assinatura do Beneficiário : _____



IFAP
Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO PARCELAR

DOCUMENTO ORTOFOTOGRAFICO DA PARCELA

PORTUGAL



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA, FLORESTAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL

P3

N

DATA EMISSÃO: 2019-01-10

N.º DO PARCELÁRIO: 2123688703001

Nome da Parcela: COJA

CONCELHO: 0601 - ARGANIL

FREGUESIA: 21 - CÔJA E BARRIL DE ALVA

Área (ha): 4,72

MAE 1º Pilar: 0,00

MAE 2º Pilar: 2,39



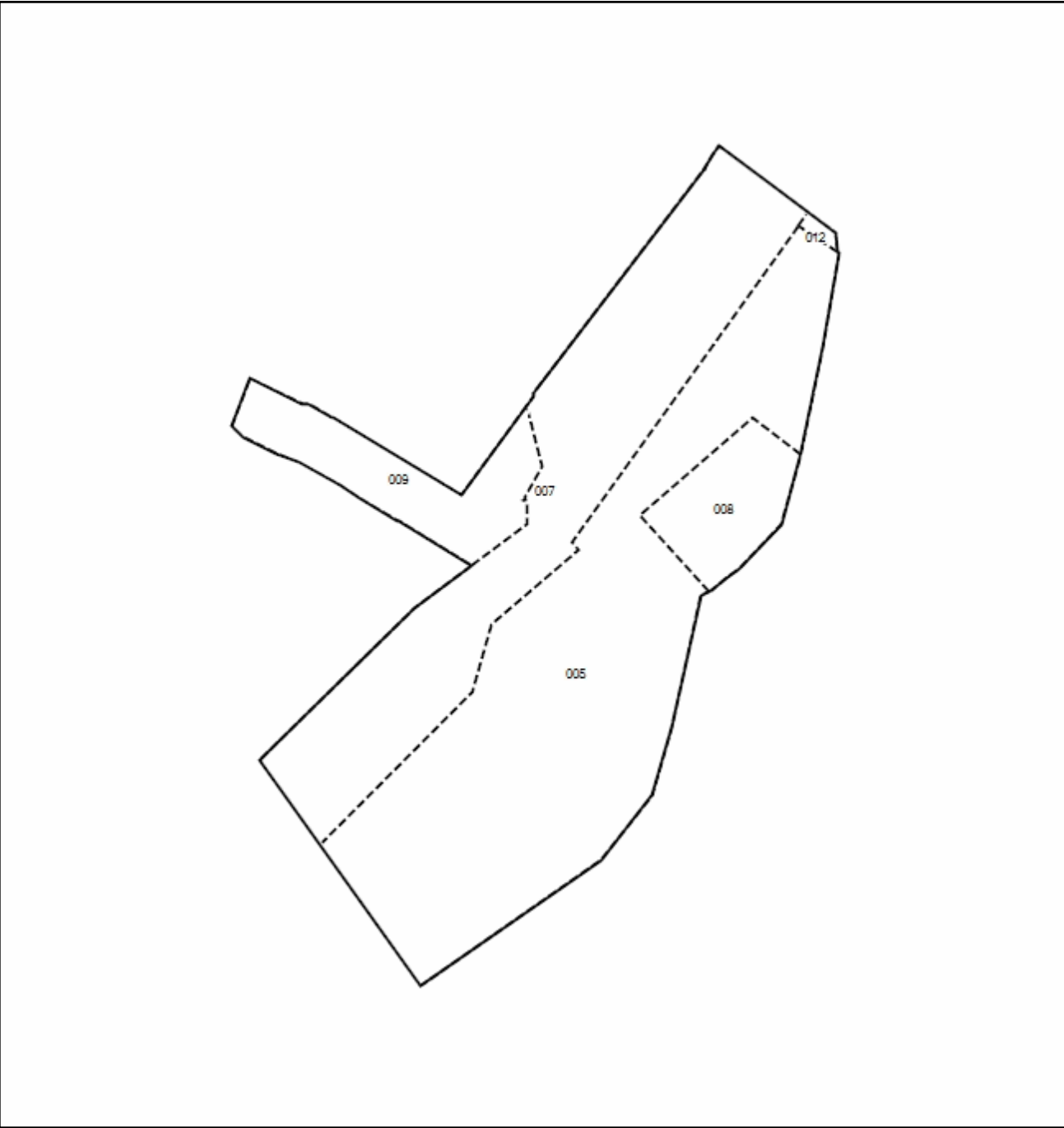
Coordenada do Centróide em WGS84: Lat: 40.278157 Long: -7.979514

OCUPAÇÃO DE SOLO		
Código	Descrição	Área (ha)
FFL-FL	Espaço florestal arborizado	2,39
SAS-AS	Área social	1,88
OUT-ON	Outras Superfícies	0,45

 IFAP Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO PARCELAR DOCUMENTO ORTOFOTOGRAFICO DA PARCELA PORTUGAL	 REPÚBLICA PORTUGUESA	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
			MAR
		P3	 N

DATA EMISSÃO: 2019-01-10

N.º DO PARCELÁRIO: 2123688703001	Nome da Parcela: COJA
CONCELHO: 0601 - ARGANIL	FREGUESIA: 21 - CÔJA E BARRIL DE ALVA
Área (ha): 4,72	MAE 1º Pilar: 0,00 MAE 2º Pilar: 2,39



OCUPAÇÃO DE SOLO							
Sub parc	Área (ha)	Código	Descrição	V.A.	Grau Cob.	Origem Dados	Última Revisão
005	2,39	FFL-FL	Espaco florestal arborizado			INQ	
007	1,57	SAS-AS	Área social			INQ	2017-12-13
008	0,31	SAS-AS	Área social			INQ	
009	0,44	OUT-ON	Outras Superfícies			INQ	2017-12-13
012	0,01	OUT-ON	Outras Superfícies			PLANAC	

Peças Desenhadas

Localização da exploração à escala 1:25 000

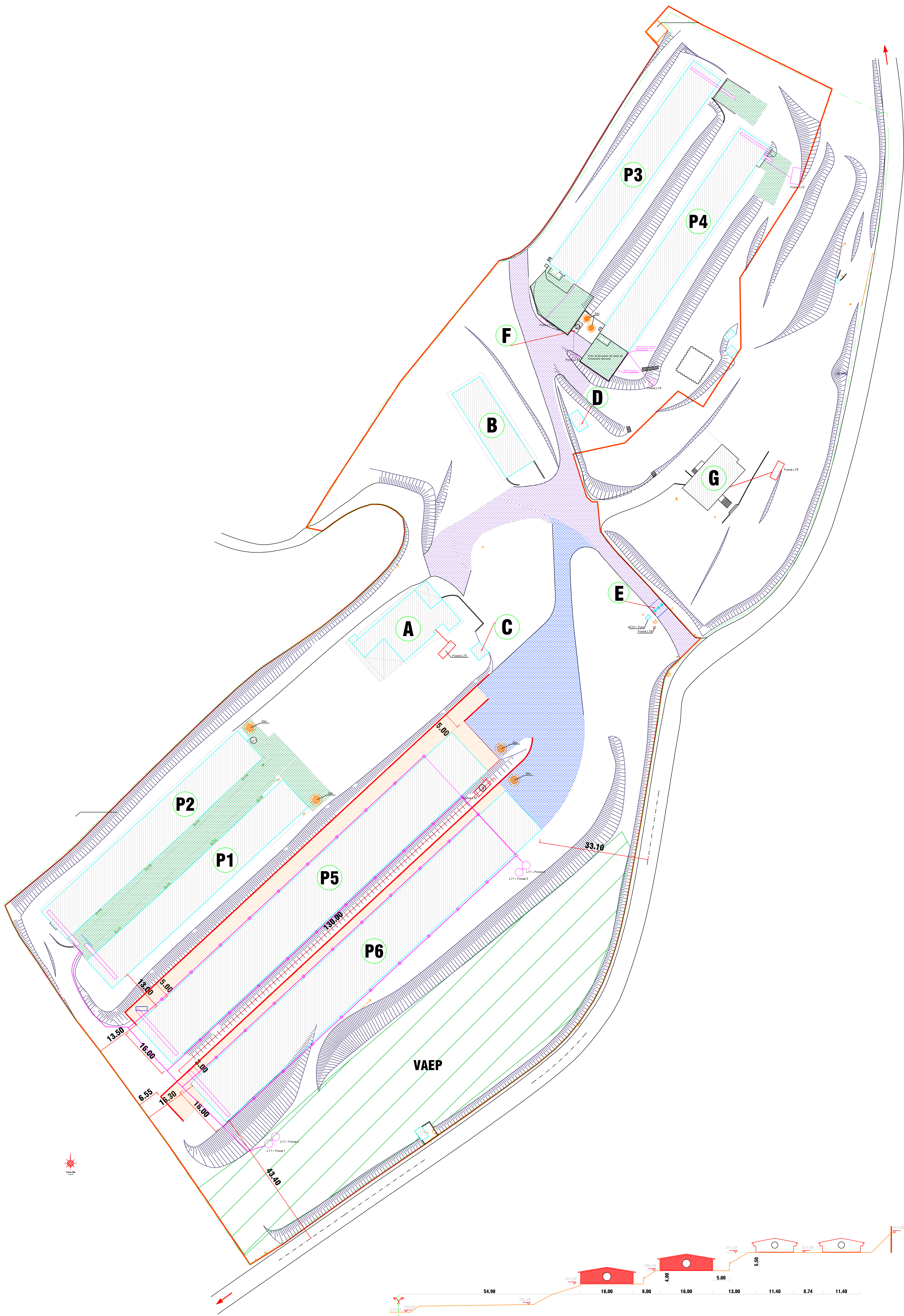


PLANTA À ESCALA 1:25 000

Valovo II - Avicultura, Lda.

Extracto da carta militar M888 n.º 232 (FONTE: www.igeoe.pt, acedido em Setembro de 2010)

Implantação das estruturas de armazenamento à escala 1:500 –
Planta síntese da exploração



Limite de propriedade RJUE
Limite de propriedade / vedação
Sistemas de recolha de águas residuais
Estruturas de recolha/armazenamento de efluentes pecuários

Confrontações:

NORTE: Augusto Calinas o Outro
SUL: E.M. 344
NASCENTE: E.M. 344
POENTE: Adelalde dos Santos Raposo

LEGENDA:

- Limite de Propriedade
205.00 - Cota Altimétrica existente
- Edificações Existentes Licenciadas
- Muro existente
- Muro a Construir
- Terreno natural
- Edificações a Construir
- Zona Impermeabilizada (Material: Pavimento em Cimento Alagado) Área = 1484.00 m²
- Zona Impermeabilizada (Material: Alvenaria) Área = 1433.00 m²
- Zona a Impermeabilizar Área = 1522.00 m²
- Zona a Impermeabilizar (Material: Pavimento em Cimento Alagado) Área = 1255.00 m²
Área Total de Impermeabilização = 5694.00 m²

A Escritórios, Refeitório, Banheiros
B Armazém de resíduos sólidos
C Arrecadação
D Quadros Elétricos
E Arcofólio (Desinfecção de viaturas)
F Instalações sanitárias P3/P4
G Casa de habitação

P1 Pavilhão de RECREIA
P2 Pavilhão de RECREIA
P3 Pavilhão de RECREIA
P4 Pavilhão de RECREIA
P5 Pavilhão de RECREIA Área = 2120.00 m²
P6 Pavilhão de RECREIA Área = 2120.00 m²

Área da propriedade (RJUE) = 37 360.00 m²
Área total do terreno da exploração = 44224.5 m²
MATRIZ: Res.: 7607, 7609, 7610, 7611
MATRIZ Urb.: 999, 1000, 1173, 1174, 1175, 1176

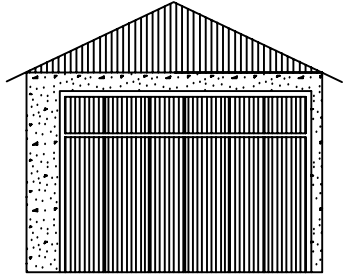
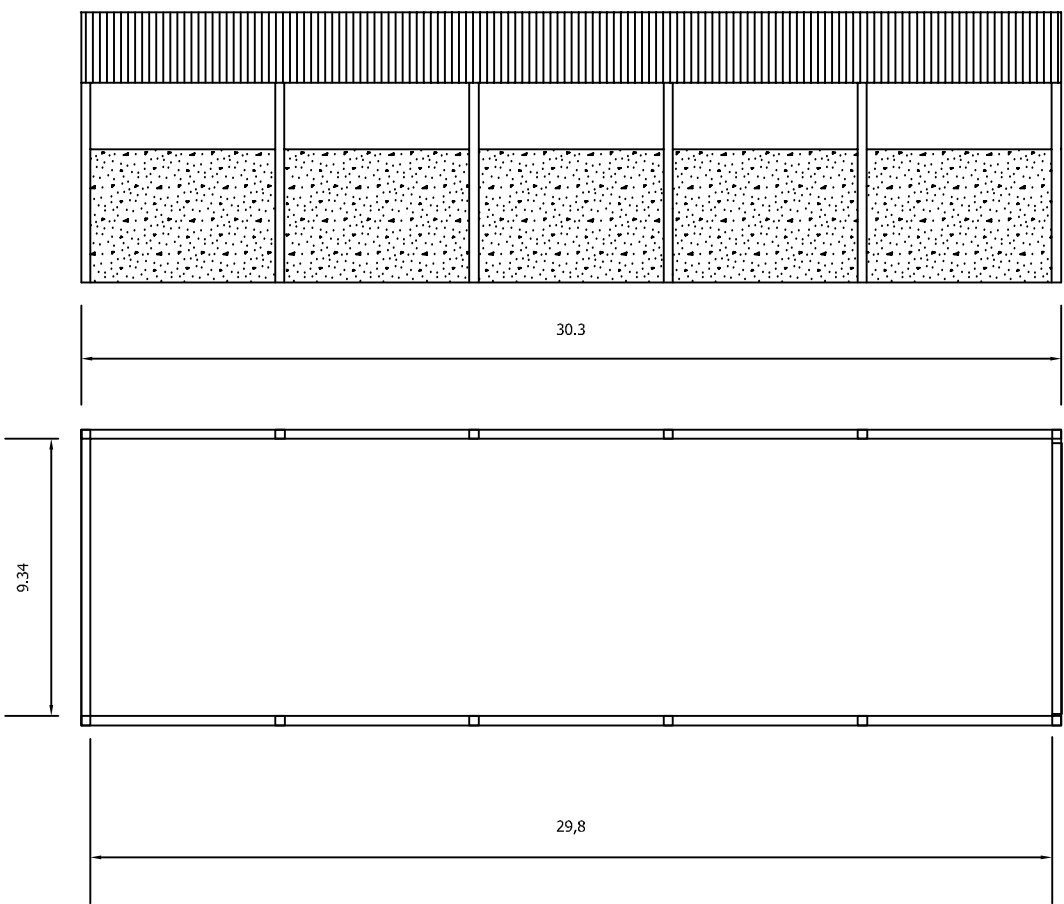
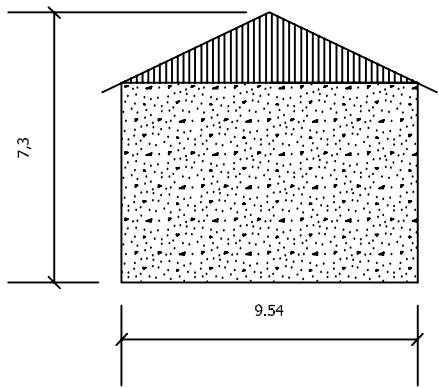
Outro:
EXPLORAÇÃO AVICOLA
Data: 16/09/2019

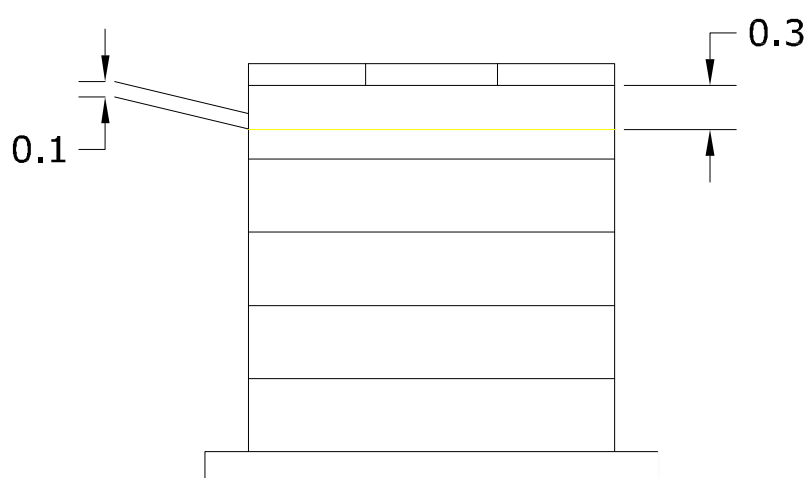
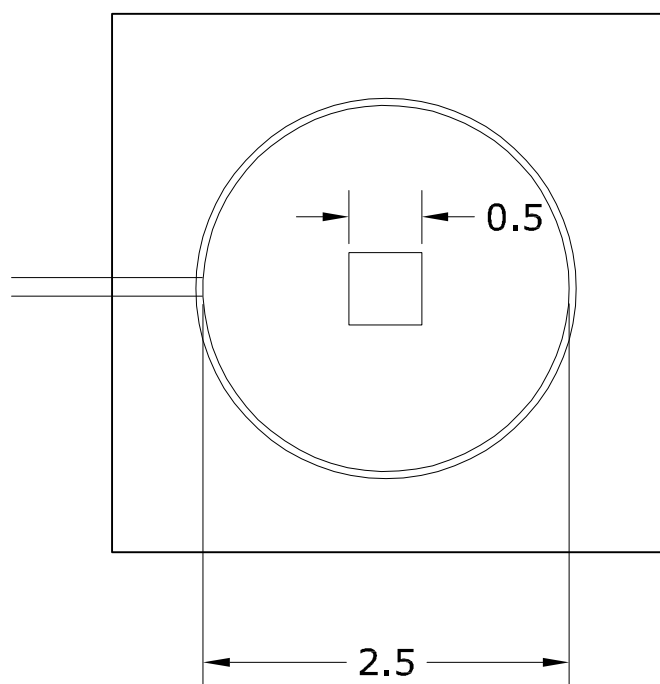
Requerente:
VALOVO - Aviares de Cria e Recria Lda.

Local:
Sobral,
União de Freguesias de Côja e Baril de Alva
ARGANIL

Piças:
Planta síntese da exploração
Data: 16/09/2019
Des. nº
1

Plantas, alçados e cortes das estruturas de armazenamento





REQ.: Valovo - Avilares de Crla e Recta, Lda.
LOCAL: Sobral - C6ja - Arganil

DES. Nº:

0

ESCALA: 1/50

DATA: Maio de 2019

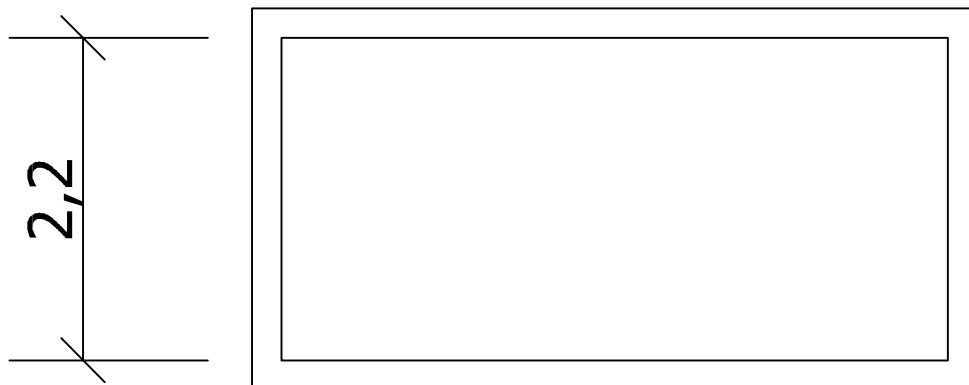
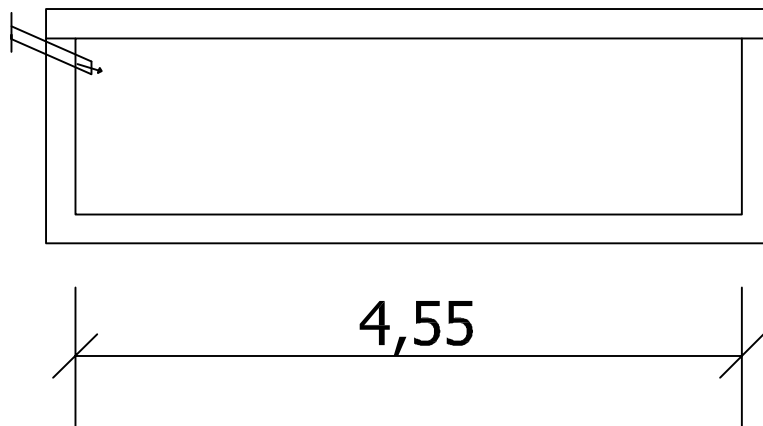
PGEF - Sistema de armazenamento de chorume

LINHA DE TRATAMENTO

LT1

Composta por quatro fossas estanques idnticas

FOSSA P3/P4



REQ.: Valovo - Avdiários de Crã e Recta, Lda.
LOCAL: Sobral - C6ja - Arganil

DES. Nº:

3

ESCALA: 1/50

DATA: Maio de 2019

PGEF - Sistema de armazenamento de chorume

LINHA DE TRATAMENTO
LT2

LT3 - Fossa extra para chorume do pavilhão 3

Anexa-se literatura do equipamento instalado. O modelo adquirido foi FE2000 no caso de LT3

LT4 - Fossa de lavagem dos carros de transporte de animais vivos

Anexa-se literatura do equipamento instalado. O modelo adquirido foi FE3000 no caso de LT4



Fossa Estanque

Vantagens

- Elevada resistência mecânica
- Estanquicidade
- Facilidade de instalação e manutenção
- Ausência de odores desagradáveis, com ventilação adequada
- Impacte visual nulo
- Possibilidade de instalação de sonda de alarme
- Não requer qualquer tipo de consumo energético

Aplicação

- Moradias
- Loteamentos
- Escolas
- Hotéis
- Parques de campismo

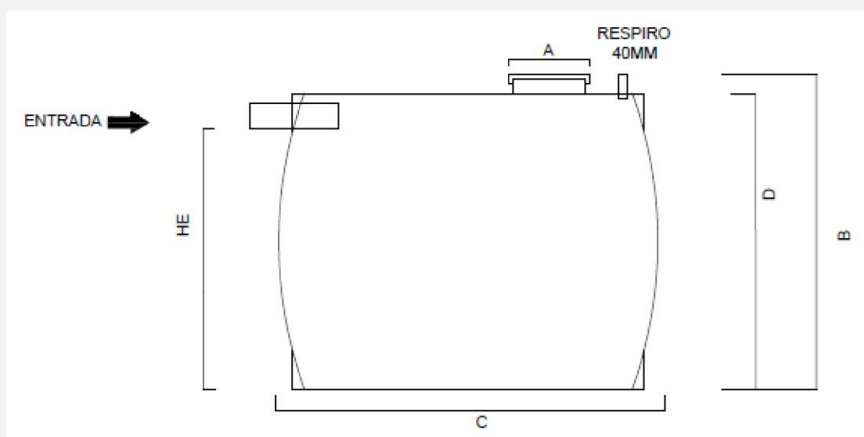
Características

Marca	TUBOFURO®
Modelo	FOSSA ESTANQUE
Classe de reacção ao fogo	F
Filtro	Sim
Tampa de acesso	PEAD
Material	PEAD
Eficácia de tratamento	40%





Dimensões:



Modelo	Volume (L)	C mm	B mm	D mm	He mm	A mm	Ø Tubagem mm
FE1000	1.000	1.770	960	900	750	310	110
FE2000	2.000	1.680	1.380	1.260	1.110	310	110
FE3000	3.000	1.820	1.570	1.440	1.290	350	110
FE5000	5.000	2.050	1.810	1.740	1.590	350	110
FE7000	7.000	2.300	2.300	2.100	1.850	800	200
FE11000	11.000	3.700	2.300	2.100	1.850	800	200
FE15500	15.500	5.100	2.300	2.100	1.850	800	200
FE20000	20.000	6.500	2.300	2.100	1.850	800	200
FE25000	25.000	7.900	2.300	2.100	1.850	800	200
FE30000	30.000	9.300	2.300	2.100	1.850	800	200
FE33500	33.500	10.700	2.300	2.100	1.850	800	200
FE38000	38.000	12.100	2.300	2.100	1.850	800	200
FE42500	42.500	13.500	2.300	2.100	1.850	800	200
FE47000	47.000	14.900	2.300	2.100	1.850	800	200

TUBOFURO - Tubos em PVC, S.A.

EN 109 Km 160,3 2425-737 Ortigosa Leiria; Telf, 244616073 / Fax: 244616074 E-mail: geo@tubofuro.pt – www.tubofuro.pt

ANEXO B – PLANTAS DO PROJETO

Neste anexo apresentam-se as seguintes peças desenhadas:

1 – Implantação sobre o Levantamento Topográfico

2 – Arranjos Exteriores

3 - Planta do R/Chão e Cobertura do Edifício 5

4 - Alçados e Cortes do Edifício 5

5 - Planta do R/Chão e Cobertura do Edifício 6

6 - Alçados e Cortes do Edifício 6

7 – Pormenores Construtivos

8 – Rede de Águas Pluviais (Desenho 1 e Desenho 2)



Confrontações:	
NORTE:	Augusto Calinas o Outro
SUL:	E.N. 344
NASCENTE:	E.N. 344
POENTE:	Adelaide dos Santos Raposo

LEGENDA:	
	- Limite de Propriedade
	- Cota Altimétrica existente
	- Edificações Existentes Licenciadas
	- Muro existente
	- A Construir
	- Construção Confinante
	Escritórios, Refeitório, Balneários
	Armazém de resíduos sólidos
	Arrecadação
	Quadros Elétricos
	Arcolúvio (Desinfecção de viaturas)
	Pavilhão de RECRIA
	Pavilhão de RECRIA
	Pavilhão de RECRIA
	Pavilhão de RECRIA
	Pavilhão de RECRIA Área = 2120.00 m²
	Pavilhão de RECRIA Área = 2120.00 m²
Área da propriedade = 37 360.00 m²	
MATRIZ Rus.: 7607, 7609, 7610, 7611	
MATRIZ Urb.: 999, 1000, 1173, 1174, 1175, 1176	

Exploração Avícola

Ampliação

Edifício 5,6

Proj.:

Des.:

Data:

Escala:

Técnico:

Arquit. Suzi Pereira

Requerente:

VALOVO - Aviários de Cria e Recria Lda.

Local:

Sobral, União de Freguesias de Côja e Barril de Alva ARGANIL

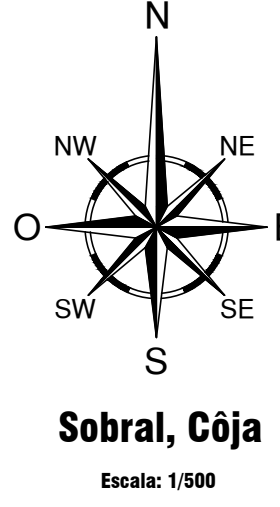
Pagos:

Implantação

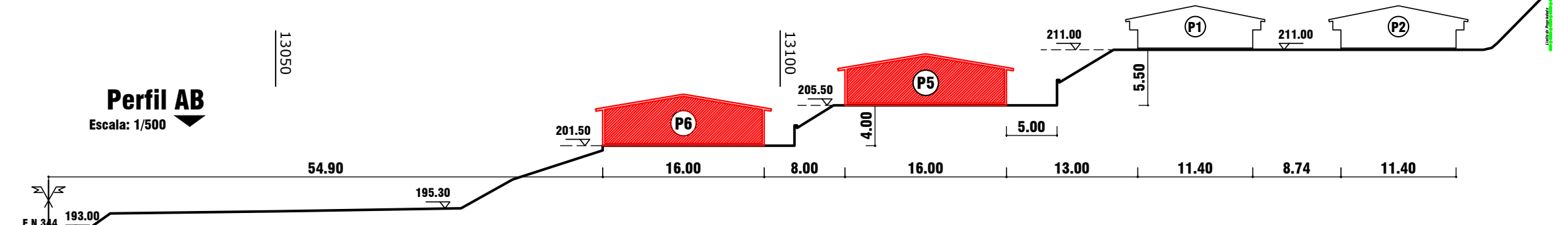
Sobre o Levantamento Topográfico

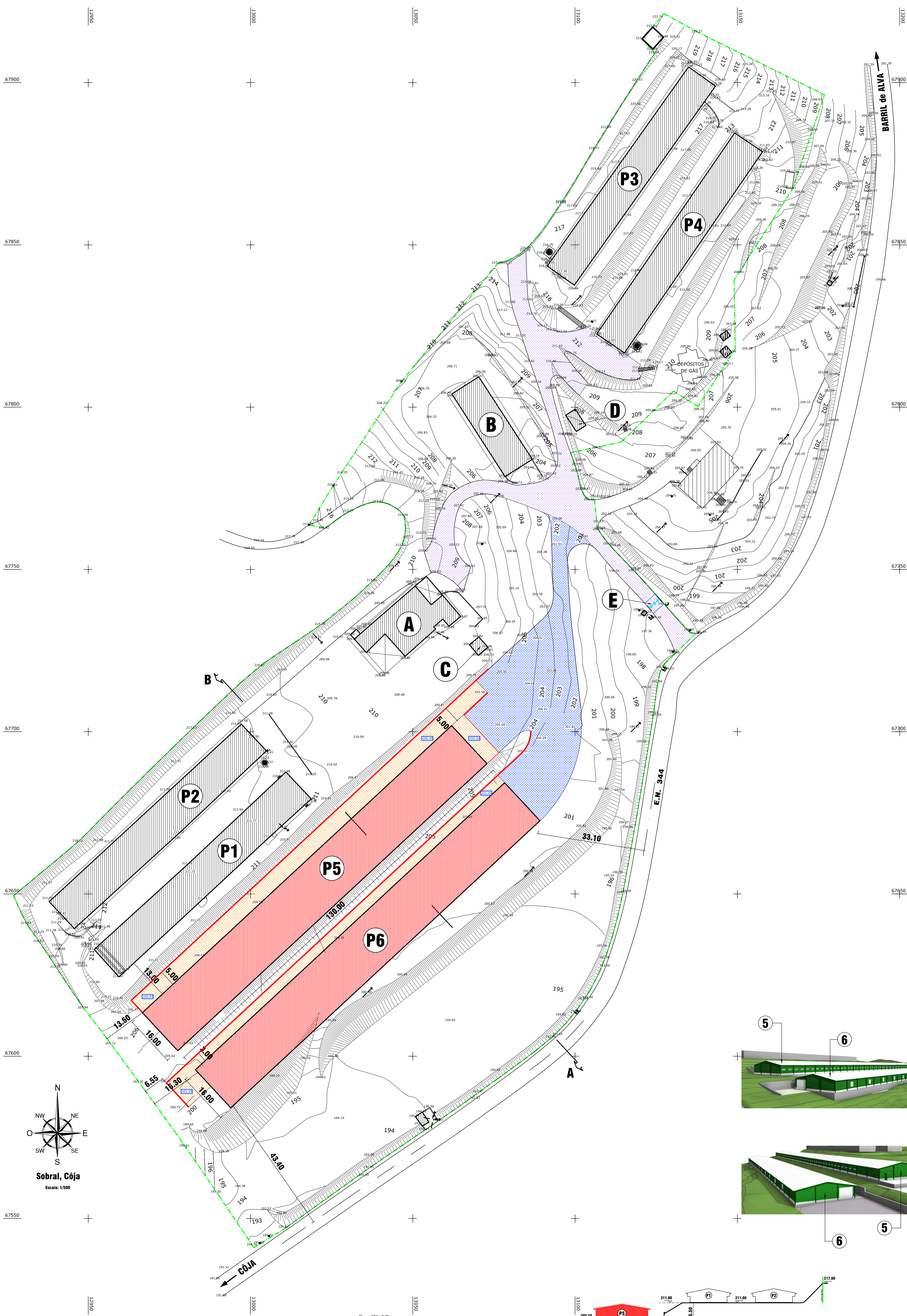
Des. nº

3



Perfil AB
Escala: 1/500





Confrontações:	
NORTE:	Augusto Calinas o Outro
SUL:	E.N. 344
NASCENTE:	E.N. 344
POENTE:	Adelaide dos Santos Raposo

LEGENDA:	
	- Limite de Propriedade
	- Cota Altimétrica existente
	- Edificações Existentes Licenciadas
	- Muro existente
	- Muro a Construir
	- Edificações a Construir
	- Zona Impermeabilizada (material: Betuminoso)
	- Zona a Impermeabilizar (material: Betuminoso)
	- Zona a Impermeabilizar (material: Pavimento em Concreto disposto)
Área Total de Impermeabilização = 4210.00 m²	

(A)	Escritórios, Refeitório, Balneários
(B)	Armazém de resíduos sólidos
(C)	Arrecadação
(D)	Quadros Elétricos
(E)	Arcolúvio (Desinfecção de viaturas)

(P1)	Pavilhão de RECRIA
(P2)	Pavilhão de RECRIA
(P3)	Pavilhão de RECRIA
(P4)	Pavilhão de RECRIA
(P5)	Pavilhão de RECRIA Área = 2120.00 m²
(P6)	Pavilhão de RECRIA Área = 2120.00 m²

Área da propriedade = 37 360.00 m²
MATRIZ Rus.: 7607, 7609, 7610, 7611
MATRIZ Urb.: 999, 1000, 1173, 1174, 1175, 1176

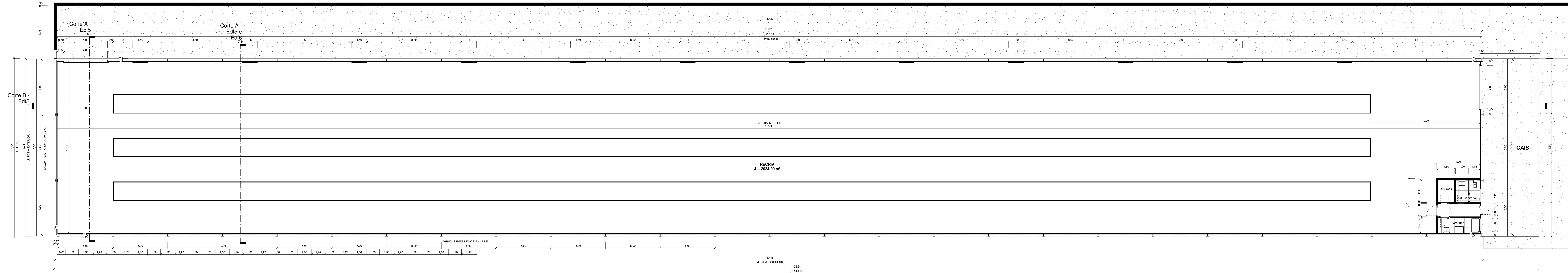
Proj.:
Des.:
Data: Abril/2019
Escala: 1/500

Técnico:
Arquit. Suzi Pereira

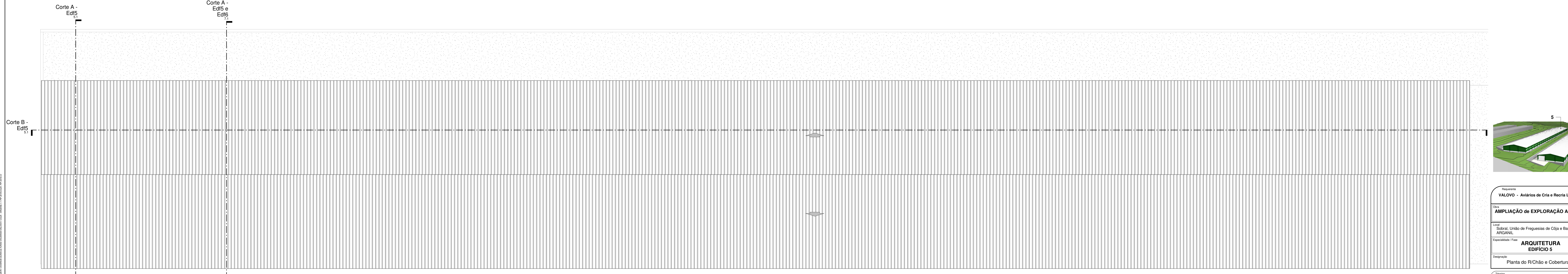
EXPLORAÇÃO
AVICOLA
AMPLIAÇÃO
EDIFÍCIO 5,6

Requerente:
VALOVO - Aviários de Cria e Recria Lda.

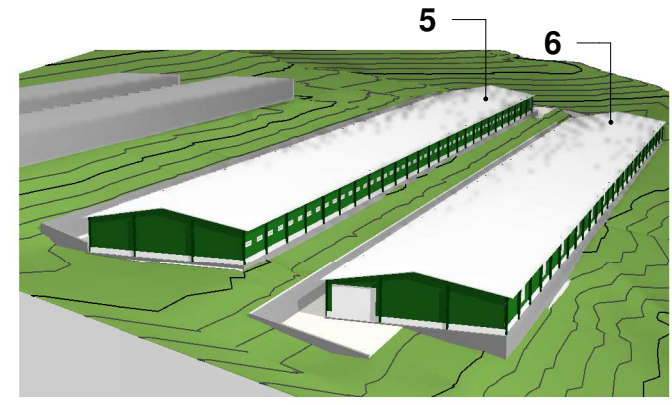
Local: Sobral, União de Freguesias de Côja e Barril de Alva ARGANIL



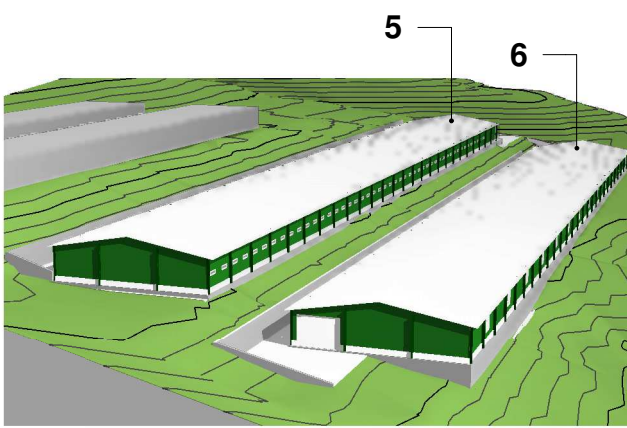
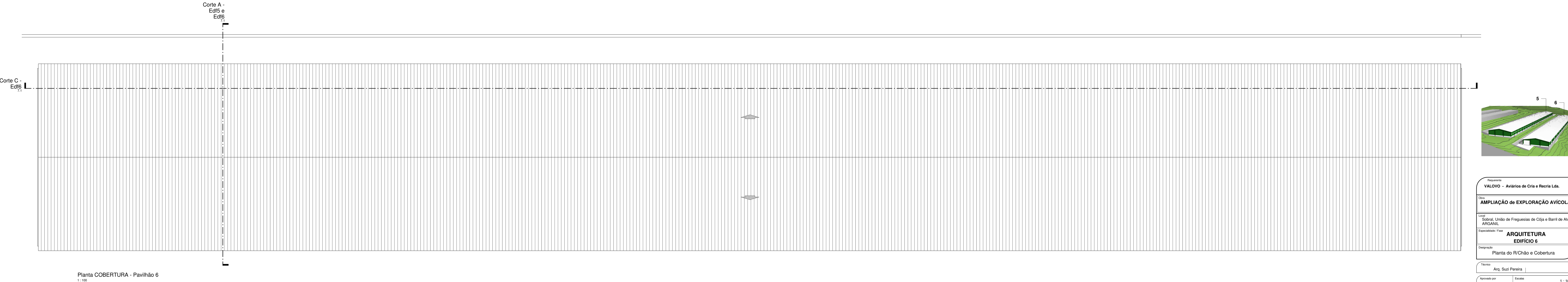
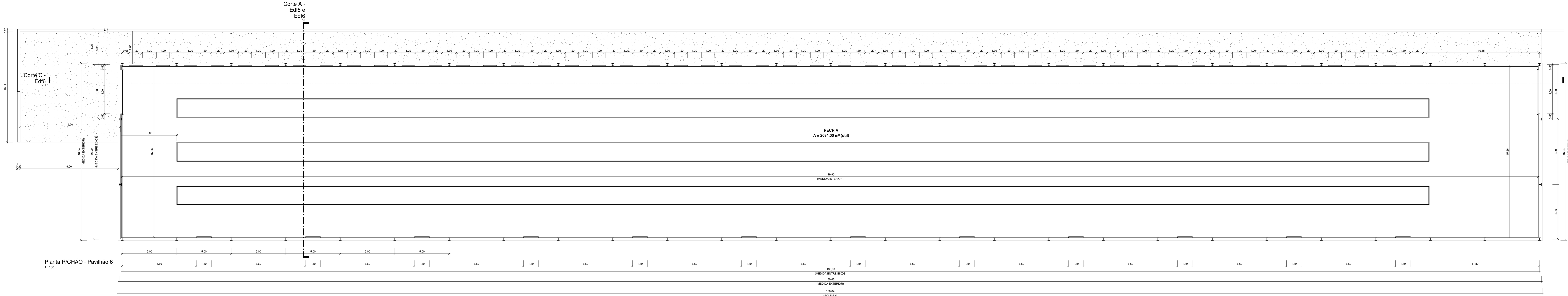
Planta R/CHÃO - Pav 5
1 : 100



Planta COBERTURA - Pavilhão 5
1 : 100



Responsável		
VALOVO - Aviação de Cria e Recria Lda.		
Obra		
AMPLIAÇÃO de EXPLORAÇÃO AVICOLA		
Local		
Sobral, União de Freguesias de Côja e Barril de Alva ARGANIL		
Especialidade / Fase		
ARQUITETURA EDIFÍCIO 5		
Designação		
Planta do R/Chão e Cobertura		
Técnico		
Arq. Suzi Pereira		
Aprovado por	Escalas	1 : 100
Data	Número	4.1



Responsible
VALOVO - Aviários de Cria e Recria Lda.

Obra
AMPLIAÇÃO de EXPLORAÇÃO AVÍCOLA

Local
Sobral, União de Freguesias de Côja e Barril de Alva ARGANIL

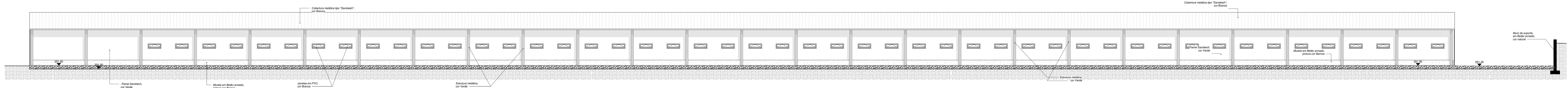
Especialidade / Fase
**ARQUITETURA
EDIFÍCIO 6**

Designação
Planta do R/Chão e Cobertura

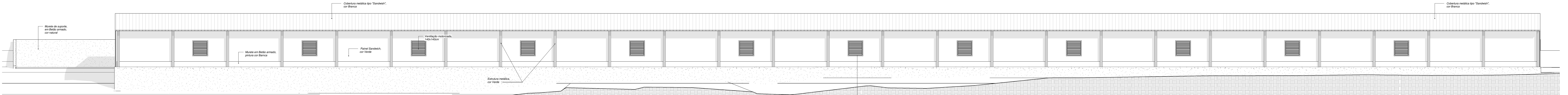
Técnico
Arq. Suzi Pereira

Aprovado por
Escalas
1 : 100

Data
Abril/2019
Número
6.1

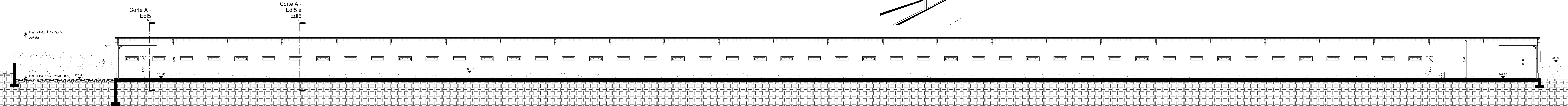


Alçado Noroeste Edif 6
1 : 100

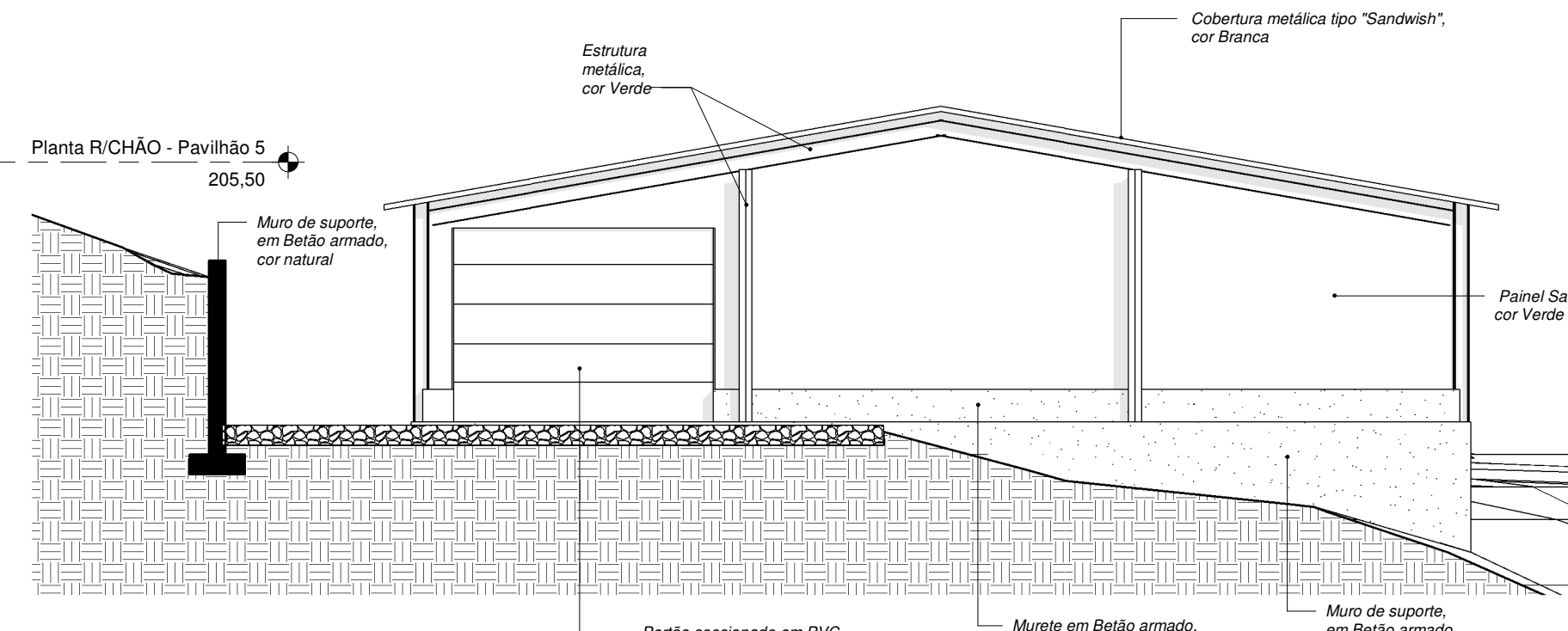


Alçado Sudeste Edif 6
1 : 100

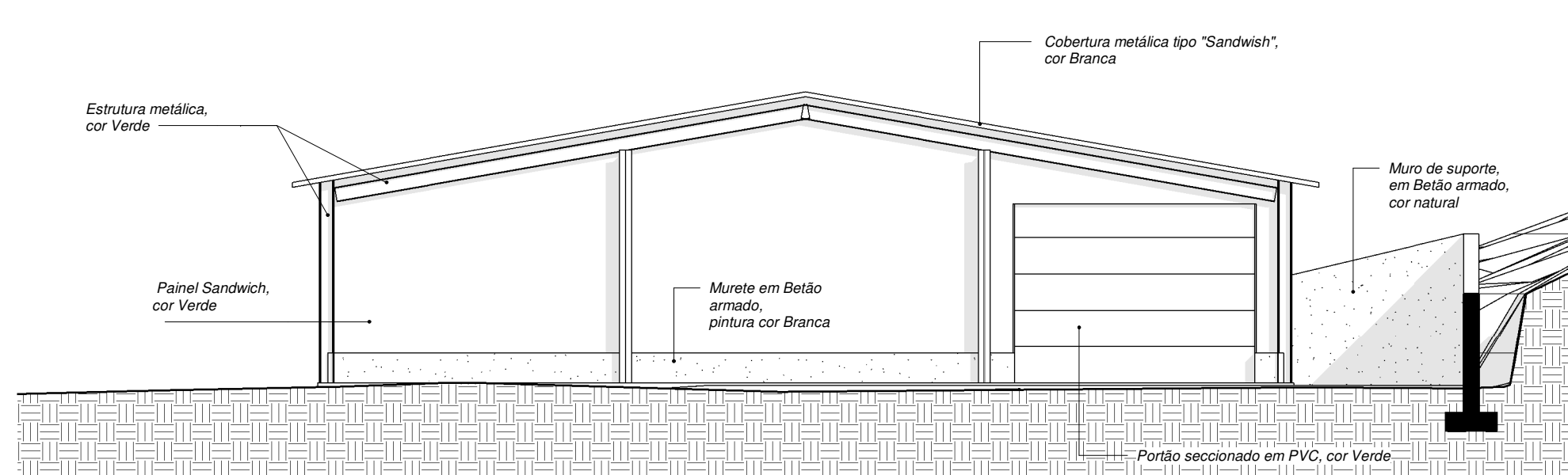
Pormenor de Ventilação



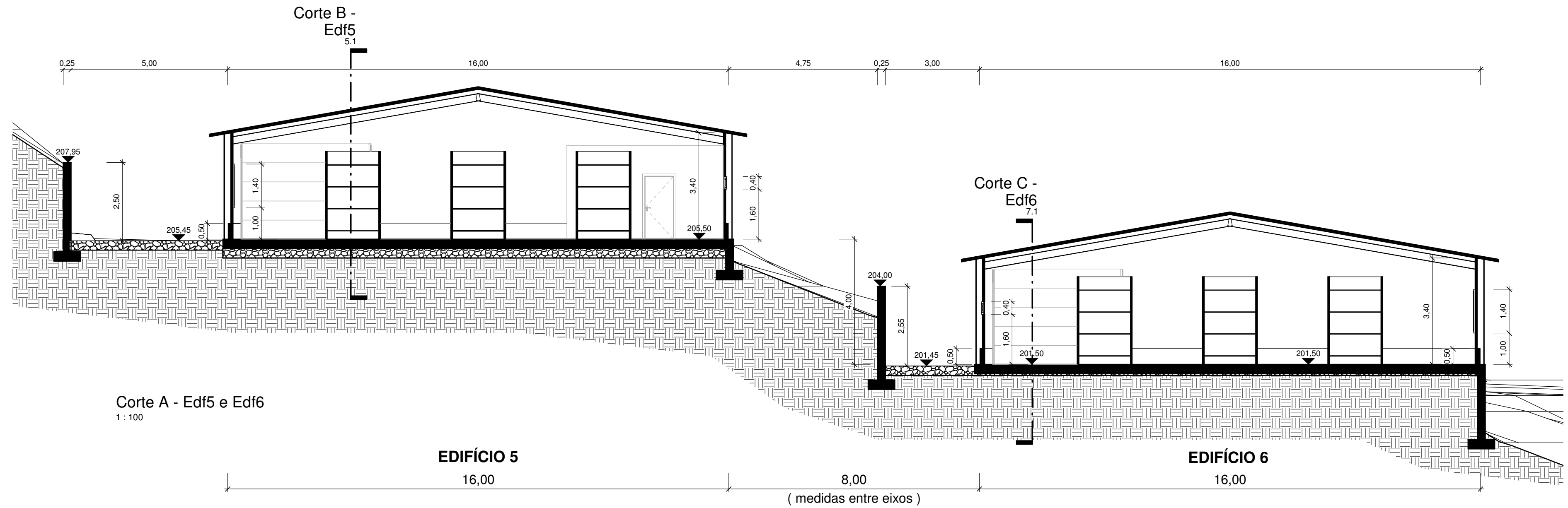
Corte C - Edif 6
1 : 100



Alçado Sudoeste Edif 6
1 : 100

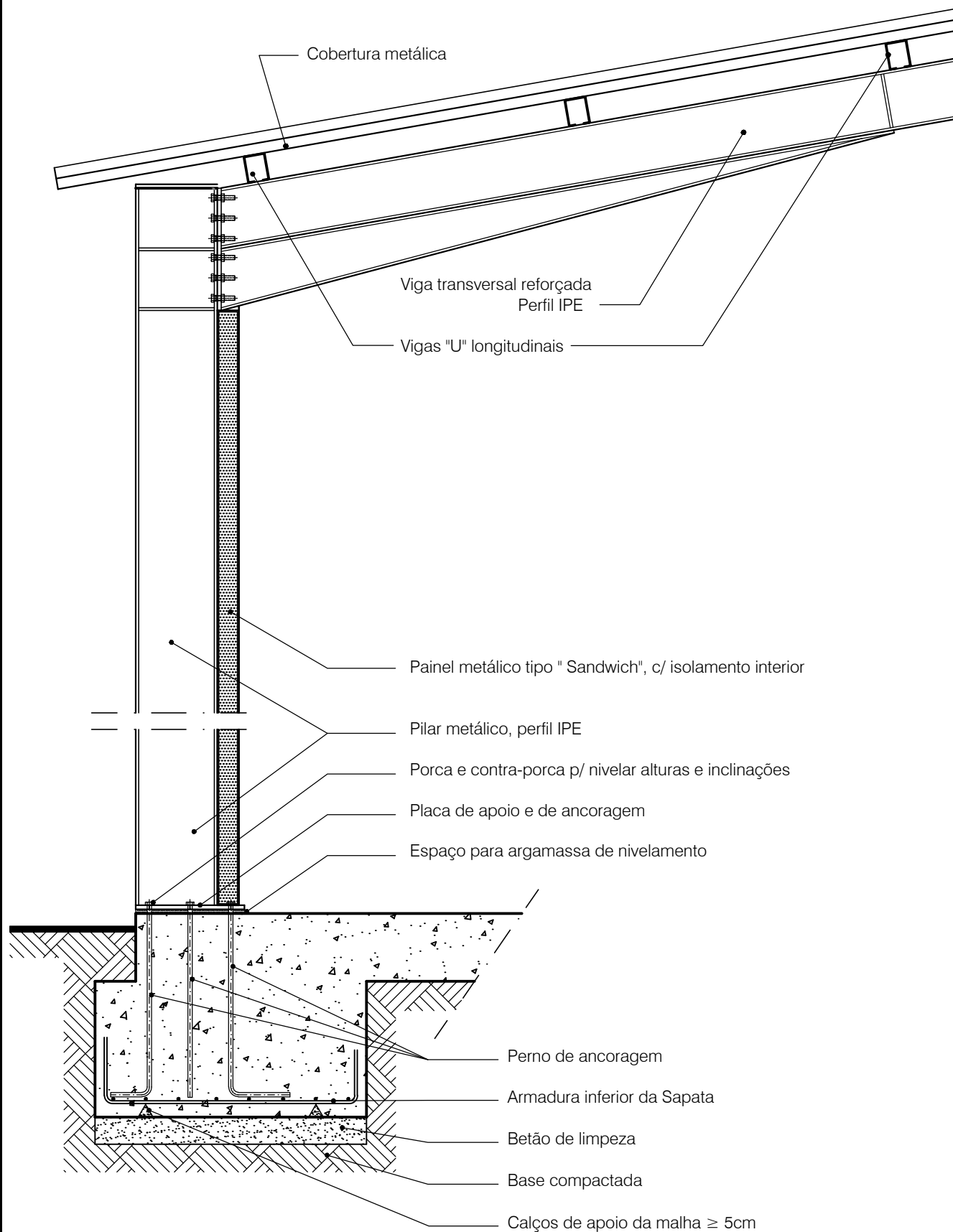


Alçado Nordeste Edif 6
1 : 100



Corte A - Edif 5 e Edif 6
1 : 100

Responsável	VALOVO - Aviação de Cria e Recria Lda.
Obra	AMPLIAÇÃO de EXPLORAÇÃO AVICOLA
Local	Sobral, União de Freguesias de Côja e Barri de Alva ARGANIL
Especialidade / Fase	ARQUITETURA EDIFÍCIO 6
Designação	Alçados e Cortes
Técnico	Arq. Suzi Pereira
Aprovado por	Escalas
Data	4/2019
Número	7.1



Parede / Pilar / Cobertura

Corte Tipo

Escala: 1/20

EDIFÍCIO ⑤ e ⑥

Peças:

PORMENORES CONSTRUTIVOS

PAVILHÃO (Construção metálica)

Parede / Pilar / Cobertura
Corte Tipo

Nº

8

ANEXO C – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS

Neste anexo apresenta-se documento da APA de avaliação sistematizada e detalhada do ponto de situação da instalação face à implementação das MTD identificadas nos seguintes documentos de Referência:

- BREF Intensive Rearing of Poultry and Pigs, publicado pela Decisão de Execução (UE) 2017/302 da Comissão de 15 de fevereiro de 2017 que estabelece conclusões sobre as melhores técnicas disponíveis (MTD) para a criação intensiva de aves de capoeira ou de suínos atualmente em vigor, disponível em <http://eippcb.jrc.ec.europa.eu/reference>, nos termos da Diretiva 2010/75/EU do Parlamento Europeu e do Conselho;
- Reference Document on Best Available Techniques on Emissions from Storage – BREF EFS, Comissão Europeia (2006);
- Reference Document on Best Available Techniques for Energy Efficiency – BREF ENE, Comissão Europeia (2009).

Neste documento identificam-se as MTDs que estão já implementadas na instalação e a calendarização das técnicas MTD ainda não implementadas.

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS - Conclusões MTD								
BREF - Criação Intensiva de aves de capoeira e de suínos (IRPP) Data de adoção: 02/2017								
n.º conforme conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada ?	Descrição do modo de implementação	VE A/VC A	Co	Pr op os ta	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade	
1. CONCLUSÕES GERAIS SOBRE AS MTD								
1.1. Sistemas de gestão ambiental (SGA)								
MTD 1.	A fim de melhorar o desempenho ambiental geral das explorações, a MTD consiste em aplicar e respeitar um sistema de gestão ambiental (SGA) que incorpore todas as características seguintes:							
1. 1.	Compromisso dos órgãos de gestão, incluindo a administração de topo;	A avaliar	Está em fase de avaliação a implementação de SGA					2020/12 - Implementação de SGA não certificado
1. 2.	Definição, pela administração, de uma política ambiental que inclua a melhoria contínua do desempenho ambiental da instalação;	A avaliar	Está em fase de avaliação a implementação de SGA					2020/12 - Implementação de SGA não certificado
1. 3.	Planeamento e estabelecimento dos procedimentos, objetivos e metas necessários, em conjugação com planeamento financeiro e investimento;	A avaliar	Está em fase de avaliação a implementação de SGA					2020/12 - Implementação de SGA não certificado
1. 4.	Aplicação de procedimentos, com especial ênfase para:							
1. 4. a)	estrutura e responsabilidade,	A avaliar	Está em fase de avaliação a implementação de SGA					
1. 4. b)	formação, sensibilização e competência,	Sim	Têm vindo a ser ministradas ações de formação aquando da instarão de novos equipamentos e técnicas de manejo e biossegurança. É ainda ministrada formação ao nível da Higiene e segurança no trabalho.					
1. 4. c)	comunicação,	A avaliar	Está em fase de avaliação a implementação de SGA					
1. 4. d)	envolvimento dos trabalhadores,	A avaliar	Está em fase de avaliação a implementação de SGA					
1. 4. e)	documentação,	A avaliar	Está em fase de avaliação a implementação de SGA					
1. 4. f)	controlo eficaz do processo,	A avaliar	Está em fase de avaliação a implementação de SGA					2020/12 / Implementação de SGA não certificado
1. 4. g)	programas de manutenção,	Sim	Foi implementado plano de manuutenção de equipamentos e da instalação, assim como um plano higienização e de vazio sanitário					
1. 4. h)	preparação e resposta em situações de emergência,	Sim	Foi implementado plano de atuação em situações de mergência em ambiente (derrames)					
1. 4. i)	salvaguarda do cumprimento da legislação ambiental.	Sim	São realizadas auditorias externas periódicas com a finalidade de determinar o estado de cumprimento da licença ambiental e demais legislação ambiental aplicável					
1. 5.	Verificação do desempenho ambiental e adoção de medidas corretivas, com especial destaque para:							
1. 5. a)	monitorização e medição (ver também relatório de referência elaborado pelo JRC sobre monitorização das emissões de instalações abrangidas pela DEI — ROM),	Sim	Análise BREF sobre emissões do armazenamento					
1. 5. b)	medidas preventivas e corretivas,	A avaliar						
1. 5. c)	manutenção de registos,	Sim	São realizados registos de consumo de água, ração, mortalidade, produção de ovos...					
1. 5. d)	Auditorias internas ou externas independentes (quando exequível), a fim de determinar se o SGA está ou não em conformidade com as disposições planeadas e se foi corretamente aplicado e mantido;	Sim	São realizadas auditorias externas periódicas com a finalidade de determinar o estado de cumprimento da licença ambiental					
1. 6.	Revisão do SGA e da continuidade da sua adequabilidade, aptidão e eficácia pela administração de topo;	A avaliar						
1. 7.	Acompanhamento do desenvolvimento de tecnologias mais limpas;	Sim	Visita a feiras nacionais e internacionais de avicultura por parte da gerência					
1. 8.	Consideração dos impactos ambientais decorrentes do desmantelamento final da instalação na fase de conceção de uma nova instalação e ao longo da sua vida operacional;	Não aplicável						Não se justifica até se verificar a efetiva necessidade de desmantelamento
1. 9.	Realização regular de avaliações comparativas setoriais (p. ex., documento de referência setorial do Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria — EMAS).	Não aplicável						A secção relativa a pecuária incluída no relativa ao documento de referência setorial sobre melhores práticas de gestão ambiental, indicadores de desempenho ambiental setorial e indicadores de excelência para o setor da agricultura (Decisão (UE) 2018/813 da comissão) centra-se nos ruminantes. De acordo com esse documento, as melhores práticas aplicáveis a animais não ruminantes são abordadas no documento de referência sobre as melhores técnicas disponíveis para a criação intensiva de aves de capoeira e suínos (IRPP BREF)

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS - Conclusões MTD								
BREF - Criação Intensiva de aves de capoeira e de suínos (IRPP) Data de adoção: 02/2017								
n.º conforme conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada ?	Descrição do modo de implementação	VE A/ VC A	Co	Pr op os ta	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade	
	Especificamente para o setor de criação intensiva de aves de capoeira ou de suínos, as MTD consistem igualmente em incorporar no SGA as seguintes características:							
1. 10.	Aplicação de um plano de gestão do ruído (cf. MTD 9);	Não aplicável						A instalação não é geradora de ruído
1. 11.	Aplicação de um plano de gestão de odores (cf. MTD 12).	Não aplicável						a instalação não é geradora de odores fortes
1.2 Boas práticas de gestão interna								
MTD 2.	A fim de evitar ou reduzir o impacto ambiental e melhorar o desempenho global, a MTD consiste em utilizar todas as técnicas a seguir indicadas.							
2. a)	Localização adequada da instalação/exploração e organização das atividades em termos de espaço, a fim de:							
2. a) i.	reduzir o transporte de animais e de materiais (incluindo estrume)	Sim						Parte do estrume é removido dos pavilhões através de passadeiras, numa base semanal, diretamente para reboque. O estrume que cai no pavimento dos pavilhões é removido periodicamente para manutenção e no final do ciclo. O estrume é utilizado na valorização agrícola de terrenos de terceiros. A ração é proveniente de fornecedor regional. Relativamente aos animais verifica-se que, por norma, Portugal não tem capacidade de fornecimento de pintas em quantidades que satisfaçam as necessidades da instalação
2. a) ii.	assegurar uma distância adequada aos recetores sensíveis que exijam proteção	Sim	Em sede de licenciamento foram analisados os potenciais impactes sobre os recetores mais sensíveis e esses impactes foram considerados pouco significativos					Em sede de licenciamento foram solicitados pareceres às entidades competentes sobre a localização da instalação e não houve oposições. Os recetores mais sensíveis e esses impactes foram considerados pouco significativos por parte das entidades competentes
2. a) iii.	ter em conta as condições climáticas predominantes (por ex. vento e precipitação)	Não aplicável						Trata-se de ampliação de instalação existente há mais de 30 anos, ou seja, houve um aproveitamento da localização e da implantação dos edifícios existentes no terreno
2. a) iv.	ter em conta a potencial capacidade de desenvolvimento futuro da exploração	Não aplicável						Trata-se de ampliação de instalação existente há mais de 30 anos, ou seja, houve um aproveitamento da localização e da implantação dos edifícios existentes no terreno.
2. a) v.	evitar a contaminação da água	Sim	Foi aprovado Plano de Gestão de Efluentes da instalação. Estrutura de armazenamento de estrume íntegra e próxima da entrada da instalação para facilitar transporte e minimizar riscos de contágio. O cumprimento das regras de gestão de efluentes pecuários permite minimizar a probabilidade de contaminação do solo e águas subterrâneas.					
2. b)	Educar e formar o pessoal, especialmente em relação a:							
2. b) i.	regulamentação aplicável, criação de animais, sanidade e bem-estar animal, gestão do estrume, segurança dos trabalhadores	Sim	É dada formação dos colaboradores sobres diversos tema relacionados com avicultura e manejo					
2. b) ii.	transporte e espalhamento de estrume no solo	Não aplicável	Os colaboradores não são responsáveis pelo transporte e valorização agrícola no solo, no entanto têm formação sobre o preenchimento de guias de acompanhamento					
2. b) iii.	planeamento de atividades	A implementar	Está em fase de avaliação a criação de plano de formação dos colaboradores dos fornecedores por parte do principal cliente da instalação					2020/12 / Implementação plano de formação abrangendo temáticas referidas
2. b) iv.	planeamento e gestão de emergências	Sim	Foi dada formação sobre atuação em caso de emergência					
2. b) v.	reparação e manutenção dos equipamentos	A implementar	Está em fase de avaliação a criação de plano de formação dos colaboradores dos fornecedores por parte do principal cliente da instalação					2020/12 Implementação de plano de manutenção das infraestruturas e equipamentos
2. c)	Preparar um plano de emergência para lidar com emissões e incidentes imprevistos, como a poluição de massas de água. Pode incluir:	A implementar	Está em fase de avaliação a criação de plano de emergência					2020/12 / Implementação de plano de emergência para lidar com emissões e incidentes imprevistos
2. c) i.	plano da exploração, indicando os sistemas de drenagem e as fontes de água/efluentes,	A implementar	Está em fase de avaliação a criação de plano de emergência					2020/12 / Implementação de plano de emergência para lidar com emissões e incidentes imprevistos
2. c) ii.	planos de ação para responder a certas contingências (p. ex., incêndios, fugas ou colapso de instalações de armazenamento de chorume, escorrência descontrolada das pilhas de estrume, derramamentos de óleo),	A implementar	Está em fase de avaliação a criação de plano de emergência					2020/12 / Implementação de plano de emergência para lidar com emissões e incidentes imprevistos
2. c) iii.	equipamento disponível para tratamento de incidentes de poluição (p. ex., equipamento para obstrução de drenos, valas de represamento, divisórias de separação para derrames de óleo).	A implementar	Está em fase de avaliação a criação de plano de emergência					2020/12 / Implementação de plano de emergência para lidar com emissões e incidentes imprevistos

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS - Conclusões MTD								
BREF - Criação Intensiva de aves de capoeira e de suínos (IRPP) Data de adoção: 02/2017								
n.º conforme conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada ?	Descrição do modo de implementação	VE A/ VC A	Co	Pr op os ta	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade	
2. d)	Verificar, reparar e manter regularmente estruturas e equipamento, como:							
2. d) i.	instalações de armazenamento de chorume, de modo a detetar sinais de danos, degradação ou fugas,	Sim	Faz parte do plano de manutenção					
2. d) ii.	bombas de chorume, misturadores, separadores, irrigadores,	Não aplicável	Instalação não possui estes equipamentos					
2. d) iii.	sistemas de abastecimento de alimentos e de água,	Sim	Faz parte do plano de manutenção					
2. d) iv.	sistema de ventilação e sensores de temperatura,	Sim	Faz parte do plano de manutenção					
2. d) v.	silos e equipamentos de transporte (p. ex., válvulas, tubos),	Sim	Faz parte do plano de manutenção					
2. d) vi.	sistemas de limpeza do ar (p. ex., através de inspeções regulares). Pode incluir a limpeza da exploração e o controlo de pragas.	Sim	Faz parte do plano de manutenção					
2. e)	Armazenar os animais mortos de modo a evitar ou reduzir emissões.	Sim	Os cadáveres são recolhidos frequentemente das jaulas e armazenados em arca frigorífica até à expedição para destruição					
1.3 Gestão nutricional								
MTD 3.	A fim de reduzir a quantidade total de azoto excretado e, consequentemente, as emissões de amoníaco, satisfazendo simultaneamente as necessidades nutricionais dos animais, a MTD consiste em preparar uma dieta e uma estratégia nutricional que incluam uma das técnicas ou combinações das técnicas que se seguem.							
3. a)	Redução do teor de proteína bruta mediante um regime alimentar com valor equilibrado de azoto, tendo em conta as necessidades de energia e de aminoácidos digeríveis.	Sim	Adição de aminoácidos na dieta com vista a ajustar os valores proteicos da ração às necessidades das aves, minimizando a excreção de azoto e consequentemente a sua presença no estrume.					
3. b)	Alimentação multifaseada com uma dieta adaptada às necessidades específicas do período de produção.	Sim	Adoção de dieta nutricional adaptando a sua composição às necessidades nutricionais das aves de acordo com o seu nível de desenvolvimento (idade) melhorando a disponibilidade de azoto e fósforo e diminuindo a sua presença no estrume.					
3. c)	Adição de quantidades controladas de aminoácidos essenciais a uma dieta pobre em proteína bruta.	Sim	Adição de aminoácidos na dieta com vista a ajustar os valores proteicos da ração às necessidades das aves, minimizando a excreção de azoto e consequentemente a sua presença no estrume.					
3. d)	Utilizar aditivos autorizados para alimentação animal que tenham em vista reduzir o azoto total excretado.	Sim	Adição de enzimas na dieta com vista a melhorar a retenção dos nutrientes e reduzem a quantidade de nutrientes presentes no estrume					
MTD 4.	A fim de reduzir o fósforo total excretado, satisfazendo, ao mesmo tempo, as necessidades nutricionais dos animais, a MTD consiste em preparar uma dieta e uma estratégia nutricional que incluam uma das técnicas ou combinações das técnicas que se seguem.							
4. a)	Alimentação multifaseada com uma dieta adaptada às necessidades específicas do período de produção.	Sim	Adoção de dieta nutricional adaptando a sua composição às necessidades nutricionais das aves de acordo com o seu nível de desenvolvimento (idade) melhorando a disponibilidade de azoto e fósforo e diminuindo a sua presença no estrume.					
4. b)	Utilizar aditivos autorizados para alimentação animal que tenham em vista reduzir o fósforo total excretado (p. ex., fitase).	Sim	A adição de enzimas como a fitase permite garantir o fornecimento de quantidades suficientes de fósforo digerível, potenciando a absorção pelo animal e diminuindo a presença no estrume.					
4. c)	Utilização de fosfatos inorgânicos altamente digeríveis para a substituição parcial de fontes convencionais de fósforo nos alimentos.	Sim	A adição de enzimas como a fitase permite garantir o fornecimento de quantidades suficientes de fósforo digerível, potenciando a absorção pelo animal e diminuindo a presença no estrume.					

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS - Conclusões MTD									
BREF - Criação Intensiva de aves de capoeira e de suínos (IRPP) Data de adoção: 02/2017									
n.º conforme conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada ?	Descrição do modo de implementação	VE A/VC A	Co	Pr op os ta	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade		
1.4. Utilização eficiente da água									
MTD 5.	Para uma utilização eficiente da água, a MTD consiste em utilizar uma combinação das técnicas que se seguem.								
5. a)	Manter um registo do consumo de água.	Sim	Todas as captações possuem contador. É realizado o registo do consumo						
5. b)	Detetar e reparar fugas de água.	Sim	Faz parte do plano de manutenção						
5. c)	Utilizar equipamentos de limpeza de alta pressão para a limpeza do alojamento dos animais e dos equipamentos.	Sim	Sopro com ar comprimido e lavagem com água sob pressão						
5. d)	Selecionar e utilizar equipamento adequado (p. ex., bebedouros de tetinas, bebedouros redondos, recipientes de água) para uma categoria de animal específica, garantindo simultaneamente a disponibilidade de água (<i>ad libitum</i>).	Sim	Faz parte do plano de manejo / plano de produção						
5. e)	Verificar e, se necessário, ajustar regularmente a calibração do equipamento de abeberamento.	Sim	Faz parte do plano de manejo / plano de produção						
5. f)	Reutilização de águas pluviais não contaminadas, como água para limpeza.	Não aplicável							A quantidade de águas utilizadas para limpeza não justifica o investimento
1.5. Emissões de águas residuais									
MTD 6.	Para reduzir a produção de águas residuais, a MTD consiste em recorrer a uma combinação das técnicas que se seguem.								
6. a)	Manter tão reduzida quanto possível a extensão de zonas sujas.	Sim							
6. b)	Minimizar a utilização de água.	Sim	Água para arrefecimento é recirculada nos freopan, água de lavagens é sob pressão, água para abeberamento é fornecida através de equipamentos (bebedouros) apropriados e sem limitações.						
6. c)	Separar águas pluviais não contaminadas do fluxo de águas residuais que necessitam de tratamento.	Sim	As águas que necessitam de encaminhamento são encaminhadas para estruturas adequadas, sem mistura de águas pluviais. Não há produção de águas pluviais contaminadas						
MTD 7.	A fim de reduzir as emissões provenientes das águas residuais para o meio hídrico, a MTD consiste em utilizar uma das técnicas ou combinações das técnicas que se seguem.								
7. a)	Drenar águas residuais para um recipiente específico ou para uma instalação de armazenamento de chorume.	Sim	Chorume é drenado para fossas estanques.						
7. b)	Tratar as águas residuais.	Sim	Fossa estanque de recria promove o tratamento das águas residuais						
7. c)	Espalhamento de águas residuais no solo através, p. ex., de sistemas de irrigação, como aspersores, pulverizadores com tração, cisternas, aparelhos com tubos injetores.	Sim	O chorume resultante das lavagens é destinado à valorização agrícola						

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS - Conclusões MTD								
BREF - Criação Intensiva de aves de capoeira e de suínos (IRPP) Data de adoção: 02/2017								
n.º conforme conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada ?	Descrição do modo de implementação	VE A/ VC A	Pr op os ta		Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade	
1.6. Utilização eficiente da energia								
MTD 8.	Para uma utilização eficiente da energia na exploração, a MTD consiste em utilizar uma combinação das técnicas que se seguem.							
8. a)	Sistemas de aquecimento/arrefecimento e de ventilação de elevada eficiência.	Sim	O sistema de ventilação é de elevada eficiência. O sistema de arrefecimento é feito através de nebulização no interior dos pavilhões					
8. b)	Otimização da gestão e dos sistemas de aquecimento/arrefecimento e de ventilação, em especial quando são utilizados sistemas de limpeza do ar.	Não aplicável					Não são utilizados sistemas de limpeza do ar	
8. c)	Isolamento das paredes, do pavimento e/ou dos tetos do alojamento dos animais.	Sim	Paredes dos pavilhões foram revestidas com painel sandwich					
8. d)	Utilização de dispositivos de iluminação eficientes em termos energéticos.	Sim	São utilizadas lâmpadas LED					
8. e)	Utilização de permutadores de calor. Pode utilizar-se um dos seguintes sistemas:							
8. e) 1.	ar-ar;	Não aplicável					O valor do investimento comparativamente à eficiência não justifica	
8. e) 2.	ar-água;	Não aplicável					O valor do investimento comparativamente à eficiência não justifica	
8. e) 3.	ar-solo	Não aplicável					O valor do investimento comparativamente à eficiência não justifica	
8. f)	Utilização de bombas de calor para recuperação de calor.	Não aplicável					O valor do investimento comparativamente à eficiência não justifica	
8. g)	Recuperação de calor com chão aquecido e arrefecido com cama (sistema de cobertura combinada).	Não aplicável					Não é usado sistema de cama	
8. f)	Utilizar ventilação natural.	Não aplicável					A ventilação é forçada em todos os pavilhões pois a densidade animal dentro dos pavilhões é elevada	
1.7. Emissões de ruído								
MTD 9.	A fim de evitar ou, quando tal não for possível, reduzir as emissões de ruído, a MTD consiste em criar e aplicar um plano de gestão de ruído como parte integrante do sistema de gestão ambiental (cf. MTD 1) que inclua os seguintes elementos:							
9. i.	protocolo com medidas e cronogramas apropriados,	Não aplicável					Não há emissão de níveis de ruído acima do limiar aceitável	
9. ii.	protocolo de monitorização do ruído,	Não aplicável					Não há emissão de níveis de ruído acima do limiar aceitável	
9. iii.	protocolo de resposta a ocorrências de ruído identificadas,	Não aplicável					Não há emissão de níveis de ruído acima do limiar aceitável	
9. iv.	programa de redução do ruído, concebido para, p. ex., identificar a(s) fonte(s), monitorizar as emissões de ruído, caracterizar os contributos das fontes e aplicar medidas de redução e/ou eliminação,	Não aplicável					Não há emissão de níveis de ruído acima do limiar aceitável	
9. v.	análise do historial de ocorrências de ruído e soluções aplicadas e divulgação de conhecimentos em matéria de ocorrências de ruído.	Não aplicável					Não há emissão de níveis de ruído acima do limiar aceitável	
MTD 10.	A fim de evitar ou, quando tal não for possível, reduzir as emissões de ruído, a MTD consiste em utilizar a uma das técnicas ou combinações das técnicas que se seguem.							
10. a)	Assegurar uma distância adequada entre as instalações/explorações e os recetores sensíveis.	Sim					A instalação encontra-se em local isolado	
10. b)	Localização do equipamento.	Não aplicável					Não há emissão de níveis de ruído acima do limiar aceitável	
10. c)	Medidas operacionais.	Não aplicável					Não há emissão de níveis de ruído acima do limiar aceitável	
10. d)	Equipamento pouco ruidoso.	Não aplicável					Não há emissão de níveis de ruído acima do limiar aceitável	
10. e)	Equipamento de controlo do ruído.	Não aplicável					Não há emissão de níveis de ruído acima do limiar aceitável	
10. f)	Redução de ruído.	Não aplicável					Não há emissão de níveis de ruído acima do limiar aceitável	

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS - Conclusões MTD									
BREF - Criação Intensiva de aves de capoeira e de suínos (IRPP) Data de adoção: 02/2017									
n.º conforme conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada ?	Descrição do modo de implementação	VE A/VC A	Co	Pr op os ta	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade		
1.8. Emissões de poeiras									
MTD 11.	Para reduzir as emissões de poeiras de cada alojamento animal, a MTD consiste em utilizar uma das técnicas ou combinações das técnicas que se seguem.								
11. a)	Reduzir a produção de poeiras no interior de edifícios para animais. Para este efeito, pode utilizar-se uma combinação das seguintes técnicas:								
11. a) 1.	Material de cama mais espesso (p. ex., em vez de palha cortada, utilizar palha longa ou aparas de madeira);	Sim	Serão utilizadas aparas de madeira nos pavilhões 5 e 6						
11. a) 2.	Mudar as camas utilizando uma técnica que levante pouca poeira (p. ex., à mão);	Não aplicável	As camas são removidas, no final do ciclo, com o auxílio de pá carregadora						
11. a) 3.	Aplicar alimentação ad libitum;	Sim							
11. a) 4.	Utilizar alimentos húmidos ou granulados ou acrescentar matérias-primas gordurosas ou agentes aglutinantes aos sistemas de alimentos secos;	Sim	Os alimentos são secos, no entanto é utilizado óleo de soja e sepiolita (aglutinante) na sua formulação						
11. a) 5.	Utilizar filtros de poeiras nos depósitos de alimentos secos que são reabastecidos de forma pneumática;	Não aplicável	Os silos não são abastecidos de forma pneumática						
11. a) 6.	Conceber e utilizar o sistema de ventilação a baixas velocidades dentro do alojamento.	Não aplicável	O sistema de ventilação responde às necessidades de forma a manter renovação do ar (baixa velocidade) ou a baixar a temperatura (alta velocidade)						
11. b)	Reduzir a concentração de poeiras no interior dos alojamentos utilizando uma das seguintes técnicas:								
11. b) 1.	Nebulização com água;	Sim	O sistema de arrefecimento através de nebulização no interior dos pavilhões auxiliará também na redução da concentração de poeiras						
11. b) 2.	Pulverização com óleo;	Não aplicável	Basta um sistema para redução da concentração de poeiras						
11. b) 3.	Ionização.	Não aplicável	Basta um sistema para redução da concentração de poeiras						
11. c)	Tratamento do ar de exaustão através de sistemas de tratamento de ar, como:								
11. c) 1.	Coletor de água;	Não aplicável							
11. c) 2.	Filtro seco;	Não aplicável							
11. c) 3.	Depurador a água;	Não aplicável							
11. c) 4.	Depurador a ácido por via húmida;	Não aplicável							
11. c) 5.	Depurador biológico (ou filtro biológico de gotejamento);	Não aplicável							
11. c) 6.	Sistema de limpeza de ar de duas ou três fases;	Não aplicável							
11. c) 7.	Biofiltro.	Não aplicável							
1.9. Emissões de odores									
MTD 12.	Para evitar ou, quando tal não for possível, reduzir as emissões de odores de uma exploração, a MTD consiste em criar, aplicar e rever regularmente um plano de gestão de odores, como parte integrante do sistema de gestão ambiental (cf. MTD 1), que inclua os seguintes elementos:								
12. i.	protocolo com medidas e cronogramas adequados,	Não aplicável							A instalação não é geradora de odores fortes
12. ii.	protocolo para monitorização de odores,	Não aplicável							A instalação não é geradora de odores fortes
12. iii.	protocolo para resposta a ocorrências de odores incómodos,	Não aplicável							A instalação não é geradora de odores fortes
12. iv.	programa de prevenção e eliminação de odores, concebido para, p. ex., identificar a(s) fonte(s), monitorizar as emissões de odores (cf. MTD 26), caracterizar os contributos das fontes e pôr em prática medidas de eliminação e/ou redução,	Não aplicável							A instalação não é geradora de odores fortes
12. v.	análise do historial de ocorrências de odores e soluções aplicadas e divulgação de conhecimentos sobre ocorrência de odores.	Não aplicável							A instalação não é geradora de odores fortes

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS - Conclusões MTD								
BREF - Criação Intensiva de aves de capoeira e de suínos (IRPP) Data de adoção: 02/2017								
n.º conforme conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada ?	Descrição do modo de implementação	VE A/ VC A	Co	Pr op os ta	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade	
MTD 13.	A fim de evitar ou, quando tal não for possível, reduzir as emissões de odores e/ou o impacto de uma exploração em termos de odores, a MTD consiste em utilizar uma combinação das técnicas que se seguem.							
13. a)	Assegurar uma distância adequada entre a exploração/instalação e os recetores sensíveis.	Não aplicável					Trata-se de ampliação de instalação existente há mais de 30 anos, ou seja, houve um aproveitamento da localização e da implantação dos edifícios existentes no terreno	
13. b)	Utilizar alojamentos nos quais se aplique um dos seguintes princípios ou uma combinação dos mesmos:							
13. b) i.	manter os animais e pavimentos secos e limpos (p. ex., evitar derramar alimentos e evitar dejeções em zonas de repouso ou pavimentos parcialmente ripados),	Não aplicável						
13. b) ii.	reduzir a superfície emissora do estrume (p. ex., utilizando ripas de metal ou plástico, canais com superfície reduzida de estrume exposto),	Não aplicável						
13. b) iii.	remover frequentemente o estrume para uma instalação de armazenamento externa e coberta,	Sim					Parte dos estrume, qua cai sobre as passareiras de estrume, é removida frequentemente do pavilhão	
13. b) iv.	reduzir a temperatura do estrume (p. ex., pelo arrefecimento de chorume) e do espaço interior,	Não aplicável						
13. b) v.	diminuir o fluxo e a velocidade do ar sobre as superfícies de estrume,	Sim	O sistema de ventilação abrange as zonas superiores do pavilhão, em detrimento da zona do pavimento					
13. b) vi.	manter o material de cama seco e em condições aeróbias, nos sistemas com camas.	Sim	As aves promovem o contínuo remeximento do estrume, mantedo condições de fermentação aeróbia					
13. c)	Otimizar as condições de descarga de ar de exaustão proveniente do alojamento animal utilizando uma das técnicas ou combinações de técnicas que se seguem:							
13. c) i.	aumentar a altura da saída do ar de exaustão (p. ex., acima do nível do telhado, colocar chaminés, desviar a saída de ar de exaustão para a cumeeira, em vez da parte inferior da parede),	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. c) ii.	aumentar a velocidade de ventilação da saída vertical,	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. c) iii.	colocar barreiras externas eficazes para gerar turbulência no fluxo de ar expelido (p. ex., vegetação),	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. c) iv.	colocar defletores nas saídas de ar que se encontrem a baixa altura nas paredes, para que o ar de exaustão seja dirigido para o solo,	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. c) v.	colocar as saídas do ar de exaustão do lado do alojamento contrário ao do recetor sensível,	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. c) vi.	alinhar o eixo superior de um edifício com ventilação natural de forma transversal à direção predominante do vento.	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. d)	Utilizar um sistema de limpeza de ar, p. ex.:							
13. d) 1.	Depurador biológico (ou filtro biológico de gotejamento);	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. d) 2.	Biofiltro;	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. d) 3.	Sistema de limpeza de ar de duas ou três fases.	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. e)	Utilizar uma das seguintes técnicas ou combinações de técnicas para o armazenamento de estrume:							
13. e) 1.	Durante o armazenamento, cobrir o chorume ou estrume sólido;	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. e) 2.	Localizar a instalação de armazenamento levando em conta a direção predominante do vento e/ou adotar medidas destinadas a reduzir a velocidade do vento em torno da instalação de armazenamento (p. ex., árvores, barreiras naturais);	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. e) 3.	Minimizar a agitação de chorume.	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. f)	Tratar o estrume por uma das seguintes técnicas, de modo a minimizar as emissões de odores durante o seu espalhamento no solo (ou antes deste):							
13. f) 1.	Digestão aeróbia (arejamento) do chorume;	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. f) 2.	Compostagem do estrume sólido;	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. f) 3.	Digestão anaeróbia.	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. g)	Utilizar uma das seguintes técnicas ou combinações de técnicas para o espalhamento do estrume no solo:							
13. g) 1.	Espalhador em banda, injetor pouco profundo ou injetor profundo para o espalhamento do chorume no solo;	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	
13. g) 2.	Incorporar o estrume o mais rapidamente possível.	Não aplicável					A instalação não é geradora de odores fortes	

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS - Conclusões MTD								
BREF - Criação Intensiva de aves de capoeira e de suínos (IRPP) Data de adoção: 02/2017								
n.º conforme conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada ?	Descrição do modo de implementação	VE A/ VC A	Co	Pr op os ta	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade	
1.10. Emissões provenientes do armazenamento do estrume sólido								
MTD 14.	A fim de reduzir as emissões de amoníaco para o ar provenientes do armazenamento de estrume sólido, a MTD consiste em utilizar uma das técnicas ou combinações das técnicas que se seguem.							
14. a)	Reduzir a proporção entre a área da superfície emissora e o volume da pilha de estrume sólido.	Sim	Estrutura do pavilhão de estrume permite que este seja empilhado a altura nunca superior a 3 metros, reduzindo a proporção entre a área da superfície emissora e o volume da pilha de estrume sólido.					
14. b)	Cobrir as pilhas de estrume sólido.	Não aplicável						Será verificada a eficácia deste procedimento tendo em conta a situação de referência não apresentar problemas (questiona-se a necessidade de aplicar esta técnica)
14. c)	Armazenar o estrume sólido seco num armazém.	Sim	A instalação possui armazém dedicado ao armazenamento do estrume					

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS - Conclusões MTD								
BREF - Criação Intensiva de aves de capoeira e de suínos (IRPP) Data de adoção: 02/2017								
n.º conforme conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada ?	Descrição do modo de implementação	VE A/VC A	Co	Pr op os ta		Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
MTD 15.	A fim de evitar ou, quando tal não for praticável, reduzir as emissões para o solo e para a água provenientes do armazenamento de estrume sólido, a MTD consiste em utilizar uma combinação das técnicas que se seguem, dando-lhes prioridade segundo a ordem de enumeração.							
15. a)	Armazenar o estrume sólido seco num armazém	Sim	A instalação possui armazém dedicado ao armazenamento do estrume					
15. b)	Utilizar um silo de betão para armazenar o estrume sólido	Não aplicável						A instalação já possui estrutura adequada para o armazenamento do estrume
15. c)	Armazenar o estrume sólido em locais com pavimentos sólidos e impermeáveis que possuam sistema de drenagem e reservatório para as escorrências.	Não aplicável						O estrume armazenado não apresenta escorrências
15. d)	Selecionar uma instalação de armazenamento com capacidade suficiente para armazenar o estrume sólido durante os períodos em que não seja possível espalhá-lo no solo.	Sim	Conforme PGEP enviado para aprovação					
15. e)	Armazenar no campo o estrume sólido em pilhas, colocadas longe de águas de superfície e de cursos de água subterrâneos que possam ser contaminados por escorrências do estrume.	Não aplicável						Não se recorre a este tipo de armazenamento
1.11. Emissões provenientes do armazenamento de chorume								
MTD 16.	A fim de reduzir as emissões de amoníaco para o ar provenientes de instalações de armazenamento de chorume, a MTD consiste em utilizar uma combinação das técnicas que se seguem.							
16. a)	Conceção e gestão adequada da instalação de armazenamento de chorume utilizando uma combinação das técnicas que se seguem:							
16. a) 1.	Reduzir a proporção entre a área da superfície emissora e o volume de chorume na instalação de armazenamento;	Sim	As fossas estanques são cobertas com tampa rígida					
16. a) 2.	Reduzir a velocidade do vento e as trocas de ar na superfície do chorume, operando a instalação de armazenamento de chorume abaixo da sua capacidade máxima;	Sim	As fossas estanques são cobertas com tampa					
16. a) 3.	Minimizar a agitação de chorume.	Sim	O chorume é armazenado em fossa estanque e não é suscetível de agitação					
16. b)	Cobrir o tanque de chorume. Para este efeito, pode utilizar-se uma das seguintes técnicas:							
16. b) 1.	Cobertura de proteção rígida;	Sim	As fosas estanques são cobertas com tampa rígida					
16. b) 2.	Coberturas de proteção flexíveis;	Não aplicável						
16. b) 3.	Coberturas de proteção flutuantes, como, p. ex.:	Não aplicável						A fossa tem cobertura rígida
16. b) 3. i.	péletes de plástico	Não aplicável						A fossa tem cobertura rígida
16. b) 3. ii.	materiais finos a granel	Não aplicável						A fossa tem cobertura rígida
16. b) 3. iii.	coberturas de proteção flexíveis e flutuantes	Não aplicável						A fossa tem cobertura rígida
16. b) 3. iv.	placas de plástico geométricas	Não aplicável						A fossa tem cobertura rígida
16. b) 3. v.	coberturas de proteção de ar insuflado	Não aplicável						A fossa tem cobertura rígida
16. b) 3. vi.	crosta natural	Não aplicável						A fossa tem cobertura rígida
16. b) 3. vii.	palha	Não aplicável						A fossa tem cobertura rígida
16. c)	Acidificação do chorume.	Não aplicável						As características do chorume não justificam o tratamento em questão
MTD 17.	A fim de reduzir as emissões de amoníaco para o ar provenientes de instalações de armazenamento natural de chorume (lagoas), a MTD consiste em utilizar uma combinação das técnicas que se seguem.							
17. a)	Minimizar a agitação do chorume.	Não aplicável						Não existem instalações de armazenamento natural de chorume (lagoas)
17. b)	Usar uma proteção flexível e/ou flutuante na lagoa de chorume, p. ex.:							
17. b) i.	chapas de plástico flexíveis	Não aplicável						Não existem instalações de armazenamento natural de chorume (lagoas)
17. b) ii.	materiais finos a granel	Não aplicável						Não existem instalações de armazenamento natural de chorume (lagoas)
17. b) iii.	crosta natural	Não aplicável						Não existem instalações de armazenamento natural de chorume (lagoas)
17. b) iv.	palha	Não aplicável						Não existem instalações de armazenamento natural de chorume (lagoas)

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS - Conclusões MTD								
BREF - Criação Intensiva de aves de capoeira e de suínos (IRPP) Data de adoção: 02/2017								
n.º conforme conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada ?	Descrição do modo de implementação	VE A/ VC A	Co	Pr op os ta	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade	
MTD 18.	A fim de evitar as emissões para o solo e para a água provenientes da recolha e da canalização de chorume e de instalações de armazenamento de chorume e/ou instalações de armazenamento natural de chorume (lagoas), a MTD consiste em utilizar uma combinação das técnicas que se seguem.							
18. a)	Utilizar instalações de armazenamento resistentes a fatores mecânicos, químicos e térmicos.	Sim	As fossas estanques são resistentes a fatores mecânicos, químicos e térmicos.					
18. b)	Selecionar uma instalação de armazenamento com capacidade suficiente para armazenar o chorume durante os períodos em que não seja possível espalhá-lo no solo.	Sim	As fossas estanques têm capacidade para duas lavagens completas. Apenas se realiza uma a duas lavagens/ano					
18. c)	Construir instalações e utilizar equipamentos para recolha e transferência de chorume resistentes a fugas (p. ex., poços, canais, drenos, centrais de bombagem).	Sim	A fossa é estanque . O chorume é encaminhado para a fossa por tubagem fechada. O chorume é posteriormente removida da fossa através de cisterna própria para o efeito					
18. d)	Armazenar o chorume em lagoas com revestimento (base e paredes) impermeável: p. ex., argila ou plástico (revestimento simples ou duplo).	Não aplicável					Não existem instalações de armazenamento natural de chorume (lagoas)	
18. e)	Instalar um sistema de deteção de fugas constituído, p. ex., por uma geomembrana, uma camada drenante e sistema de drenagem de tubos.	Não aplicável					Não se justifica o investimento, tendo em conta a quantidade de chorume produzida e o tempo de armazenamento. Basta criar procedimento de observação do nível do chorume dentro da fossa	
18. f)	Verificar a integridade estrutural das instalações de armazenamento pelo menos uma vez por ano.	Sim	Encontra-se no plano de manutenção da instalação					
1.12 Tratamento de estrume na exploração								
MTD 19.	Nos casos em que o tratamento do estrume tem lugar na exploração, a fim de reduzir as emissões de azoto, fósforo, odores e agentes patogénicos microbianos para o ar e para a água e facilitar o armazenamento de estrume e/ou o seu espalhamento no solo, a MTD consiste em tratar o estrume mediante a aplicação de uma das técnicas ou combinações das técnicas que se seguem.							
19. a)	Separação mecânica do chorume. Inclui, p. ex.:	Não aplicável					O tratamento do estrume não é realizado na exploração	
19. a) i.	prensa separadora de parafuso	Não aplicável					O tratamento do estrume não é realizado na exploração	
19. a) ii.	separador de decantação centrífuga	Não aplicável					O tratamento do estrume não é realizado na exploração	
19. a) iii.	coagulação e floculação	Não aplicável					O tratamento do estrume não é realizado na exploração	
19. a) iv.	separação por peneira	Não aplicável					O tratamento do estrume não é realizado na exploração	
19. a) v.	filtro-prensa	Não aplicável					O tratamento do estrume não é realizado na exploração	
19. b)	Digestão anaeróbia do estrume numa instalação a biogás.	Não aplicável					O tratamento do estrume não é realizado na exploração	
19. c)	Utilização de um túnel externo para secar o estrume.	Não aplicável					O tratamento do estrume não é realizado na exploração	
19. d)	Digestão aeróbia (arejamento) do chorume.	Não aplicável					O tratamento do estrume não é realizado na exploração	
19. e)	Nitrificação e desnitrificação do chorume.	Não aplicável					O tratamento do estrume não é realizado na exploração	
19. f)	Compostagem de estrume sólido.	Não aplicável					O tratamento do estrume não é realizado na exploração	

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS - Conclusões MTD											
BREF - Criação Intensiva de aves de capoeira e de suínos (IRPP) Data de adoção: 02/2017											
n.º conforme conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada ?	Descrição do modo de implementação	VE A	A/VC	Co	Pr op os ta	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade			
1.13 Espalhamento do estrume no solo (valorização agrícola)											
MTD 20.	A fim de evitar ou, quando tal não for possível, reduzir as emissões de azoto, fósforo e agentes patogénicos microbianos para o solo e para a água em resultado do espalhamento do estrume no solo, a MTD consiste em utilizar todas as técnicas que se seguem.										
20. a)	Avaliar os terrenos que vão receber o estrume, para identificar os riscos de escorrência, tendo em conta:										
20. a) i.	o tipo de solo, as condições e o declive do terreno	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
20. a) ii.	as condições climáticas	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
20. a) iii.	a drenagem e a irrigação do terreno	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
20. a) iv.	a rotação das culturas	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
20. a) v.	os recursos hídricos e as zonas de águas protegidas	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
20. b)	Manter distância suficiente entre os terrenos onde se espalha o estrume (mantendo uma faixa de terreno não tratado) e:										
20. b) 1.	zonas onde há risco de escorrência para a água, como cursos de água, nascentes, furos, etc.	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
20. b) 2.	propriedades vizinhas (incluindo sebes).	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
20. c)	Evitar o espalhamento do estrume quando o risco de escorrência é significativo. Em especial, o estrume não é aplicado quando:	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
20. c) 1.	o campo está inundado, gelado ou coberto de neve	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
20. c) 2.	as condições do solo (p. ex., saturação de água ou compactação) conjugadas com o declive do terreno e/ou as condições de drenagem sejam de tal natureza que o risco de escorrência ou drenagem seja alto	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
20. c) 3.	as escorrências podem ser previstas em função das previsões de chuva.	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
20. d)	Adaptar a taxa de espalhamento do estrume tendo em conta o teor de azoto e de fósforo do estrume, além das características do solo (p. ex., teor de nutrientes), as necessidades das culturas sazonais e as condições meteorológicas ou as condições do campo que possam favorecer escorrências.	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
20. e)	Espalhar o estrume em consonância com as carências de nutrientes das culturas.	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
20. f)	Verificar regularmente os campos onde foram efetuados os espalhamentos de modo a identificar quaisquer sinais de escorrências e responder adequadamente quando necessário.	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
20. g)	Assegurar acesso adequado à instalação de armazenamento de estrume e verificar que não há derrames durante o carregamento.	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
20. h)	Verificar se o equipamento de espalhamento de estrume está em boas condições de funcionamento e ajustado para uma taxa de aplicação adequada.	Não aplicável								A responsabilidade de valorização agrícola não é do operador	
MTD 21.	A fim de reduzir as emissões de amoníaco para o ar provenientes do espalhamento de chorume no solo, a MTD consiste em utilizar uma das técnicas ou combinações das técnicas que se seguem.										
21. a)	Diluição do chorume, seguida de técnicas como, p. ex., sistemas de irrigação a baixa pressão.	Não aplicável								As características do efluente não justificam a operação	
21. b)	Espalhador em banda, mediante a aplicação de uma das seguintes técnicas:	Não aplicável								As características do efluente não justificam a operação	
21. b) 1.	Mangueira	Não aplicável								As características do efluente não justificam a operação	
21. b) 2.	Coluna.	Não aplicável								As características do efluente não justificam a operação	
21. c)	Injetor pouco profundo (regos abertos).	Não aplicável								As características do efluente não justificam a operação	
21. d)	Injetor profundo (regos fechados).	Não aplicável								As características do efluente não justificam a operação	
21. e)	Acidificação do chorume.	Não aplicável								As características do efluente não justificam a operação	
MTD 22.	A fim de reduzir as emissões de amoníaco para o ar provenientes do espalhamento do estrume no solo, a MTD consiste em incorporar o estrume no solo o mais rapidamente possível. (Intervalo de tempo associado às MTD no BREF)										
1.14 Emissões de todo o processo de produção											
MTD 23.	A fim de reduzir as emissões de amoníaco provenientes do processo de produção para a criação de suínos (incluindo porcas) ou de aves de capoeira, a MTD consiste em estimar ou calcular uma redução de emissões de amoníaco do processo de produção utilizando as MTD aplicadas na exploração.	Sim	Formulário PRTR entregue anualmente								

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS - Conclusões MTD								
BREF - Criação Intensiva de aves de capoeira e de suínos (IRPP) Data de adoção: 02/2017								
n.º conforme conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada ?	Descrição do modo de implementação	VE A/ VC A	Co	Pr op os ta	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade	
1.15 Monitorização das emissões e parâmetros do processo								
MTD 24.	A MTD consiste em monitorizar o azoto total e o fósforo total excretado no estrume utilizando uma das seguintes técnicas, com, pelo menos, a frequência indicada.							
24. a)	Cálculo, recorrendo a um balanço de massas de azoto e de fósforo, baseado na ingestão de alimentos, no teor de proteína bruta da dieta, no fósforo total e no rendimento do animal.	Não aplicável						Recorre-se ao CBPA
24. b)	Estimativa do teor de azoto total e de fósforo total do estrume, recorrendo à análise do estrume	Não aplicável						Recorre-se ao CBPA
MTD 25.	A MTD consiste em monitorizar o azoto total e o fósforo total excretado no estrume utilizando uma das seguintes técnicas, com, pelo menos, a frequência indicada.							
25. a)	Estimativa, recorrendo a um balanço de massas baseado nas excreções e no azoto total (ou azoto amoniacal total) presente em cada fase de gestão do estrume.	Não aplicável						Utilizada técnica similar - Estimativa, recorrendo à utilização de fatores de emissão.
25. b)	Cálculo, recorrendo à medição da concentração de amoníaco e da taxa de ventilação, utilizando métodos de normas ISO, normas nacionais ou internacionais ou outros métodos que garantam dados de qualidade científica equivalente.	Não aplicável						Utilizada técnica similar - Estimativa, recorrendo à utilização de fatores de emissão.
25. c)	Estimativa, recorrendo à utilização de fatores de emissão.	Sim	Formulário PRTR					
MTD 26.	A MTD consiste em monitorizar periodicamente as emissões de odores para o ar.	Não aplicável						Instalação não emite odores
MTD 27.	A MTD consiste em monitorizar as emissões de poeiras de cada alojamento para animais utilizando uma das seguintes técnicas com, pelo menos, a frequência indicada.							
27. a)	Cálculo, recorrendo à medição da concentração de poeiras e da taxa de ventilação utilizando métodos de normas EN ou outros (normas ISO, normas nacionais ou internacionais) que garantam dados de qualidade científica equivalente.	Não aplicável						A emissão de odores é baixa, não justifica
27. b)	Estimativa, recorrendo à utilização de fatores de emissão.	Sim	Conforme apresentado no Relatório Ambiental Anual e PRTR					
MTD 28.	A MTD consiste em monitorizar as emissões de amoníaco, poeiras e/ou odores de cada alojamento para animais que possua sistema de limpeza de ar, utilizando uma das seguintes técnicas, com, pelo menos, a frequência indicada.							
28. a)	Verificação do desempenho do sistema de limpeza de ar recorrendo à medição do amoníaco, de odores e/ou de poeiras em condições práticas da exploração e seguindo um protocolo de medição e os métodos das normas EN ou outros métodos (normas ISO, normas nacionais ou internacionais) que garantam dados de qualidade científica equivalente.	Não aplicável						Instalação não possui sistema de ventilação com limpeza de ar
28. b)	Controlar a eficácia do sistema de limpeza de ar (p. ex., através do registo contínuo dos parâmetros de funcionamento ou através da utilização de sistemas de alarme).	Não aplicável						Instalação não possui sistema de ventilação com limpeza de ar
MTD 29.	A MTD consiste em monitorizar os seguintes parâmetros do processo pelo menos uma vez por ano.							
29. a)	Consumo de água.	Sim	Conforme apresentado no Relatório Ambiental Anual					
29. b)	Consumo de energia elétrica.	Sim	Conforme apresentado no Relatório Ambiental Anual					
29. c)	Consumo de combustível.	Sim	Conforme apresentado no Relatório Ambiental Anual					
29. d)	Número de entradas e saídas de animais, incluindo nascimentos e mortes, sempre que pertinente.	Sim	Conforme apresentado no Relatório Ambiental Anual					
29. e)	Consumo de alimentos.	Sim	Conforme apresentado no Relatório Ambiental Anual					
29. f)	Produção de estrume.	Sim	Conforme apresentado no Relatório Ambiental Anual					

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS - Conclusões MTD								
BREF - Criação Intensiva de aves de capoeira e de suínos (IRPP) Data de adoção: 02/2017								
n.º conforme conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada ?	Descrição do modo de implementação	VE A/ VC A	Co	Pr op os ta	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade	
2. CONCLUSÕES MTD PARA A CRIAÇÃO INTENSIVA DE SUÍNOS								
2.1 Emissões de amoníaco provenientes de alojamentos de suínos								
MTD 30.	A fim de reduzir as emissões de amoníaco para o ar provenientes dos alojamentos de suínos, a MTD consiste em utilizar uma das técnicas ou combinações das técnicas que se seguem. (Consultar VEA às MTD no BREF)							
30. a)	Uma das seguintes técnicas, que aplicam um dos seguintes princípios ou uma combinação deles:	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) i)	reduzir a superfície emissora de amoníaco	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) ii)	aumentar a frequência de remoção de chorume (estrume) para um local de armazenamento externo	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) iii)	separar a urina das fezes	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) iv)	manter limpas e secas as camas para animais	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 0.	Uma fossa profunda (no caso de os pavimentos serem total ou parcialmente ripados) apenas quando combinada com uma medida de mitigação adicional: p. ex.:	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 0. i.	combinação de técnicas de gestão nutricional	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 0. ii.	sistema de limpeza de ar	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 0. iii.	redução do pH do chorume,	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 0. iv.	arrefecimento do chorume.	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 1.	Sistema de vácuo para remoção frequente do chorume (no caso dos pavimentos total ou parcialmente ripados).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 2.	Paredes inclinadas no canal de estrume (no caso dos pavimentos total ou parcialmente ripados).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 3.	Raspador para remoção frequente do chorume (no caso dos pavimentos total ou parcialmente ripados).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 4.	Remoção regular do chorume por lavagem (no caso dos pavimentos total ou parcialmente ripados).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 5.	Fossa de estrume com dimensões reduzidas (no caso de pavimento parcialmente ripado).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 6.	Sistema de cama completa (no caso de pavimentos de betão maciço).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 7.	Casotas/cabanas (no caso de pavimentos parcialmente ripados).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 8.	Sistema de fluxo de palha (no caso de pavimentos de betão maciço).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 9.	Pavimento convexo com canais separados para água e estrume (no caso de celas parcialmente ripadas).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30 a) 10.	Celas com palha com produção combinada de estrume (chorume e estrume sólido).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 11.	Compartimentos de alimentação//descanso em pavimento sólido (no caso de celas com pavimentos revestidos de material de cama).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 12.	Bacia de recolha de estrume (no caso de pavimentos total ou parcialmente ripados).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 13.	Recolha de estrume em água.	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 14.	Tapete transportador de estrume em forma de «V» (no caso de pavimentos parcialmente ripados).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 15.	Combinação dos canais de água e de estrume (no caso de pavimento totalmente ripado).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. a) 16.	Beco exterior coberto com material de cama (no caso de pavimentos de betão maciço).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. b)	Arrefecimento do chorume.	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. c)	Utilização de um sistema de limpeza de ar: p. ex.:	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. c) 1.	Depurador a ácido por via húmida;	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. c) 2.	Sistema de limpeza de ar de duas ou três fases;	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. c) 3.	Depurador biológico (ou filtro biológico de gotejamento).	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. d)	Acidificação do chorume.	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos
30. e)	Utilizar boias no canal do estrume.	Não aplicável						Não se trata de instalação de suínos

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS - Conclusões MTD									
BREF - Criação Intensiva de aves de capoeira e de suínos (IRPP) Data de adoção: 02/2017									
n.º conforme conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada ?	Descrição do modo de implementação	VE A/ VC A	Co	Pr op os ta	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade		
3. Conclusões MTD para criação intensiva de aves e capoeira									
3.1 Emissões de amoníaco provenientes de alojamento de aves de capoeira									
3.1.1 Emissões de amoníaco provenientes de alojamentos para galinhas poedeiras, frangos de carne reprodutores ou frangas									
MTD 31.	A fim de reduzir as emissões de amoníaco para o ar provenientes dos alojamentos para galinhas poedeiras, frangos de carne reprodutores ou frangas, a MTD consiste em utilizar uma das técnicas ou combinações das técnicas que se seguem. (VEA à MTD no BREF)								
31. a)	Remoção de estrume por tapete transportador (gaiolas melhoradas ou não), pelo menos:								
31. a) i.	uma vez por semana, com secagem por ar, ou	Não aplicável							Instalação não possui sistema de gaiolas
31. a) ii.	duas vezes por semana, sem secagem por ar	Sim	Remoção de estrume por tapete transportador (gaiolas), pelo menos duas vezes por semana						
31. b)	Em caso de sistemas sem gaiolas:								
31. b) 0.	Sistema de ventilação forçada e remoção pouco frequente de estrume (no caso de camas espessas com fossa para estrume), apenas quando combinado com uma medida de mitigação adicional: p. ex.:	Não aplicável							Instalação não utiliza cama e não possui fossa para estrume
31. b) 0. i.	elevado teor de matéria seca do estrume	Não aplicável							Instalação não utiliza cama e não possui fossa para estrume
31. b) 0. ii	sistema de limpeza de ar	Não aplicável							Instalação não utiliza cama e não possui fossa para estrume
31. b) 1.	Tapete transportador de estrume ou raspador (no caso de camas espessas com fossa para estrume).	Não aplicável							Instalação não utiliza cama e não possui fossa para estrume
31. b) 2.	Secagem do estrume por ar forçado fornecido por tubos (no caso de camas espessas com fossa para estrume).	Não aplicável							Instalação não utiliza cama e não possui fossa para estrume
31. b) 3.	Secagem do estrume por ar forçado proveniente do solo perfurado (no caso de camas espessas com fossa para estrume).	Não aplicável							Instalação não utiliza cama e não possui fossa para estrume
31. b) 4.	Tapetes transportadores de estrume (no caso de aviários).	Sim	Pavilhões possuem tapetes transportadores para remover parcialmente o estrume. Existem passadeiras de recolha de estrume como medida de mitigação adicional. Instalação não utiliza cama e não possui fossa para estrume						
31. b) 5.	Secagem do material de cama por ar forçado proveniente do interior do recinto (no caso de pavimentos sólidos com camas espessas).	Não aplicável							Instalação não utiliza cama e não possui fossa para estrume
31. c)	Utilização de um sistema de limpeza de ar: p. ex.:								
31. c) 1.	Depurador a ácido por via húmida;	Não aplicável							Instalação não possui sistema de limpeza do ar
31. c) 2.	Sistema de limpeza de ar de duas ou três fases;	Não aplicável							Instalação não possui sistema de limpeza do ar
31. c) 3.	Depurador biológico (ou filtro biológico de gotejamento).	Não aplicável							Instalação não possui sistema de limpeza do ar
3.1 Emissões de amoníaco provenientes de alojamento de aves de capoeira									
3.1.2. Emissões de amoníaco provenientes de alojamentos para frangos de carne									
MTD 32.	A fim de reduzir as emissões de amoníaco para o ar provenientes dos alojamentos de frangos de carne, a MTD consiste em utilizar uma das técnicas ou combinações de técnicas que se seguem. (VEA à MTD no BREF)								
32. a)	Ventilação por ar forçado e sistema de abeberamento sem derrames (no caso de pavimentos sólidos com camas espessas).	Não aplicável							Não se trata de instalação de produção de frangos de carne
32. b)	Sistema de secagem do material de cama por ar forçado proveniente do interior do recinto (no caso de pavimentos sólidos com camas espessas).	Não aplicável							Não se trata de instalação de produção de frangos de carne
32. c)	Ventilação natural e sistema de abeberamento sem derrames (no caso de pavimentos sólidos com camas espessas).	Não aplicável							Não se trata de instalação de produção de frangos de carne
32. d)	Colocação do material de cama em tapetes transportadores de estrume e secagem por ar forçado (no caso de pavimentos com pisos por níveis).	Não aplicável							Não se trata de instalação de produção de frangos de carne
32. e)	Pavimento coberto com material de cama aquecido e arrefecido (no caso de sistemas de cobertura combinada).	Não aplicável							Não se trata de instalação de produção de frangos de carne
32. f)	Utilização de um sistema de limpeza de ar: p. ex.:	Não aplicável							Não se trata de instalação de produção de frangos de carne
32. f) 1.	Depurador a ácido por via húmida;	Não aplicável							Não se trata de instalação de produção de frangos de carne
32. f) 2.	Sistema de limpeza de ar de duas ou três fases;	Não aplicável							Não se trata de instalação de produção de frangos de carne
32. f) 3.	Depurador biológico (ou filtro biológico de gotejamento).	Não aplicável							Não se trata de instalação de produção de frangos de carne

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS - Conclusões MTD								
BREF - Criação Intensiva de aves de capoeira e de suínos (IRPP) Data de adoção: 02/2017								
n.º conforme conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada ?	Descrição do modo de implementação	VE A/ VC A	Col	Propostas	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade	
3.1.3. Emissões de amoníaco provenientes de alojamentos para patos								
MTD 33.	A fim de reduzir as emissões de amoníaco para o ar provenientes dos alojamentos para patos, a MTD consiste em utilizar uma das técnicas ou combinações de técnicas que se seguem.							
33. a)	Uma das seguintes técnicas, com um sistema de ventilação natural ou forçada:	Não aplicável						Não se trata de instalação de produção de patos
33. a) 1.	Reposição frequente do material de cama (no caso de pavimentos sólidos com camas espessas ou camas espessas combinadas com pavimentos ripados).	Não aplicável						Não se trata de instalação de produção de patos
33. a) 2.	Remoção frequente de estrume (no caso dos pavimentos totalmente ripados).	Não aplicável						Não se trata de instalação de produção de patos
33. b)	Utilizar sistema de limpeza de ar, p. ex.:	Não aplicável						Não se trata de instalação de produção de patos
33. b) 1.	Depurador a ácido por via húmida;	Não aplicável						Não se trata de instalação de produção de patos
33. b) 2.	Sistema de limpeza de ar de duas ou três fases;	Não aplicável						Não se trata de instalação de produção de patos
33. b) 3.	Depurador biológico (ou filtro biológico de gotejamento).	Não aplicável						Não se trata de instalação de produção de patos
3.1.4. Emissões de amoníaco provenientes de alojamentos para perus								
MTD 34.	A fim de reduzir as emissões de amoníaco para o ar provenientes dos alojamentos para perus, a MTD consiste em utilizar uma das técnicas ou combinações de técnicas que se seguem.	Não aplicável						
34. a)	Ventilação natural ou por ar forçado com um sistema de abeberamento sem derrames (no caso de pavimentos sólidos com camas espessas).	Não aplicável						Não se trata de instalação de produção de perus
34. b)	Utilização de sistema de limpeza de ar: p. ex.:	Não aplicável						Não se trata de instalação de produção de perus
34. b) 1.	Depurador a ácido por via húmida;	Não aplicável						Não se trata de instalação de produção de perus
34. b) 2.	Sistema de limpeza de ar de duas ou três fases;	Não aplicável						Não se trata de instalação de produção de perus
32. b) 3.	Depurador biológico (ou filtro biológico de gotejamento)	Não aplicável						Não se trata de instalação de produção de perus

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS									
BREF - Emissões resultantes da armazenagem (EFS) Data de adoção: 07/2006									
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	V E A /	C o n d	P o r a n o l d e	C	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade	
5.1. ARMAZENAMENTO DE LÍQUIDOS E GASES LIQUEFEITOS									
5.1.1. Reservatórios									
5.1.1.1. Princípios gerais para prevenir e reduzir emissões									
<u>Design dos Reservatórios</u>									
5.1.1.1 A.	No <i>design</i> ados reservatórios tomar em consideração, pelo menos:								
A. i)	as propriedades físico-químicas da substância a armazenar;	Sim	Os líquidos identificados a armazenar em reservatório são água e chorume. Serão utilizados reservatórios próprios para armazenamento de água, adquiridos a empresas especializadas, com garantia de estanquicidade. As fossas estanques para o armazenamento de chorume são projetadas para ter capacidade para armazenar todo o chorume produzido por lavagem e construídas de forma a garantir a sua estanquicidade.						
A. ii)	de que forma a armazenagem é realizada, o nível de instrumentação necessária, quantos operadores são necessários e a respetiva carga de trabalho;	Sim							
A. iii)	a forma como os operadores são informados sobre desvios às condições normais de processo (alarmes);	Sim							
A. iv)	a forma como o armazenamento é protegido de desvios às condições normais de processo (instruções de segurança, sistemas de interligação, dispositivos de descompressão, deteção e contenção de fugas, etc.);	Sim							
A. v)	o tipo de equipamento a ser instalado, tendo em particular consideração o histórico do produto (materiais de construção, qualidade de válvulas, etc.);	Sim							
A. vi)	o plano de manutenção e inspeção a ser implementado e de que forma pode ser facilitado o trabalho de manutenção e inspeção (acesso, <i>layout</i> , etc.);	Sim							
A. vii)	a forma de lidar com situações de emergência (distâncias a outros tanques, instalações e zonas limite, proteção contra incêndios, acesso a serviços de emergência (eg. bombeiros), etc.).	Sim							
<u>Inspeção e Manutenção</u>									
5.1.1.1 B.	Implementar uma ferramenta para definir planos de manutenção proativos e desenvolver planos de inspeção baseados na possibilidade de risco, como por exemplo a abordagem de manutenção baseada no risco e fiabilidade	Não							
<u>Localização e Layout</u>									
5.1.1.1 C.	Instalar à superfície os reservatórios que operam aproximadamente ou à pressão atmosférica. No entanto, para o armazenamento de líquidos inflamáveis numa instalação com restrição de espaço, os tanques subterrâneos também podem ser considerados. No caso de gases liquefeitos, pode ser considerada, eg. a armazenagem subterrânea, " <i>mounded storage</i> " ou esferas, dependendo do volume de armazenamento.	Não aplicável							Não são armazenados líquidos inflamáveis em reservatórios
<u>Cor do reservatório</u>									
5.1.1.1 D.	Aplicar ao reservatório uma cor com uma refletividade à radiação térmica ou luminosa de pelo menos 70 %, ou uma proteção solar em reservatórios superficiais que contenham substâncias voláteis.	Não aplicável							Não são armazenadas substâncias voláteis em reservatório
<u>Princípio da minimização de emissões no armazenamento em reservatórios</u>									
5.1.1.1 E.	Minimizar as emissões associadas a atividades de armazenamento em reservatórios, transferência e manuseamento que tenham um efeito negativo significativo no ambiente.	Não aplicável							Não são armazenadas substâncias perigosas em reservatórios
<u>Monitorização de COV</u>									
5.1.1.1 F.	Em instalações onde sejam expectáveis emissões significativas de COV proceder, de forma regular, ao cálculo das emissões de COV. O modelo de cálculo poderá carecer de validação por aplicação de métodos de medição.	Não aplicável							Não há missões de COV com origem no armazenamento

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Emissões resultantes da armazenagem (EFS) Data de adoção: 07/2006							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	V E A /	C o r r a	P o l	C a
<u>Sistemas dedicados</u>					Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade		
5.1.1.1 G.	Utilizar sistemas dedicados.	Não aplicável					Os sistemas dedicados, não são geralmente aplicáveis em locais onde os reservatórios são usados para armazenamento de curto a médio prazo de diferentes produtos.
5.1.1.2. Considerações específicas dos reservatórios							
<u>Reservatórios abertos</u>							
5.1.1.2 A.	Se ocorrerem emissões para o ar, cobrir o reservatório com:						
A. i)	cobertura flutuante;	Não aplicável					Não é utilizado este sistema de armazenamento na instalação
A. ii)	cobertura flexível ou de tenda;	Não aplicável					Não é utilizado este sistema de armazenamento na instalação
A. iii)	cobertura rígida	Não aplicável					Não é utilizado este sistema de armazenamento na instalação
5.1.1.2 B.	Para prevenir a acumulação de depósito que possa vir a exigir um passo de limpeza adicional, proceder à agitação da substância armazenada (eg. lamas).	Não aplicável					Não se justifica (fossas estanques chorume)
<u>Reservatórios de teto exterior flutuante</u>							
5.1.1.2 C.	Aplicar tetos flutuantes de contacto direto (dupla cobertura), embora também possam ser usados sistemas existentes de tetos flutuantes sem contacto	Não aplicável					Não se justifica este tipo de armazenamento numa instalação avícola
5.1.1.2 D.	Aplicar medidas adicionais para reduzir as emissões de acordo com o descrito no BREF.	Não aplicável					Não se justifica este tipo de armazenamento numa instalação avícola
5.1.1.2 E.	Aplicar uma cobertura nas situações de condições climáticas adversas (eg. ventos fortes, chuva ou queda de neve).	Não aplicável					Não se justifica este tipo de armazenamento numa instalação avícola
5.1.1.2 F.	No caso de armazenamento de líquidos contendo elevadas quantidades de partículas, proceder à agitação da substância armazenada de forma a prevenir a criação de um depósito que possa vir a exigir um passo de limpeza adicional.	Não aplicável					Não se justifica este tipo de armazenamento numa instalação avícola
<u>Reservatórios de teto fixo</u>							
5.1.1.2 G.	Para o armazenamento de substâncias voláteis tóxicas (T), muito tóxicas (T+) ou carcinogénicas, mutagénicas e tóxicas à reprodução (CMR) categorias 1 e 2 em reservatórios de teto fixo, aplicar um sistema de tratamento de vapores.	Não aplicável					Não é realizado armazenamento de substâncias inflamáveis em reservatório
5.1.1.2 H.	Para outras substâncias, aplicar sistemas de tratamento de vapores ou instalar tetos flutuantes internos. Usar tetos flutuantes de contacto direto e sem contacto.	Não aplicável					Não é realizado armazenamento de substâncias inflamáveis em reservatório
5.1.1.2 I.	Para reservatórios < 50 m³, aplicar um sistema de válvulas de alívio de pressão definido para o valor mais elevado possível consistente com os critérios de <i>design</i> do tanque.	Não aplicável					Não é realizado armazenamento de substâncias inflamáveis em reservatório
<u>Reservatórios atmosféricos horizontais</u>							
5.1.1.2 J.	Para o armazenamento de substâncias voláteis tóxicas (T), muito tóxicas (T+) ou carcinogénicas, mutagénicas e tóxicas à reprodução (CMR) categorias 1 e 2 em reservatórios atmosféricos horizontais, aplicar um sistema de tratamento de vapores.	Não aplicável					São utilizados para o armazenamento de inflamáveis e outros líquidos, tais como, os produtos petrolíferos e outros produtos químicos inflamáveis e com toxicidade. Não se verifica este tipo de armazenamento numa instalação avícola
5.1.1.2 K.	Para outras substâncias, aplicar todas ou uma combinação das seguintes técnicas, dependendo das substâncias armazenadas:						
K. i)	aplicar válvulas de alívio de pressão em vácuo	Não aplicável					Não se justifica este tipo de controlo de armazenamento numa instalação avícola
K. ii)	aumentar a taxa de pressão para 56 mbar	Não aplicável					Não se justifica este tipo de controlo de armazenamento numa instalação avícola
K. iii)	aplicar um equilíbrio de vapor	Não aplicável					Não se justifica este tipo de controlo de armazenamento numa instalação avícola
K. iv)	aplicar um tanque de contenção de vapor	Não aplicável					Não se justifica este tipo de controlo de armazenamento numa instalação avícola
K. v)	aplicar um sistema de tratamento de vapor	Não aplicável					Não se justifica este tipo de controlo de armazenamento numa instalação avícola

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS								
BREF - Emissões resultantes da armazenagem (EFS) Data de adoção: 07/2006								
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	V E A / d	C o n o l	P o l i t	C a l e n d a r i z a ç ã o	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
<u>Reservatórios pressurizados</u>								
5.1.1.2 L.	O sistema de drenagem é dependente do tipo de reservatório utilizado podendo, no entanto, ser instalado um sistema de drenagem fechado ligado a um sistema de tratamento de vapores	Não aplicável						São usados para armazenar todas as categorias de gases liquefeitos, de não-inflamável até inflamável e altamente tóxico. As únicas emissões significativas para o ar de funcionamento normal são de drenagem. Não se justifica este tipo de controlo de armazenamento numa instalação avícola
<u>Tanques de teto elevatório</u>								
5.1.1.2 M.	Para emissões para o ar, proceder a:							
M. i)	aplicação de um tanque de diafragma flexível equipado com válvulas de alívio de pressão/vácuo; ou	Não aplicável						Não é realizado armazenamento de substâncias inflamáveis em reservatório. Não se justifica este tipo de controlo de armazenamento numa instalação avícola
M. ii)	aplicação de um tanque elevatório equipado com válvulas de alívio de pressão/vácuo e ligado a um sistema de tratamento de vapores.	Não aplicável						Não é realizado armazenamento de substâncias inflamáveis em reservatório. Não se justifica este tipo de controlo de armazenamento numa instalação avícola
<u>Tanques subterrâneos e "mounded tanks"</u>								
5.1.1.2 N.	Para o armazenamento de substâncias voláteis tóxicas (T), muito tóxicas (T+) ou carcinogénicas, mutagénicas e tóxicas à reprodução (CMR) categorias 1 e 2 em reservatórios subterrâneos ou "mounded tanks", aplicar um sistema de tratamento de vapores.	Não aplicável						São usados especialmente para produtos inflamáveis. Não se justifica este tipo de controlo de armazenamento numa instalação avícola
5.1.1.2 O.	Para outras substâncias, aplicar todas ou uma combinação das seguintes técnicas , dependendo das substâncias armazenadas:							
O. i)	aplicar válvulas de alívio de pressão em vácuo	Não aplicável						Não há armazenamento de substâncias com produção de vapor
O. ii)	aplicar um equilíbrio de vapor	Não aplicável						Não há armazenamento de substâncias com produção de vapor
O. iii)	aplicar um tanque de contenção de vapor	Não aplicável						Não há armazenamento de substâncias com produção de vapor
O. iv)	aplicar um sistema de tratamento de vapor	Não aplicável						Não há armazenamento de substâncias com produção de vapor
5.1.1.3. Prevenção de incidentes e acidentes (graves)								
<u>Gestão da segurança e do risco</u>								
5.1.1.3 A.	Para prevenir incidentes e acidentes, aplicar um sistema de gestão de segurança de acordo com o descrito no BREF.	Não aplicável						Não se justifica dada a dimensão da instalação e da matéria armazenada
<u>Procedimentos operacionais e formação</u>								
5.1.1.3 B.	Implementar e seguir as medidas de organização adequadas e garantir a formação e instrução de funcionários para a realização das operações na instalação de forma segura e responsável	Não aplicável						Não se justifica dada a matéria armazenada

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Emissões resultantes da armazenagem (EFS) Data de adoção: 07/2006							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	V E A /	C o n d	P r a n o l e	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
<u>Fugas devidas a corrosão e/ou erosão</u>							
5.1.1.3 C.	Evitar a corrosão através de:						
C. i)	seleção de material de construção resistente ao produto armazenado;	Sim					Os líquidos identificados a armazenar em reservatório são água e chorume. Serão utilizados reservatórios próprios para armazenamento de água, adquiridos a empresas especializadas, com garantia de estanquicidade. As fossas estanques para o armazenamento de chorume são projetadas para ter capacidade para armazenar todo o chorume produzido por lavagem e construídas de forma a garantir a sua estanquicidade.
C. ii)	aplicação de métodos de construção adequados	Sim					Os líquidos identificados a armazenar em reservatório são água e chorume. Serão utilizados reservatórios próprios para armazenamento de água, adquiridos a empresas especializadas, com garantia de estanquicidade. As fossas estanques para o armazenamento de chorume são projetadas para ter capacidade para armazenar todo o chorume produzido por lavagem e construídas de forma a garantir a sua estanquicidade.
C. iii)	prevenção da entrada da água das chuvas ou águas subterrâneas no reservatório e, se necessário, remoção da água que ficou acumulada;	Sim					Os líquidos identificados a armazenar em reservatório são água e chorume. Serão utilizados reservatórios próprios para armazenamento de água, adquiridos a empresas especializadas, com garantia de estanquicidade. As fossas estanques para o armazenamento de chorume são projetadas para ter capacidade para armazenar todo o chorume produzido por lavagem e construídas de forma a garantir a sua estanquicidade.
C. iv)	encaminhamento das águas pluviais para um coletor de drenagem	Sim					Os líquidos identificados a armazenar em reservatório são água e chorume. Serão utilizados reservatórios próprios para armazenamento de água, adquiridos a empresas especializadas, com garantia de estanquicidade. As fossas estanques para o armazenamento de chorume são projetadas para ter capacidade para armazenar todo o chorume produzido por lavagem e construídas de forma a garantir a sua estanquicidade.
C. v)	realização de manutenção preventiva;	Sim					Os líquidos identificados a armazenar em reservatório são água e chorume. Serão utilizados reservatórios próprios para armazenamento de água, adquiridos a empresas especializadas, com garantia de estanquicidade. As fossas estanques para o armazenamento de chorume são projetadas para ter capacidade para armazenar todo o chorume produzido por lavagem e construídas de forma a garantir a sua estanquicidade.

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Emissões resultantes da armazenagem (EFS) Data de adoção: 07/2006							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	V E A /	C o n o l d e	P o n o l e	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
C. vi)	Onde aplicável, adição de inibidores de corrosão ou aplicação de proteção catódica no interior do tanque	Sim					Os líquidos identificados a armazenar em reservatório são água e chorume. Serão utilizados reservatórios próprios para armazenamento de água, adquiridos a empresas especializadas, com garantia de estanquicidade. As fossas estanques para o armazenamento de chorume são projetadas para ter capacidade para armazenar todo o chorume produzido por lavagem e construídas de forma a garantir a sua estanquicidade.
C. vii)	Para tanques subterrâneos, aplicar no exterior do tanque:						
C. vii) a.	revestimento resistente à corrosão	Não aplicável					Materiais usados não respondem a este tipo de tratamento
C. vii) b.	galvanização, e ou	Não aplicável					Materiais usados não respondem a este tipo de tratamento
C. vii) c.	um sistema de proteção catódica	Não aplicável					Materiais usados não respondem a este tipo de tratamento
C. viii)	Prevenir fissuras por tensão à corrosão (SCC) através de:						
C. viii) a.	alívio de tensões por tratamento térmico após soldagem	Não aplicável					Materiais usados não respondem a este tipo de tratamento
C. viii) b.	realização de inspeções baseadas no risco.	Não aplicável					Materiais usados não respondem a este tipo de tratamento
<u>Procedimentos operacionais e instrumentação para prevenir sobreenchimento</u>							
5.1.1.3 D.	Implementar e manter procedimentos operacionais, eg. por meio de um sistema de gestão, de forma a garantir:						
D. i)	a implementação de sistemas de alarme e/ou de válvulas de fecho automático em instrumentação para controlo de nível ou de pressão	Sim	Boia para limitar nível de água no depósito de água				
D. ii)	procedimentos operacionais adequados para prevenir o sobreenchimento durante as operações de enchimento de reservatórios	Sim	Boia para limitar nível de água no depósito de água				
D. iii)	a existência de escoamento adequado para o lote de enchimento a receber	Não aplicável					
<u>Instrumentação e automação para deteção de fugas</u>							
5.1.1.3 E.	Instalar um sistema de deteção de fugas em reservatórios que contenham líquidos que representem potencial fonte de contaminação do solo. A aplicabilidade das diferentes técnicas depende do tipo de reservatório	Não aplicável	No caso das fossas estanques, basta ter procedimento de observação do nível do chorume para verificação de eventuais fugas				
<u>Análise de risco para emissões para o solo (na base dos reservatórios).</u>							
5.1.1.3 F.	Alcançar um "nível de risco negligenciável" da contaminação do solo a partir das tubagens de fundo ou das paredes inferiores dos reservatórios de armazenagem superficiais.	Não aplicável					Não são armazenados líquidos contaminantes em reservatórios de grandes dimensões
<u>Proteção do solo na envolvente dos reservatórios (contenção).</u>							
5.1.1.3 G.	Para reservatórios superficiais que contenham líquidos inflamáveis ou líquidos que apresentem risco de contaminação significativa do solo ou de contaminação significativa das linhas de água adjacentes, implementar um sistema de contenção secundária (eg. bacias de retenção em reservatórios de parede simples "<i>cup-tanks</i>", reservatórios de parede dupla com controlo da descarga de fundo)	Não aplicável					Não são armazenados líquidos contaminantes em reservatórios de grandes dimensões
5.1.1.3 H.	Para novos tanques de parede simples que contenham líquidos com potencial risco de contaminação significativa do solo ou de contaminação significativa das linhas de água adjacentes, implementar uma parede de contenção total e impermeável	Não aplicável					Não são armazenados líquidos contaminantes em reservatórios de grandes dimensões
5.1.1.3 I.	Para tanques existentes com sistema de contenção, realizar uma análise de risco considerando o grau de risco de derrame para o solo de forma a determinar a necessidade ou o tipo de parede de contenção a implementar.	Não aplicável					Não são armazenados líquidos contaminantes em reservatórios de grandes dimensões
5.1.1.3 J.	Para solventes de hidrocarbonetos clorados (CHC) armazenados em reservatórios de parede simples, aplicar laminados à base de resinas fenólicas e de furano nas paredes de betão (e sistemas de contenção).	Não aplicável					Não são armazenados líquidos contaminantes em reservatórios de grandes dimensões
5.1.1.3 K.	No caso de reservatórios subterrâneos e "<i>mounded tanks</i>" contendo produtos com potencial risco de contaminação do solo proceder a:	Não aplicável					Não são armazenados líquidos contaminantes em reservatórios de grandes dimensões
K. a)	aplicação de parede dupla com sistema de deteção de fugas, ou;	Não aplicável					Não são armazenados líquidos contaminantes em reservatórios de grandes dimensões
K. b)	aplicação de parede simples com sistemas de contenção secundária e de deteção de fugas.	Não aplicável					Não são armazenados líquidos contaminantes em reservatórios de grandes dimensões

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Emissões resultantes da armazenagem (EFS) Data de adoção: 07/2006							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	V E A /	C o n d	P o l	C a l e n d a r i z a ç ã o d a i m p l e m e n t a ç ã o (m ê s . a n o) / D e s c r i ç ã o d a t é c n i c a a l t e r n a t i v a i m p l e m e n t a d a / M o t i v o d a n ã o a p l i c a b i l i d a d e
<u>Áreas inflamáveis e fontes de ignição</u>							
5.1.1.3 L.	Ver Diretiva 1999/92 / CE da ATEX.	Não aplicável					Não são armazenadas substâncias inflamáveis
<u>Proteção contra incêndios</u>							
5.1.1.3 M.	Avaliar, caso a caso, a necessidade de implementar medidas de proteção contra incêndios que considerem:						
M. i)	Coberturas ou revestimentos resistentes ao fogo	Não aplicável					Não são armazenadas substâncias inflamáveis
M. ii)	paredes corta-fogo (apenas para tanques menores) e/ou	Não aplicável					Não são armazenadas substâncias inflamáveis em tanques
M. iii)	sistemas de arrefecimento de água.	Não aplicável					Não são utilizados sistemas de produção de vapor ou águas quentes
<u>Equipamento de combate a incêndios</u>							
5.1.1.3 N.	A necessidade de implementar o equipamento de combate a incêndios e a decisão sobre qual equipamento deve ser aplicado devem ser avaliadas caso a caso, em articulação com os bombeiros locais.	A avaliar					2020/12 Deverá ser realizada avaliação da necessidade de instalação de equipamentos de combate a incêndios. Tendo em conta a atividade não será necessária a intervenção dos bombeiros.
<u>Contenção de agentes extintores contaminados</u>							
5.1.1.3 O.	No caso das substâncias tóxicas, carcinogénicas ou outras substâncias perigosas, aplicar um sistema de contenção total.	A avaliar					Será avaliada situação em caso de incêndio
5.1.2. Armazenamento de substâncias perigosas embaladas							
<u>Gestão da segurança e do risco</u>							
5.1.2 A.	Implementar um sistema de gestão de segurança de acordo com o descrito no BREF.	Não aplicável					Quantidade de substâncias (desinfetantes) utilizadas anualmente/armazenadas não justifica
5.1.2 B.	Avaliar os riscos de acidentes e incidentes no local de armazenamento de acordo com os passos descritos no BREF.	Não aplicável					Quantidade de substâncias (desinfetantes) utilizadas anualmente/armazenadas não justifica
<u>Formação e responsabilidade</u>							
5.1.2 C.	Identificar a(s) pessoa(s) responsável(eis) pelas operações de armazenagem.	Sim	Todos os colaboradores são responsáveis pelas operações de armazenagem da instalação				
5.1.2 D.	Ministrar formação e treino específico em procedimentos de emergência à(s) pessoa(s) responsável(eis) pelas operações de armazenagem e informar os restantes trabalhadores sobre os riscos de armazenagem de substâncias perigosas e precauções necessárias para o armazenamento em segurança de substâncias de perigosidades distintas.	Não					2020/12 Incluir ormação e treino específico em procedimentos de emergência no plano de formação a realizar
<u>Área de armazenagem</u>							
5.1.2 E.	Utilizar armazéns interiores/exteriores cobertos.	Sim	O armazém dos produtos desinfetantes é coberto				
5.1.2 F.	Para quantidades de armazenagem inferiores a 2500 l ou kg de substâncias perigosas, implementar células de armazenamento.	Não aplicável					Quantidade de substâncias (desinfetantes) utilizadas anualmente/armazenadas não justifica
<u>Separação e segregação</u>							
5.1.2 G.	Isolar a área ou o edifício de armazenamento de substâncias perigosas embaladas de outras áreas de armazenamento, de fontes de ignição e de outros edifícios, dentro ou fora da instalação, assegurando uma distância suficiente, se necessário com implementação de paredes corta-fogo.	Não aplicável					Não aplicável tendo em conta a pequena quantidade de produtos químicos (desinfetantes) armazenada na instalação
5.1.2 H.	Separar e/ou segregar substâncias incompatíveis.	Sim					
<u>Contenção de derrames e de agentes extintores contaminados</u>							
5.1.2 I.	Instalar um bacia estanque que garanta a contenção da totalidade ou parte dos líquidos perigosos nela armazenados.	Não					2020/12 Dotar os locais de armazenamento de substâncias líquidas perigosas de bacia de retenção
5.1.2 J.	Instalar um sistema estanque de contenção de agentes extintores nos edifícios e áreas de armazenagem de acordo com o previsto no BREF.	Não aplicável					

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Emissões resultantes da armazenagem (EFS) Data de adoção: 07/2006							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	V E A /	C o n o l d e	P r a n o l e	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
<u>Equipamentos de combate a incêndios</u>							
5.1.2 K.	Aplicar um nível de proteção adequado das medidas de prevenção e de combate a incêndios de acordo com o previsto no BREF.	Não					2020/12 Avaliar medidas de combate a incêndios a impementar na instalação
<u>Prevenção da ignição</u>							
5.1.2 L.	Prevenir a ignição na fonte de acordo com o previsto no BREF	Não aplicável					Não há armazenamento de substâncias inflamáveis
5.1.3. Bacias e lagoas							
5.1.3 A.	Nas situações normais de operações em que as emissões para o ar sejam significantes, cobrir as bacias e lagoas usando uma das seguintes opções:						
A. i)	cobertura de plástico	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
A. ii)	cobertura flutuante, ou	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
A. iii)	cobertura rígida, apenas para pequenas bacias.	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.3 B.	De modo a evitar o transbordo por ação das chuvas em situações em que a bacia ou a lagoa não se encontra coberta, garantir um bordo livre suficiente	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.3 C.	Nas situações de armazenamento de substâncias em bacias ou lagoas onde exista risco de contaminação do solo, aplicar uma barreira impermeável.	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.4 Cavernas atmosféricas							
<u>Emissões para o ar resultantes do funcionamento normal</u>							
5.1.4 A.	No caso de cavernas com um leito de água fixo para o armazenamento de hidrocarbonetos líquidos, aplicar equilíbrio de vapores.	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
<u>Emissões de incidentes e acidentes (graves)</u>							
5.1.4 B.	Para armazenar grandes quantidades de hidrocarbonetos, recorrer ao uso de cavernas sempre que a geologia do local seja adequada.	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.4 C.	Aplicar um sistema de gestão de segurança para prevenção de acidentes e incidentes.	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.4 D.	Aplicar e avaliar de forma regular um programa de monitorização que inclua, pelo menos, o seguinte:	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
D. i)	monitorização do padrão de fluxo hidráulico em torno das cavernas por meio de medições de águas subterrâneas, piezómetros e/ou células de pressão, medição da altura de água de infiltração	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
D. ii)	avaliação da estabilidade da caverna por monitorização sísmica;	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
D. iii)	procedimentos de acompanhamento da qualidade da água por amostragem e análise regulares	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
D. iv)	monitorização de corrosão, incluindo avaliação periódica do revestimento.	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.4 E.	Para evitar a fuga do produto armazenado da caverna, conceber a caverna de tal forma que, na profundidade a que está situada, a pressão hidrostática das águas subterrâneas que rodeiam a caverna seja sempre superior à do produto armazenado.	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.4 F.	Para evitar a entrada de águas de infiltração na caverna, para além de um <i>design</i> adequado, aplicar adicionalmente injeção de cimento	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.4 G.	Se a água de infiltração que entra na caverna for bombeada para o exterior, aplicar o tratamento de águas residuais previamente à descarga	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.4 H.	Aplicar proteção automática contra o transbordo	Não aplicável					Não é aplicado este sistema de armazenamento

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS								
BREF - Emissões resultantes da armazenagem (EFS) Data de adoção: 07/2006								
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	V E A / d	C o n o l d	P o l d	C a l e n d a r i z a ç ã o	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
5.1.5. Cavernas pressurizadas								
Emissões de incidentes e acidentes (graves)								
5.1.5 A.	Para armazenar grandes quantidades de hidrocarbonetos, recorrer ao uso cavernas sempre que a geologia do local seja adequada.	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.5 B.	Aplicar um sistema de gestão de segurança para prevenção de acidentes e incidentes.	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.5 C.	Aplicar e avaliar de forma regular um programa de monitorização que inclua, pelo menos, o seguinte:	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
C. i)	monitorização do padrão de fluxo hidráulico em torno das cavernas por meio de medições de águas subterrâneas, piezómetros e/ou células de pressão, medição da altura de água de infiltração	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
C. ii)	avaliação da estabilidade da caverna por monitorização sísmica;	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
C. iii)	procedimentos de acompanhamento da qualidade da água por amostragem e análise regulares	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
C. iv)	monitorização de corrosão, incluindo avaliação periódica do revestimento.	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.5 D.	Para evitar a fuga do produto armazenado da caverna, conceber a caverna de tal forma que, na profundidade a que está situada, a pressão hidrostática das águas subterrâneas que rodeiam a caverna seja sempre superior à do produto armazenado.	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.5 E.	Para evitar a entrada de águas de infiltração na caverna, para além de um <i>design</i> adequado, aplicar adicionalmente injeção de cimento	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.5 F.	Se a água de infiltração que entra na caverna for bombeada para o exterior, aplicar o tratamento de águas residuais previamente à descarga	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.5 G.	Aplicar proteção automática contra o transbordo	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.5 H.	Aplicar válvulas de segurança para situações de emergência à superfície	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.6. Cavernas escavadas por dissolução de maciços salinos								
Emissões de incidentes e acidentes (graves)								
5.1.6 A.	Para armazenar grandes quantidades de hidrocarbonetos, recorrer ao uso cavernas sempre que a geologia do local seja adequada.	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.6 B.	Aplicar um sistema de gestão de segurança para prevenção de acidentes e incidentes.	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.6 C.	Aplicar e avaliar de forma regular um programa de monitorização que inclua, pelo menos, o seguinte:	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
C. i)	avaliação da estabilidade da caverna por monitorização sísmica;	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
C. ii)	monitorização da corrosão, incluindo avaliação periódica do revestimento;	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
C. iii)	realização de avaliações regulares de sonar para monitorizar eventuais variações de forma, e em particular se for utilizada salmoura não saturada.	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.6 D.	Pequenos vestígios de hidrocarbonetos podem estar presentes na interface salmoura/hidrocarboneto devido ao enchimento e vazamento das cavernas. Nestas situações, separar os hidrocarbonetos na unidade de tratamento de salmoura, proceder à sua recolha e eliminação com segurança.	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.1.7. Armazenamento flutuante								
5.1.7 A.	O armazenamento flutuante não é MTD	Não aplicável						Não é aplicado este sistema de armazenamento
5.2. TRANSFERÊNCIA E MANUSEAMENTO DE LÍQUIDOS E GASES LIQUEFEITOS								
5.2.1. Princípios gerais para prevenção e redução de emissões								
Inspeção e manutenção								
5.2.1 A.	Implementar uma ferramenta para definir planos de manutenção proativos e desenvolver planos de inspeção baseados na possibilidade de risco, como por exemplo a abordagem de manutenção baseada no risco e fiabilidade	Não aplicável						Não se trata de grande unidade de armazenamento de líquidos e gases liquefeitos
Programas de deteção e reparação de fugas								
5.2.1 B.	Para grandes unidades de armazenamento, e em função dos produtos armazenados, implementar um plano de reparação de deteção e reparação de fugas com especial foco nas situações mais suscetíveis de causar emissões	Não aplicável						Não se trata de grande unidade de armazenamento de líquidos e gases liquefeitos

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Emissões resultantes da armazenagem (EFS) Data de adoção: 07/2006							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	V E A /	C o n o l d e	P o l o e	C a
Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade							
Princípio da minimização de emissões no armazenamento em reservatórios							
5.2.1 C.	Minimizar as emissões associadas a atividades de armazenamento em reservatórios, transferência e manuseamento que tenham um efeito negativo significativo no ambiente.	Não aplicável					Instalação não provoca emissões associadas a atividades de armazenamento em reservatórios, transferência e manuseamento que tenham um efeito negativo significativo no ambiente.
Gestão da segurança e do risco							
5.2.1 D.	Implementar um sistema de gestão de segurança de acordo com o descrito no BREF.	Não aplicável					Não se justifica neste tipo de atividade
Procedimentos operacionais e formação							
5.2.1 E.	Implementar e seguir as medidas de organização adequadas e garantir a formação e instrução de funcionários para a realização das operações na instalação de forma segura e responsável	Em avaliação	Encontra-se em avaliação a aplicação de plano de formação específico por parte da administração do grupo de empresas do qual a instalação faz parte				
5.2.2. Considerações sobre técnicas de transferência e manuseamento							
5.2.2.1. Tubagem							
5.2.2.1 A.	Para novas situações, aplicar tubagens fechadas acima do solo. Para tubagens subterrâneas existentes, aplicar uma abordagem de manutenção baseada no risco e fiabilidade de acordo com o previsto no BREF.	Não aplicável					Não há transferências de substâncias perigosas por tubagem fechada
5.2.2.1 B.	Minimizar o número de flanges, recorrendo a conexões soldadas e tendo em consideração as limitações dos requisitos operacionais para manutenção dos equipamentos ou flexibilidade do sistema de transferência.	Não aplicável					
5.2.2.1 C.	Para conexões de flanges aparafusadas, considerar:						
C. i)	encaixar flanges cegas em conexões pouco usadas para evitar a abertura accidental	Não aplicável					Não há transferências de substâncias perigosas por tubagem fechada
C. ii)	usar tampas ou tampões nas extremidades de condutas abertas em vez de válvulas	Não aplicável					Não há transferências de substâncias perigosas por tubagem fechada
C. iii)	garantir que as juntas selecionadas são adequadas ao processo em causa	Não aplicável					Não há transferências de substâncias perigosas por tubagem fechada
C. iv)	garantir que a junta está instalada corretamente;	Não aplicável					Não há transferências de substâncias perigosas por tubagem fechada
C. v)	garantir que a junta de flange seja montada e carregada corretamente;	Não aplicável					Não há transferências de substâncias perigosas por tubagem fechada
C. vi)	no caso de transferências de substâncias tóxicas, carcinogénicas ou outras substâncias perigosas, implementar juntas de alta integridade.	Não aplicável					Não há transferências de substâncias perigosas por tubagem fechada
5.2.2.1 D.	A corrosão interna pode ser causada pela natureza corrosiva do produto a ser transferido. Para prevenir a corrosão:	Não aplicável					
D. i)	selecionar materiais de construção resistentes ao produto;	Não aplicável					Não há transferências de substâncias perigosas por tubagem fechada
D. ii)	aplicar métodos de construção adequados;	Não aplicável					Não há transferências de substâncias perigosas por tubagem fechada
D. iii)	aplicar manutenção preventiva, e;	Não aplicável					Não há transferências de substâncias perigosas por tubagem fechada
D. iv)	onde aplicável, aplicar um revestimento interno ou adicionar inibidores de corrosão.	Não aplicável					Não há transferências de substâncias perigosas por tubagem fechada
5.2.2.1 E.	Para evitar a corrosão externa da tubagem, aplicar um sistema de revestimento de uma, duas ou três camadas dependendo das condições específicas do local (eg. perto do mar). O revestimento não é normalmente aplicado a tubagens de plástico ou de aço inoxidável.	Não aplicável					Não há transferências de substâncias perigosas por tubagem fechada
5.2.2.2. Tratamento de vapores							
5.2.2.2 A.	Aplicar o tratamento ou equilíbrio de vapores nas emissões significativas da carga e descarga de substâncias voláteis para (ou de) camiões, barcos e navios. A relevância das emissões depende da substância e do volume emitido e deve ser avaliada caso a caso.	Não aplicável					Não há produção de vapores

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Emissões resultantes da armazenagem (EFS) Data de adoção: 07/2006							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	V E A /	C o n d	P o r a n o	C a l e n d a r i z a ç ã o d a i m p l e m e n t a ç ã o (m ê s . a n o) / D e s c r i ç ã o d a t é c n i c a a l t e r n a t i v a i m p l e m e n t a d a / M o t i v o d a n ã o a p l i c a b i l i d a d e
5.2.2.3. Válvulas							
5.2.2.3 A.	Para as válvulas considerar:						
A. i)	a seleção correta do material de embalagem e construção para aplicação no processo em causa	Não aplicável					Não existem válvulas
A. ii)	identificação das válvulas de maior risco, através de monitorização	Não aplicável					Não existem válvulas
A. iii)	aplicação de válvulas de controlo rotativas ou bombas de velocidade variável	Não aplicável					Não existem válvulas
A. iv)	utilização de válvulas de diafragma, fole ou de parede dupla nas situações em que estão envolvidas de substâncias tóxicas, carcinogénicas ou outras substâncias perigosas	Não aplicável					Não existem válvulas
A. v)	direcionar as válvulas de escape para o sistema de transferência ou armazenamento ou para um sistema de tratamento de vapores	Não aplicável					Não existem válvulas
5.2.2.4. Bombas e Compressores							
Instalação e manutenção de bombas e compressores							
5.2.2.4 A.	O projeto, instalação e operação de bombas ou do compressores influenciam consideravelmente o potencial de vida e a fiabilidade do sistema vedante, devendo ser considerados os seguintes fatores:	Não aplicável					
A. i)	fixação adequada da bomba ou unidade de compressão à sua placa de base ou estrutura;	Sim	- projeto adequado das tubulações de sucção para minimizar o desequilíbrio hidráulico; - Alinhamento da bomba dentro das recomendações dos produtores; - Inicialização eficaz antes da partida; - operação da bomba dentro da faixa de desempenho recomendada pelos produtores;				
A. ii)	aplicação de tensões de ligação entre tubagens de acordo com as especificações dos produtores;	Sim					
A. iii)	design adequado das tubagens de sucção para minimizar variações hidráulicas;	Sim					
A. iv)	alinhamento do eixo e da cápsula de acordo com as recomendações dos produtores	Sim					
A. v)	aquando da montagem, proceder ao alinhamento e acoplamento da bomba/compressor de acordo com as recomendações dos produtores	Sim					
A. vi)	nivelar corretamente as peças rotativas;	Sim					
A. vii)	acionar corretamente as bombas e compressores antes do seu funcionamento	Sim					
A. viii)	operar a bomba e compressor dentro do nível de desempenho recomendado pelos produtores	Sim					
A. ix)	o valor do NPSH (net positive suction head) disponível deve sempre exceder o valor requerido pelo fabricante da bomba ou compressor;	Sim					
A. x)	aplicar controlo e manutenção regulares de equipamentos rotativos e sistemas de vedação, combinados com um programa de reparação ou substituição.	Sim					
Sistema de vedação em bombas							
5.2.2.4 B.	Selecionar corretamente os tipos de bomba e selagem aplicáveis ao processo, e preferencialmente bombas tecnologicamente concebidas para serem estanques (vide BREF).	Não aplicável					Trata-se bomba de água do furo
Sistemas de vedação em compressores							
5.2.2.4 C.	Para compressores que transferem gases não tóxicos, aplicar vedantes mecânicos lubrificados a gás	Sim					
5.2.2.4 D.	Para compressores que transferem gases tóxicos, aplicar vedantes duplos com barreira de líquido ou gás e purgar o lado do processo do vedante de contenção com um gás tampão inerte.	Não aplicável					
5.2.2.4 E.	Para serviços de alta pressão, aplicar um sistema vedante triplo em série.	Não aplicável					
5.2.2.5 Conexões para amostragem							
5.2.2.5 A.	Para pontos de amostragem de produtos voláteis, aplicar uma válvula de amostragem de aperto ou válvula de agulha e válvula de bloqueio. Quando as linhas de amostragem exigirem purga, aplicar linhas de amostragem em circuito fechado.	Não aplicável					Não existem pontos de amostragem

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Emissões resultantes da armazenagem (EFS) Data de adoção: 07/2006							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	V E A /	C o n o l d e	P r a n o l e	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
5.3. ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS SÓLIDOS							
5.3.1. Armazenamento aberto							
5.3.1 A.	Aplicar armazenamento fechado utilizando medidas primárias (eg. silos, <i>bunkers</i> , funis de enchimento e contentores) para eliminar, tanto quanto possível, a influência do vento e evitar a formação de poeiras.	Sim	A ração é armazenada em silos fechaos				
5.3.1 B.	No caso de armazenamento aberto, proceder a inspeções visuais de forma regular ou contínua para avaliar a ocorrência de emissões de poeiras e verificar se as medidas preventivas se encontram em bom funcionamento	Não					2020/12 Implementar procedimento de verificação periódica do armazém de estrume para verificação de emissão de poeiras
5.3.1 C.	No caso de armazenamento aberto a longo prazo, implementar uma das seguintes técnicas ou uma combinação adequada das mesmas:						
C. i)	umedecer a superfície utilizando substâncias com propriedades duradouras de aglutinação de poeiras	Não aplicável					Não se recorre a armazenamento aberto a longo prazo (o estrume é armazenado por períodos inferiores a 6 meses, dentro de pavilhão apropriado)
C. ii)	cobertura da superfície (eg. lonas, encerados);	Não aplicável					Não se recorre a armazenamento aberto a longo prazo (o estrume é armazenado por períodos inferiores a 6 meses, dentro de pavilhão apropriado)
C. iii)	solidificação da superfície;	Não aplicável					Não se recorre a armazenamento aberto a longo prazo (o estrume é armazenado por períodos inferiores a 6 meses, dentro de pavilhão apropriado)
C. iv)	aplicação de relva sobre a superfície.	Não aplicável					Não se recorre a armazenamento aberto a longo prazo (o estrume é armazenado por períodos inferiores a 6 meses, dentro de pavilhão apropriado)
5.3.1. D	Para armazenamento aberto a curto prazo, implementar uma das seguintes técnicas ou uma combinação adequada das mesmas:						
D. i)	umedecer a superfície utilizando substâncias com propriedades duradouras aglutinantes de poeiras	Não aplicável					Não se recorre a armazenamento aberto a curto prazo (o estrume é armazenado por períodos inferiores a 6 meses dentro de pavilhão apropriado)
D. ii)	umedecer a superfície com água;	Não aplicável					Não se recorre a armazenamento aberto a curto prazo (o estrume é armazenado por períodos inferiores a 6 meses, dentro de pavilhão apropriado)
D. iii)	cobertura da superfície (eg. lonas, encerados).	Não aplicável					Não se recorre a armazenamento aberto a curto prazo (o estrume é armazenado por períodos inferiores a 6 meses dentro de pavilhão apropriado)
5.3.1. E	Medidas adicionais para reduzir as emissões de poeira do armazenamento aberto, de longo e curto prazo, incluem:						
E. i)	colocar o eixo longitudinal da pilha de material sólido paralelo ao vento predominante;	Não aplicável					Não se recorre a armazenamento aberto a curto ou a longo prazo (o estrume é armazenado por períodos inferiores a 6 meses dentro de pavilhão apropriado)
E. ii)	aplicar plantações de proteção, cercas corta-vento ou posicionar a pilha/monte contra o vento para reduzir a velocidade do vento;	Não aplicável					Não se recorre a armazenamento aberto a curto ou a longo prazo (o estrume é armazenado por períodos inferiores a 6 meses dentro de pavilhão apropriado)
E. iii)	na medida do possível, aplicar apenas uma pilha de material sólido em vez de várias	Não aplicável					Não se recorre a armazenamento aberto a curto ou a longo prazo (o estrume é armazenado por períodos inferiores a 6 meses dentro de pavilhão apropriado)
E. iv)	proceder ao armazenamento com muros de contenção de forma a reduzir a superfície livre e minimizar as emissões difusas de poeiras. Esta redução é maximizada se o muro for colocado a montante da pilha de material sólido	Não aplicável					Não se recorre a armazenamento aberto a curto ou a longo prazo (o estrume é armazenado por períodos inferiores a 6 meses dentro de pavilhão apropriado)
E. v)	instalar as paredes de contenção próximas entre si	Não aplicável					Não se recorre a armazenamento aberto a curto ou a longo prazo (o estrume é armazenado por períodos inferiores a 6 meses dentro de pavilhão apropriado)

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Emissões resultantes da armazenagem (EFS) Data de adoção: 07/2006							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	V E A /	C o n d	P o n e	C a l e n d a r i z a ç ã o d a i m p l e m e n t a ç ã o (m ê s . a n o) / D e s c r i ç ã o d a t é c n i c a a l t e r n a t i v a i m p l e m e n t a d a / M o t i v o d a n ã o a p l i c a b i l i d a d e
5.3.2. Armazenamento Fechado							
5.3.2 A.	Aplicar armazenamento fechado usando, <i>eg.</i> silos, <i>bunkers</i> , funis de enchimento e contentores. Nas situações em que o armazenamento em silos não é apropriado, o recurso a um armazém/barracão pode ser uma alternativa. Este será o caso em que <i>eg.</i> para além do próprio armazenamento haja necessidade de proceder à mistura do material sólido	Sim	Armazenamento de ração é feito em silos fechados				
5.3.2 B.	No caso dos silos, adotar um <i>design</i> adequado para garantir estabilidade e evitar o seu desmoronamento	Sim	Os silos são adquiridos a fabricantes certificados				
5.3.2 C.	No caso de armazéns/barracões, aplicar ventilação adequada, sistemas de filtragem e manter as portas fechadas.	Sim	Pavilhão de armazenamento de estrume é ventilado, mas não tem portas				
5.3.2 D.	Aplicar sistemas de redução de poeiras e garantir níveis de emissão previstos no BREF, dependendo da natureza/tipo de substância armazenada. O tipo de técnica de redução deve ser determinado com base numa análise caso a caso.	Sim	São aplicados aglutinantes (sepiolita) e óleo de soja na ração				
5.3.2 E.	No caso dos silos que contenham sólidos orgânicos, os mesmos devem ser resistentes à explosão e equipados com uma válvula de fecho rápido para evitar que a entrada de oxigénio no silo	Sim	Os silos são adquiridos a fabricantes certificados				

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Emissões resultantes da armazenagem (EFS) Data de adoção: 07/2006							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	V E A /	C o n o l d e	P o r a n o l e	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
5.3.3. Armazenamento de sólidos perigosos embalados							
5.3.3 A.	Detalhes de MTD relativas ao armazenamento de sólidos perigosos embalados na Secção 5.1.2. do BREF	Não aplicável					Não são armazenados sólidos perigosos embalados
5.3.4. Prevenção de incidentes e acidentes (graves)							
Gestão da segurança e do risco							
5.3.4 A.	Para prevenir incidentes e acidentes, aplicar um sistema de gestão de segurança de acordo com o descrito no BREF.	Não aplicável					Não são armazenados sólidos perigosos embalados
5.4. TRANSFERÊNCIA E MANUSEAMENTO DE MATERIAIS SÓLIDOS							
5.4.1. Abordagens genéricas para minimização de poeiras com origem nos processos de transferência e manuseamento							
5.4.1 A.	Evitar a dispersão de poeiras devido a atividades de carga e descarga ao ar livre, agendando a transferência, tanto quanto possível, para períodos em que a velocidade do vento é baixa.	Sim					Para descarga de estrume dos pavilhões
5.4.1 B.	Garantir distâncias de transporte o mais curtas possível e recorrer, sempre que possível, a medidas de transporte em contínuo.	Não aplicável					Na instalação em causa a instalação de transportadores de estrume em contínuo seria demasiado dispendiosa face aos benefícios, tendo em conta que grande parte do estrume produzido permanece na pavimento dos pavilhões e é removido com pá carregadora no local
5.4.1 C.	Ao utilizar uma pá mecânica, reduzir a altura de queda e selecionar a melhor posição durante a descarga para um camião	Sim	No caso da descarga de estrume dos pavilhões, diretamente para o reboque				
5.4.1 D.	Ajustar a velocidade dos veículos que circulam na instalação de forma a evitar ou minimizar a formação de poeiras	Sim	A velocidade de circulação no interior da instalação e baixo também para não perturbar os animais				
5.4.1 E.	No caso de vias utilizadas somente por camiões e carros, implementar superfícies duras nas estradas, eg. betão ou asfalto, de forma a que possam ser facilmente limpas e evitar a formação de poeiras pelos veículos.	Não aplicável					Investimento dentro da instalação não justifica o impacto. Os acesso à instalação são asfaltados
5.4.1 F.	Proceder à limpeza das estradas dotadas de superfícies duras.	Não aplicável					Não existem estradas dotadas de superfícies duras na instalação
5.4.1 G.	Manter limpos os pneus dos veículos. A frequência de limpeza e tipo de unidade de limpeza a adotar deve ser decidida caso a caso.	Sim	Os veículos da transportes de matéria prima e subprodutos são limpos com regularidade. A instalação será dotada de arco de desinfecção				
5.4.1 H.	Para cargas/descargas mais suscetíveis ao vento, e no caso de produtos molháveis, humedecer o produto.	Não aplicável					Humedecimento de estrume compromete a sua qualidade
5.4.1 I.	Para atividades de carga/descarga, minimizar a velocidade de descida e a altura de queda livre do produto. A redução da velocidade de descida pode ser conseguida através das seguintes técnicas:						
I. i)	instalar defletores dentro dos tubos de enchimento	Não aplicável					A altura de queda livre do estrume para reboque encontra-se minimizada
I. ii)	aplicar uma cabeça de carga na extremidade da tubagem ou tubo para regular a velocidade de saída	Não aplicável					A altura de queda livre do estrume para reboque encontra-se minimizada
I. iii)	aplicar uma cascata (por exemplo, tubo em cascata ou funil de carga/descarga)	Não aplicável					A altura de queda livre do estrume para reboque encontra-se minimizada
I. iv)	aplicar um ângulo de inclinação mínimo através de eg. calhas	Não aplicável					A altura de queda livre do estrume para reboque encontra-se minimizada
5.4.1 J.	Para minimizar a altura de queda livre do produto, a saída do sistema de descarga deve ser orientado para o fundo do espaço de carga ou para o topo do material já empilhado. Técnicas de carga para o efeito incluem:						
J. i)	tubagens de enchimento de altura ajustável	Não aplicável					A altura de queda livre do estrume para reboque encontra-se minimizada
J. ii)	tubos de enchimento de altura ajustável, e	Não aplicável					A altura de queda livre do estrume para reboque encontra-se minimizada
J. iii)	tubos em cascata de altura ajustável.	Não aplicável					A altura de queda livre do estrume para reboque encontra-se minimizada

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Emissões resultantes da armazenagem (EFS) Data de adoção: 07/2006							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	V E A /	C o n d	P r a n o l e	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
5.4.2. Considerações sobre técnicas de transferência							
Garra mecânica							
5.4.2 A.	Para aplicar uma garra mecânica, deve ser seguido o diagrama de decisão previsto no BREF e manter a garra sobre o funil durante um período de tempo suficiente após a descarga do material.	Não aplicável					Não é utilizada garra mecânica
5.4.2 B.	No caso de garras mecânicas novas, selecionar equipamentos com as seguintes propriedades:						
B. i)	forma geométrica e capacidade de carga ótima;	Não aplicável					Não é utilizada garra mecânica
B. ii)	o volume da garra deve ser sempre maior do que o volume que é dado pela curvatura da garra	Não aplicável					Não é utilizada garra mecânica
B. iii)	a superfície deve ser lisa para evitar a aderência do material, e	Não aplicável					Não é utilizada garra mecânica
B. iv)	a garra deve ter boa capacidade de contenção durante toda a operação	Não aplicável					Não é utilizada garra mecânica
Transportadores e calhas de transferência							
5.4.2 C.	Para todos os tipos de substâncias, projetar o transportador para as calhas de transferência de forma a que o derrame seja reduzido ao mínimo (vide mais detalhes no BREF).	Sim	Transportadores de estrume desde o interior dos pavilhões até ao exterior				
5.4.2 D.	Para os produtos não ou ligeiramente sensíveis à deriva (S5) e moderadamente sensíveis à deriva e molháveis (S4), aplicar uma correia transportadora aberta e adicionalmente, dependendo das circunstâncias locais, aplicar uma das seguintes técnicas ou uma combinação adequada das mesmas:						
D. i)	proteção lateral contra o vento;	Não aplicável					Não existe necessidade de proteção lateral contra o vento
D. ii)	pulverização de água e pulverização a jato nos pontos de transferência e/ou;	Não aplicável					Humedecimento compromete qualidade do estrume
D. iii)	limpeza da correia/tapete.	Sim	Transportadores de estrume desde o interior dos pavilhões até ao pavilhão de armazenamento de estrume são limpos com frequência adequada				
5.4.2 E.	Para produtos altamente sensíveis à deriva (S1 e S2) e moderadamente sensíveis à deriva, não molháveis (S3), considerar para situações novas:						
E. i)	Aplicação de transportadores fechados, ou sistemas onde a própria correia ou uma segunda correia bloqueia o material, tais como:						
E. i) a)	Transportadores pneumáticos;	Não aplicável					Não se trata de produtos altamente sensíveis à deriva (S1 e S2) e moderadamente sensíveis à deriva, não molháveis (S3)
E. i) b)	Transportadores de corrente;	Não aplicável					Não se trata de produtos altamente sensíveis à deriva (S1 e S2) e moderadamente sensíveis à deriva, não molháveis (S3)
E. i) c)	Transportadores de parafuso	Não aplicável					Não se trata de produtos altamente sensíveis à deriva (S1 e S2) e moderadamente sensíveis à deriva, não molháveis (S3)
E. i) d)	Transportador de correia de tubo;	Não aplicável					Não se trata de produtos altamente sensíveis à deriva (S1 e S2) e moderadamente sensíveis à deriva, não molháveis (S3)
E. i) e)	Transportador de correia de laço;	Não aplicável					Não se trata de produtos altamente sensíveis à deriva (S1 e S2) e moderadamente sensíveis à deriva, não molháveis (S3)
E. i) f)	Transportador de dupla correia.	Não aplicável					Não se trata de produtos altamente sensíveis à deriva (S1 e S2) e moderadamente sensíveis à deriva, não molháveis (S3)
E. ii)	Ou aplicar correias transportadoras fechadas, sem polias de suporte, tais como:	Não aplicável					Não se trata de produtos altamente sensíveis à deriva (S1 e S2) e moderadamente sensíveis à deriva, não molháveis (S3)
E. ii) a)	Transportador <i>aerobelt</i>	Não aplicável					Não se trata de produtos altamente sensíveis à deriva (S1 e S2) e moderadamente sensíveis à deriva, não molháveis (S3)
E. ii) b)	Transportador de baixa fricção	Não aplicável					Não se trata de produtos altamente sensíveis à deriva (S1 e S2) e moderadamente sensíveis à deriva, não molháveis (S3)
E. ii) c)	Transportador com diabolos.	Não aplicável					Não se trata de produtos altamente sensíveis à deriva (S1 e S2) e moderadamente sensíveis à deriva, não molháveis (S3)

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS								
BREF - Emissões resultantes da armazenagem (EFS) Data de adoção: 07/2006								
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	V E A /	C o n d	P o n e	C a l	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
5.4.2 F.	O tipo de transportador depende da substância a ser transportada e do local, deve ser decidido com base numa análise caso a caso.	Sim	Os diferentes transportadores existentes (estrume e ovos) são diferenciados dada a especificidade das matérias					
5.4.2 G.	Para os transportadores convencionais existentes, o transporte de produtos altamente sensíveis à deriva (S1 e S2) e produtos moderadamente sensíveis à deriva, não molháveis (S3), aplicar um sistema de encapsulamento.	Não aplicável						Não se trata de produtos altamente sensíveis à deriva (S1 e S2) e moderadamente sensíveis à deriva, não molháveis (S3)
5.4.2 H.	Ao aplicar um sistema de extração, filtrar o fluxo de ar de saída	Não aplicável						Não existe sistema de extração
5.4.2 I.	Para reduzir o consumo de energia para correias transportadoras, aplicar:							
I. i)	uma boa conceção do transportador, incluindo folgas e espaço entre folgas;	Sim	Verificação faz parte das rotinas de manutenção					
I. ii)	uma tolerância de instalação precisa; e	Sim	Verificação faz parte das rotinas de manutenção					
I. iii)	uma correia com baixa resistência ao rolamento.	Sim	Verificação faz parte das rotinas de manutenção					

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS								
BREF - Eficiência energética (ENE) Data de adoção: 02/2009								
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	Valido	Praticavel	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade		
4.2 MTD PARA INSTALAÇÕES								
4.2.1. Gestão da eficiência energética								
1.	Implementar e aderir a um sistema de gestão da eficiência energética que incorpore, conforme apropriado às circunstâncias locais, todas as seguintes especificidades (ver secção 2.1)							
1. a)	Compromisso da gestão de topo (o compromisso da gestão é considerado uma condição prévia para a aplicação bem sucedida da gestão da eficiência energética);	Sim	A gerência estará sempre empenhada no consumo energético pois a energia representa cerca de 5% dos custos, tornando-se por isso um Factor decisivo na competitividade. No enanto Não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto					
1. b)	Definição, pela gestão de topo, de uma política de eficiência energética para a instalação;	Não aplicável					Não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
1. c)	Planeamento e estabelecimento de objetivos e metas (ver MTD 2, 3 e 8);	Não aplicável					Não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
1. d)	Implementação e realização de procedimentos, com especial atenção para:	Não aplicável					Não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
1. d) i.	Estrutura e responsabilidade	Não aplicável					Não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
1. d) ii.	Formação, sensibilização e competência (ver MTD 13)	A implementar					2020/12 - Está em fase de avaliação a criação de plano de formação dos colaboradores por parte maior cliente da instalação	
1. d) iii.	Comunicação	Não aplicável					Não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
1. d) iv.	Envolvimento dos trabalhadores;	Não aplicável					Não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
1. d) v.	Documentação	Não aplicável					Não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
1. d) vi.	Controlo eficaz dos processos (ver MTD 14)	Não aplicável					Não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
1. d) viii.	Preparação e resposta a emergências	Não aplicável					Não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
1. d) ix.	Salvaguarda do cumprimento da legislação e dos acordos relativos à eficiência energética (quando existirem).	Não aplicável					Consumo espectável abixo do definido pela legislação para execução de auditorias energéticas (consumo abaixo dos 250 TEP)	
1. e)	Benchmarking : Identificação e avaliação de indicadores de eficiência energética ao longo do tempo (ver MTD 8) e comparações sistemáticas e regulares com benchmarks setoriais, nacionais ou regionais para eficiência energética, quando disponham de dados verificados (ver seções 2.1 e), 2.16 e MTD 9)	Não aplicável					Não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
1. f)	Verificação do desempenho e adoção de medidas corretivas, prestando especial atenção a:	Não aplicável					Não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
1. f) i.	Controlo e monitorização (ver MTD 16)	Não aplicável					Não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
1. f) ii.	Ações preventivas e corretivas	Sim	A equipa de manutenção tem a função de reparar, melhorar e otimizar os processos. Contudo, não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto					
1. f) iii.	Manutenção de registos	Sim	É realizado o registo periódico dos consumos de energia. Contudo, não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia previsto					

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Eficiência energética (ENE) Data de adoção: 02/2009							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	Valido	Praticavel	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade	
1. f) iv.	Auditorias internas independentes (se tal for exequível) a fim de determinar se o sistema de gestão de eficiência energética se encontra, ou não, em conformidade com as disposições planeadas e se o mesmo tem sido adequadamente implementado e mantido (ver MTD 4 e 5)	Não aplicável				Consumo previsto reduzido para necessitar de auditorias. Por outro lado, os processos de avicultura não têm grandes possibilidades de alteração do processo. Apenas poderá ser otimizada alguma tecnologia aquando da execução das instalações ou de remodelações profundas das instalações em funcionamento, o que foi o caso	
1. g)	Revisão, pela gestão de topo, do sistema de gestão de eficiência energética e garantia da sua contínua adequabilidade e eficácia.	Não aplicável				Não se justifica a implementação de um SGEE na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto. No entanto, nas reuniões da gerência, estes temas são abordados	
4.2.2. Planeamento e estabelecimento de objetivos e metas							
4.2.2.1. Melhoria contínua do ambiente							
2.	Minimizar de forma contínua o impacte ambiental de uma instalação através do planeamento de ações e de investimentos de forma integrada e a curto, médio e longo prazo, tomando em consideração os custos-benefícios e os efeitos cruzados.	A avaliar				Está em fase de avaliação a implementação de SGA pela gerência	
4.2.2.2. Identificação dos aspetos relacionados com a eficiência energética de uma instalação e oportunidades de poupança de energia							
3.	Realizar auditorias para identificar os aspetos que influenciam a eficiência energética da instalação. É importante que essa auditoria seja coerente com as abordagens de sistema.	Não aplicável				Consumo previsto reduzido para necessitar de auditorias. Por outro lado, os processos de avicultura não têm grandes possibilidades de alteração do processo. Os equipamntos instalados são novos e contemplam as mais recentes e eficientes tecnologias. A administração visita feiras do sector e tem contactos permanente com diversos fornecedores para uma eventual melhoria de exploração e de eficiência energética das instalações. Não se justifica a implementação de um SGEE ou de auditorias energéticas na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
4.	Aquando da realização de auditorias, assegurar que sejam identificados os seguintes aspetos:						
4. a)	tipo e utilizações de energia na instalação, respetivos sistemas e processos;	Não aplicável				Não se justifica a implementação de um SGEE ou de auditorias energéticas na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
4. b)	Equipamentos consumidores de energia, tipo e quantidade de energia consumida na instalação;	Não aplicável				Não se justifica a implementação de um SGEE ou de auditorias energéticas na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
4. c)	Possibilidades de redução do consumo de energia, como por exemplo:	Não aplicável				Não se justifica a implementação de um SGEE ou de auditorias energéticas na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
4. c) i.	Controlo/redução dos tempos de operação, eg. desligando os sistemas quando não estiverem a ser utilizados;	Não aplicável				Não se justifica a implementação de um SGEE ou de auditorias energéticas na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
4. c) ii.	otimização do isolamento;	Não aplicável				Não se justifica a implementação de um SGEE ou de auditorias energéticas na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
4. c) iii.	Otimização das redes de utilidades, sistemas, processos e equipamentos que lhes estejam associados.	Não aplicável				Não se justifica a implementação de um SGEE ou de auditorias energéticas na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
4. d)	Possibilidades de utilização de fontes alternativas de energia ou de utilização de energia mais eficiente aproveitando, em particular, a energia excedente de outros processos e ou sistemas.	Não aplicável				Não se justifica a implementação de um SGEE ou de auditorias energéticas na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
4. e)	possibilidades de aplicar a energia excedente noutros processos e ou sistemas	Não aplicável				Não se justifica a implementação de um SGEE ou de auditorias energéticas na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	
4. f)	possibilidades de melhoria do nível de calor (temperatura)	Não aplicável				Não se justifica a implementação de um SGEE ou de auditorias energéticas na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto	

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Eficiência energética (ENE) Data de adoção: 02/2009							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	Valida	Praticável	Costeável	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
5.	Utilizar ferramentas e metodologias apropriadas para apoiar na avaliação e quantificação da otimização energética, como por exemplo:						
5. a)	Modelos, bases de dados e balanços energéticos;	Não aplicável					O tipo de atividade não tem balanços energéticos ou mássicos passíveis de execução. Não se justifica a implementação de um SGEE ou de auditorias energéticas na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto
5. b)	Técnicas como a metodologia <i>pinch</i> , a análise da exergia ou da entalpia ou a termoeconomia;	Não aplicável					O tipo de atividade não tem balanços energéticos ou mássicos passíveis de execução. Não se justifica a implementação de um SGEE ou de auditorias energéticas na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto
5. c)	Estimativas e cálculos.	Não aplicável					O tipo de atividade não tem balanços energéticos ou mássicos passíveis de execução. Não se justifica a implementação de um SGEE ou de auditorias energéticas na instalação dado o baixo consumo de energia elétrica previsto
6.	Identificar possibilidades de otimização da recuperação energética na instalação, entre sistemas da própria instalação e ou com outras instalações						
4.2.2.3. Abordagem de sistemas para a gestão energética							
7.	Otimizar a eficiência energética adotando uma abordagem de sistemas para a gestão energética na instalação. Os sistemas a considerar para a otimização no seu todo são, por exemplo:						
7. a)	Unidades de processo (<i>vide</i> BREFs setoriais)	Não aplicável					Não aplicável no Breft sectorial em questão
7. b)	Sistemas de aquecimento, como por exemplo: vapor; água quente;	Não aplicável					O sistema de aquecimento aplicado é altamente eficiente para a atividade em questão e não é passível de complementar com sistemas de vapor ou água quente
7. c)	Arrefecimento e vácuo (<i>vide</i> BREF ICS)	Não aplicável					Este BREF não é aplicável na avicultura. Não há necessidade de aplicar sistema de arrefecimento industrial
7. d)	Sistemas a motor, como por exemplo: ar comprimido e bombagem;	Sim	Sistemas de bombagem e iluminação otimizados para a atividade e instalação em questão				
7. e)	Iluminação;	Sim	Sistemas de bombagem e iluminação otimizados para a atividade e instalação em questão				
7. f)	Secagem, separação e concentração.	Não aplicável					Não são levadas a cabo operações de Secagem, separação ou concentração.
4.2.2.4. Estabelecimento e revisão dos objetivos e indicadores de eficiência energética							
8.	Estabelecer indicadores adequados de eficiência energética através da aplicação das seguintes medidas:						
8. a)	Identificação de indicadores de eficiência energética adequados para a instalação e, quando necessário, para processos individuais, sistemas e/ou unidades, e quantificação da sua evolução ao longo do tempo ou após a aplicação de medidas de eficiência energética;	Sim	É avaliado anualmente o consumo global de energia e indicadores associados (kWh/ave; kWh/dúzia)				
8. b)	Identificação e registo dos limites adequados associados aos indicadores;	Sim	É avaliado anualmente o consumo global de energia e indicadores associados (kWh/ave; kWh/dúzia)				
8. c)	Identificação e registo de fatores que possam causar variações na eficiência energética dos processos, sistemas e ou unidades relevantes	Sim	É avaliado anualmente o consumo global de energia e indicadores associados (kWh/ave; kWh/dúzia)				
4.2.2.5. Benchmarking							
9.	Proceder a comparações sistemáticas e regulares com <i>benchmarks</i> setoriais, nacionais ou regionais, sempre que existam dados validados.	A implementar					2020/12 Consultar dados validados periodicamente para comparação e tomada de medidas

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Eficiência energética (ENE) Data de adoção: 02/2009							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	Aplicável	Relevante	Praticável	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
4.2.3. Integração da eficiência energética na fase de projeto (<i>Energy efficient design</i>)							
10.	Otimizar a eficiência energética em sede de planeamento de uma nova instalação, unidade ou sistema ou de uma alteração significativa dos mesmos, tomando em consideração todos os seguintes aspetos:						
10. a)	Integração da eficiência energética na fase de projeto (EED) deve ser iniciada logo nas primeiras etapas da fase de projeto conceptual/projeto de base, mesmo que os investimentos planeados possam não estar ainda bem definidos, e deverá ser tomada em consideração nos concursos realizados;	Sim	O projeto de recuperação dos edifícios existentes, o dimensionamento e o tipo de equipamento utilizado tiveram em conta a mais recente tecnologia e elevada eficiência energética				
10. b)	Desenvolvimento e/ou escolha de tecnologias energeticamente eficientes	Sim	O projeto de recuperação dos edifícios existentes, o dimensionamento e o tipo de equipamento utilizado tiveram em conta a mais recente tecnologia e elevada eficiência energética				
10. c)	Poderá ser necessário recolher dados adicionais, quer em sede de <i>design</i> do projeto, quer de forma independente de modo a complementar os dados existentes ou a preencher lacunas no conhecimento;	Sim	Foram visitadas feiras internacionais e consultadas empresas experientes em equipamentos dedicados à atividade avícola de modo a complementar os dados existentes ou a preencher lacunas no conhecimento por parte da gerência;				
10. d)	O trabalho EED deverá ser efetuado por um perito em questões energéticas;	Não aplicável					Apesar das medidas atrás enunciadas terem sido realizadas, não esteve envolvido especialista tendo em conta os baixos consumos energéticos característicos deste tipo de atividade
10. e)	O projeto inicial do consumo de energia deverá também verificar todas as áreas na organização do projeto que possam influenciar o futuro consumo de energia e otimizar a EED da futura instalação neste contexto. É o caso, por exemplo, do pessoal da instalação (existente) que possa ser responsável pela especificação dos parâmetros de projeto.	Sim	Foi dada formação inicial aos trabalhadores e responsáveis da instalação no sentido de lhes fornecer conhecimentos para minimizar os consumos de energia através da correta utilização dos equipamentos instalados				
4.2.4. Aumento da integração do processo							
11.	Otimizar a utilização de energia entre os diversos processos ou sistemas, na própria instalação ou com outras instalações	Não aplicável					Tipologia de consumos não permite a integração de processos
4.2.5. Manter a dinâmica das iniciativas no domínio da eficiência energética							
12.	Manter a dinâmica do programa de eficiência energética através de diversas técnicas, como por exemplo:						
12. a)	Aplicação de um sistema específico de gestão da energia;	Não aplicável					Dimensão da instalação não justifica este tipo de abordagem. São aplicadas as MTD's sectoriais relativas à eficiência energética
12. b)	Contabilização do consumo de energia com base em valores reais (medidos), transferindo as obrigações e os benefícios da eficiência energética para o utilizador/pagador;	Não aplicável					Dimensão da instalação não justifica este tipo de abordagem. São aplicadas as MTD's sectoriais relativas à eficiência energética
12. c)	Criação de centros de lucro financeiro para a eficiência energética;	Não aplicável					Dimensão da instalação não justifica este tipo de abordagem. São aplicadas as MTD's sectoriais relativas à eficiência energética
12. d)	<i>Benchmarking</i> ;	Não aplicável					Dimensão da instalação não justifica este tipo de abordagem. São aplicadas as MTD's sectoriais relativas à eficiência energética
12. e)	Renovar os sistemas de gestão existentes, através do recurso à excelência operacional;	Não aplicável					Dimensão da instalação não justifica este tipo de abordagem. São aplicadas as MTD's sectoriais relativas à eficiência energética
12. f)	Utilização de técnicas de gestão da mudança (também característica da excelência operacional).	Não aplicável					Dimensão da instalação não justifica este tipo de abordagem. São aplicadas as MTD's sectoriais relativas à eficiência energética

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Eficiência energética (ENE) Data de adoção: 02/2009							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	Aplicável	Praticável	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade	
4.2.6. Preservação das competências		Não aplicável					
13.	Preservar as competências em eficiência energética e em sistemas consumidores de energia através de técnicas como:						
13. a)	Recrutamento de pessoal especializado e/ou formação do pessoal. A formação poderá ser prestada por pessoal interno ou por especialistas externos, através de cursos formais ou de auto-formação/desenvolvimento pessoal;	Sim				Parceria com entidade externa para consultoria na área da eletricidade e energia	
13. b)	Retirada periódica de pessoal da linha de produção, de forma a proceder a investigações específicas/por tempo determinado (na instalação de origem ou noutras instalações);	Sim				Parceria com entidade externa para consultoria na área da eletricidade e energia	
13. c)	Partilha dos recursos internos da instalação entre as várias unidades;	Sim				Parceria com entidade externa para consultoria na área da eletricidade e energia	
13. d)	Recurso a consultores qualificados para investigações por tempo determinado	Não aplicável				Dimensão da instalação não permite este tipo de abordagem	
13. e)	Contratação externa de sistemas e/ou funções especializados.	Sim				Parceria com entidade externa para consultoria na área da eletricidade e energia	
4.2.7. Controlo eficaz dos processos							
14.	Garantir um controlo eficaz dos processos através da aplicação de técnicas como:						
14. a)	A implementação de sistemas que assegurem que os procedimentos sejam conhecidos, entendidos e cumpridos.	A implementar				Planear formação aos trabalhadores e responsáveis da instalação no sentido de lhes fornecer conhecimentos sobre os procedimentos corretos	
14. b)	Assegurar que os principais parâmetros de desempenho dos processos sejam identificados, otimizados em termos de eficiência energética e monitorizados	A implementar				Monitorização dos consumos específicos de energia da instalação (RAA anual)	
14. c)	A documentação ou o registo esses parâmetros.	A implementar				Monitorização dos consumos específicos de energia da instalação (RAA anual)	
4.2.8. Manutenção							
15.	Proceder à manutenção das instalações de modo a otimizar a sua eficiência energética, através de:						
15. a)	Atribuição clara das responsabilidades para o planeamento e execução da manutenção	A implementar				2020/12 Definir um responsável pela manutenção geral, que inclui a verificação das questões relacionadas com eficiência energética	
15. b)	Estabelecimento de um programa estruturado de manutenção, com base na descrição técnica dos equipamentos, normas, etc., bem como nas eventuais falhas dos equipamentos e respetivas consequências. Algumas atividades de manutenção poderão ser calendarizadas para os períodos de paragem da instalação;	A implementar				2020/12 Criar e implementar plano de manutenção que inclua rotina dedicada à eficiência energética	
15. c)	Suporte do programa de manutenção através de sistemas de manutenção de registos e de testes de diagnóstico adequados;	A implementar				2020/12 Plano de manutenção terá por base listas de verificação que serão periodicamente registadas	
15. d)	Identificação, nas operações de manutenção de rotina, de avarias e/ou anomalias de funcionamento, de eventuais perdas de eficiência energética ou de situações em que a mesma possa ser melhorada;	A implementar				2020/12 Plano de manutenção a criar permitirá verificação da perda de eficiência energética	
15. e)	Deteção de fugas, equipamentos avariados, rolamentos gastos, etc., que possam afetar ou controlar o consumo de energia e retificação tão rápida quanto possível dessas situações.	A implementar				2020/12 Criar e implementar plano de manutenção que inclua rotina dedicada à eficiência energética	
4.2.9. Controlo e monitorização							
16.	Estabelecer e manter procedimentos documentados para controlo e monitorização regulares dos principais pontos característicos das operações e atividades que possam ter impacto significativo na eficiência energética.	A implementar				2020/12 Criar e implementar sistema de análise dos registos de manutenção efetuados	
4.3. MTD PARA GARANTIR A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM SISTEMAS, PROCESSO, ATIVIDADES OU EQUIPAMENTOS CONSUMIDORES		Não aplicável					
4.3.1. Combustão							
17.	Otimização da eficiência energética da combustão através das seguintes técnicas:						
17. a)	Cogeração;	Não aplicável				Dimensão da instalação e consumos não justificam este tipo de abordagem por falta de rentabilidade (custo investimento vs. diminuição dos consumos)	
17. b)	Redução do caudal de gases de exaustão através da redução do excesso de ar;	Sim	Queimadores de ar quente controlam a combustão através da entrada de ar				

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Eficiência energética (ENE) Data de adoção: 02/2009							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	Avaliar	Praticar	Calendário	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
17. c)	Redução de temperatura dos gases de exaustão através de:						
17. c) i.	Dimensionamento para um máximo desempenho, tomando em ainda em consideração um fator de segurança calculado para sobrecargas;	Não aplicável					Não são emitidos gases de exaustão na instalação, tendo em conta que não existem processos de combustão
17. c) ii.	Aumento da transferência de calor para o processo através do aumento da taxa de transferência ou através de um aumento ou melhoria das superfícies de transferência;	Não aplicável					Não são emitidos gases de exaustão na instalação, tendo em conta que não existem processos de combustão
17. c) iii.	Recuperação de calor através da combinação de um processo adicional (eg. , geração de vapor pelo uso de economizadores) para recuperar o calor residual dos gases de exaustão;	Não aplicável					Não são emitidos gases de exaustão na instalação, tendo em conta que não existem processos de combustão
17. c) iv.	Instalação de pré-aquecimento do ar ou água ou pré-aquecimento do combustível através da transferência de calor com os gases de exaustão;	Não aplicável					Não são emitidos gases de exaustão na instalação, tendo em conta que não existem processos de combustão
17. c) v.	Limpeza das superfícies de transferência de calor que ficam progressivamente cobertas por cinzas de forma a manter uma elevada eficiência de transferência de calor (operação geralmente realizada durante períodos de paragem para inspeção ou manutenção);	Não aplicável					Não são emitidos gases de exaustão na instalação, tendo em conta que não existem processos de combustão
17. d)	Pré-aquecimento do combustível gasoso por transferência de calor com os gases de exaustão. Pode ainda ser necessário o pré-aquecimento do ar nas situações em que o processo requer temperaturas de chama elevadas.	Não aplicável					Não são emitidos gases de exaustão na instalação, tendo em conta que não existem processos de combustão
17. e)	Pré-aquecimento do ar por transferência de calor com os gases de exaustão. Pode ser necessário o pré-aquecimento do ar nas situações em que o processo requer temperaturas de chama elevadas.	Não aplicável					Não são emitidos gases de exaustão na instalação, tendo em conta que não existem processos de combustão
17. f)	Optar pela utilização de combustíveis que otimizem a eficiência energética (eg. combustíveis não fósseis).	Não aplicável					Não são emitidos gases de exaustão na instalação, tendo em conta que não existem processos de combustão
4.3.2. Sistemas de Vapor							
18.	Otimizar a eficiência energética de sistemas de vapor através de utilização de técnicas como:						
18. a)	Técnicas específicas para o setor de atividade de acordo com o previsto nos BREF verticais.	Não aplicável					Não há sistemas de produção de vapor
18. b)	Técnicas previstas na Tabela 4.2. do BREF.	Não aplicável					Não há sistemas de produção de vapor
4.3.3. Recuperação de Calor							
19.	Manter a eficiência dos permutadores de calor através de:						
19. a)	Monitorização periódica da sua eficiência, e;	Não aplicável					Não existem permutadores de calor
19. b)	Prevenção e remoção de incrustações	Não aplicável					Não existem permutadores de calor
4.3.4. Cogeração		Não aplicável					
20.	Avaliar possíveis soluções de cogeração, dentro e ou fora da instalação (com outras instalações).	Não aplicável					Dimensão da instalação e consumos não justificam este tipo de abordagem por falta de rentabilidade (custo investimento vs. diminuição dos consumos)
4.3.5. Fornecimento de energia elétrica		Não aplicável					
21.	Aumentar a potência elétrica em conformidade com os requisitos do distribuidor local de energia elétrica utilizando, por exemplo, as seguintes técnicas em função da sua aplicabilidade:						
21. a)	Instalar condensadores em circuitos AC para diminuir a magnitude do poder reativo;	A avaliar					2020/12 Avaliar rentabilidade de instalação de condensadores de potência
21. b)	Minimizar as operações com motores ao ralenti ou em regime de baixa carga;	Sim	Motores não são operados em regime de baixa carga ou ao ralenti				
21. c)	Evitar a utilização de equipamento acima de sua potência nominal;	Sim	Equipamento não é utilizado acima da potência nominal				
21. d)	Aquando da substituição de motores, recorrer a motores energeticamente eficientes	Sim	Os motores adquiridos são energeticamente eficientes				
22.	Verificar o fornecimento de energia elétrica para procurar eventuais harmónicas e se necessário aplicar filtros.	A avaliar					2020/12 Verificar o fornecimento de energia elétrica para procurar eventuais harmónicas e se necessário aplicar filtros.

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Eficiência energética (ENE) Data de adoção: 02/2009							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	Atende	Praticável	Conveniente	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
23.	Otimizar a eficiência do fornecimento de energia elétrica aplicando, por exemplo, as técnicas seguintes em função da respetiva aplicabilidade:						
23. a)	Assegurar que os cabos elétricos têm as dimensões corretas para a exigência energética;	Sim	Rede elétrica da instalação foi dimensionada de acordo com as normas exigidas				
23. b)	Manter os transformadores a operar com a carga de 40-50% acima da potência nominal;	Não aplicável					Instalação não possui PT
23. c)	Utilizar transformadores de elevada eficiência/perdas reduzidas;	Não aplicável					Instalação não possui PT
23. d)	Localizar os equipamentos com elevadas exigências energéticas tão perto quanto possível da fonte de alimentação.	Sim	Rede elétrica da instalação foi dimensionada de acordo com as normas exigidas				
4.3.6. Subsistemas que utilizam motores elétricos							
24.	Otimizar os motores elétricos pela seguinte ordem:						
24. a)	Otimizar todo o sistema no qual o(s) motor(es) está(ão) integrado(s) (eg. sistema de arrefecimento);	Sim	Os equipamentos instalados foram dimensionados para laborar na máxima eficiência. Trata-se de equipamento novo.				
24. b)	Otimizar o(s) motor(es) do sistema de acordo com os requisitos de carga definidos, aplicando uma ou mais das técnicas a seguir descritas e segundo os critérios previstos na Tabela 4.5 do BREF:						
Instalação ou remodelação do sistema							
24. b) i.	Uso de motores energeticamente eficientes (EEM).	Sim	Os motores adquiridos são energeticamente eficientes				
24. b) ii.	Dimensionamento adequado dos motores	Sim	Motores adquiridos são adequados (de acordo com o dimensionado)				
24. b) iii.	Instalação de sistemas de variação de velocidade (VSD)	Não aplicável					
24. b) iv.	Instalação de transmissores/redutores de alta eficiência.	Não aplicável					
24. b) v.	Uso de:						
24. b) v. 1	Ligação direta, quando possível;	Não aplicável					
24. b) v. 2	Correias sincronizadoras ou cintos em V dentados em vez de cintos em V;	Não aplicável					
24. b) v. 3	Engrenagens helicoidais em vez de engrenagens de parafusos sem fim.	Não aplicável					
24. b) vi.	Reparação de motores energeticamente eficientes (EEMR) ou substituição por um EEM.	Não aplicável					
24. b) vii.	Evitar a rebobinagem e substituir por um EEM, ou utilizar uma rebobinagem contratada certificada.	Sim	Quando necessário, recorre-se a rebobinagem certificada.				
24. b) viii.	Controlo de qualidade da energia	Não aplicável					Este parâmetro tem a relaciona-se com a EN50160, que não é aplicada na instalação
Operação e Manutenção							
24. v) ix	Aplicar lubrificação, ajustes e afinação.	Sim	Esta operação faz parte das operações de rotina, apesar de não existir um plano de manutenção documentado				
24. c)	Após otimização dos sistemas consumidores de energia, otimizar os restantes motores (ainda não otimizados) de acordo com o previsto na Tabela 4.5 e com os critérios definidos no BREF como, por exemplo:	Sim	Os motores adquiridos são energeticamente eficientes				
24. c) i.	Substituição prioritária por EEM dos restantes motores que estejam em funcionamento mais de 2 000 horas por ano;	Sim	Os motores adquiridos são energeticamente eficientes				
24. c) ii.	Relativamente aos motores elétricos com carga variável que funcionem menos de 50 % da capacidade durante mais de 20 % do seu tempo de funcionamento e que estejam em funcionamento mais de 2 000 horas por ano, ponderação da possibilidade de se utilizarem variadores de velocidade.	Sim	Os motores adquiridos são energeticamente eficientes				
4.3.7. Sistemas de ar comprimido							

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Eficiência energética (ENE) Data de adoção: 02/2009							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	Ativado	Verificado	Problema	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
25.	Otimizar os sistemas de ar comprimido utilizando, por exemplo, as seguintes técnicas:						
<i>Design, instalação e remodelação de sistemas</i>							
25. a)	Design global do sistema, incluindo os sistemas de pressão múltipla	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
25. b)	<i>Upgrade</i> dos compressores	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
25. c)	Melhoria do sistema de arrefecimento, secagem e filtração	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
25. d)	Redução e perdas de pressão por fricção	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
25. e)	Melhoria dos motores (incluído os motores de alta eficiência)	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
25. f)	Melhoria dos sistemas de controlo de velocidade	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
25. g)	Utilização de sistemas de controlo sofisticados	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
25. h)	Recuperação do calor residual para utilização noutras funções	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
25. i)	Utilização do ar frio exterior para admissão no sistema	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
25. j)	Armazenar o ar comprimido perto de sistemas de altamente flutuantes	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
<i>Operação e manutenção de sistemas</i>							
25. k)	Otimizar determinados dispositivos de utilização final.	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
25. l)	Reduzir as fugas de ar	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
25. m)	Aumentar a frequência de substituição dos filtros	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
25. n)	Otimizar a pressão de trabalho.	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
4.3.8. Sistemas de bombagem							
26.	Otimizar os sistemas de bombagem recorrendo às seguintes técnicas em função da sua aplicabilidade (vide Tabela 4.7 do BREF):						
<i>Projeto</i>							
26. a)	Evitar o sobredimensionamento na seleção das bombas e substituir as bombas sobredimensionadas	Sim	Foi instalada uma bomba de extração de água com a capacidade adequada às necessidades				
26. b)	Seleção adequada da bomba de acordo com o motor utilizado e a respetiva aplicação.	Sim	Foi instalada uma bomba de extração de água com a capacidade adequada às necessidades				
26. c)	Seleção adequada do sistema de tubagem (de acordo com a distribuição prevista)	Sim	Foi instalada uma bomba de extração de água com a capacidade adequada às necessidades				

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Eficiência energética (ENE) Data de adoção: 02/2009							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	AV	Di	P	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
Controlo e Manutenção							
26. d)	Sistema de controlo e regulação	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
26. e)	Desligar as bombas não utilizadas	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
26. f)	Utilização de transmissões de velocidade variável (VSD)	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
26. g)	Utilização de bombas múltiplas (de fase cortada)	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
26. h)	Manutenção regular	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
Sistema de distribuição							
26. i)	Minimizar o número de válvulas e desvios de modo a facilitar a sua operação e manutenção	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
26. j)	Evitar a utilização de desvios em excesso, especialmente curvas apertadas.	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
26. k)	Garantir que o diâmetro da tubagem não é demasiado pequeno.	Não aplicável					Não existe sistema de ar comprimido, apenas um compressor para sopro dos equipamento e lavagem sob pressão
4.3.9. Sistemas AVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado)							
27.	Otimizar os sistemas AVAC utilizando, por exemplo, as seguintes técnicas:						
27. a)	para ventilação, aquecimento e arrefecimento, vide Tabela 4.8. do BREF;	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. b)	para aquecimento, vide BREF,	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. c)	para bombagem, vide BREF;	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. d)	para arrefecimento, refrigeração e permutadores de calor, vide BREF ICS	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
Projeto e controlo							
27. e)	Projeto global do sistema AVAC, identificando e equipando separadamente as seguintes áreas: ventilação geral, ventilação específica e ventilação do processo.	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. f)	Otimizar o número, forma e tamanho das entradas no sistema	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. g)	Utilizar ventiladores de alta eficiência, projetados para operarem a uma taxa otimizada	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. h)	Gestão dos fluxos de ar, considerando a ventilação de fluxo duplo.	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. i)	Design do sistema de ar, assegurando: que as condutas têm tamanho suficiente; utilização de condutas circulares, evitar os caminhos longos e obstáculos (ligações e secções estreitas)	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. j)	Otimização dos motores elétricos, considerando a instalação de VSD (transmissões de velocidade variável)	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. k)	Utilização de sistemas de controlo automáticos e integrados no sistema centralizado de gestão técnica	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. l)	Integração de filtros dentro do sistema de condutas e recuperação do calor do ar de exaustão (permutadores de calor)	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. m)	Redução das necessidades de aquecimento/arrefecimento	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. n)	Melhoria da eficiência dos sistemas de aquecimento	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. o)	Melhoria da eficiência dos sistemas de arrefecimento	Não aplicável					Não existe sistema AVAC

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Eficiência energética (ENE) Data de adoção: 02/2009							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	Ativ. 1	Ativ. 2	Ativ. 3	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade
Manutenção							
27. p)	Parar ou reduzir a ventilação, sempre que possível	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. q)	Assegurar que o sistema não tem perdas de ar, e verificar as juntas.	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. r)	Verificar o equilíbrio do sistema	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. s)	Gerir e otimizar o fluxo de ar	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
27. t)	Otimizar a filtração de ar através de reciclagem eficiente, evitar as perdas de pressão, limpeza e substituição regular dos filtros, limpeza regular do sistema.	Não aplicável					Não existe sistema AVAC
4.3.10. Iluminação							
28.	Otimizar a iluminação artificial utilizando, por exemplo, as seguintes técnicas em função da sua aplicabilidade (<i>vide</i> Tabela 4.9):						
Análise e projeto das necessidades de iluminação							
28. a)	Identificação das necessidades de iluminação.	Sim	Iluminação executada de acordo com os especialistas da área				
28. b)	Planeamento do espaço e das atividades de modo a otimizar a utilização de luz natural.	Sim	Existem padrões de controlo de luz no maneo das aves que muitas vezes levam à utilização de luz artificial em detrimento da luz natural, mas trata-se de uma imposição de produção				
28. c)	Seleção das lâmpadas e luminárias de acordo com os requisitos da sua aplicação.	Sim	Iluminação executada de acordo com os especialistas da área				
Operação, controlo e manutenção							
28. d)	Utilização de um sistema de controlo da iluminação, incluindo os sensores de presença e temporizadores.	Sim	Iluminação executada de acordo com os especialistas da área				
28. e)	Formação dos trabalhadores de forma a utilizarem a iluminação da forma mais eficiente.	A implementar	Será dada formação inicial aos trabalhadores e responsáveis da instalação no sentido de lhes fornecer conhecimentos para minimizar os consumos de energia através da correta utilização dos equipamentos instalados				

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS							
BREF - Eficiência energética (ENE) Data de adoção: 02/2009							
n.º conforme BREF	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação	Atividade	Pré-requisitos	Calendarização da implementação (mês.ano) / Descrição da técnica alternativa implementada / Motivo da não aplicabilidade	
4.3.11. Processos de secagem, concentração e separação							
29.	Otimização os processos de secagem, separação e concentração utilizando, por exemplo, as seguintes técnicas em função da sua aplicabilidade (<i>vide</i> Tabela 4.10) e procurar possibilidades de utilização de separação mecânica conjuntamente com processos térmicos:						
Design							
29. a)	Seleção de tecnologia de separação mais apropriada ou utilização de uma combinação de técnicas (abaixo) que vão ao encontro dos equipamentos específicos de processo	Não aplicável				Não são utilizados processos de secagem, concentração ou separação	
Operação							
29. b)	Utilização do excesso de calor proveniente de outros processos.	Não aplicável				Não são utilizados processos de secagem, concentração ou separação	
29. c)	Utilização de uma combinação de técnicas.	Não aplicável				Não são utilizados processos de secagem, concentração ou separação	
29. d)	Utilização de processos mecânicos, por exemplo filtração, filtração de membrana.	Não aplicável				Não são utilizados processos de secagem, concentração ou separação	
29. e)	Utilização de processos térmicos, por exemplo secadores de aquecimento direto, indireto ou de efeito múltiplo	Não aplicável				Não são utilizados processos de secagem, concentração ou separação	
29. f)	Secagem direta	Não aplicável				Não são utilizados processos de secagem, concentração ou separação	
29. g)	Utilização de vapor sobreaquecido	Não aplicável				Não são utilizados processos de secagem, concentração ou separação	
29. h)	Recuperação de calor (incluindo MVR e bombas de calor)	Não aplicável				Não são utilizados processos de secagem, concentração ou separação	
29. i)	Otimização do isolamento do sistema de secagem	Não aplicável				Não são utilizados processos de secagem, concentração ou separação	
29. j)	Utilização de processos por radiação, por exemplo infravermelhos, alta-frequência ou micro-ondas	Não aplicável				Não são utilizados processos de secagem, concentração ou separação	
Controlo							
29. k)	Automatização dos processos térmicos de secagem	Não aplicável				Não são utilizados processos térmicos de secagem	

ANEXO D – PATRIMÓNIO CULTURAL

ANEXO D.1 – AUTORIZAÇÃO DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS (PATA)

DECLARAÇÃO

Valovo – Aviários de Cria e Recria, Lda, com sede em Sítio dos Aviários s/n – Sobral, 3305 – 098 Coja - Arganil, declara, para os efeitos previstos no nº 10 do artº 6º do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos que autoriza a realização de trabalhos arqueológicos em imóvel sua propriedade – instalação avícola – na freguesia de Côja, concelho de Arganil, pelo arqueólogo João Carlos Castelo Branco Soares Albergaria.

Coja, a 15 de abril de 2019

VALOVO
Aviários de Cria e Recria, Lda
A GERÊNCIA



ANEXO D.2 – INVENTÁRIO DE FOTOGRAFIAS

N.º	Sítio	Assunto	Orientação
1	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
2	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
3	Geral	Vista geral do corte na rocha	SE - NO
4	Geral	Vista geral do corte na rocha	SE - NO
5	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
6	Geral	Vista geral do terreno	S - N
7	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
8	Geral	Vista geral do corte na rocha	SO - NE
9	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
10	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO

N.º	Sítio	Orientação	Foto
1	Geral	NE - SO	
2	Geral	NE - SO	
3	Geral	SE - NO	

4	Geral	SE - NO	
5	Geral	SO - NE	
6	Geral	S - N	

7	Geral	SO - NE	
8	Geral	SO - NE	
9	Geral	SO - NE	

10	Geral	NE - SO	
----	-------	---------	--

ANEXO E – SAÚDE HUMANA

Semanas de idade	Vacinação para:
1ª	Gumboro/Doença de Marek/Bronquite Infecciosa
	Salmonela Enteritidis
2ª	Doença de Newcastle
3ª	
4ª	Rinotraqueíte Aviária
5ª	
6ª	
7ª	Salmonela Enteritidis
8ª	Bronquite Infecciosa
9ª	Doença de Newcastle
10ª	Varíola, Laringotraqueíte
11ª	Encefalomielite Aviária
12ª	Bronquite Infecciosa
13ª	Mycoplasma Gallisepticum
14ª	E. coli
15ª	Salmonela Enteritidis
16ª	Rinotraqueite aviária+ Bronquite Infecciosa+ Doença de Newcastle+ Síndrome da queda de postura